

REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 207

ABRIL - JUNHO

1950

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possint sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO
CLAUDIO GANNS
FEIJÓ BITTENCOURT



Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro - Brasil - 1952

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

DIRETORIA EM 1948-1949

Presidente Perpétuo

EMBAIXADOR DR. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

1.º Vice-Presidente

MINISTRO DR. AUGUSTO TAVARES DE LYRA

2.º Vice-Presidente

DR. ALFREDO NASCIMENTO E SILVA

3.º Vice-Presidente

DR. JOSÉ WANDERLEY DE ARAÚJO PINHEIRO

1.º Secretário

DR. VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

2.º Secretário

DR. LEOPOLDO ANTÔNIO FELJÓ BITTENCOURT

Orador

DR. PEDRO CALMON MUNIZ DE BITTENCOURT

Tesoureiro

CAPITÃO DE MAR E GUERRA CARLOS SILVEIRA CARNEIRO

REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 207

ABRIL - JUNHO

1950

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possint sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO
CLAUDIO GANNS
FEIJÓ BITTENCOURT



Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro - Brasil - 1952



Digitized by the Internet Archive
in 2024

O GENTIO ACREANO

J. M. BRANDÃO CASTELO BRANCO

I

PREAMBULO

Dizia Paulo Ehrenreich, em 1892, que as tribos nu-aruaques enchiam todo o vasto território entre o Madeira e o Ucayale até as abas dos Andes, residindo a sua massa principal entre os rios Purus, Coari e Juruá, sendo os Panos representados em território brasileiro, apenas, pelos *Caripunás* do médio Madeira, cuja massa principal habitava o Peru oriental.

Acrescentava que os *Remos* e *Anauacas* deviam ser incluídos na família Pano, sendo próprios do alto Solimões e se achavam quase extintos, servindo de ligação entre os membros brasileiros e peruanos dêste grupo os *Pacauaras* da Bolívia central.

Nem os adiantados *Incas* da cordilheira andina, nem os representantes da cultura tupi-guarani foram encontrados no território, atualmente chamado Acre.

Julgava-se, como já vimos, preponderante o elemento *aruaque*; mas, estudando-se melhor o remanescente da população autóctone, verificou-se que a assertiva era verdadeira no tocante a bacia do Purus, mas, quanto a do Juruá, o domínio era de gentio de origem *pano*.

Este, originário do alto Marañon, alcançou o alto e médio Juruá com escalas pelo Ucaiali, Javari e Jutai, principalmente pelo primeiro, em cujas margens já se encontravam na primeira metade do século XVII (1640).

E' possível que os aruaques se houvessem assenhoriado de todo o alto Juruá, como aconteceu no médio e no baixo e se vê na bacia do Purus e fôsem dali expulsos pelos Panos, cuja vanguarda formada pelos extintos Auanateos, Manobabos e os "Cunius" já era

fixada pelo padre Samuel Fritz, em 1691, na margem direita do Ucaiali, entre 7º e 9º de latitude sul, justamente a facha correspondente ao Juruá.

Na centúria seguinte, Fritz já os situava mais para leste, fixando Olmedilla gente dessa língua numas elevações à margem esquerda do Javari, já no último quartel do século, e, antes do termo dêste, o cartógrafo Baleato, assinalando a mesma serra, aí situava os “Remus”, tendo ao poente os “Capanauas” e ao sul os “Conivos”, enrugamento êste a que o padre Girbal intitulava de “Cordilheira dos Remus”.

Baleato entroncava o Beni no Ucaiali, assim como fazia do Purus, Juruá e Javari uma só corrente fluvial, sob a denominação dêste último, atravessando todo o território, hoje, chamado de Acre. Ainda no quarto decênio do século XIX, o “Mapa das Missões do Ucaiali”, atribuído ao padre Plaza ou a Dom Manuel Amez, ligava os rios Juruá e Purus, como se fôra um só, com a denominação de *Cuja*, nome êste que não parece de origem Pano e sim Aruaque, dando, assim, a entender que gente da língua Aruaque aí esteve anteriormente à chegada dos da família pano.

O nome de *Cayari* ou *Cuyari* era dado ao rio Madeira pelos índios que habitavam os seus formadores e a zona das cachoeiras, assim como ao rio Waupés, no rio Negro; num afluente do Purus e noutro do estuário do Amazonas.

O padre Constantino Tastevin acha que o vocábulo, provavelmente, é de origem “aruak” visto ser encontrado no alto rio Negro, em terra de *Tucano*; nos pequenos afluentes do Purus, Cujar e Kuiri-hã; no contribuinte do Ucaiali-Kayari-ã; noutros do estuário do Amazonas — *Cayari*.

A sua significação tem variado: uns acham que é — “Rio Branco”; outros — “Rio Madeira” ou “Quanta Madeira”; sendo que o conde Pagan diz ser a palavra de origem incaica e exprime “o êstimen por ser tão formoso”.

Cuja, *Cuya*, *Caya*, *Cayana*, *Cusa*, *Casa*, ensina Tastevin, equivale a guaya, waya, guya, goya, com o sentido de “rio”.

De sorte que teríamos para os dois caudais, um só nome com a indicação, apenas, do acidente geográfico, pois, tanto o Juruá como o Purus eram assim chamados pelos índios, não só da família Pano, como da Aruaque.

A precedência de hordas aruaques na região do alto Juruá e mesmo no médio, é aceitável, não só por causa da palavra *Cuja* para denominar o rio, como por que os mapas de Fritz, Olmedilla, Baleato e Plaza, além de outros, colocavam tabas aruaques sempre ao lado das dos panos, sendo de notar que os “Piros”, de 1691 a 1707,

estavam localizados nas proximidades da latitude sul de 10°, ao passo que, em 1795, os “Conivos” já ocupavam êsse setor, indo mesmo até quase 11° de latitude sul, encontrando-se os Piros já no ângulo formado pela confluência do Apurimac com o Ucaiali, nas cercanias de 12°, disposição esta ainda mantida, no fim do primeiro têrço do século XIX, conforme se poderá ver no “Mapa das Missões do Ucaiali” de 1833.

A colocação anotada por êsses cartógrafos demonstra o avanço dos Panos na direção das alturas formadoras do divisor de águas do Ucaiali e Juruá, a transposição dessa morraria e assenhoreamento da bacia do Juruá, sendo que a expansão para o sul ainda se operava no fim do século XVIII, retraindo-se mais tarde para o norte.

Quanto à dilatação para sueste, parece que se deu mais cedo, tanto que, em 1714, o padre Bartolomeu Rodrigues e Francisco de Melo Palheta, “em 1723, já falavam nos Cavaripunas do rio Madeira, e Almeida Serra, em 1781, nos Caripunas” na região do Abunã e cachoeiras, como que indicando ter a dianteira dos invasores alcançado as margens do Madeira, ou, por que a tanto se atrevessem, vencendo os adversários, ou por se haver desgarrado a vanguarda em algum embate, ficando até hoje separada do grosso de seus irmãos. Êstes índios pelo meado do século XVIII, já ajudavam aos portugueses a transpor as cachoeiras, ou, talvez, antes, pois, Melo Palheta, na jornada do descobrimento do célebre rio, em 1723, lhes fornecera ferramentas.

II

CONTACTO DOS EXPLORADORES DOS RIOS

Em outubro de 1857, João da Cunha Correia, diretor dos índios do Juruá, partia de Tefé, no Solimões, para o dito rio, alcançando o seu afluente Juruá Mirim, donde trouxe um, cuja família não descriminou. No regresso, subiu o Tarauacá e Envira, passando dêste ao Purus, chegando a Tefé, de volta, a 30 de abril de 1858, conduzindo três índias “nauas” apanhadas cêrca do estirão do mesmo nome, bem como uma outra que lhe presenteara um tuchaua do alto Purus, segundo parece, das imediações do rio Chandless, mulher esta “quase branca, de rosto oval, bem feito, estatura mediana, nariz pequeno, aquilino”, que foi batizada com o nome de Leocádia e faleceu em 1912, deixando descendentes de uma filha chamada Virgínia, que se casou com Antônio da Cunha Linhares, cearense,

proprietário do seringal Santo Antônio, no rio Gregório, afluente do Juruá.

A velha e duas filhas capturadas no alto Juruá foram também batisadas, sendo que a mais nova com o nome de Petronila, ainda conhecida de Guilherme da Cunha Correia, filho do velho explorador, o qual nos disse em carta que, esta filha das selvas juruenses lhes “contava que os náuas não queriam mal aos brancos, mas eles eram maus e que há muitos anos os seus avós para escapar às suas barbaridades haviam fugido de um lugar bonito para além das nascentes do rio”.

A índia dada a Cunha Correia, na vizinhança do Chandless, branca e bem conformada, por um tucháua, devia pertencer a **tribo** dos Maneteneris, pacíficos, industriosos, moradores nessa região e **que desejavam contacto com os civilizados, cujas mulheres eram** claras e bonitas, segundo o testemunho de A. P. Rodrigues Labre, grande explorador e conhecedor do vale do Purus, acrescentando Chandless que parte dêsse gentio passava ao Juruá, pelo rio Tamaucá, ficando um pouco acima da foz do Chandless a do riozinho conhecido por “furo do Juruá”, pelo qual se passa ao vale do rio Juruá, via Embira e Tarauacá.

Isto se verificava no fim de 1857 ao começo de 1858, e se Petronila referia-se aos seus avós no sentido estrito, seus antepassados aportaram às margens do Juruá no fim do século XVIII para o princípio do XIX, mas, se empregou o termo numa acepção mais lata, o que parece mais verossímil, os vanguardeiros panos a transpuseram muito antes, tanto que no decorrer da primeira dessas centúrias já se achavam na região das cachoeiras do rio Madeira, como já vimos.

Ao passar Cunha Correia na atual zona do Juruá pertencente ao Território do Acre, na excursão aludida, no lugar a que denominou de “estirão dos Nauas” nome ainda hoje mantido, por haver aí uma aldeia dêsse indígenas, encostou a sua canoa deixando no **terreiro grande quantidade de machados, terçados, facas, panos e miçangas, objetos êsses que os “Nauas” ao regressarem à sua taba, arremecaram ao rio.**

Por essa ocasião, ficou o explorador sabendo que dias antes os “Nauas” haviam se batido com os “Jaminauas” e os “Conivos”, êstes os precursores da penetração pano na região, pois desde o tempo do padre Samuel Fritz, que eles compunham os pelotões de sua dianteira.

Eram os “Conivos” que, em 1833, serviam-se do rio Tamaia, afluente do Ucaiale, para irem ao rio que ficava a leste, sendo eles que levaram aos civilizados do oeste o nome de *Cuja*, correspondente

nessa latitude ao Iuruá, ou Juruá, secular denominação da parte inferior do extenso curso d'água, registrando, por essa época o padre Girval, o comércio dos Setebos com os seus irmãos do Juruá.

Castelnau, informado por "coletores de drogas", já registrava, em 1847, tabas de "Nawas", "Catuquinas" e "Tuchinauas" na altura do rio Tarauacá.

W. Chandless, em 1867; Antônio Marques de Meneses, vulgo "Pernambuco", em 1883; os italianos Henrique Cani, Antônio Brozzo, Domingos Stulzer e os brasileiros Ismael Galdino da Paixão e Domingos Pereira de Sousa, em 1884, só falam nos "Nauas" encontrados pelo explorador britânico, no atual seringal Ouro Preto, acima da boca do Tarauacá 346 milhas, que o atacaram nesse ponto, obrigando-o a voltar a Manaus. Pernambuco não passou do "estirão dos Nauas", onde êsses índios lhe deram uma surra, forçando-o a tornar ao seu seringal Curupaiti, entre os rios Gregório e Liberdade.

Os italianos e os seus companheiros brasileiros exploraram do dito estirão ao rio Juruá Mirim, encontrando pelas cercanias do rio Mõa extensos bananais e avultado número de indígenas que os seguiam com grande interesse por terra. No meio do estirão dos Nauas, onde se vê atualmente a sede do seringal Buritizal e na extremidade superior numa terra firme, hoje denominada "Colônia Rodrigues Alves", os exploradores estiveram em terra, visitando malocas dêsse gentio, oferecendo-lhes brinquedos e outros objetos, que despertaram a curiosidade indígena, porém, como êstes tentassem apoderar-se das armas dos viajores, instrumentos êsses a que êles prestavam muita atenção e se mostravam interessados desde o encontro na primeira maloca, os excursionistas tiveram que dar uns tiros para o ar, a fim de atemorizá-los.

A notícia fornecida à Castelnau de que silvícolas da família Pano já residiam pelas cercanias da foz do Tarauacá, atacando os viajantes e declarando guerra a tôdas as outras nações, foi de certo modo registrada por Chandless, vinte anos mais tarde, quando expõe que, em tempos idos, os Nauas faziam correrias nessa região e mesmo até abaixo da embocadura do Tarauacá.

Assim, vemos no médio Juruá, membros da família Pano desde os meados do séculos XIX, ou mesmo antes, pois, os coletores de drogas anteriormente a 1850, já falavam na temeridade de se ir além da foz do Parauacu ou Tarauacá, devido às investidas dos Nauas, tendo sido, segundo documentação oficial e particular, o primeiro a atingir o atual Território do Acre o diretor de índios João da Cunha Correia que, pelo caminho se entendia também com os índios para que colhessem produtos silvestres, principalmente salsa,

segundo informa o seu próprio filho Guilherme da Cunha Correia, resultando daí a morosa viagem redonda de mais de meio ano.

Antes disso, os informes registrados pelos cartógrafos e viajantes, apenas, mostravam que de 7º de latitude meridional para o sul, as tabas dos “nauas” ou de gentio da mesma língua se espalhavam pelos formadores do Javari, contribuintes da margem direita do Ucaiali e alta bacia do Juruá, até topar com os aldeamentos dos Piros e Campas que perambulavam cêrca de três graus ao sul, do fim do século XVII para o princípio do XVIII.

* * *

Os cronistas davam ao Juruá cêrca de meia centena de tribos, muitas das quais pertenciam também a outros rios do Amazonas, sendo que sòmente as dos Canamaris, Catuquinas e Maneteneris foram encontrados nas altas bacias do Juruá e do Purus.

O padre André Fernandes e outros escritores falavam no ânimo e valor das mulheres indígenas do Juruá, como sendo igual ao dos homens, “talvez, por descenderem das antigas amazonas”. Além, da tradição de ter havido dessas mulheres no rio, alguns cronistas se referem a duas espécies de gentio aí existentes que merecem destaque, pela sua exquiritice: a dos “Cauánas” e a dos “Uginas” ou “Coatatapiuas”. Os primeiros não passavam de cinco palmos de altura e os segundos tinham um apêndice caudal e diziam ser um produto de mulher com o macaco coatá, residentes ambos “bem acima da cachoeira do rio e longe de sua barra”.

No rio Juruá, não há, pròpriamente, quedas d'água que possa ajustar-se a êsse qualificativo. No baixo, há as corredeiras de “Urubu” “Cachoeira” e a “Praia das Pedras”. No alto, verificam-se alguns impecilhos, como a “Cachoeira do Gaston”, a 1.505 milhas da foz, seguindo-se, a “cachoeirinha da Pedreira”, “corredeira do Feijão”, “cachoeirinha do Mississipi” (1519 km), “corredeira do Mississipi Novo” (1524 km) e outras corredeiras e torrões até a foz do rio Breu (1606 km), limite com a república do Peru, além de outras até as nascentes, que desaparecem com as enchentes.

E' possível, que os cronistas quisessem referir-se às da bacia superior, onde não foram encontrados indígenas das espécies indicadas.

O desembargador Fernando Luís Vieira Ferreira, que foi presidente do Tribunal de Apelação do Cruzeiro do Sul, referiu-me por mais de uma vez que viu índios pigmeus na cidade de Cruzeiro do Sul, no alto Juruá, com os quais se retratou, fazendo presente

da fotografia ao general Cândido Rondon. A não ser essa referência, não tive conhecimento de outro caso que pudesse comprovar o asserto.

* * *

Relativamente ao vale do Purus, nota-se a predominância do grupo Aruaque (Arawak) desde a sua embocadura, sendo que os primeiros exploradores da bacia, como Manuel Urbano da Encarnação, Silva Coutinho, William Chandless, A. Rodrigues Pereira Labre e Asrael de Piper, depararam, exercendo um domínio sobre cerca de trezentas milhas nas margens desse rio, desde o Sepatini até o Iaco, interessando os rios Ituxi, Aquiri e Iaco, em região já acreana, a numerosa tribo dos Ipurinãs.

Seguiam-se os Canamaris e Maneteneris, do Iaco até as margens do Azara ou Anara, hoje, Chandless, e Curinahá, agora, Santa Rosa, dentro dos limites da acreânia, os quais já teciam e usavam vestimentas feitas de algodão.

Constava a Labre haver outras tribos para o interior, destacando-se entre várias as dos Catianas encontrados, em 1865, por Chandless acima do Ipaliá, em território peruano, porém, encontrados, por ocasião do povoamento do Território, cerca de duas décadas mais tarde, em alguns pontos da zona acreana. Andavam vestidos, informando um chefe Canamari que eles tinham vindo do oeste, o que não é impossível, espalhando-se depois pelas terras acreanas.

Já no fim de sua jornada, o geógrafo inglês topou com uns silvícolas que se mostraram amigos, isolados dos grupos vizinhos e que, segundo os Catianas, deveriam chamar-se “Mai-i-nauás”, já pendendo para o domínio dos “Nauas” ou de sua variada família, ao norte do Purus.

Castelnau não chega a mencionar índios da acreânia, uma vez que os seus informantes não passavam das proximidades da foz do Pauini, ainda distante mais de cem milhas da boca do Aquiri. Contudo, constou-lhe que as nações que viviam acima desse rio eram hostis e se denominavam Jamamaris, Tabocas e Ayapus. Nenhuma delas foi vista na zona federal.

III

ENCONTRO DOS EXPLORADORES DOS SERINGAIS

Por ocasião da conquista da região que, mais tarde passou a denominar-se Território do Acre, no vale do Juruá, encontraram-se tabas de Nauas no estirão desse nome; no rio Môa, Paraná dos

Mouras, no seringal Buritizal, sendo daí desalojados pelo explorador Galdino Lopes da Silva, de sorte que, em 1893, já não existiam no local; de Amauacas no rio dêste nome, ou Leonel, compreendendo vários seringais; em Cruzeiro do Vizeu, Pirapora e Boa Vista; de Jaminauas nos rios Amauacas, Grajaú, Porangaba e Liberdade; de Remus nos rios Juruá Mirim, Minas e Triunfo, índios êstes que se comunicavam com os Anauacas; de Capanauas, nos seringais Jaburu, Paratari, Triunfo e Cachoeira; de Araras, ou melhor Tachinauas e Catuquinas, subdivididos em Caxinauas, Iskinauas, Rumunauas e Chipinauas no rio Liberdade; de Inukuimins no alto Mõa e Iuavós no seringal Iracema no rio Tejo, sendo que houve outros grupos, cujos nomes não foram conservados.

No rio Tarauacá, as principais tribos encontradas pelos exploradores dos seringais, foram as dos Cachinauas, a mais importante da região, na margem direita do Muru; Colinas ou Kurinas, a mais brava, na margem esquerda do Muru e direita do Tarauacá; Contanauas, Chussinauas e Canamaris, nas ribas dos igarapés Humaitá e Iboiaçu, tributários do rio Muru.

No vale do Purus, os seringueiros desbravadores defrontaram os Ipurinãs, nas margens do rio Aquiri (Acre) até dez dias de viagem em canoa; Arakaris e Canaranas nos campos do Capatará; Cachetis e Gaveões no rio Xapuri; — Canamaris, Catianas e Guaraio no alto Acre; Inhamarés e Canamaris no rio Macauã, afluente do Iaco; Catianas, no local em que se assentou a cidade de Sena Madureira; Canamaris, mais acima, nas margens do Iaco; Catianas, Canamaris, Inhamarés, Capixis, Maneteneris e outros menos importantes, no alto Iaco, no atual e vasto seringal Guanabara, predominando o grupo dos primeiros.

Pelo rio Purus, em terras fronteiras à zona acreana, havia, entre outras, malocas de Ipurinãs no seringal Amparo, à margem direita e uma de Jamamadis, na esquerda, que até 1884, ainda se movimentava; no seringal Silêncio, já em território acreano, houve uma outra de Canamaris, à margem esquerda; no seringal Barcelona, na mesma banda, uma taba de Tucunarés; no seringal Santa Cruz, uma de Catianas, silvícolas êstes também encontrados na boca do Chandless, os quais no início do século ainda se achavam no alto Iaco.

Há tradição de que fôra antigo *habitat* da tribo dos Catianas um suave planalto entre os paralelos 10º e 11º S e os meridianos 67º e 68 W Gr. que se estende por uns 30 kms², parte do qual se acha desmatado e se chama "Campos Esperança", no seringal Capatará, entre os rios Acre e Abunã, tendo sido êles com o seu

machado de pedra que abateram a mata secular, conservando-os por meio de queimadas anuais, processo aliás comprovado pelos civilizados que o presenciaram e o seguem, plantando capim nas suas clareiras. A região é cortada por igarapés, varrida por brisas constantes, sem carapanãs (anófeles), partindo do seu lado oriental o rio Iquiri, nome do Ituxi, no seu curso superior.

E' certo que Newtel Maia diz, conforme já escrevemos, terem sido encontrados nos campos de Capatará, tabas de Arakaris e Canaranas, mas, isto não invalida a tradição, uma vez que os invasores brasileiros chegaram na altura dêsse descampado por volta de 1883 e, em 1865, William Chandles os deparou já em território peruano, informando-lhe um curaca canamari que os Catianas tinham vindo do oeste, pelo que não era impossível que a mataria houvesse sido abatida pelos Catianas, conservando outras tribos o arroteamento, mais tarde aproveitado pelos civilizados, que aí têm culturas agrícolas e criação de gado, mesmo porque, segundo parece, os Catianas nunca deixaram de todo a região, tanto que foram topados pelos exploradores nordestinos, na parte superior dos vales do Aquiri e Iaco, no curso inferior dêste e no do Purus federal sem falar noutras tabas existentes nas proximidades, certamente, olvidadas ou desconhecidas dos poucos desbravadores de quem conseguiu informações.

Na zona do Abunã, antes de se o explorar, já se falava no decorrer do século XVIII, nos Caripunas e Pacauaras, da língua pano. Segundo Castelnau, habitavam êste rio os Jacarias, conquistados pelos Caripunas, que ajudavam os portugueses na transposição das cachoeiras e navegação do rio Madeira. Diz Otávio Reis, proprietário de vastos seringais nessa ribeira, que o nome Abunã foi pôsto pelos Pacahuaras, segundo lhe informaram.

Os Jacarias, diz Castelnau, subiram há poucos anos para as nascentes do rio, parecendo que são os Cachararis encontrados mais tarde entre os vales do Iquiri e Abunã, na zona federal, conservando ainda o caráter bom e inofensivos como aludia o escritor francês. Ainda não se estava no meado do século XIX.

Em 1887, A. R. Pereira Labre transpondo as densas matas entre o Madre do Dios e o Aquiri, acompanhado de índios Pacaguaras e Guaraio, palmilhou uma ponte sôbre o Caramanu (alto Abunã), constituída por um tronco de árvore de mais de trinta metros de extensão, passando na tarde do mesmo dia, uma grande povoação guaraia abandonada há um ano. Prosseguindo viagem, chegou a uma outra aldeia de Guaraio de uns 60 habitantes e mais adiante, antes de alcançar às barrancas do Aquiri (Acre), sem falar no Iquiri, atravessou uma cidade selvática denominada Canamary.

Em uma conferência feita no Rio, em 1888, dizia Labre acharem-se as margens do Abunã infestadas de selvagens antropófagos, Pacaguaras, Caripunas, Pamas e Araras.

O referido Otávio Reis, baseado em depoimentos de velhos habitantes do vale do Abunã diz que a exploração do rio foi iniciada em 1898, pelas suas cabeceiras, encontrando-se, por essa ocasião, tribos de Tauamanos, Pacahuaras e Cachararys, tendo desaparecido a primeira que deu ou tomou o nome ao rio ao sul do Abunã, restando as demais.

* * *

Em alguns lugares os exploradores dos seringais foram bem recebidos, como no baixo Acre, entre os Ipurinãs, os quais, segundo Newtel Maia, um dos primeiros desbravadores dessas selvas, eram pacíficos e se apresentavam aos invasores para com êles trabalhar; tendo sido dizimados pelo sarampo e exterminadas as sobras pelos bolivianos quando se apossaram da região, no fim do século XIX para o princípio do atual. Avelino de Medeiros Chaves foi auxiliado pelos Catianas, Canamaris, e outras tribos na exploração dos seus vastos seringais no alto Iaco, mas, à proporção que os serviços se iam alargando, chegaram novos colonos e entre êstes alguns maus elementos que provocaram o desaparecimento dos indígenas.

Joaquim Camelo, dono de vários seringais no alto Acre, onde chegou em 1890, refere que na região quase não havia índios, sendo pequenas as tribos e pacatos e tímidos os seus membros, pertencentes a família Canamari, atributos êstes também dados aos Canamaris do seringal Silêncio e aos Tucunarés de Barcelona, ambos da margem esquerda do Purus.

Os Caripunas e Jacarias ou Cachararis do vale do Abunã, também eram de boa índole e inofensivos, auxiliando os primeiros aos portugueses na transposição das cachoeiras e navegação do Madeira, sendo contrárias a essa pacatez as informações sobre os elementos indígenas de outras malocas, como a dos Catianas nos seringais Santa Cruz e próximos a Boca do Chandless, os quais se mostravam agressivos, pelo que tiveram que ser batidos por um dos maiores exploradores dêstes sertões, o cametauara Leonel Antônio do Sacramento.

Os Pacauaras das ribas abunenses opuseram-se por muitos anos a invasão dos seus domínios, só conseguindo os bolivianos aí penetrarem em 1898, quando um quinquênio antes já estavam povoando o rio vizinho chamado Orton, e os brasileiros se encontravam nas imediações, do lado do norte, há três lustros.

Quanto ao Tarauacá e Juruá só tivemos notícias de sua braveza, tendo havido recontros em que o seu arrojo e bravura ficaram bem demonstrados.

Um dos proprietários e desbravadores do vale do Tarauacá, Júlio Pereira La Roque, informa que as principais tribos encontradas foram a dos Cachinauás, Colinos ou Kurinas, a mais brava, Contanauas, Chussinauas e Canamaris, bem numerosas, sendo a primeira a mais importante, não tendo havido aí catequese, tendo sido uma grande parte aniquilada a bala e outra escorraçada, que procurou os divisores de água, longe das margens dos rios, ou se refugiou nos ermos das “montanhas” peruanas, aonde se defrontavam com as balas dos caucheiros da república vizinha, de quem os remanescentes indígenas tinham verdadeiro horror, ainda no primeiro quarto do século vigente.

Nas margens do Juruá, os abridores de seringais tiveram que lançar mão dos mesmos recursos para afugentá-los ou dominá-los, restando ainda dessas rumorosas façanhas, nomes como “Triunfo”, “Vitória”, “Novo Triunfo”, assinalando os êxitos dos conquistadores, nos barrancos do Juruá, como do Tarauacá, Acre e Purus.

O que é evidente é que de certo modo, a população indígena da região, principalmente, dos vales do Juruá, Tarauacá e Iaco, era considerável, porém, escorraçados a bala pelos civilizados: brasileiros (seringueiros) e peruanos (caucheiros), além das lutas internas entre as próprias tribos, o seu número foi decrescendo de tal modo que na época em que o governo brasileiro estabeleceu o Território do Acre, já os seus grupos estavam mui reduzidos.

Tinha-se o índio como um animal prejudicial e maléfico, incapaz de ser civilizado, pensamento, aliás, de pessoas influentes que dirigiram a colonização, porém, ignorantes, incapazes de tomar no momento outra direção, principalmente, por encontrarem alguma resistência na ocupação da terra, o qual só poderia dar o resultado verificado, a quase exterminação dessa gente.

Não era de admirar êste conceito, entre homens, geralmente incultos, quando na costa leste do Brasil, séculos antes, pessoas de mais letras, consideravam os ameríndios irracionais “abaixo dos pretos e pouco acima dos macacos”.

O índio de um modo geral não era mau. Se havia no seu meio elementos perversos, isso também acontece entre os civilizados. O que é corrente entre as pessoas que lidaram com eles é que eles não consideram furto a retirada de objetos da posse de outrem, tanto que o fazem até na presença dos donos.

A prevenção contra os brancos tinha raízes profundas, tolerando que transitassem pelos seus rios, os observando e acompanhando pela mata, ou atacando-os violentamente, dando lugar a matança de uma e outra parte.

Quando os nordestinos brasileiros chegaram à região acreana, os silvícolas dessas terras ou seus antepassados já tinham estado em contacto com os civilizados, sendo conhecedores do sistema de agarramento feito por êstes, não só para o serviço do govêrno, como dos próprios agenciadores ou catequistas, escravizando-os, vendendo-os, roubando-lhes as mulheres e filhas.

De sorte que a animosidade encontrada pelos invasores, tinha seu fundamento, motivo pelo qual os indígenas recebiam os invasores com prevenção e desconfiança.

Isto, porém, não impossibilitou o convívio e trabalho entre as duas comunidades.

Seringueiros e indígenas, passados os primeiros choques, entenderam-se, chegando êstes a trabalhar na seringa ou na faina de caça e pesca, em que eram exímios, exceto os menos cordatos que preferiram o recôndito das matas, mas, aqueles começaram a invadir os lares indianos, maculando-os ou carregando para suas “colocações” as cunhãs e cunhantãs, dando lugar a desavenças entre as duas raças, do que resultou, em alguns lugares, verdadeiras caçadas contra os índios, como aconteceu no alto Iaco, no princípio dêste século, em que, sob a chefia de João Alves Vieira, dono do seringal Olinda, foi organizada uma batida contra os Catianas, deixando espalhados nas margens do rio dezenas de cadáveres, salvando-se algumas mulheres que se refugiaram noutro seringal, no qual se dedicaram com proveito à cultura agrícola.

Mais tarde, quando os peruanos dispuseram-se à extração do caucho, fizeram verdadeira devastação no meio indígena; dando lugar a que algumas tribos se coligassem contra êles, como, entre outros casos, convém assinalar o agrupamento de famílias de Cachimauás, Eskinauas e Rununauas que, sob a direção do célebre tuchaua Tescon, praticou várias proezas nas lutas contra os peruanos, gabando-se o próprio Tescon de que sômente êle matara trinta e quatro inimigos.

O escritor J. N. von Hessel confirma essas correrias dos peruanos, acrescentando que eram contínuas e faziam êles “lucrativos negócios, havendo indivíduos que em quatro ou cinco anos, venderam mais de trezentos indígenas”; só tendo os selvagens aprendido vários vícios que não tinham em suas “montanãs”, sem nada aproveitar da civilização. (“Bulletin de la Sociedad Geogr. de Lima, 1903, ano 13.º, p. 244”).

Reduzido, assim, o elemento indígena da região, por essas lutas inevitáveis, no momento, devido a ausência de uma organização que pudesse melhor encarar a situação e ainda por algumas moléstias introduzidas pelos civilizados, chegou ao regime governamental instituído pela administração do país, em 1903, em cumprimento ao tratado de Petrópolis.

IV

NO TEMPO DAS PREFEITURAS

O Território do Acre fôra criado no ano referido, mas, os Departamentos em que se subdividiu, denominados Prefeituras, somente foram instalados no segundo semestre de 1904; e no seu Relatório de 1905, o prefeito do Alto-Juruá, Gregório Taumaturgo de Azevedo, informava ao ministro do Interior, que o elemento indígena no Juruá era menos abundante do que no Tarauacá e Embira, sendo em geral "cordatos e facilmente catequisáveis, muito industriosos e grandes agricultores". Raramente procuram o seringueiro, esperando dias e meses a ocasião em que os trabalhadores deixam as barracas a sós, para assaltá-las, rapinando-as.

Neste "Relatório" foram mencionadas aldeias de *Caxinauás* nos rios Acuraua, alto Tarauacá, Muru, Iboiaçu, Humaitá e alto Embira (margem direita); *Curinas* nos rios Acuraua, Muru, alto Embira (margens direita e esquerda) e Paraná do Ouro; *Jaminauás* nos rios Humaitá e alto Embira (margem direita); *Contanauás* no alto Tarauacá e Humaitá; *Catuquinas* nos rios Catuquinas e alto Embira (margem direita); *Ararauás* nos rios Humaitá e alto Embira (margem esquerda); *Tuxinauás* nos rios Humaitá e Turunaia; *Ararapinas* (ferozes) no rio Humaitá; *Capanauás*, *Aninauás* e *Bocas Pretas* no alto Embira (margem esquerda); *Marinauás* no rio Turnaia e *Canamaris* nos rios Jurupari e Massipira, tributários do Embira.

Os que moram nas cabeceiras do Gregório, Acuraua, Liberdade e São Salvador, estão armados de carabinas Winchester (rifles) e são peritos na pontaria, roubando o armamento e municimento dos seringueiros, acrescentando o prefeito que êstes eram poucos, sendo a maioria de índole pacífica.

Quanto ao Juruá, adiantava que os mais irrequietos viviam nas cercanias do Gregório e Liberdade, ao passo que os Amoacas (Amahuacas), ou Mouras do Paraná da Viúva (ou dos Mouras) e os aldeados nas vertentes do Moa eram pacíficos, havendo além.

dêsses, grande número dêles nas proximidades das cabeceiras do Javari.

Relativamente a ter o prefeito falado no gentio *Moura*, como ocasionando o nome do “Paraná dos Mouras”, tenho a registrar que esta denominação vem de haver sido o riozinho pertencente a Francisco Rodrigues de Moura, seu desbravador. Morrendo êste, passou o seringal a seus herdeiros, apelidando-o o povo, concomitantemente “Paraná da Viúva” ou “Paraná dos Mouras”. Os irmãos que passaram a senhores, chamavam-se Bráulio, Francisco, Elias e Gregório de Moura.

O referido prefeito, no seu “Relatório” de julho de 1906, já melhor informado, dizia que dos três Departamentos do Território do Acre, o do Juruá, era indubitavelmente, o em que os aborígenes mais avultavam, sendo numerosas as suas tribos, mas, que devido ao acossamento dos peruanos desde as margens do Huallaga e Ucaiale, perseguindo-os até estas alturas, refugiou-se a maioria entre a margem direita do Juruá e o Jurupari, afluente do Embira, ponto extremo do Departamento do Alto-Juruá. E aduzia, quem atravessa por terra do Juruá para o Tarauacá e seus tributários depara constantemente malocas, assentes especialmente nas colinas de que brotam os infinitos rios da região.

Êste prefeito, além de procurar estudar os aborígenes da região, tentou protegê-los, criando a “Caixa dos Índios”, chegando a arrecadar para tal fim a quantia de 6:075\$250, por decreto de 16 de junho de 1906.

Sòmente, mais de dois decênios depois, o Govêrno da União publicava a Lei de 27 de junho de 1928, regulando a situação dos índios nascidos no território nacional.

Continuava Taumaturgo a considerá-los mansos, na sua maioria, não sendo difícil trazê-los ao convívio dos civilizados, “aproveitando-os na agricultura, em que são peritos e nos transportes”.

E acrescentava: “Já convidei o Sr. Ângelo Ferreira da Silva, residente em Cocamêra, no Tarauacá, a romper dali um varadouro em direção ao Cruzeiro do Sul, prometendo-lhe um auxílio por tal empreendimento”. “Êste proprietário tem ao seu dispor, perfeitamente catequisados, cêrca de 150 índios, com a ajuda dos quais já abriu uma estrada de rodagem em direção às cabeceiras do rio Gregório”.

Esperava o prefeito terminar êste varadouro principal e outros, e com o auxílio de trapistas ou outros missionários, melhorar a sorte dêstes desamparados indivíduos, acabando com as provocações de uma a outras tribos, próprias da época em que se vivia de guerra e para a guerra, cedendo o lugar à era do labor agrícola e industrial.

As vêzes, os provocadores são indígenas, mas, insuflados por civilizados, acrescentava.

O prefeito A. M. Bueno de Andrada, em seu "Relatório" concernente ao ano de 1909, informava que o trabalho para incorporar os índios à civilização continuou pacificamente, evitando atritos entre êles e os seringueiros, não constando durante o ano um só conflito entre êstes e os seus vizinhos.

Nessa cruzada, adianta Bueno, cumpre destacar o arrojado sertanejo Ângelo Ferreira, que, nas margens do Tarauacá empreendeu a pacificação, proteção e civilização de tribos errantes ao redor dos seus seringais. Valente, calmo, bondoso, arri-cando muitas vêzes a vida, conseguiu captar-lhes a amizade, a ponto de ser por êles idolatrado. Fez três longas excursões pela mata; uma do Tarauacá ao Jordão, outra até as margens do Juruá e a terceira às mais altas cabeceiras do Muru, fazendo amizade com várias tribos, sem derramar uma gota de sangue indígena; e outro cearense progressista e inteligente, Absolon Moreira, o qual por meio de constantes atos de tolerância conseguiu a confiança das tabas do rio Leonel (Amahuacás), tratando os seus componentes por meio de um sistema de recompensa, acostumando-os ao regime do trabalho. Não os tem presos à gleba dos seus seringais. Quando êles aparecem, executam diversos serviços, recebendo o pagamento previamente combinado, retirando-se depois para as suas malocas.

E' preciso assinalar que Ângelo Ferreira terminara a picada a que aludiu o Prefeito Taumaturgo, entre o Tarauacá e juruá, numa extensão de 246 quilômetros, trilho êste aproveitado pela Comissão de Obras Federais chefiada pelo dito engenheiro Bueno de Andrada, em 1908 e 1909; tendo sido assassinado por arrendatários de seringais seus quando os procurou para regularizar suas transações, em vésperas de partir para uma longa incursão.

Bueno de Andrada acrescentava que duas circunstâncias concorriam para apertar os laços de amizade que ligavam por êsse tempo os brasileiros e algumas tribos do vale do Juruá, e, escla-recia que a primeira era o rápido desaparecimento dos caucheiros peruanos, "verdadeiro flagelo dos silvícolas", que mantiveram por largos anos, "verdadeira guerra de extermínio" contra êles; felizmente, gradual e eficazmente afastada, devido à preponderância do elemento brasileiro e retirada dos peruanos por já não terem o que fazer com o esgotamento dos cauchais. A segunda consistia nas medidas tomadas pela Prefeitura para impedir lutas entre as massas indígenas e os seringueiros.

Bueno de Andrada achava "humano e justo e provavelmente muito proveitoso para o país" "marcar território para os indíge-

nas". E adianta que não esquecido dessa promessa, logo que chegou ao Juruá, procurou pô-la em prática, entabulando as primeiras relações com os índios, graças à intervenção dos coroneis Ângelo Ferreira e Absolon Moreira.

Alguns tuchauas permitiram no meio de suas tabas turmas de civilizados, compostas de um chefe e oito auxiliares, para exercer uma espécie de fiscalização a fim de evitar-se correrias e atos de desforra sangrenta; fazendo respeitar pelos seringueiros as terras povoadas pelos índios.

Cumprindo o combinado, os silvícolas convenceram-se dos intuitos protetores do Governo, e "desde então, vinham confiantes, quase mensalmente, em grupos de 15 a 20, visitar o Cruzeiro do Sul".

Alguns índios domesticados trabalharam contentes nas oficinas da "Comissão de Obras", entregando-se os do rio Gregório, à lavoura para o próprio consumo, considerando-se como proprietários dos campos que cultivam, chegando a tal ponto "sua civilização que, a troco de roupas, armas, instrumentos de lavoura, limpavam mais de trinta quilômetros no leito da estrada, que liga as três Prefeituras". A primeira dessas turmas era dirigida por Guilherme Duque de Azevedo e a segunda por Antônio Bastos, sendo "as despesas desta custeadas pela Comissão de Obras e as daquela pelos cofres da Prefeitura".

O 2.º sub-prefeito Carlos Frederico de Noronha, que substituiu o Sr. Bueno de Andrada, no seu "Relatório" de março de 1910, diz que a Prefeitura continuava a manter entre os índios da região (Juruá e Tarauacá) empregados encarregados de sua catequese, lugares criados pelo seu antecessor.

Acrescentava que êsses funcionários vêm constantemente à cidade Cruzeiro do Sul, acompanhados de grande número de indígenas, fornecendo-lhes a Prefeitura roupas, redes, armas de caça e alimentação, durante a estada na cidade.

"A Comissão Mista Brasileiro-Peruana de reconhecimento do rio Juruá, em sua "Memória" de 22 de maio de 1906, fala em três encontros com o gentio Amahuaca que segundo informações colhidas na região, tinham seus toldos nas cabeceiras do Amonea, Tejo, Breu, e outros afluentes do Juruá, já em território peruano, os quais levavam suas excursões aos vales do Embira e do Ucaiale. Êsses silvícolas tinham extensas roças de mandioca, mamão, milho, batata doce, bananas e feijão, havendo "entre êles indivíduos que tiveram contacto com homens civilizados e entendem um pouco o português e o espanhol".

O engenheiro João Alberto Masó, no seu "Relatório" de 1910, ao ministro da Agricultura, referindo-se ao Juruá, diz que havia tabas de Nauas nos rios Môa e Paraná dos Mouras, sendo os daquele rio dizimados por moléstias de caráter contagioso e os do segundo, acossados para as cabeceiras com grandes perdas. Fala no massacre de 400 índios "Ajubins" do rio Gregório, pelos peruanos Carlos Scharff e Eufraín Ruiz; na pacificação dos Capanauas que, em 1905, atacaram os seringais Santa Luzia e Pacujá; por Ângelo Ferreira, que os levou a abrir varadouros e grandes roçados; nos milhares de Jaminauas no rio dêsse nome, e de outras tribos no Paraná do Ouro, Humaitá, Iboiaçu e em tôdas as cabeceiras dos principais rios e de seus afluentes, calculando em um número aproximado de 20.000, os indígenas mansos e bravos do Departamento do Alto Juruá.

Essa tribo de "Ajubins", a quem as outras fontes a que recorri, não se referem, deixou na margem direita do Gregório, o nome num afluente já no território amazonense, e num seringal no Alto Embira.

Paraná do Ouro desagua à margem esquerda do rio Embira; Humaitá e Iboiaçu afluem para a direita do alto Muru, ficando próximo um do outro.

O engenheiro Nunes de Oliveira, em 1907, visitou malocas de Nauas e Esquinauas, entre o Liberdade e o Gregório, encontrando-se com o chefe dos Cachinauas, o tuchaua Tescon perto do rio Forquilha, afluente do Liberdade, célebre êste curaca pelas lutas travadas contra os caucheiros peruanos. Falava alguma coisa de português e espanhol, pois, fôra educado entre os peruanos. Era "de estatura regular, muito vigoroso e mal encarado". Vestia calça e camisa, no que se destacava dos outros. Nessa viagem, o referido engenheiro, em cinco malocas, viu quase trezentos índios, estando a maioria das tabas que visitou abandonadas ou queimadas.

Em janeiro de 1914, calculava o prefeito F. de S. Rêgo Barros, em Relatório ao ministro da Justiça, o elemento indígena do Departamento do Juruá, não excedente a um milhar nas aldeias conhecidas, tendo ficado as mais numerosas e povoadas no território do novo Departamento do Tarauacá, cujas tribos enumera e são as mesmas relacionadas em 1905, pelo prefeito. Taumaturgo de Azevedo.

Observava mais Rêgo Barros, a extinção gradual e natural dêsses aborígenes, principalmente devido ao defluxo ou catarro, que os matava em poucos dias, dizimando-os vez por outra, e acrescentava que os índios estabelecidos nas cabeceiras do Môa, Liberdade, Tejo, Amonea, Paraná dos Mouras e outros pontos, são, em geral,

pacíficos e mantêm boas relações com os civilizados, na sua maioria, dev' do ao esforço de alguns proprietários que, no próprio interesse de sua indústria, empreenderam, primeiramente, no início do povoamento, sacrificando muitas vidas e, depois, “mesmo recentemente com largos dispêndios, a catequese dêsse elemento difficilmente aproveitável à civilização”.

Entre os que mais se esforçaram nessa pacificação regional, cita: Ângelo Ferreira, Antônio Bastos, Mancio Lima, Absolon Moreira, Freire de Carvalho, Francisco Bonifácio, Porfírio Ponciano e Bráulio de Moura; sendo que o primeiro dêles catequisou mais de mil índios, que lhe eram dedicadíssimos; o segundo trouxe mais de oitocentos silvícolas a relações amistosas com os seringueiros, permitindo o alargamento do campo de ação da indústria extrativa; e o terceiro que tinha o trabalho dos seus seringais perturbado por indígenas vizinhos, conseguiu, após um esforço de mais de 12 anos, com vultoso dispêndio de numerário, aproximá-los com o auxílio de Antônio Bastos, localizando na sua fazenda Barão do Rio Branco, no rio Mõa, 150 individuos da tribo Poianaua, apresentando alguns belos tipos físicos, tendo vários, estatura fora do comum entre indígenas.

“Refratários ao trabalho e à disciplina, como são em geral todos os índios, os adultos difficilmente poderão ser aproveitados com vantagem; sòmente aos menores se poderão fazer sentir os efeitos da civilização”.

Era o pensamento do prefeito ou de quem fêz o relatório.

* * *

Acrescentava o prefeito Rêgo Barros: “O serviço instituído pelo Governo Federal, de defesa e proteção aos silvícolas, não tem dado resultado prático no Departamento, apesar de aqui estarem destacados dois funcionários designados pela direção do serviço em Manaus”. “Por maior que seja a dedicação dêsses empregados (e êles o têm sido realmente dedicados), quase nada lhes têm sido possível fazer, em virtude de não disporem de elementos pecuniários para o êxito de uma empresa dispendiosa, como essa que lhes foi cometida”.

Fala numa agressão violenta dos índios da margem esquerda do Breu, por meio de rifles em 1913, a seringueiros vizinhos, morrendo alguns, indo acomodá-los o senhor Antônio Bastos, mas, frisa que só mui raramente os íncolas atacam sem uma prévia provocação dos civilizados, agredindo, geralmente, em represália às correrias, que são no Departamento, raríssimas, ou quando lhes

tiram os filhos, violentamente ou por meios abusivos e, aduz que, “Em regra, eles se limitam ao furto nas barracas de seringueiros mais próximos de suas tabas”. E conclui: “o que se tem feito a favor dos índios neste Departamento e no do Tarauacá é devido, até hoje, quase exclusivamente à iniciativa de particulares”. “Nula tem sido a ação de catequese oficial nestas paragens”. (Relatório citado, pág. 65).

O prefeito do Departamento do Alto Purus dizia no seu Relatório de 1906, que se ia incorporando pacificamente à sociedade nova, os índios da região, cessando pouco a pouco os conflitos entre eles e os seringueiros e, apesar de ainda haver alguma luta entre as duas castas, a maioria dos seringueiros procede para com eles mais humanamente do que os caucheiros originários da Bolívia e do Peru.

E acrescenta: o sistema de catequese dos primeiros ocupantes, contrariando-lhes a índole e obrigando-os ao serviço da caça e pesca, no qual revelavam extraordinária habilidade, e as índias nos trabalhos domésticos e outros inconfessáveis, forçou-os a abandonar suas malocas, à beira dos rios, emigrando para o recesso das matas, aonde seriam livres, originando-se dêsses métodos de tratamento lutas e represálias tremendas. Acossados pela bala dos rifles “defenderam corajosamente sua liberdade, contra o jugo selvagem do homem, que se dizia civilizado”. E aduz: “Organizaram-se verdadeiras caçadas humanas, reunindo-se grupos de brancos para os montarem, e não raro, após sangrentos combates, sempre em desvantagem para os índios, regressavam às suas barracas (pág. 27) os pretendidos civilizados e conquistadores, trazendo à guisa de troféus, os índios menores e moças, deixando estendidos no solo, mortos ou feridos, os indivíduos do sexo masculino da tribo, vítimas da sua cobiça e libidinagem”. E “assim foi diminuindo, ano a ano, a população aborígene, sem proveito para a civilização e em detrimento dos princípios de humanidade” (pág. 28).

Mas, continua o prefeito, à proporção que a civilização foi penetrando, essas perseguições foram se reduzindo, sendo, atualmente, frequente encontrar-se grande número dêles agremiados prestando bons serviços aos donos de seringais, em troca de armas que manejam e usam admiravelmente, roupas grosseiras, objetos ordinários, como contas, missangas, etc. (pág. 28).

O prefeito Cândido José Mariano ajuntava que se empenharia em protegê-los, verificando a sua situação moral e material, a fim de lhes assegurar o tratamento a que tem direito, já tendo permitido a um brasileiro, acostumado ao convívio dêles, aldeia-los no alto Iaco, concessão esta mediante condições impostas pelo governo

prefeital em benefício dos silvícolas e do trabalho que produzirem, e, se as circunstâncias permitirem, agrupá-los-ia em aldeamentos situados em pontos convenientes, convencendo-os pela persuasão das vantagens do seu novo estado, “ensinando-lhes o trabalho agrícola, mediante módica retribuição pecuniária e outros afazeres úteis consentâneos com a sua grande civilização” (pág. 28). Porém, no Relatório referente ao ano de 1908, o dito prefeito não fala em índios, sua catequese ou nos aldeamentos que pretendia fundar dois anos antes.

No seu Relatório de janeiro de 1914, o prefeito Samuel Barreira dizia que, na sua viagem de inspeção ao rio Iaco, em 1913, tinha em vista também observar “algumas tribos de índios desorganizadas e dispersas pelo Alto Iaco, estudando ponderadamente a possibilidade de conciliar os interesses deles “com as respeitáveis conveniências da civilização, organizando, aldeamentos nos arredores desta cidade onde os índios possam, cercados de conforto e de garantias entregar-se pacificamente a trabalhos agrícolas”.

“Os índios a que se referia o prefeito pertenciam às tribos já muito reduzidas de Catianas e Maneteneris, pelo que se pode concluir haverem desaparecido, em 1913, das terras do antigo Departamento, hoje município de Sena Madureira, as demais hordas, como sejam Canamaris, Inhamarés, Capixis que moravam na bacia do Iaco.

No tocante às margens do Purus federal, tudo indica que já não havia, por essa época, tabas indígenas. As poucas malocas encontradas pelos seringueiros, foram destroçadas pelos desbravadores da região, principalmente, quando se mostravam obstinados na defesa dos seus domínios como os valentes Catianas.

Ainda na época das Prefeituras ou Departamentos, o tenente do exército Luís Sombra, a serviço da administração do Alto Juruá, foi nomeado em 1905 delegado de polícia do Alto Tarauacá, tendo as suas atribuições o encargo de reprimir as correrias aos índios que ali se faziam, como no resto da Amazônia constituindo o “Esporte” predileto de muitos seringueiros durante os lazes da safra”.

Adianta o delegado que teve de enfrentar a animosidade de alguns potentados daquelas plagas, os quais achavam não ser crime nem pecado matar índios, por serem pagãos, ou *infideles* como os apelidavam os peruanos, “seus matadores profissionais e com quem muitas vês os brasileiros contratavam a expulsão ou extermínio dos índios existentes nos seringais que exploram a trôco da devas-tação gratuita dos cauchais por parte daqueles”.

Nessa missão ficou conhecendo ou tendo informações sobre mais de vinte tribos, destacando-se de tôdas a dos Cachinaus, no-

tável, não só por sua índole laboriosa e pacífica, como por ser a mais numerosa da vasta bacia do Juruá, cujos restos “viviam em malocas situadas em terras firmes aos fundos dos seringais da margem direita do referido rio, da foz do Chiruan para cima, até o alto riosinho da Liberdade e disperso no alto Tarauacá, acossados pelas cruéis correrias, de que são vítimas anualmente, já não havendo notícias dos que se embrenhavam em outros afluentes do baixo Juruá”.

Atualmente (1907), aduz êle, estão mais concentrados no rio Liberdade, aonde soíreram grandes correrias até 1906, no alto Gregório, (que tem um afluente denominado igarapé dos Cachinauás), e alguns contribuintes do Tarauacá, achando-se as suas principais malocas nas terras firmes entre o alto Embira e o alto Muru, sobretudo nas margens do Iboaçú, onde os visitou em 1905 e 1906.

E assim ficou conhecendo, além dos cachinauás (morcegos), os araripinas (bocas pretas), canamaris, caraná, catuquinas, curinas-espinhos, parauás, binanariás, (maribondos), bitinauás, (encourados), capanauás (quatipurús), contanauás (cocos), inínanuás (gatos), iumnanuás (piscivoros), jaminauás (machados), mahinauás (rasteiros), marinauas (cotias), nyganauás (jacamins), pacanauás, peukeuyánauás (tripudos), psinauás (corinas fedorentos), tuxunauás (amarelos), xaranauás (bonitos), xauánauás (araras) e outros cujos nomes esqueceu.

O engenheiro Máximo Linhares, em 1911, ainda no tempo das Prefeituras, porém como ajudante do Serviço de Proteção aos Índios, percorreu os vales do Juruá e do Tarauacá, encontrando no primeiro malocas de Caxinauás e Araras, nas cabeceiras do Forquilha, afluente do Liberdade, local em que residia o famoso chefe Tescon (caxinauá), falando regularmente o português e tendo pequeno comércio de borracha e produtos dos seus roçados com os barracões vizinhos; e nos manadeiros do rio Gregório; Jaminauás no igarapé da Besta (Liberdade); Poianauás entre o Paraná dos Mouras e o Môa; Inocuinins (onça venenosa e cheirosa), no seringal Gibraltar, no alto Môa; Mouras no Paraná dêste nome; Saunauás e Jaminauás no rio Valparaíso; Amoacas, Jaminauás e Chipinauás, no rio Amoacas; Chipinauás no rio Grajau; Yauavós no igarapé Acuriá; nas terras entre o São José e Acuriá, os Capanauás; e no segundo os Caxinauás, Contanauás, no alto Tarauacá; Catuquinas, no rio dêste nome; Caxinauás e Curinas no alto Muru; Caxinauás no Iboaçú (alto Muru); Araras, Ararapinas, Contanauás, Caxinauás, Jaminauás e Tuxinauás, no rio Humaitá, também contribuinte do Alto Muru; Caxinauás, Jaminauás, Curinas, Catuquinas, Aninauás, Ararauás, e Capanauás, no alto Embira; Marinauás e Tuxinauás no rio Furnaya, no alto Embira; Curinauás e

Caxinauás no Paraná do Ouro (margem esquerda do Embira); Canamaris nos rios Jurupari e Massipira.

Acrescentava Linhares que grande parte dêles estava pacificada e vivia em harmonia com os civilizados, tendo tido notícias o referido engenheiro de violências praticadas por civilizados nas cabeceiras do rio Embira.

DEPOIS DE 1920

Com a unificação da administração do Território nada fez o govêrno territorial para melhorar a situação dessa gente, havendo vez por outra, violências no rio Emb-ra em cuja parte superior mais avulta o número de indígenas menos confiantes na amizade dos civilizados.

Houve, porém, um homem não pertencente a órbita governamental, mas, no desempenho do seu vicariato cristão, o padre francês Constantino Tastevin, da Congregação do Espírito Santo, com sede na cidade de Tefé, no Solimões, que se interessou pelo assunto e nos deixou os melhores estudos e observações que há sôbre os silvícolas da bacia do Juruá, especialmente do alto Liberdade e do alto Tarauacá e Muru.

No tocante ao Juruá, as suas observações ainda se referem ao triênio de 1912-1914, no período prefetural, logo a seguir a viagem do engenheiro Máximo Linhares, de sorte que pouco difere dos grupos indicados por êste. Chama aos Poianauas que tinham suas tabas entre o Paraná dos Mouras e o Môa, de Cuyanauas, desde 1914, pacificados pelo seringalista Mâncio Agostinho Rodrigues Lima, que, a contar do princípio do século, vinha tentando e se esforçando pela sua catequese, na qual foi ajudado por Antônio Bastos, funcionário do Serviço de Proteção aos Índios. Já não se refere aos Sanynauas e Jaminauás do rio Valparaíso e lembra os Campos e Remus das cabeceiras do Juruá-Mirim, olvidados por Linhares.

Devo, contudo, acrescentar que de 1910 a 1920, procurei saber quais as malocas ainda existentes na bacia do Juruá Federal e só consegui referências sôbre a passagem de cerca de 70 Ararauás (Tachinauás) no seringal Humaitá (margem direita do rio Amauacas) vindos do alto Gregório, acossados pelos Catuquinas, Cachinauás, Iskinauás, Rununauás que alcançaram o Tarauacá, com escala pelo rio Tejo. Em 1922, os Catuquinas ainda tinham uma maloca no seringal Bom Futuro, no Liberdade, e os Cachinauás nas fontes do Gregório, e, cerca de 1930, havia tabas de Jaminauás nos rios Valparaíso (terra firme do Mandy), Tejo (no seringal Bagé) e en-

tre os rios Amauacas e Grajau; de Yauavós no rio Tejo (seringal Iracema); Inukuinis nas cabeceiras do Môa; e de Amauacas (Chipinauas) nos igarapés São João e Caipora e nascentes do rio Breu.

Quanto ao Tarauacá, os estudos do padre Tastevin datam de 1923 e 1924, destacando êle entre várias tribos, as dos Kachinauás e Jaminauás, sendo que êstes estiveram nos igarapés Iboiaçu e Motuya ou Jaminauás (afluentes da margem direita do alto Muru) e na foz do Murusinho, achando-se em 1923, nas margens do Embira.

Havia também no Muru, os Hsunauas; misturados com o Kachinauás; os parânuás; os Bastanauas, cujo nome significa *filhos dos bosques*, sòmente se nutrindo do que lhes oferece a natureza e do que podem roubar aos trabalhadores vizinhos, vivendo sempre à sombra de grandes árvores, só vendo o sol através de suas ramagens, e outras menos importantes.

Os Jaminauás estavam no igarapé Bom Jardim, a montante de Revisão, no rio Tarauacá e no alto Embira, na região do Progresso, fronteira com a república do Peru, e os Kachinauás nas cabeceiras do Paraná do Ouro (deserto) e Paraná do Brabo, afluentes da margem direita do Embira e esquerda do Muru, mais ou menos entre União no Embira e Ocidente no Muru e as nascentes daquelle paraná.

No Alto Tarauacá, há índios civilizados e selvagens, acrescenta o sacerdote, localizando-se êstes nas ribas do Matapá ou igarapé do Bernardo, e no Laurita ou igarapé dos Papavos, ambos formadores do rio Jordão. Os primeiros são os Nehanawa e os segundos os Yumbanawa e Chanenawa. Aqueles vieram de galhos da margem esquerda do Embira, de onde foram enxotados pelos Kontanawa e Mainawa, ainda selvagens e pelos Machonawa. Tem sido vítimas também dos Peruanos que cercaram sua taba e há cêrca de quatro anos mataram um grande número. Os Yumbanawa são conhecidos pelos brancos pelo nome de Papavos. Êstes mesmos índios ou alguns dêles denominam-se de Amauacas, principalmente os Nisinawa e outros se chamam simplesmente Tyani ou Tchaninawa; Mastanawa ou Bastanawa; Binawa, Charanawa, Yabi ou Yambinawa (fabricantes de machados); Chanenawa (pássaros azuis); Ma'nawa (os que dormem por terra, segundo os Kachinawa); são os índios a que êles próprios dão o nome de Papavos e que têm por hábito mudá-lo para confundir seus inimigos.

Não encontrei, diz Tastevin, os Kununawa, nem os Kurunawa, que pintam o corpo com cinza branca, nem os Tōsinawa, os quais são apontados como tendo outrora habitado entre o Muru e o Embira. Talvez, sejam os índios que os brancos chamam de Catu-

quina, das fontes do Paraná do Ouro. Os demais têm sido indicados como habitantes do alto Embira.

Afora as índias subjugadas, os índios domesticados se dividem em Cachinauás, Jaminauás e Catuquinas.

Os Kachinauás de Felizardo Cardoso, no alto Jordão, são originários do Iboiaçu e do Humaitá no alto Muru; os que se acham abaixo de Redenção e Atenas, à margem esquerda do Tarauacá, vieram das nascentes do Gregório e do Primavera e pertenceram às hordas do célebre Teskon, submetidos por Ângelo Ferreira da Silva. Há um outro grupo destes índios na margem direita do Jordão, um pouco acima da sua foz, sob o patrocínio da “Comissão de Proteção aos Índios”.

Quanto aos Jaminauás, encontrou uma pequena taba na boca do São Luís, formada por jovens que se diziam oriundos do rio Liberdade. Foram, outrora, batidos pelos Catuquinas do Alto Gregório, que os marcaram com sua tatuagem: lábios azuis, sobrepujados por duas linhas arqueadas que após haver emoldurado a boca vão encontrar-se na base das orelhas, como um freio de cavalos. Quando os submetiam a esta operação, repetiam-lhes como conquistadores: “Agora não sereis mais Jaminauás, miseráveis patifes, sereis de hoje em diante Catuquinas”.

Os Catuquinas de Atenas vieram das nascentes do Catuquina e do Alto Gregório, estando, ainda um dos seus grupos estabelecido no Puru (afluente do Catuquina) e um outro nos arredores do barracão Cachinauá. E’ um resto de diversas clãs catequisadas por Ângelo Ferreira, encontrando-se aí, sobretudo: Yawanaua, Iskunaua e Rununaua, e mais alguns Eskinaua, Vamunaua, Viúnawa e os Chane ou Chandenawa, assim como vários escravos da tribo Jaminauá, estando todos êsses índios, como já disse, “tatuados de freio”.

São afamados como valentes guerreiros e estão sob o patrocínio de um empregado da “Comissão de Proteção aos Índios”, o qual está longe de lhes dar bom exemplo, uma vez que tem quatro mulheres, segundo informam os seringueiros e Kachinauás vizinhos.

O referido padre, em 1925, percorreu o rio Liberdade, concluindo de suas observações que o rio à chegada dos primeiros exploradores (1883) era muito povoado por indígenas, porém, os civilizados: seringueiros brasileiros e caucheiros peruanos os há exterminado em numerosas expedições ou correrias sem mercê. O índio era tido como um animal prejudicial incapaz de ser civilizado e como êsse conceito era preconizado por homens influentes contribuiu para a exterminação de uma raça de excelentes agricultores.

Quando o governo procurou intervir já era tarde e como seus agentes não estavam à altura da missão, deixaram-se indianizar pelos aborígenes. Além disso, os índios não se solidarizavam para defender-se, arranjando terríveis lutas entre si, de sorte que ainda mais se reduziam, fazendo o padre só referências a um grupo de Waninauás domesticados que trabalha com os civilizados no rio Branco, afluente do Tauari, no alto Gregório, vizinho ao rio Liberdade.

Outro esforçado estudioso dos ameríndios acreanos foi o Doutor João Braulino de Carvalho, médico da Comissão de Limites do Brasil com o Peru, que os observou pessoalmente de 1920 a 1927.

Esclarece Braulino que o vale do Embira desde o Riosinho até o divisor de águas entre aquêlê e o Purus é habitado pela numerosa família dos "Nahuas", aparecendo, frequentemente, nas proximidades do seringal "Ajubim" no Embira, os Cachinauás, havendo várias famílias dêles aldeiadas no seringal "Nova Olinda", do mesmo rio.

Deparou mais os Coronauas no divisor de águas dos rios Embira e Purus no trecho correspondente às nascentes do Curanja e Curanjinha (Purus); os Marinauás nas terras altas das nascentes do Turnaya e divisor de águas entre o Embira e Purus; Jaminauás nas margens do Jaminauá (afluente do Embira) até suas cabeceiras; Xaranauas nas margens do Riosinho (Embira), e também numa zona próxima ao igarapé major Dantas no paralelo de 10º de latitude sul; os Tutxinauas perto de Progresso, também no Embira; os Poianauas no alto rio Môa, localizados na fazenda "Barão do Rio Branco", com 125 pessoas; os Curinas na foz do Gregório; vindos das cabeceiras dêsse rio.

No Jaquirana (alto Javari) e seus formadores encontrou os Capanauas, antigos habitantes do Juruá federal no tempo do desbravamento, os Marubius, outrora, Marubos; e os Remos, que estiveram no Juruá Mirim e se entendiam com os Amauacas das margens do rio dêste nome.

Segundo o Dr. Braulino, os Remos são assim denominados por que apresentam tatuagens em forma dos remos dos caucheiros, segundo informes colhidos nas paragens em que moram atualmente, porém êles têm na própria língua a denominação de "Nucuiuny". Êste nome não é estranho a índios que apareciam até pouco tempo no alto Môa, os "Inukuinin", "Inukuini" ou "Nukuini", conforme registraram Castello Branco, M. Linhares e C. Tastevin.

O coronel Lima Figueiredo, em publicação feita em 1939, refere-se aos Poianauas das terras firmes do Môa: Nauas no Juruá, afluentes e sub-afluentes; Curinas e Tucurinas nas margens do Pu-

rus, fronteiras ao Santa Rosa; Canamaris no alto Chandless; Catianas, Mamiteneris e Mashcos no alto Iaco; acrescentando que os Cachinauás vivem em água do Juruá e afluentes na vizinhança do Peru, incluindo como seus parentes os Marinauás, Contanauás, Capanauás, Xaranauás, Jaminauás e outros. No alto Javari estavam os Remos (Nucúiny) e Capanauas; no alto Embira os Cachinauas; no Jordão as Marinauas; no Tarauacá os Contanauas, no divisor Embira-Purus os Xaranauas e Coronauas; e na foz do Progresso os Tutorinauas.

Do exposto vê-se que os bandos da família Pano permanecem no rio Juruá e seus grandes tributários Tarauacá e Embira ou em afluente destes, como acontecia desde o século anterior, tendo havido apenas o recuo deles das margens fluviais das grandes artérias para o interior e a migração de vários grupos já mui desfalcados para o setor compreendido entre o alto Tarauacá e o divisor Embira-Purus, abarcando os rios Jordão, Douro, alto Muru, (afluentes do Tarauacá), Humaitá e Iboiaçu (galhos do Muru), Progresso, Jaminauá, Furuaya, major Dantas (contribuintes do alto Embira).

No alto Purus, o último dos viajores citados fala nos Curinas e Tucurinas das margens fronteiras à boca do Santa Rosa; Canamaris no alto Chandless; Catianas, Maniteneris e Mashcos no alto Iaco. Esses Curinas, talvez, sejam os antigos Kulina ou Karunawa do mesmo rio Santa Rosa, que desceram e ficaram nas terras em frente à sua foz. Os Mashcos, porém, não habitavam a zona, hoje, tida como brasileira e sêm as cabeceiras do Manu (Madre de Dios), vizinhos dos Campos da bacia do Urubamba (Ucaiale), a cuja tribo, Rivet e Tastevin os liga, falando um dialeto arauaque (arawak).

Os indicados por Lima Figueiredo são da língua Pano. Talvez, não fôsem mais puros, estivessem misturados com indivíduos dessa língua.

* * *

Os Nauas a que se referiram Cunha Corrêa, Chandless e outros exploradores que se lhes seguiram, não passavam de silvícolas da língua pano espalhados nesse tempo, como ainda hoje pela ribeira do Juruá, restando deles poucos grupos como os Capanauas e Poianauas, nas margens do Môa e no divisor dêste com os rios Javari e Tapiche, sendo que êste desagua no Ucaiale.

Algumas tribos dessa família eram conhecidas por nomes diversos dos verdadeiros, dissonando da terminação *naua*, porém, êstes apelidos eram postos pelos exploradores ou seringueiros, atendendo a algum sinal, marca ou ornato usado pelos seus componentes, como

os *Remos*, *Araras*, *Bocas Pretas*, *Espinhos*, ou adotados pelos indígenas a fim de evitarem os inimigos, devido às contínuas lutas em que viviam.

Os *Araras* chamavam-se *Tachinauás*, os *Catuquinas* — *Iskinauas* ou *Eskinauas*, os *Amauacas* — *Jaminauás*. A expressão *Inukinin* (*Castelo*), *Inukuini*, *Nukuini*, *Huni Kui* (*Tastevin*), *Inocuinin* (*Linhares*), *Nucuiny* (*Braulino*) não parece revelar a denominação de um grupo, uma vez que os *Remos* assim se intitulam (*Braulino*) bem como os *Cachinauás* (*Tastevin*), significando para o primeiro “gente boa” e para o segundo “os verdadeiros homens” como que indicando a proeminência deles no meio das selvas que os circundavam.

* * *

Entre as várias tribos do vale do *Juruá Federal*, destacava-se a dos *Jaminauás*, velhos inimigos dos *Cachinauás*, tida esta como sendo a mais numerosa da região e aquela como a mais brava.

Além disso, os primeiros eram considerados os mais inteligentes, melhores carpinas e construtores, mais independentes e mais claros do que os *Cachinauás*, tendo sido êles, segundo apurou o padre *Tastevin*, os descobridores das propriedades purgativas, eméticas e mágicas do visco secretado pelo sapo-*Kampô*; os que fizeram conhecer e espalharam o uso do suco do cipó-*Ksya*, ou simplesmente cipó (*homí* ou *honé*) que produz nêles o efeito do ópio; que ensinaram o uso e apreciação do tabaco e da planta enegrecedora dos dentes; os que fabricaram os machados de pedra, tanto que a significação do seu nome é gente ou índio — machado, de *yami* — machado e *naua* — gente ou índio (*Tastevin*, *Sombra*, *Braulino*); devendo-se a êles a introdução da noite (*yains*) no mundo.

Por usarem os *Jaminauás* uns rígidos e resistentes escudos de couro de anta, imperfuráveis pelas flechas e zagaías, cujo segredo de sua confecção não foi possível descobrir-se, apesar do esforço das outras tribos, os *Cachinauás* foram sempre derrotados pelos seus rancorosos adversários.

Conta o tenente *Sombra* que, em 1906, tendo os *Cachinauás* arranjado com os seringueiros alguns rifles e munições, julgaram o momento azado para uma desforra e se prepararam para desencadear uma guerra contra os *Jaminauás* e, como êle *Sombra* proibisse a efetuação dessa luta, aquêles lhe prometeram uma parte dos despojos, isto é, alguns curumis e cunhantãs que conseguissem apriionar, julgando demovê-lo, como, porém, êle delegado não cedesse ameaçando retirar a sua proteção, os belicosos indígenas desistiram do seu intento vingativo.

SOMATOLOGIA

Geralmente, a estatura do índio descendente da família Pano ou Naua, é baixa, cêrca de um metro e sessenta para o homem e um e meio para a mulher, mediana ou regular, cabeça achatada, olhos grandes, salientes e escuros, bons dentes, nariz reto ou achatado nas largas narinas, mãos e pés pequenos, boca e lábios bem talhados, pescoço curto, ombros largos, braços grossos, torax amplo ou bem proporcional aos membros, ventre saliente, de tez morena, assemelhando-se os Cachinauás aos Japoneses, a tal ponto que alguns indivíduos dessa tribo, residentes no Rio de Janeiro, os confundiram com seus irmãos das selvas; tatuados, imberbes, cabelos negros, duros e espessos.

Contudo, encontram-se entre êles indivíduos corpulentos, altos, espadaúdos, como os Jaminauás do igarapé da Besta, no rio Liberdade, dos quais vários chegam a pesar 90, 100 e mais quilogramas, sendo mais claros do que os Cachinauás, o que se verifica também entre os Cachararis, Poianauas, Coronauas, Remos e Papavos.

Alguns Poianauas e Caripunas têm barbicha ou bigode; referindo-se o tenente Sombra ao famoso tuchaua cachinauá, chamado “Chico Branco” que era ruivo, branco e sardento e “podia ser confundido com qualquer dos teutônicos beverrões habituais da Brahma”; acrescentando que viu um menor contanaua, na foz do Jordão (alto Tarauacá) “inteiramente branco e de cabelos loiros, sem ser albino”; e que o capitão Francisco d’Avila trouxe do alto Juruá, em 1905, uma índia menor da tribo Pacanaua, perfeitamente clara; afirmando o padre Tastevin que, no alto Tarauacá, admite-se a existência de uma tribo de homens “ruços” ou de cabelos vermelhos, tendo êle padre encontrado entre os Cachinauás dessa região dois índios de pupilas amarelentas e numa cabana do alto Jordão, um velho de olhos azuis.

Tudo isto é admissível e nada tem de estranhável, desde que se aceite a miscigenação com os europeus, os quais desde o século XVI invadiram a região amazônica e foram pouco a pouco se infiltrando no meio das tabas autóctones.

Após a conquista de Pizarro, os missionários catequizaram muitas hordas selvagens, fundando numerosos povoados, misturando-se as raças caucásica e indígena, de tal forma que a tez branca, olhos verdes e azuis ou cabelos, alourados, foram se transmitindo aos filhos da terra.

Supõe-se que os “Majorunas” (Panos), habitantes do Marañon, Ucaiali e Javari, alvacentos e barbados, eram descendentes dos soldados de Ursúa, dispersados na região, após o assassinato do general espanhol, em 1561, nas imediações de Machiparo, que ficava

cérca da foz do rio Putumaio, tributário da banda setentrional do Amazonas.

Suas mulheres tinham as mãos e os pés bem formados, nariz pequeno e lábios finos.

Conheci no alto Juruá mais de um brasileiro, branco, que se insinuara no seio de tabas indígenas, grangeando sua estima, pelo que se tornavam seus chefes e como tal dispunham de várias mulheres, podendo reproduzir a vontade e deixando no meio indígena característicos de sua raça.

Um meu parente, loiro, olhos azuis, tez rosada e pele alvíssima, ainda jovem, comerciava no rio Negro, quando, certa vez, foi agarrado pelos índios Uaupés, moradores no rio do mesmo nome, e, contava que, para escapar à morte, dispôs-se a casar com a filha do tuchaua da tribo, que se apaixonara por êle, originando-se daí o nascimento de vários filhos que por certo apresentariam mais tarde sinais da raça branca. Adiantava o prisioneiro que, depois de certo tempo, tendo conquistado a confiança e amizade do velho cacique, este lhe facultara o direito de se ligar a qualquer mulher, casada ou não, a fim de melhorar os atributos da raça.

Somente, por meio de um ardil, conseguiu o referido civilizado subtrair-se ao paraíso em que vivia, fugindo para lugar seguro, bem longe dos domínios do truculento morubixaba.

II

Atividades — O trabalho do índio cingia-se a sua vida simples, sem conforto, às vèzes nómade, ao lado de lutas incessantes com vizinhos desavindos, de sorte que as suas atividades eram no sentido, apenas, de abrigar-se contra as intempéries, prover-se de víveres para a sua subsistência e de bebidas inebriantes, preparar-se para a guerra e divertimentos, tendo algumas obras de cerâmica, ligeiras peças domésticas e algumas mostras religiosas.

E' certo que havia uns mais atrasados como os "Bastanauas", cujo nome significa "filhos das selvas" que se nutriam do que lhes oferecia a natureza, tendo por teto a copa de grandes árvores, através da qual viam o sol.

Moradia — Os Jaminauás ou Amauacas, do riozinho dêste nome, erguiam casas a que denominavam "chouba", sempre térreas, sem soalho, muito compridas, estreitas, não ultrapassando suas biqueiras mais do que dez palmos de altura, muito bem cobertas de palha, formando tacariças fechadas de ripas de paxiúba (palmeira), sendo o madeiramento empregado nessas construções sempre dos mais resistentes, tirados a machado de pedra.

Cada uma tinha várias aberturas por todos os lados, em frente uma das outras com espaços regulares, entre os quais junto à parede, dentro de quadrados de madeira, havia um, dois e três fogos, que se contavam pelo número de famílias habitantes de cada casa.

A maloca do Poianaua (rio Môa) também era térrea, sem soalho, diferindo da do Amauaca, no tocante às partes laterais da cobertura que iam até o solo, sem outras paredes, tendo, apenas, uma abertura de altura de um homem, na frente e outra nos fundos, alcançando, às vezes, a extensão de cem metros, com pouca largura, aonde se aboletavam diversas famílias, tendo cada uma o seu fogo, distinto dos demais. Esses índios tinham perfeita noção da propriedade.

Já os Nauas dos rios Liberdade e Gregório, ou melhor Cachinauás, usavam vários “tapiris” para sua moradia, constituindo verdadeiras aldeias. Talvez, essas construções, quando vistas em 1907, tivessem um caráter provisório, devido às constantes correrias dos peruanos.

No Tarauacá, empregam o termo “copichaua” para a casa longa em que residem os Cachinauás, coberta de palhas, muito alta no meio, caindo em duas águas até pouco mais de um metro acima do chão sem paredes nem resguardos laterais, só se podendo entrar nela sem se inclinar, pelas extremidades, sem divisões internas, sendo o interior comum a todos os moradores, tendo cada família o seu fogo, seus utensílios, suas rêdes, suas espigas de milho e mólino de amendoim nos lugares determinados pelos tuchauas, assinalados pelos esteios e vigas que sustentam o teto e sempre construída no meio do roçado, no terreno mais elevado, em terra firme, a margem de igarapés ou rios.

As casas dos Hipurinãs são, geralmente muito compridas, estreitas e baixas, formando as paredes laterais e o teto uma só peça, com esteios fincados no chão, com pequenas saídas nas extremidades, e o interior muito escuro. No verão mudam-se para as proximidades do rio, em choupanas provisórias para cada família (Chandless).

As casas dos Manteneris eram mais espaçosas, mais altas e largas do que as dos Ipurinãs, e mais bem feitas, servindo sempre para muitas famílias.

Aí estão três tipos de casas para habitação coletiva, apesar de se tratar de silvícolas de uma só raça linguística, afora os “tapiris” para residência provisória e barracas, também de madeira e palha, para depósitos de mercadorias, sendo que as Cachinauás de Nova Olinda (rio Embira), passam o dia numa grande barraca, em que

cada família tem a sua parte, recolhendo-se à noite, cada uma delas ao seu “tapiri”.

Dormem os Cachinauás em redes como as usadas pelos civilizados, porém, sem varandas, de um só pano, largo e encorpado, feitas pelas mulheres em seus teares, com fio de algodão tinto de vermelho-escuro; tendo para descanso rêdes de largas malhas, preparadas pelos homens com fio grosso de algodão da mesma côr.

Os de Embira (N. Olinda) as fazem de tucum, usando algumas o fio de algodão.

Amarrados nos esteios e vigas da cumieira do “copichaua” ficam vários objetos; pendurando nos caibros e frechais as suas armas, roupas, e outros objetos do seu uso e arrumando em táboas atravessadas nas vigas, espigas de milho, molhos de amendoim, até o teto, donde também suspendem uns cofres feitos com talos de canabava, como um pequeno esquite, no qual conservam seus colares, penas, contas, pulseiras e mais objetos preciosos.

A sua mobília limitava-se a pequenos bancos de madeira, pintados de azul-negro e vermelho, com um palmo de altura, sôbre quatro pés quadrangulares, com um assento côncavo-oval; pequenos acafates feitos com fibra de embaúba para guardar agulhas, contas, novelos de fio e objetos miúdos; bem arranjados cestos da mesma matéria de base quadrangular, tendo a boca maior do que o fundo, com desenhos coloridos, os quais, nas viagens, são conduzidos às costas, encerrando comida e objetos de uso, seguros por meio de uma embira larga que parte da testa presa ao cesto com duas alças.

A sua louça era composta de alquidares, canecos, panelas, potes, pratos, tigelas, fabricados com um barro escuro especial, difícil de se obter, visto guardarem cuidadosamente os fragmentos dos que se quebravam, para reduzirem a pó e serem aproveitados na feitura de novos. A louça é arrumada sôbre troncos postos no chão, que também servem para se assentarem durante as refeições.

Caça e pesca — Usavam para êsse fim a flecha e a lança, havendo entre as armadilhas uma espécie de guarita feita de fôlhas verdes de palmeira, a fim de se confundir com a mata, com abertura por onde observam a caça e atiram a seta. Ficando na orla da vereda, serviria também para apanhá-la, ou para vigiar ou emboscar o inimigo. Os cães também eram empregados para a caça. Quando matam um animal grande, como a anta, fazem uma festa. Além de empregarem nas pescarias a lança e flecha: as zagaías para os peixes grandes e as flechas (tridentes) para os menores, usavam pequenas redes presas a arcos de cipó, chamados no nordeste *landuá* ou *jereré*, para os miúdos.

Com ramos verdes de “tingui” e “timbó”, machucados ou amassados, batem nas águas dos lagos ou poços, fazendo com que os peixes se asfixiem, virem e fiquem inobilizados facilitando o agarramento a mão. Os Cachinauás também fazem umas pequenas pílulas dessas folhas machucadas com o amendoim, e atiram pela manhã nos poços dos rios ou igarapés, baldeando essas águas, de maneira que fiquem ligeiramente envenenadas, entontecendo os peixes que vêm logo à tona, e são apanhados a mão ou nas redes já citadas, morrendo envenenados os que não são apanhados vivos.

Também empregam o leito de *açacu*, mas, para isto, como acontece com o *cunambi* do Solimões, ou *pocamí* dos Cachinauás, o seu uso só é aconselhável quando há muita gente reunida, a fim de ser imediatamente estripado, e consumido, pois, dura poucas horas em bom estado.

Há certa época do ano em que se alimentam, principalmente de caça e noutra de peixe, talvez, evitando a época da gestação. Em junho e julho, apanham ovos de tartaruga e de tracajá.

O Juruá e Purus são muitos piscosos, ao passo que o Tarauacá, Iaco e Acre não o são, tendo, todos, porém, muita caça. As tartarugas, tracajás e semelhantes já desapareceram, achando-se muito reduzidas as caças.

A caça é comida pelos Cachinauás do “Liberdade”, com couro e cabelo, para não tirar o gosto, sem sal, o qual veio separado, segundo observou Linhares, na maloca do igarapé Forquilha, cabendo às mulheres todo o preparo dos alimentos.

Agricultura — Os Jaminauás (Amauacas) do riosinho dêste nome (m. d. do Juruá) preparavam o terreno para êsse fim longa e penosamente. Começavam pela grande derribada da mata a machado e findavam pelo fogo.

Da madeira silicificada (petrificada) é que os índios fabricavam o machado de pedra; tendo o padre C. Tastevin recolhido dois no Tarauacá e vários no Juruá, iguais a aquêles. Abatido o arvoredor em todo o terreno, plantavam milho de uma espécie que produzia em pouco tempo nas clareiras e onde era possível e logo que ficava bem amadurecido, colhiam-no, sem perda de tempo, e ateavam fogo à derrubada que, já bastante seca e auxiliada pela palha do milharal, inflamava-se facilmente, deixando o terreno desobstruído e pronto para a sementeira. Feita esta, procedia-se, então, a divisão da cultura, por família que, por sua vez, recebia e cuidava do espaço que lhe cabia, competindo aos homens a feitura do roçado e às mulheres a colheita e preparo dos alimentos e bebidas.

Havia roçados de milhares de metros de extensão.

Os Cachinauás do Tarauacá descascavam o tronco das árvores até a altura de um homem e esperavam que o lenho ficasse sêco, depois do que ateavam fogo a cada uma delas, até que ruissem consumidas pelo fogo, operação esta que durava alguns dias. Feita a derrubada, semeavam sômente o milho, cuja palha sêca era aproveitada após a colheita para a queima do roçado que, em seguida era encoivarado, efetuando-se, então, o plantio de vegetais úteis à sua existência; sendo o preparo do roçado comum a tôda à maloca, ao passo que o plantio e limpeza é trabalho individual que fica pertencendo ao seu autor, o qual semeia o que mais lhe convém; limpando o mato com as mãos ou com cascos de tartarugas, a guiza de enxadas, salvo se já possuíam estas.

O milho colhido era depositado em pequenas barracas que serviam de paiol, ao lado da moradia e às vêzes, no próprio roçado, pela tribo Amauaca referida acima.

Grandes roçados foram encontrados pelos civilizados nos lugares em que os indígenas habitavam, sendo que alguns já abandonados, por motivo de epidemias, lutas fratricidas, ou com os seringueiros e caucheiros.

Nesses roçados plantam vegetais apropriados à sua existência e defesa: várias espécies de abóboras, aipim, bananeiras, batatas, carás, favas, inhames, mamoeiros, milho, amendoim, inhame, coentro, pimenta, tabaco, algodão (para fios e tecidos); a canabrava ou frecheira, também chamada itacama, para hastes das flechas; o timbó e o tinguí (para pescarias); o urucu (para tinturaria). Outrora, cultivavam muita popunha, em volta do copichaua, palmeira esta que dá um côco muito alimentício e que se come cozido, já não o fazendo, atualmente, devido ao receio de serem expulsos dos seus roçados pelos civilizados, não tendo assim certeza de poder colhê-lo e, ultimamente, atendendo ao comércio com os invasores do seu território, plantam a cana de açúcar e feijão; sendo o amendoim cultivado nas praias e nas capoeiras.

Com a invasão dos seringueiros, alguns dêles passaram a dedicar-se ao serviço da goma elástica, caça e pesca e outros afazeres nos seringais e povoados, mas, sem a constância indispensável a eficácia dêsses trabalhos, sendo que em certos lugares do Juruá, algumas tribos chegaram a fornecer produtos agrícolas a elementos do govêrno departamental e alguns indivíduos trabalharam em oficinas da referida administração.

Os de Purus plantavam em pequena escala — mandioca, uaiy-py, batatas, caju, ananaz, popunha, inhames, mandubi, cana, milho, banana, etc.

Os Maneteneris e Canamaris também cultivavam o algodão, sobressaindo pelo trabalho desta fibra, de que fazem fios de cordas,

rêdes e outros tecidos, falando Chandless que já conheciam algumas palavras castelhanas e distinguiam certas ferramentas dêles.

Os Ipurinãs faziam comércio em troca de salsa, seringa, óleo, que já iam aprendendo a colher com os civilizados e desejavam o contacto com êstes.

Os índios encontraram em estado silvestre, cultivando em seu proveito, a cana de açúcar, banana, ananaz, caju, milho, mandioca, uapi, acará, batatas, mendubi, algodão. O arroz e tabaco ainda se encontram na mata, sem cultivo por parte dêles. (Labre *Rio Purus*, 1872, pág. 38).

O tabaco silvestre que, no Purus, havia em pequena quantidade, no rio Acre (Aquiri) encontrava-se em volume muito maior.

Criação — Não se interessam muito pelas aves domésticas, satisfazendo-se os Cachinauás em admirar a plumagem do galo e o seu canto matinal, desprezando a galinha e os seus ovos, preferindo aos nossos animais domésticos, os da floresta, dos quais apreciam a familiaridade indiscreta e esquisita, como a dos papagaios, araras, periquitos, macacos, que formam “o encanto da aldeia indígena”.

Criam também bons cães guardiões e viglantes da taba e dos roçados, além dos de caça.

Os índios civilizados já não têm repugnância pela carne de galinha e de pato que êles criam, como os selvagens.

Os Cachararis do alto Ituxi (Iquiri) criam diversas aves silvestres no terreiro só para adorno, admirando o canto e a plumagem.

Os de Purus criavam aves para companhia e caça, domesticando vários quadrúpedes e aves, como objeto de novidade, gosto e luxo, tendo cães selvagens domesticados para caça e curiosidade, pequenos, felpudos e feios.

Alimentação — Alimentam-se de caça e pescado moqueados, dos produtos da lavoura, de alguns frutos silvestres (abio, cacau, cajá, côcos de várias palmeiras, maracujá, e outros), sem hora certa para comer, dependendo somente do apetite e provisão, podendo o alimento ser cru ou preparado ao fogo, simples ou misturados.

As bananas podem ser cruas, cozidas ou assadas, quando maduras, e as verdes cozidas ou assadas; as batatas cozidas ou assadas; as favas verdes cozidas e as secas torradas; o milho em espigas cozido ou assado, e em grão, feito pipoca; o amendoim cru, assado ou torrado; a abóbora, aipim, cará, feijão, popunha e feijão cozidos.

Alguns fazem mingaus ou papas, outros preparam certos pitéus com pimenta, coentro ou outra fôlha silvestre.

Os amauacas também usavam o milho inteiro ou triturado, sendo que a mandioca ou macacheira era cozida ou assada e usada para bebidas fermentadas, como o milho e algumas frutas.

As massas alimentícias eram preparadas em semi-troncos ôcos, em que deitavam as substâncias a amassar ou triturar, empregando nessa operação uma curta e pesada sapopema de cumaru, de forma trapezoidal, com dois cabos na parte superior, manejados pelas mulheres.

A *caixuma* (espécie de mólho engrossado com fécula de milho, mandioca, batata, banana), é feita depois de bem cozidos numa panela e machucados com um pau, e em parte mastigada pelas índias para facilitar a fermentação (Juruá).

Os cachinauás do Embira moem, com um quadrado de sapopema, a que chamam *batan*, a substância numa gamela rasa, e, segurando nas extremidades do *batan* fazem um movimento de vai e vem, esmagando-a. Feita a massa, é deitada numa panela, a que juntam água, efetuando-se a cocção. Pela madrugada, o tuchaua reúne os índios e distribui a “caissuma”.

O *passimá* dos Poianauas (rio Môa) é uma bebida feita do milho cozinhado, a qual pode ser tomada fresca ou fermentada, sendo que desta forma se torna fortemente alcoolizada.

Em regra, o índio era trabalhador e vivia sempre bem nutrido, estendendo-se seus campos agrícolas, em que predominavam o milho, a mandioca e o amendoim, entremeados de tufo de bananeira, por quilômetros.

Os Cachinauás levantam-se pelas 4 horas, enquanto as mulheres preparam a primeira refeição; moem o milho e o amendoim, cozinham bananas e macacheira e tratam do arranjo da casa, os homens se entregam aos seus ritos mágicos, para afastar a má sorte.

Surgindo o dia, uns vão para o trabalho, outros para a caça ou pesca, em grupos ou por família, indo as mulheres separadas dos homens.

Quando o sol está muito quente vão para casa, tomam um banho e fazem a segunda refeição; passando depois do meio dia ao serviço interno, fazendo os homens obras de cestos, instrumentos de trabalho e armas, ocupando-se as mulheres com os labores do alge-dão e da argila. De vez em quando, uma mulher põe no meio do círculo um grande vaso cheio de bebida extraída do milho que absorvem, conversando e trabalhando; deitando-se todos muito cedo.

Os instrumentos com que a mulher trabalha são o almofariz em que esmaga o milho e o amendoim, com o pilão de madeira em forma de faca de salsicheiro; três tábuas de palmeira negra para

tecer os fios de algodão, para rêdes e saias de pano grosso; vasos de forma variada que ela mesma fabrica e pinta; cabaços com figuras sôbre a reprodução, a Amazona; escamas da grande serpente. Fabricam também cestos quadrados chamados Kakan, desenhados em tôdas as suas faces com enfiadas de cabeças em losango da grande boa terrestre.

As agulhas com que trabalham são de ôsso, de diferentes tamanhos, com uma extremidade achatada e afilada e na outro um orifício para passar o fio, como as nossas (Cachinauás).

Entre o Aquiri e o Iaco há sal eflorescente, encontrado por Manoel Urbano.

Remédios — Usam uma porção dêles extraídos de vegetais, conhecendo os Cachinauás todos os arbustos, fôlhas, e lianas e as suas aplicações, denominando as plantas segundo as doenças que elas curam, como: *duna rau*, contra as mordeduras de cobras; *éhi-rau*, contra as feridas de arraias; *yuna rau*, antifebril; *uku rau*, contra a tosse; *tchami rau*, antivenéreo; *rete rau*, contra as feridas perfuro-cortantes; *tuku rau*, contra os tumores; *nane santo rau* e *kari sítsa rau*, contra as úlceras sifilíticas; *suka rau*, contra o tumor da anemia; *kezundau*, contra aftas; *buska isi ndau*, contra os males da cabeça e até o *imi rau*, o remédio do sangue, que evita a fecundidade.

Conta o padre Tastevin que presenciou num acampamento o tratamento de um febril, da seguinte forma: fizeram-lhe uma tonsura como a dos padres seculares, para permitir que o remédio penetrasse e a doença saísse, e sôbre a cabeça derramavam cabaços cheios de uma decocção tépida de *yuna rau*, clínica, acrescenta êle, que viu também empregar entre os Macus, no Japurá; com exceção da tonsura.

Tratam-se também por meio de banhos frios e quentes que, na gripe, davam péssimos resultados.

Os Poianauas, além dêsses banhos, usavam beberagens preparadas com fôlhas diversas, suadouros e emplastros feitos com essas mesmas fôlhas.

São mais comuns entre êles as febres e enxaquecas, tratando destas apertando a cabeça com um cordão amarrado pela testa e aquelas com um forte suadouro que tomam deitados numa rêde atravessada por cima do fogo, até transpirar, quando correm para o igarapé, onde tomam um banho.

Em geral, tomam vários banhos diàriamente, mas, apesar disso, desprendem um odor desagradável proveniente de untarem o corpo com óleo de amendoim, não só a fim de se resguardarem contra a gripe catarral, a que estão mui sujeitos por viverem nus, ora juntos

das labaredas do seu fogo, ora ao ar livre, como para evitarem as ferroadas dos piuns e carapanãs, os mais ferozes animais daquelas selvas.

O engenheiro Nunes de Oliveira observou que os Nauas das terras firmes entre o Liberdade e o Gregório, achavam-se na maioria atacados de febre catarral, attribuindo essa doença a repetidos resfriados, devido ao fato de todos êles dormirem em maqueras, suspensos sôbre fogueiras que ardem dia e noite, e daí saírem com o corpo quente, cinco a seis vèzes por dia, para se banharem nas águas correntes dos igarapês; devendo essas alternativas bruscas e frequentes, do calor da rêde e frio das águas, produzir o resfriamento e a pneumonia tão nociva ao seu organismo, mesmo porque pensam debelar a febre com o banho frio. O médico da Comissão de Lmites, Dr. Braulino de Carvalho observou entre os Cachinauás vários casos de verminoses, sem encontrar um só de leishmaniose nem de lepra.

O remédio contra a fecundidade é um sumo muito amargo, extraído de um tubérculo que os Cachinauás raspam e, em seguida bebem-no de um trago, esfregando vigorosamente o ventre, e depois do que não mais a receiam.

Narcóticos — Conhecem vários, sendo que os Cachararis (Iquiri) fabricam um, somente usado pelos patriarcas da tribo, feito de uma planta por meio de infusão e trituração, até conseguir um líquido escuro e meloso. Tomam-no na quantidade de uma colher de sopa e dentro de cinco minutos o índio velho começa a contorcer-se e agitar-se, passando a sonhar, idealizando cenas maravilhosas ou combates encarniçados, ouvindo toques de buzina... Dura a crise de 15 a 20 minutos; depois do que volta ao seu estado normal.

Esta narcotização é feita nos dias de festa, estudando o tuchaua tôdas as revelações dos velhos que o tomaram e tirando suas conclusões, que são comunicadas a todos os presentes, bem como as providências cabíveis, continuando a festa.

Tastevin fala no *honé* usado pelos Cachinauás para descobrir o futuro, conhecer o remédio para certa moléstia ou adivinhar em que lugar se oculta a caça.

O corpo do paciente fica tão leve que êle nem o sente devido ao entorpecimento. Na primeira vez, em geral, o indivíduo tem medo, vê serpentes, espíritos de gente armada, como se fôsem Jaminauá, Kurina, soldados, etc., mas um verdadeiro Cachinauá não se entibia, vai pouco a pouco se habituando, fica impassível e canta. Seguem-se as visões agradáveis, passando o espírito do *honé* a desvendar o futuro, faz surgir gente armada, indica remédios infalíveis, mostra o local em que há caça, depois do que volta o entorpecido

ao estado normal e vai dormir. E acrescenta, ao tomar-se pela primeira vez, é como se tomasse pó de tabaco, sendo sempre vítima de violenta diarréia.

As mulheres, talvez por medo das serpentes, abstêm-se de tomá-lo.

Vícios — De modo geral, gostam de beber líquidos fermentados, principalmente, nas suas festas que duram, em regra, mais de um dia, prolongando-se, às vêzes, uma semana ou mais, desde que haja comida e bebidas.

Os Cachinauás não fumam, porém, tomam tabaco por meio de uma curiosa piteira consistente num canudo de taquara, tendo numa das extremidades um bocal, formando cotovelo e na outra um bico, também em cotovelo, por onde se sopra, de maneira que para alguém receber nas narinas uma pitada de pó cortido no bocal, é preciso que uma outra pessoa sopre pelo bico.

Tastevin conta que, tôdas as tardes, antes de se deitarem, os homens se reúnem em círculo e um dentre êles mira-seia seus confrades com tabaco torrado e pulverizado. O distribuidor serve-se para administrar o precioso pó de dois pedaços de bambu reunidos em ângulo reto por meio de resina preta. Um dos tubos já carregados é introduzido no nariz do escolhido e, pelo outro, com um vigoroso sopro se lhe envia a carga até o cérebro (gorgomilos). A operação se reproduz pelos circunstantes, primeiramente numa narina, depois na outra.

À proporção que se calcula haver recebido o necessário, ergue-se silenciosamente e vai deitar-se, bem seguro de que está imunizado contra o catarro e a gripe.

Este outro fala também numa propriedade que êles atribuem ao tabaco — o de um espírito protetor mau.

Entre êles é geral o vício de comer barro nos barreiros, como fazem os animais, talvez, pelo gosto salobro que se encontra nesse material, adquirindo muitos outros, quando se encontram entre os civilizados, comendo, não só barro como também casca de pau, pingos de vela e várias imundícies repugnantes.

O fumo no Purus era nativo.

Vestuários e adôrnos — Em regra, o índio andava nu, destacando-se os Omaguas, no Salimões, que usavam vestes de tecido de algodão e os Maneteneris, Canamaris e Catianas, na bacia do Purus, interessando a região acreana que, também foram encontrados, com um camisolão ou poncho comprido, cozido dos lados com a abertura para os braços, pelos primeiros exploradores que subiram o rio; exibindo as mulheres uma saia e um casaco que pareciam dois

sacos abertos no fundo, sendo que as vestes dos Maneteneris eram mais bem tecidas e de várias côres; acrescentando, porém, — um dos seus mais ativos exploradores, Pereira Labre que êles não viam habitualmente vestidos.

Os Cachinauás e Amauacas (Jaminauás) também teciam panos de algodão para se cobrirem das axilas aos calcanhares, de certo, não habitualmente.

O que era mais usual entre as várias tribos acreanas não passava do laço peniano para o homem, preso a um cinto de embira, desde a idade de oito anos, mais ou menos, sendo ato indecente não usá-lo, bem como um preventivo contra as quebraduras. As mulheres andam nuas em casa, pondo uma saia curta cingida aos quadris, inteiriço e de algodão, tinta de vermelho-escuro, quando saem.

Os homens cachinauás usam o cabelo curto e as mulheres longos e soltos, sem ornatos, cortados na testa em pastinha, ambos com a cabeça descoberta, salvo nos dias festivos. A mulher coronauá tinha o supercílio arrancado e os cabelos cortados.

Para as danças e lutas, os Cachinauás se pintam de vermelho com urucu, de azul-negro com genipapo e de verde com o “nina” (planta silvestre); ornamentando-se, na cabeça, com um toucado sem fundo feito de couro de onça mosqueada ou de boa (serpente sagrada) ajeitado com auxílio do fogo e entrenós de bambu grosso; tendo muitas vêzes uma coroa de plumas amarelas da cauda de cascico, de penas vermelhas e azuis de arara, ou verdes de papagaio, plumagem amarela e vermelha do tucano ou plumas negro-azeviche de aura ou de anambé; no nariz, com um crescente de concha; um colar de vários renques de pérolas espalhados na parte superior do seio, uma simples pérola, ou contas; sendo alguns dêsses adôrnos pendurados no septo nasal e outros nas abas do nariz; nos lábios, penugem de pássaros; nas orelhas conchas ornadas nas extremidades com penugens de tucano e de outros pássaros, cordões de pérolas brancas nas lóbulas superior e inferior, descendo êste quase aos ombros, terminando por pequenos frutos sonoros de formas variadas ou simples plumas do papo de tucano; no pescoço, colares de dentes de vários animais, como a onça, jacaré, macaco, formando um verdadeiro plastrão, colares de pérolas brancas ou azuis, segundo suas posses; na cintura, um avental de franjas de algodão sôbre a calça; nas costas, um punhal de bambu, cujo cabo é ornado com uma cauda de esquilo e a lâmina é recoberta por longas penas de cauda de arara vermelho-azul, ligado a coroa de plumas; nos braços, punhos, tornozelos, pérolas brancas artisticamente tecidos e engastadas e, nas pernas, ligas de algodão trançadas pelas índias,

que também a adaptam aos tornozelos. Às vêzes, na cabeleira, pode admirarem-se as mesmas voltas de pérolas.

As mulheres usam uma saia do ventre até a barriga das pernas, feita de pano de algodão, que, no caso de necessidade pode ser erguida para encobrir os seios ante os civilizados.

A vestimenta é completada por desenhos de genipapo dum negro azulado; de resina misturada com foligem de urucu envernizado com *sempa* ou com o vermelho do urucu, preparadas as tintas por cocção.

A perfuração das orelhas é feita dos oito aos dez anos, com espinho de popunha, introduzindo-se nela depois de perfurada, uma tala de paxiúba e o septo nasal é perfurado com osso de morcego, entre os Poianauas.

Os Cachinauás pintam o corpo, principalmente, na ocasião de festas, usando também tatuagens, como outras tribos, sendo que, entre os Poianauas, ela é executada dos 8 para os 10 anos e geralmente pelos velhos.

Fazem o fogo com o atrito de um bastão de urucu em um pouco de algodão e queimam o sernambi de caucho, colocando sobre a chama uma panela, em cujo fundo se deposita a fuligem. Raspada esta, mistura-se com o sumo do genipapo verde, resultando uma tinta preta, que é aplicada no candidato por meio de espinhos de *muru-muru*.

Insensibilizada a pessoa após a ingestão de várias cuias de passimá fermentado, passa-se sobre a parte a tatuar a referida tinta e com os espinhos vão perfurando e fazendo os desenhos na conformidade da região escolhida. Fazem círculos e linhas, sendo que no homem só em tórno da boca e na face e, na mulher, além destas linhas retas que partem de um local pouco abaixo da cicatriz umbelical vão as mamas, donde partem outras em direção às axilas, num tom azulado, ficando ligeiramente deprimido o ponto atingido pelo espinho.

Depois da tatuagem, o paciente é colocado numa rêde, onde, devido a embriaguez, dorme profundamente.

Os Remus embriagam também o paciente com a *caissuma*, fazendo com espinhos os desenhos, que são cobertos em seguida com carvão de caucho.

Esses desenhos e figuras com que pintam o corpo, armas e artefatos, obedecem a um estilo peculiar a cada tribo, e inconfundível com as outras de maneira que, elles e mesmo os seringueiros que vivem em contacto com as malocas, os conhecem mediante simples inspecção.

Afirma o padre Tastevin que um Cachinauá bem vestido e coberto de figuras geométricas, fica de uma perfeição impecável, desde a raiz dos cabelos até os dedos dos pés. Seus cílios e supercílios arrancados dão aos olhos cercados de desenhos até suas pálpebras um aspecto estranho e terrível, à nossa vista, e um ar volutuoso no tocante às mulheres, tendo estas o monopólio desta arte, cujos segredos lhes foram revelados, segundo parece, por uma mulher-homem, de nome Napaimbo.

Sombra, apreciando as confecções dêsses mesmos índios, adianta que eles não executam mais com o primor de outrora, os magníficos mantos reais, as brilhantes e vistosas coroas, as armas e belos artefatos de penas em que eram exímios, isto devido a instabilidade em que vivem, sempre acoçados pelas correrias dos civilizados, dando lugar ao pouso incerto a que estão sujeitos.

Os tuchauas, num dia festivo, acrescenta Sombra, apresentam um rico traje de gala, constante de túnica e calças, com espada, arco, flechas, zagaia, punhal, coroa, penas, colares, pulseiras, braceletes e ligas. A túnica é tecida pelas mulheres, inteiriça e inconsútil, com abertura para os braços e a cabeça guarnecida com uma grega azul-negra na altura das coxas, tôda enfeitada de penas miúdas de côres diversas. As calças também tecidas pelas mulheres com fio de tucum, porém, só até os joelhos, sem fundilhos e ligadas pelo cós à cintura.

A espada de cinco palmos de longo e meia polegada de largo, consiste numa prancha de popunha, com uma face plana e outra convexa, terminando em bisel formando arestas vivas, tendo o punho em forma de I, com o delgado revestido de fio de algodão com ornatos feitos a tinta, e um passador de fio de tucum com que penduram a arma à testa.

O arco é todo revestido de fio de algodão enrolado e inteiramente ornamentado com traços a tinta; tendo as flechas e zagaias duas lindas penas nas suas pontas. O punhal de taquara é espêssso e aguçado de forma convexa e côncava, com arestas vivas, e forte ponta, sendo o punho guarnecido com pele de quati-puru, pendendo algumas penas de arara, que encobrem a arma quando se a empunha.

A coroa, porém, diz Sombra, constitui o mais artístico e precioso dos seus artefatos, confeccionado exclusivamente pelos homens que empregam nesse trabalho as mais belas e delicadas penas das aves de plumagem mais fina, como sejam: garças, araras, papagaios, jacamins e mutuns.

Os Maneteneris e Canamaris, no Purus, também cultivavam o algodão, com o qual teciam fios, cordas, rêdes e panos com que pre-

paravam camisas, tangas, saias, véus, chales, de variadas côres, não os usando habitualmente. Os Catianas já usavam trajes parecidos com os do Maneteneris e os Cujigeneris foram encontrados vestidos por Chandless.

Armas — Havia as usadas na caça, pesca, guerra e festas.

Estas eram semelhantes àquelas, tendo a mais enfeites e ornatos. O arco, a flecha, a lança, a maça, a gravatana, o punhal, eram comuns entre as principais tribos de origem pano, sendo que os Amauacas do rio dêste nome (Jaminauás) empregavam sempre madeiras muito rijas nesses instrumentos, tendo as flechas pontas bem feitas, as lanças simples, bi e tridentes, sendo estas para a pesca e aquela para a guerra, as maças mui fortes, as gravatanas de oito a quinze palmos: finas, médias e grossas; os punhais com o cabo revestido com um pedaço da cauda do quati ou macaco, disfarçada a lâmina com penas de arara, que se voltavam automaticamente com o simples impulso do golpe, deixando-a nua. Entre as armas defensivas, tinham um escudo de couro de anta, e peito de jacaré, usado no braço direito com braçadeira.

O arco e a flecha são de vários formatos e tamanhos, conforme o destino, sendo as flechas dos Cachinauás, em geral de canabrava, com as extremidades, ora em lança de cauda alada, ou em ponta de lança oval, outras de cauda sem penas com ponta, em forma de tridente ou de serra, ou ainda em arpão.

A emplumação é, geralmente, de penas de arara ou de mutum, atadas em forma de espiral. O arco é feito da estipite da popunheira, muito bem polida, consistindo sua corda num grosso fio de fibras de embaúba, sendo o dos Remus de paxiúba e, em regra, de um metro e meio de comprimento.

A flecha dêstes últimos é de bambu, com um osso bem afilado na extremidade, podendo ter a mesma altura do arco, sendo entre os Cachinauás, feito do talo de canabrava, fornecendo a paxiúba o material para a ponta.

As pontas das flechas podem ser de madeira (pau d'arco, popunha ou taquara), de osso bem afilado, ou com um dente de cotia.

O punhal de bambu com a ponta parecida com a da flecha, tem o cabo coberto por uma pele, cuja cauda recobre a lâmina, entre os Cachinauás, do alto Tarauacá.

O arco e a maça-espada são muitas vêzes revestidos de fios de algodão cobertos de desenhos geométricos variados.

Como recurso estratégico de defesa, os Cachinauás têm dois varadouros que incidem nos seus *copichauas*: um de acesso ao

mesmo e outro de retirada, de modo a desorientar aos que lá pretendem voltar, servindo ao mesmo tempo para ocultar vedetas que, por meio de sinais, transmitem a aproximação de pessoas estranhas.

Labre diz que os índios Purus fabricavam arcos, flechas, aljovas, lanças, bordões, curaleijos (flecha envenenada), e zarabatanas para a guerra, caça e pesca. Atualmente, os que estão em contacto com os civilizados já usam e manejam com perícia o rifle, arma que elles muito apreciam e se mostravam grandemente interessados desde os primeiros encontros com os invasores.

Manufaturas — Além do trabalho, demorado, penoso, e perseverante de armas para a guerra, caça e pesca, atendendo-se aos instrumentos rudimentares de que dispunham, como um dente de cotia para preparar a madeira e uma fôlha vegetal ou escama de pirarucu para poli-la, manufaturavam potes, panelas, pratos, alguidares, canecas, tigelas, e outras vasilhas de barro para cozinhar, depositar água e bebidas fermentadas, aliás feitos com uma argila especial, escura, d'fícil de se obter, tanto que guardavam cuidadosamente os fragmentos para moê-los e serem aproveitadas na confecção de outros.

Da madeira preparavam bancos de quatro pés, baixos e quadrangulares, almofarizes de fundo de canoa, em que moem o milho e o amendoim com um pilão de pau do formato de faca de salsicheiro, teares de três tábuas de madeira preta para tecer fios de algodão para a fabricação de rêdes, panos grossos e ligas.

De fibras diversas executavam cestos e jamaxis de vários tamanhos e formatos para conservar objetos de uso e conduzi-los nas viagens conjuntamente com alimentos, aviamentos e produtos; açafates e cofres para guardar colares e outros adôrnos.

De taquara ou bambu faziam instrumentos de música como a flauta, a gaita e a trombeta; sendo o *minondê* de fio de tucum e o tambor de madeira e pele de anta ou de veado. A primeira consiste em um canudo de taquara com orifícios laterais, semelhante a dos civilizados; a segunda em um canudo do mesmo material com uma extremidade aberta e a outra com um batoque de cêra, no qual se abre uma fenda por onde o tocador sopra, tendo aí um orifício lateral e mais quatro na parte inferior; e a terceira, um canudo também de taquara, maior do que a flauta e a gaita, tendo um bocal em uma das extremidades e, na outra, uma cauda de tatu canastra servindo de trompa.

O *minondê* cifra-se num pequeno arco, cuja corda, de fio de tucum, faz vibrar noutra de um arco menor, dando a suave sensação de um som produzido de longe; e o tambor não passa de uma

espécie de um almofariz de madeira com a boca fechada por uma pele.

Da pedra, somente se encontrou entre elles o machado dêste nome, engastado num pedaço de cipó grosso, flexível e resistente, por meio de cera de abelha mui consistente e fio de algodão, parecendo mais, o usado pelos Amauacas, com um martelo. Segundo Tastevin eram de madeira silicificada, conforme vários exemplares que recolheu.

Adianta Sombra que as Cachinauás usavam umas ligas, como um cadarço branco com gregas pretas, trabalho delicadíssimo que elas confeccionavam com uma grosseira agulha de osso, de vários tamanhos, semelhantes às nossas, com uma extremidade achatada e afilada e na outra o orifício para passar o fio.

Limpam os roçados ou arbustos com as mãos, ou com cascos de tartaruga. Quanto à pintura, diz Braulino que os Cachinauás faziam variados desenhos nos seus corpos e tangas em que predominavam as linhas retas; sendo excelentes oleiros, tendo os Poianauas uns vasos bem elegantes, pintados de preto e vermelho, com vários desenhos, principalmente gregas, em que aplicam, como os demais índios, cocções de urucu e de genipapo, além da de fôlhas de um arbusto a que chamam *nauen*.

Os Cachinauás do alto Tarauacá, segundo Tastevin, além de pintarem vasos de barros, ornavam cabaços com cenas da reprodução, da Amazônia e com escamas da grande serpente, e nos cestos quadrados a que apelidavam de *kakan*, desenhavam em tôdas as suas faces enfiadas de cabeças, em losango, da grande boa terrestre.

As mulheres, além de fazerem os utensílios domésticos, pintavam-nos com muita perícia. Os Maneteneris conheciam o machado de ferro, devido às suas relações com gentes do Ucaiali no tempo da viagem de Chandless, ferramenta esta que elles cediam ao Canamaris.

Atualmente, as hordas que estão em contacto com os civilizados já usam alguns dos seus utensílios.

Os Catianas encontrados pelo explorador inglês acima do Iapaha (a montante êste da foz do Curunahá, hoje Santa Rosa), tinham rolos de borracha, que serviam de tocha à noite.

Transportes — As tribos nauas do alto Juruá não usavam canoas, parecendo que fizeram o trajeto do Maranon para Ucaiale, Javari e Jutai, até a bacia juruaense, por terra, transpondo vales e montes, e, se, de início, as possuíam, deixaram-nas pelas margens do famoso Apuparo ou sua vizinhança, fazendo as travessias das grandes correntes em balsas adredemente organizadas e das menos volumosas em algum tronco caído ou derribado, que transpusesse as

ribanceiras, servindo de ponte. Fora disso, na estiagem, êles atravessavam os rios e igarapés, a nado ou a pé, procurando naqueles os lugares mais rasos.

Já alguns bandos da família aruaque, como os Maneteneris e Canamaris, fabricavam e usavam canoas, sendo que as dos primeiros eram ubás de cedro, muito compridas e admiravelmente feitas, segundo informa Chandless.

Os Amauacas, do riosinho dêste nome, dispunham de balsas nos lagos em que pescavam, feitas de imbaúba ou alguma madeira leve, amarrados os toros a cipó.

De certo, anteriormente, há séculos quando moravam nas margens do caudaloso Maranon e mesmo do não menos majestoso Ucaiale, construíram-nas para seu comércio ou transporte. A própria natureza exigia êsse meio de condução, mas, em o novo *habitat* que adotaram, se bem que o seringueiro não dispensa — a montaria ou a canoa de maior porte para os seus passeios e negócios, o silvícola, bom andarilho e sabendo como ninguém palmilhar a floresta, onde não se perde e se satisfaz em quebrar alguns ramos ou arbustos para a sua passagem e orientação e as águas já não são assás amplas como nos seus antigos domínios, dispensou-a, tornando-se antes um andadeiro do que um canoeiro.

Aos homens, nas mudanças e viagens, cabia conduzirem as armas de guerra, e as mulheres o resto da carga, assim como os filhos pequenos, dos quais não se separavam um instante.

Empregavam nesse transporte *jamachis* (cestos feitos de embira ou cipó), pendurado às costas por meio de tiras de pano ou de embira que as índias prendem a duas alças cruzadas no torax e os índios preferem passá-las na testa, por tornar o fardo menos fatigante.

Além do jamachi, usavam os Cachinauás para o transporte de cargas, caça, pescado e produtos da lavoura, grandes cestos feitos açodadamente, com fôlhas verdes de jarina ou de outra palmeira de fôlhas largas ligadas nas pontas e amarradas com cipó.

O seu caminho era um simples trilho feito a mão, torcendo e quebrando pequenas árvores, que não só facilitavam o trânsito, como indicavam a orientação.

Entre as bacias do Purus e do Juruá havia o conhecido “Trilho ou Furo do Juruá” começando na margem esquerda daquele e terminando num dos galhos da margem direita do Embira, por onde os Maneteneris e Canamaris se comunicavam com os grupos amigos da região juruaense.

Chandless refere-se a êsse varadouro que se iniciava uma semana de viagem acima da boca do Iaco, em território hoje acreano

e se dirigia ao Jurupari, Taraucá e Juruá e, mais para o alto a um igarapé conhecido pelo nome de “Rio Tarauacá”, que desagua ao lado esquerdo do Purus, indicando, certamente, o caminho indígena que sairia já no alto Embira, porém, em zona ainda acreana.

“Os coletores de droga”, antes do meado do século XIX, já falavam na comunicação que havia entre o Juruá e Purus e João da Cunha Corrêa, na sua viagem de 1857-58, afirma que subiu o Tarauacá e o Embira, passando do galho dêste, Jatuarana-Paraná para o vale puruense, onde saiu próximo a embocadura do Chandless, à procura de Manuel Urbano, não o encontrando.

Entre o Ucaiale e rio Cuja, havia, desde o princípio do século XIX, dois caminhos, um mais ao norte, seguindo o rio Tamaia e saindo cêrca do rio Amonea, por onde os Conibos se comunicavam com os seus irmãos do Juruá e outro mais ao sul, pelo vale do rio Sepahua, pelo qual os Piros se entendiam com as aldeias situadas no alto Purus.

Governo — Os antigos Panos, de quem descendem os Amauacás, Remus, Tapanauas e outras tribos do Juruá Federal, tinham, segundo Castelnau, um governo republicano dirigido por anciãos.

Não conseguimos apurar se êsse regime vigorou entre os grupos que se internaram no Juruá, pois, não só entre os Cachinauás, como Poianauas e Jaminauás, o que predominava era o governo de um só, chamado “tuchaua” e a que os Poianauas, no seu dialeto, apelidavam de “Iucibu”.

Êste chefe era obedecido por todos sem discussão, tendo, nas malocas subordinadas, outros intitutados “tuchauas-mirins” que o substituíam quando necessário.

O maioral que, entre os Poianauas, morava na parte central da habitação, distribuía, pela madrugada, o serviço que cada um deveria executar durante o dia, ordem esta que os chefes cachinauá repetia mais tarde diretamente junto à rêde de cada morador. O *incibu*, ao distribuir essas tarefas, entregava aos trabalhadores uma cuia de passimá, correspondente à sua ração.

E, assim, o tuchaua dirigia os preparativos de guerra, decidia o desencadeamento desta, a comandava, distribuía o trabalho, governava a comunidade, fazia o casamento e applicava penas, inclusive até de morte, conforme a intensidade da culpa.

Apesar da forma autoritária e arrogante por que dirigiam êsses aglomerados humanos, não eram intransigentes nas suas relações com os civilizados, pois, são conhecidos vários casos em que renunciaram a sua autoridade irreco rrível e única, para aceitar a de pessoas alheias ao seu grêmio como as dos cearenses Ângelo Ferreira

da Silva, no médio Tarauacá e Felizardo Cerqueira ou Cardoso, na parte superior do mesmo rio.

Ângelo Ferreira chegou a dominar, em 1905, várias tribos (Yavanaua, Eskinaua, Rununaua), e com elas, somando umas duas centenas de indivíduos, abriu seringais, fêz grandes plantações e construiu até estradas, sendo que uma delas serviu logo em seguida para a abertura da grã via leste-oeste, ligando os vales do Juruá e Tarauacá. Cocamera, a sede dos seus seringais, chegou a ter movimento de uma pequena cidade.

Foi assassinado, em 1909, num ajuste de contas, por pessoas que haviam alugado o seu seringal Apuanan.

Felizardo meteu-se entre os Cachinauás do Iboiaçu, conduziu-os ao alto Embira nas margens do Furnaia, onde não havia civilizados, achando-se, em 1919, nas ribas do Aliança e em seguida passou para o alto Tarauacá, fixando-se em Revisão. Tem prestado valiosos serviços, não só de pacificação entre os civilizados e os indígenas, como na ajuda à Comissão de Limites Peruano-Brasileira, em 1923 e 1924, guiando-os na fronteira com a república vizinha e garantindo-lhes os trabalhos, que decorreram sem incidentes.

Conheci um outro civilizado que dizia ser natural do Rio Grande do Sul, e dirigia como "tuchaua" um grupo de indígenas Amauacas, já localizados em território peruano, há mais de vinte anos. Apareceu-me em vila Taumaturgo com um trôço dêles que, por sinal, estavam nus e causavam grande alvoroço na povoação. Tendo eu determinado ao gaúcho que os fizesse vestir, a fim de andarem pelas ruas, os silvícolas tornaram ao barranco do rio, colocaram suas vestes, passeando livremente pela vila.

Os Poianauas do rio Môa conservam seus chefes, mas obedecem ao dono do seringal que os catequisou, chamando-os de *papai grande* ou *papai Mancio*, seu prenome.

Não se sabe com segurança a que atribuir essa tolerância. Não é propriamente ao temor, porque êles fãcilmente se subtraíam ao novo jugo, como sempre fizeram, fugindo. O mais verossímil é que o façam por simpatia e mesmo aceitando uma proteção ou aliança com uma força mais poderosa e capaz de dar-lhes mais estabilidade e sossêgo.

Um dos chefes indianos mais afamados que houve no Juruá, foi o cachinauá Tescon, célebre pelas suas proezas e lutas contra os Peruanos, chegando a gabar-se de diversos assaltos felizes e trinta e quatro mortes perpetradas só por êle entre naturais da república vizinha.

Diziam que falava o espanhol, por ter sido educado entre os Peruanos, e regularmente o português, evitando, porém, usar a linguagem dos seus perseguidores, talvez, por odiá-los.

Quando visitado em 1907, pelo engenheiro Nunes de Oliveira, na sua taba às margens do rio Liberdade, destacava-se no meio dos demais índios, por ser o único vestido de calças e camisa, e apesar de convidado várias vezes a ir a presença do dito engenheiro, não o foi, somente aquiescendo em vê-lo na maloca dêle Tescon.

Mais tarde, um seu filho e um irmão visitaram o Prefeito Bueno de Andrada, na cidade de Cruzeiro do Sul.

Tescon foi morto, em 1914, numa cilada que lhe prepararam os Araras (Tachinauás). Convidado para uma pescaria em determinado sítio, acedeu, sendo morto.

Na sua maloca situada nas cabeceiras do igarapé Forquilha, afluente da margem direita do rio Liberdade, êle entretinha pequeno comércio com os barracões vizinhos, fabricando alguma borracha e plantando vários roçados com os seus caboclos.

Família — Geralmente, o índio naua vivia monogamicamente, havendo exceções para os chefes da tribo e os caçadores mais notáveis, admitindo algumas subdivisões, a poligamia para os homens que tinham recursos e podiam dar-se a essa ostentação, sem haver ciúmes entre as esposas.

O número de mulheres do tuchaua variava, podendo ir de duas a quatro, e até mais, sendo que o chefe dos Cachinauás, do Revisão, no alto Tarauacá, o civilizado cearense Felizardo Cerqueira que os dirige há vinte ou trinta anos, mantinha em 1925, um serraglio composto de nove mulheres, as quais êle punha à disposição de seus amigos civilizados durante o tempo em que permaneciam na aldeia.

Essas normas lembram o harém dos sultões mulçumanos, cuja religião permitia também que os mais afortunados se arriscassem a ter várias mulheres desde que as pudessem mantê-las sem reclamações.

O cacique dirigente da maloca era quem fazia o casamento, em regra, pelos companheiros com quem mais simpatizavam e desde a mais tenra idade, realizando-se esta distribuição aos seis ou sete anos, na taba dos Poianauas.

De ordinário, não há cerimônia alguma para esta entrega, havendo, apenas, um contrato verbal entre o noivo e o futuro sogro, trabalhando o pretendente algum tempo para o pai da noiva ou irmão, ficando logo com a mesma, dormindo na mesma maqueira, criando-a ou ajudando a criá-la, somente se realizando o casamento.

sem outra solenidade, depois que ela atinge a puberdade, sendo antes disso, a nubente respeitada religiosamente não só pelo futuro esposo, como por qualquer outro índio. A transgressão desta lei era punida com severidade importando, às vèzes, na condenação à morte do delinqüente.

Linhares diz que, quando um indivíduo deseja casar-se, caça algum tempo com o pai da pretendida ao qual também oferece um roçado bem plantado e, sòmente, após essas provas de dedicação, e capacidade física, é-lhe concedida a moça em casamento e que, ainda depois dêste ato, continua a trabalhar durante algum tempo para o sogro, como nos tempos bíblicos.

Para o casamento convidam as tribos vizinhas e amigas, cantando, dançando, bebendo e comendo durante um período que varia de três a cinco dias.

Segundo Tastevin a cerimônia ritual consiste em fazer a moça sentar-se na coxa do pretendente, acrescentando êste autor que, segundo lhe informaram, as mulheres não ligavam muito ao seu pudor, uma vez que desde a mais tenra idade suas mães a submetem a manobras as mais repugnantes para romper o himen e prepará-las para o coito.

Em geral, uns respeitam as mulheres dos outros, excetuando entre os irmãos cachinauás, cujas mulheres são comuns e, no meio dos Poianauas, em que na ausência do marido, os irmãos dêste podem dormir com a cunhada, sem que haja zelos amorosos ou censura.

Esta última tribo proíbe o casamento entre parentes.

Os Maneteneris e os Canamaris aparam a extremidade do clitoris das meninas (espécie de circuncisão) e os Curahatis (baixo Purus) decepam tôda a glande ou parte dela.

Os maridos às vèzes zangam-se, brigam com as esposas, chegando a seveciá-las. Deitam-nas no chão e lhes dão palmadas nas nádegas como se fôssem crianças. As mulheres, por sua vez, se desentendem, causando reboição na taba e agarrando os cabelos da adversária até que alguém intervém, reconciliando-se depois de algum tempo.

Quando, por acaso, algum civilizado deseja morar na taba, dão-lhe em casamento uma velha, pois as moças são muito cobichadas pelos rapazes indígenas, ponderando Nunes de Oliveira que é rarissimo um tuchaua dar uma índia solteira em casamento a um branco, sendo mais fácil dar-lhe uma viúva, para o que basta simpatisá-lo. Em geral, a viúva, não conserva muita recordação do finado, dependendo o novo casamento da apresentação de um candidato.

Ao passar a mulher de certa idade, o cachinauá a abandona, se possível por uma de doze anos, ficando a repudiada encarregada dos filhos, a menos que ela, por sua vez, ligue-se a um jovem de quinze anos.

Para evitar a velhice precoce ou a perda dos seus encantos pessoais e serem enjeitadas por seus maridos, a cachinauá, a exemplo das senhoras modernas dos grandes centros, já não quer ter muitos filhos, ingerindo, para êsse fim, uma droga vegetal que elas acreditam ser eficiente.

Após o parto, o marido de cada parturiente, prepara cinza de uma madeira especial e a espalha no ventre dela, atando-o em seguida.

Finda esta operação, a índia volta às suas ocupações habituais, inclusive o banho no rio, e o marido vai para a maqueira, com o *curumi* ao colo, durante cêrca de três dias, a receber os cumprimentos dos parentes e amigos.

O recém-nascido é imediatamente banhado no suco de genipapo, ficando inteiramente negro, acreditando êles que êste banho o preservará de várias moléstias. O nascimento de gêmeos é considerado uma desgraça, sendo um dos dois abandonado na mata e se são de sexos diferentes, a fêmea será a sacrificada.

Quando se casa uma viúva, diz Sombra, com filhos do matrimônio anterior, são êles desprezados e perseguidos pelo padrasto e se ela depois de casada vem a ter filho concebido no primeiro matrimônio, o marido toma-o, deita-o numa redezinha exposto ao sol, num galho de árvore, até que morre estorricado.

Os órfãos de pai e mãe vivem na maloca em completo desprezo, como se fôsem cães sem dono, passando fome, espancados e podendo ser dados ou vendidos pelo tuchaua.

No *copichaua*, *utá* (maloca) andam completamente nus, usando tangas, enfeites ou roupas quando vão às festas ou a residência dos civilizados.

O laço peniano é retirado antes de dormir e pôsto no punho da rêde, fazendo o mesmo ao se banharem.

Levantam-se cêrca de quatro horas da madrugada, e, enquanto as mulheres preparam os repastos, moem o milho e o amendoim, cozinham bananas e *iuca* (macacheira) e fazem o arranjo caseiro, os homens se entregam aos seus ritos mágicos para afastar a ma sorte, tendo cada família sua cozinha, vivendo em tórno do seu fogo, com os seus trens e rêdes.

Os Poianauas e outras tribos têm muito desenvolvido o sentimento afetivo pela espôsa e filhos, sensibilidade esta a que se atri-

bui um dos maiores impecilhos à catequese, por temerem o arrebatamento de suas mulheres e filhos pelos civilizados, mas, falando-se lhes com brandura ou ternura e dando-se-lhes provas de respeito à sua família, consegue-se serená-los e captar alguma confiança até alcançá-la integral.

O célebre tuchaua Tescon, a que já nos temos referido, dando mostra de sua afeição pelos seus semelhantes, costumava visitar os parentes e amigos mesmo quando residentes em outros rios que não o em que se achava o seu quartel general.

São conhecidos vários casos em que êles demonstram uma acentuada hospitalidade, oferecendo aos civilizados que os visitam dádivas diversas, principalmente frutas. Quanto à moralidade, algumas tribos têm mais do que outras. Os Ipurinãs e os Manetenneris eram mais atrasados nesse ponto do que os Canamaris, pois segundo Chandless, êstes não eram ladrões, nem corruptos como aquêles.

Aliás, o hábito de furtar entre êles é quase generalizado, porque acham ser um ato de aquisição normal. Geralmente, êles tomam nomes de animais ou de árvores, sendo alguns suaves e bonitos, especialmente os femininos: Itiani, Parana, Suani, Tima, Kune, Baru achpa (olhos grandes). Urcho wari (lua cheia), etc. Para o homem aplicam — Bane, Barô, Tuxinim, Barimano (concha branca), Kurumano (concha azul), Maná (monte), Chachá-bili (couro de gamo). Bumô-nai (carneiro preguiçoso), Mancku-tachi, arara sem penas).

Os nomes acima foram colhidos entre os Cachinauas; Dami e Beni em tabas Jaminauás e Peirani, no meio Iskinauá.

Quando morre um Cachinauá, tudo quanto lhe pertence é destruído pelos companheiros, desaparecendo os cães, galinhas, roupas, exceto o roçado se é casado; a viúva corta o cabelo bem rente e chora por muito tempo, a hora certa, mas sem pôr uma lágrima, casando-se com facilidade se não fôr velha ou feia.

Se o morto é um dos seus maiores, tudo o que êle possuía é queimado e a tribo se muda começando, por assim dizer, vida nova, em outro lugar, onde erguem novas construções.

Os Poianauas queimam tudo que pertencia ao falecido, cremando o cadáver, misturando as cinzas ao passimá (espécie de caldo feito de macacheira) e o distribuem por toda a tribo, ou deixando junto às suas cinzas as armas e tudo quanto lhe pertencia, julgando que vem buscar mais tarde.

Os Eskinauás enterram seus mortos, inclusive o tuchaua, sendo costume entre êles, como, de modo geral, no seio das demais hordas

do Juruá, destruir ou fazer desaparecer tudo que em vida lhe pertencera, como prova exterior de sua tristeza, além do choro em altas vozes e corte de cabelo pela raiz, não só dos homens como das mulheres.

Festejam o ato, cantando em tom lúgubre e choroso.

Os Jaminauás, Poianauas, Esquinauas e Cachinauás não são necrófagos e se estes põem o cadáver numa panela de barro coberta por outra, calafetados os bordos com argila e levam-na a uma fogueira por dez ou doze horas dançando, chorando, pranteando durante todo esse tempo e em seguida o chefe divide entre os parentes e demais índios pedaços dessa carne cozida para ser por eles consumida, calcinando os ossos e guardando a cinza para ser misturada à caissuma, não praticam mais do que um ato ritual ou religioso, tanto que não o fazem por prazer e simplesmente para que o morto tenha sossêgo.

Os Remos cingem-se a queimar os mortos, dividindo as cinzas dos ossos pelos sobreviventes a fim de serem postas na caissuma, acreditando eles que se as cinzas não forem assim consumidas, o morto não terá repouso; sendo que alguns dêles conforme apurou Braulino tomam-nas com certa repugnância, demonstrando assim que o fazem na observância de um preceito religioso.

Entre os Cachinauás do rio Jordão, a viúva recolhe os fragmentos dos objetos que pertenceram ao marido e os enterra e faz sobre a cova uma fogueira durante várias noites, chorando, lamentando-se e perguntando ao mesmo se sente frio e quer mais fogo.

Quando morrem vários indivíduos num copichaua ou há epidemia, eles queimam as casas e se mudam. Os Cachinauás não apreciam homens barbados tanto que, quando apanham algum seringueiro com barba, tratam logo de arrancá-la fio a fio, delicadamente, mas se não se trata de inimigo, procura convencê-lo da necessidade higiênica e moral de retirá-la.

Adianta Sombra que eles pedem para escrever num papel os nomes e apelidos dêles e quando satisfeitos ficavam mui alegres, guardando cuidadosamente esses papéis por os considerarem muito preciosos, talvez por notarem a precaução com que os seringueiros conservavam as contas recebidas dos patrões.

Quem sabe se não era uma tradição entre eles, desde que os civilizados nos seus primeiros contactos com as Panos, no Huallaga ou Marañon, encontraram em seu poder pergaminhos relatando os seus feitos.

Que houve miscigenação com os invasores não se pode negar. O grau dessa promiscuidade é que se não pode determinar.

Os primeiros imigrantes que se estabeleceram nas margens dêsses rios, sem conduzirem suas mulheres, forçosamente tinham que se ligar a mulheres indígenas, daí resultando se bem que em reduzida escala um cruzamento inevitável.

No Juruá, talvez, mais difícil por sòmente quererem os chefes aborígenes dar em casamento aos forasteiros que se faziam amigos as velhas ou viúvas, mas, no Purus, onde as mulheres de certas tribos como as dos Ipurinãs e Maneteneris eram mais fáceis ou os caciques menos exigentes, as uniões sexuais mais avultaram.

Além disso, houve o assalto dos adventícios às tabas, donde carregavam *cunhãs e cunhãmus* (mulheres e moças) para se amancebaram. Ainda conheci alguns velhos, tendo por companheiras índias, com prole.

Os primeiros acreanos deviam ser produtos dessas uniões, aliás, na grande maioria filhos de pais brancos ou morenos, uma vez que o número de pretos na Acreania, como no resto da Amazônia, era insignificante.

De qualquer forma, já havia sangue indígena da parte dos invasores, pois, êstes, quase na totalidade oriundos do nordeste brasileiro, já o conduziam nas suas veias, por herança dos seus antepassados tupis ou tapuias.

Solenidades e festas — Entre os Cachinauás as festas são periódicas, acidentais ou extraordinárias, tendo as primeiras um fundo religioso e as segundas comemoram certos fatos ocasionais ou a vontade de se divertir.

Entre as primeiras, verificam-se as do fogo novo (queima do roçado) as do plantio do milho, do amendoim, do início das pescarias, das grandes caçadas, a época da colheita, a recordação de um feito de guerra, e as segundas se referem a mudança de maloca, a declaração de guerra, aos funerais de algum chefe ou maioral, a ocorrência da puberdade, a vida de animais.

A mais interessante para os estranhos é a dos funerais de algum cacique ou maioral, que dura três dias, porém, as mais comuns são alusivas à representação do modo de vida dos animais, andar, vôo, canto e seus amores, como sejam as do jacamim, do queixada (*yawagawai*), do caitetu, da serpente (*runurunui*), da tartaruga terrestre (*susuí*), do veado, que podem durar um dia, alongar-se por uma semana, ou até esgotar-se a provisão de bebidas e comestíveis.

Sombra descreve assim a dos funerais: No primeiro dia, como último preito e homenagem prestados à virtude do morto, é o seu cadáver devorado por seus amigos e parentes, depois de bem moqueado, numa fogueira onde o colocam, com a cabeça coberta com

uma panela, para que não cause repugnância as contorsões feitas pelo rosto durante a ação do fogo, cobrindo-se também as partes pudendas com um caco de barro, quando o cadáver é de mulher.

Em seguida, sentam-se todos em tórno da fogueira, enchendo o ar com alaridos, até que o cadáver fique moqueado, depois do que os assistentes lhe vão arrancando bocados de carne, devorando-os e lamentando simultâneamente, em vozes altas, a morte do chefe ou parente, não impedindo a tristeza dessas lamentações, que também exprimam na fisionomia a satisfação que sentem em saborear tão gostosa iguaria!

Cada um tira o pedaço de carne que lhe cabe segundo o grau de parentesco com o morto, tendo precedência os parentes mais próximos, a começar pela viúva, a qual tem preferência sôbre certas partes consideradas mais saborosas. Devorada assim a carne do cadáver, são os sobejos e ossos moidos e misturados em um cocho com caissuma, a qual é tomada pelos assistentes, no segundo dia do funeral.

Apesar disto, não os considera canibais, por assim agirem, por um dever ou preceito religioso, tanto que não matam para comer, nem devoram os chefes inimigos mortos em combate.

Testevin, explicando os motivos por que os Cachinauás comiam os seus mortos, diz terem êles muito mêdo dos espíritos dêles, ou antes, da sombra dos mortos que ficam errantes por tôda a parte e para se desembaraçar dela tiveram que comer os seus restos, tendo um índio lhe afirmado que um corpo comido, a sombra foge para o ocidente, no país de Kuna e do Inca. Outro, porém, disse-lhe que o motivo não era êste, comendo-se aliás, sômente as pessoas amadas e nunca um estranho e menos ainda um inimigo.

Contudo, cita dois casos, sendo um passado no rio Hoiiaçu (Muru) em que a mulher de um jovem chefe que morreu grávida, ficou três dias sôbre um moquem, depois do que o médico-feiticeiro, dividiu o corpo em pedaços, e obrigou todo o mundo a comer, ficando a terra em que se erguia o moquem longo tempo ensopado da gordura da vítima. O segundo referia-se a um tísico que só tinha os ossos o que não impediu de ser devorado.

Outros grupos Cachinauás não moqueiam os cadáveres, encerrando-os num vaso que se fecha com uma tampa, põem-no numa fogueira e durante o cozimento dançam com ar de sentimento, depois do que o feiticeiro distribui o alimento sagrado que cada um vai comer num lugar retirado chorando o defunto ou a triste sorte da humanidade.

Atualmente, graças à energia dos cristãos, estes costumes vão desaparecendo, sendo preciso muito lutar para convencê-los, mas, se tem visto desenterrar a noite cadáveres que haviam confiado a terra durante o dia. Em certos pontos do Hoiáçu, é necessário pôr guardas às sepulturas, acrescenta Tastevin.

Braulino, como Sombra, não os considera necrófagos, achando que eles assim agem, não com prazer, mas, em atenção a um rito.

Braulino não se refere a queima do cadáver na fogueira e somente ao encerramento do cadáver numa panela coberta por outra, calafetados os bordos com barro.

Nas festas dos animais, só os homens formam a grande roda, pondo as mãos nos ombros do vizinho, bambaleando o corpo e batendo com os pés, repetindo o grito do jacarim ou cantando passagens da vida dos animais, podendo as mulheres assistir ou acompanhar as cantigas; sendo que, no caso de representarem caçadas, os homens fazem o papel dos bichos e as mulheres de caçadores.

Antes das danças, além de se pintarem e aporem seus adôrnos de gala, tomam excitantes dos nervos, ingerindo o suco fermentado de um tubérculo de sabor adocicado que, segundo Tastevin, se parece com a beterraba, ao qual chamam de *chupan*.

Esclarece este escritor, que os índios do Tarauacá são sobretudo religiosos, pôsto que nada tenham de devotos, sendo o seu fim pedir a benção dos espíritos para as plantações e agradecer-lhes a colheita e afastar as más influências por ocasião da puberdade dos filhos. São acompanhados de gritos, cantos, pregões, saltos, carreiras, invocações aos espíritos, como os do milho, do amendoim e das bananeiras. Um outro canto alegre que recorda a Aleluia da Pascoa, diz Tastevin, consiste em repetir a interjeição: heya! heya! e o grito de satisfação: he! he! Nawa, Nawa, Nawa kikika! E, diz mais, o referido observador.

Na dança do encantamento (feitiço) dos animais e de todos os objetos úteis, em geral, ligam-se pelo braço e o chefe da roda agita uma espécie de chicote e dá o impulso lançando um vigoroso he! he! he!, ao qual todos correspondem, desenvolvendo-se a cadeia como se fôra uma enorme serpente, escandindo-se durante duas voltas as interjeições hehe! hehe! hehe!, após o que o chefe de fila enumera os nomes dos animais que lhe passam pela cabeça, do sol, da lua, do fogo, da chuva, e até o moderno “fósforo”. Todos fazem eco, repetindo cada nome depois dêle, até vinte vezes seguidas: hano! hano! mari! yawa!, isto é, paca! cotia! porco! Dir-se-ia, a princípio, uma ladainha, mas, logo, o fervor aumenta e cada um invoca por sua conta os seus objetos ou seus animais preferidos, estabele-

cendo-se a cacofonia de sons na harmonia das vozes, correndo suor abundantemente dos seus dorsos nus e bronzeados. Algumas mulheres que se balançam nas suas rêdes bordam neste monótono fundo de cantos melodiosos, enquanto outras armadas de tochas de palmas as passam rapidamente sôbre o dórso do dançarino para enxugar o suor ou evitar que se resfriem. A esta dança violenta sucedem-se rodas mais calmas, em que se voltam lentamente improvisando coplas com toadas comuns.

Durante os entreatos os dançarinos vão fartar-se de bebida fermentada ou não, de milho, amendoim, ou mandioca, numa grande panela que está cheia e se renova de acôrdo com as necessidades.

Os Poianauas quando estão plantando em conjunto, cantam na conformidade do que estão executando, por exemplo: “nós plantamos macaxeira” ao que outros respondem, “plantamos”, transcorrendo assim as horas do árduo trabalho. Como se vê, a dança, além de um divertimento é um exercício e um incitamento ao trabalho bem como uma súplica ao poder sobrenatural para favorecer suas plantações ou pescarias e agradecer-lhe a colheita.

Os cachararis, segundo observa Masô, além de outros entretenimentos, divertem-se com um jogo de bola, parecido com o futebol.

Para isto, empregam uma bola de caucho bem comprimido, pesando uns três quilôgramas e revestem o joelho e o pé correspondente com uma pele qualquer, sòmente jogando no verão, em terreno bem nivelado e limpo, com cêrca de dois hectares.

Ao organizarem a partida, convidam as malocas amigas para a festa, a realizar-se daí a tantas luas e, no tempo precisamente determinado, reúnem-se quase todos os componentes da tribo, para presencearem além dêsse jogo, outras diversões bem animadas. O futebol começa no meio do maior entusiasmo, observando-se as regras estabelecidas, havendo prêmios para os vencedores consistentes em miçangas variadas e muito curiosas, feitas pelos índios, as quais ficam em exposição durante o esporte.

Índole — Desde o tempo da descoberta do Brasil que o gentio aí encontrado recebeu o invasor de boa vontade e curioso, porém, ainda no decorrer do primeiro século do descobrimento, os tupis, devido ao mau tratamento recebido da parte dos conquistadores da costa atlântica, iniciaram formidável êxodo para o oeste, estabelecendo-se nas margens do Amazonas, indo alguns até as faldas da cordilheira andina.

Em sentido contrário, tribos de língua pano assenhoriaram-se do alto Juruá. Oriundas do alto Marañon, acoçadas pelos castelhanos, vieram descendo êsse rio; aldearam-se no princípio do século XVII,

nas margens Ucaiali e Javari, continuando sua marcha para leste, de sorte que no dealbar da centúria seguinte encontravam-se no divisor das águas do Ucaiali com o Juruá, espalhando-se em seguida nas margens dêsse opulento contribuinte do Amazonas, a começar das raias do seu maior afluente, o Tarauacá chegando algumas horas às proximidades do Chiruan, mais de trezentas milhas a jusante da confluência do Juruá com o Tarauacá, dominando, por assim dizer, dois têtços da sua vasta bacia ou, sejam, cêrca de mil e duzentas milhas do seu curso, por uma largura que ia do 71º ao 74º meridianos, na zona compreendida pelo território do Acre.

Como se vê, os Panos que se estabeleceram no Juruá, também sofreram violências e ultrajes do invasor espanhol, de sorte que quando os nordestinos brasileiros se aproximaram de suas tabas, já eram mal recebidos por serem considerados maus, e, aquêles possuidores de melhor boa vontade que os acataram, aceitando um trabalho que contrariava os seus costumes, insurgiram-se mais tarde por não serem bem compreendidos ou por verem os seus lares conspurcados.

Quando não era caçador e pescador, dedicava-se à agricultura ou a alguma indústria, ou fazia um pouco de cada coisa, sem dispensar o auxílio da mulher a quem, em regra, cabia os serviços caseiros, de coleta agrícola, cerâmica e transporte. Que êles eram partinazes e firmes no serviço basta ver as casas que erguiam como as dos Jaminauás do rio Amauacas, cujas madeiras das mais resistentes eram cortadas a machado de pedra por êles mesmos fabricados, exigindo muita constância e paciência, atributos êstes que se mostravam mais acentuados no preparo de armas para a guerra, caça e pesca, demonstrando grande habilidade na confecção de arcos, flechas, maças, gravatanas, punhais, sempre trabalhados em madeiras das mais rijas, a dente de cotia, e uma fôlha de árvore que mal substituíu a lixa; potes, panelas, pratos e outras vasilhas de barro; o longo e penoso preparo do terreno para a lavoura, a difícil e artística confecção dos seus adôrnos de variadas fibras, peles, penas, dentes e conchas; a habilidade e firmeza com que executavam curiosas e complicadas tatuagens, a feição de cobras, lagartos, jacarés, árvores, etc.

No tocante à disciplina, basta notar que a autoridade única era o tuchaua e êste era sempre obedecido, não só no constante e demorado aprestamento para as lutas incessantes em que viviam uns grupos com os outros, inclusive gentes da mesma família, como nas mudanças, ritual, casamento e segurança interna.

O problema principal da catequese estava no seguinte. O gen-tio, da língua *Pano* que povoou o Território do Departamento do

Alto Juruá, e aí foi encontrado pelos seus exploradores e povoadores, considerava-se em pé de igualdade a qualquer outra pessoa e os seus tuchauas só consentiam em falar com outros chefes e, quando estes eram civilizados, elles indagavam logo se eram possuidores de igual título, para, então, entabolar conversação.

Ora, sendo assim, estes homens que não admitiam superiores a elles, não podiam, facilmente, subordinar-se a outrem. E' conhecido o fato passado no rio Madeira, relatado pelo engenheiro Silva Coutinho, no seu relatório de 1861. Em Baetas "o capitão Xico, tuxaua recebeu-nos de casaca, e não se prestava a serviço algum, mandando imperiosamente o seu ajudante" (pág. 13). Este é que transmitia as ordens aos seus subordinados. O que parece comprovar a tese de preguiçoso, indolente, aversão ao trabalho e à disciplina, não é mais do que a diversidade do meio em que viviam, os hábitos, costumes e regime de trabalho.

Habituaados a um sistema de atividades inteiramente diferente dos da gente que se intrometeu na floresta que dominavam, não podiam de bom grado aceitar as exigências dos novos senhores e, sempre que não lhe davam a liberdade a que estavam habituaados, fugiam, revoltavam-se, usando de represálias, e vinganças.

Daí se conclui serem elles refratários ao trabalho e à disciplina. Métodos mais liberais, como os adotados pelo catequista Absolon Moreira, no rio Amauacas e no Liberdade, por outros civilizados, no tempo da Comissão de Obras Federais, deram bons resultados.

E' preciso frisar, ademais, que esses indivíduos não tinham noção de economia no sentido de acumular riquezas como os povos mais adiantados, disso resultando a sua desambição, contentando-se com a safra em curso, mesmo porque não faltava no seio da floresta e nas águas correntes ou paradas, frutos, raízes, peixes e outros animais que podiam satisfazer às exigências do seu estômago.

Não procediam como os seringueiros e mateiros que se apossaram de suas terras, os quais ao defrontarem uma alcateia ou manada de queixadas ou catitús, a dizimavam ou mesmo exterminavam, dependendo o caso da quantidade de balas que possuissem no seu jamachi (alforge), embora não pudessem conduzi-los. Abatiam-nos as dezenas, conduzindo um, dois ou três, no máximo para sua barraca ou para vender no barracão ou povoado próximo, deixando o restante a apodrecer na mataria.

A sua inteligência era acanhada devido ao meio limitado em que vivia, mas, assim que se encontrava num povoado em que elle notava objetos ou maquinismos desconhecidos, demonstrava imediatamente o seu interesse, indagando como era feito e de que maneira funcionava. Ao ver a projeção de um filme cinematográfico, ficava

inquieta. Queria saber se as figuras eram verdadeiras e ia até a tela, procurando vê-la pelo avesso, a fim de descobrir a causa daquele movimento indagando e procurando saber o mecanismo do seu projetor.

A sua afeição à selva ou à taba e ao regaço da família era tamanha que, mesmo, anos seguidos de educação em cidades adiantadas, tratados num ambiente de conforto, e carinho, não o faziam esquecer-la. Logo que chegava ao barracão próximo a sua maloca, em regra, procuravam escapar aos que lhe prodigalizavam tudo e desapareciam, internando-se na mata no rumo de sua antiga aldeia, preferindo o convívio simples e pobre das ocas dos seus parentes ao bulício das metrópoles modernas com todos os seus atrativos. Seria o fascínio pela liberdade das selvas, sem as convenções próprias da civilização? Seria a insinceridade dos novos amigos, ante o quadro da vida primitiva, cheia de vigor, de encantos naturais, sem as facilidades e comodidades dos lares modernos, mas, também, livre dos tormentos e dificuldades reinantes nessas grandes urbes, principalmente, para quem não foi criado com as peias desse modernismo?

E' certo que os indígenas levados para os grandes centros e aí permanecendo, modificam a sua índole, dando bons rebentos à nacionalidade, mas, devem aí ficar, longe dos velhos pagos.

Dos seis Caxinauás trazidos, em 1907, pelo então tenente Luís Sombra, 4 homens e 2 mulheres, já morreram quatro, servindo uma em casa da viúva do referido Sombra, falecido já general e, o outro trabalha no comércio da cidade do Rio de Janeiro.

Adaptaram-se todos muito bem ao novo *habitat*, tendo um deles por nome Vicente Borô Pena, sentado praça no Corpo de Bombeiros, no serviço do qual praticou vários atos de heroísmo, e um outro passou a ser um bravo marinheiro nacional.

O único sobrevivente masculino viajou muito pelo interior do país com o general Rondon, onde se casou com uma filha de um cacique, preferindo, contudo, voltar à civilização, trabalhando, atualmente, no comércio como já aludimos.

Um dos que morreram, deixou viúva e filhos no Rio de Janeiro, sendo que estes têm instrução elementar, mais um pouco adiantada do que os trazidos do Tarauacá, que aprenderam a ler, escrever e contar. Segundo informa a viúva do general Sombra, os ditos índios se finam na sua maioria devido a tuberculose.

No rio Mõa (Juruá), o govêrno prefetural criou em 1914, uma escola primária, na qual os índios Poianauas e seus filhos recebem instrução já tendo sido aí educados centenas de aborígenes desde aquela data, revelando muitos deles inteligência e aptidão para vários misteres.

III

Crenças e lendas — Os Cachinauás distinguem as duas, mas, segundo esclarece Tastevin, falam de ambas com a mesma seriedade.

Os Nauas, em geral, acreditam na alma, tendo muito medo dela, informando o autor referido que o Cachinauá crê em dois espíritos que sobrevivem ao homem: um residente no olho e que com a morte, sobe ao céu e não se preocupa mais com os vivos, ao qual os Paranaúas chamam — *Noteste* — a chama, a brasa ardente e vivificante; o outro corresponde à Sombra dos mortos — o *Yuchi*, que fica errante na floresta e nas proximidades da aldeia para atemorizar os vivos. Come, bebe, pesca, caça, furta e suga os vivos como um vampiro, ouvindo-se no silêncio da floresta e nas trevas da noite o seu assobio que faz os índios tremerem de medo e aguardar qualquer desgraça; tendo sido para se livrarem dêle que os Cachinauás resolveram comer seus mortos.

Por isso mesmo, não têm prazer em comê-los, como acontecia aos Tupis; observam apenas um rito, uma cerimônia.

Os Remos queimando os seus mortos e distribuindo as cinzas entre os parentes e amigos, a fim de serem misturadas à *caissuma*, também praticam um ato religioso, acreditando que, se elas não forem assim consumidas, o morto não terá repouso.

O totem do Cachinauá é o morcego, desdobrando-se o seu genílico em duas palavras: *cachi* — morcego e *naua* — gente, família, ou por outra, família ou tribo dos morcegos. Ao morcego êles protegem com fervor, perseguindo a coruja quando esta procura atacá-lo, mas, quando o morcego penetra na moradia dêles, têm como um mau agouro e fazem enorme algazarra.

Acrescenta Braulino que êles creem se achar encarnada no morcego a alma dos seus antepassados, pelo que o veneram e protegem.

Diz Sombra que o maior desejo dêles quando entram em relações com os brancos, é se batisarem, pois, notam que os seringueiros só matam os que não o são, e julgam-se logo um outro homem, um *caríua*, um civilizado, não admitindo mais que o chamem de índio, nome que reputa injurioso, tal qual os pretos.

Cosmogonia — Daqui em diante vamos, apenas, procurar traduzir as palavras do padre Tastevin, a única pessoa, ao que sabemos, que estudou entre os Cachinauás do Alto Tarauacá, a sua etnologia. Capistrano de Abreu chegou a publicar valioso trabalho sobre os Cachinauás, mas, tudo por intermédio de dois índios jovens, a quem ouviu pacientemente no Rio de Janeiro.

O Cachinauá crê na existência do firmamento, separando como um teto o mundo terrestre do dos espíritos, cuja vida é mais ou

menos como a nossa, penando sob um céu de fogo para poderem ganhar a nutrição cotidiana. Segundo alguns, não vêem a Divindade, que reside num lugar inacessível aos homens; havendo no firmamento um grande lago e neste um gigantesco maguari (espécie de cegonha) que pesca nos rios, garças, deixando escapar as águas do céu, em curvas, quando êle toma o vôo.

Como os Muras, dão a entender que os rios se escoam até o ponto em que o Céu toca a Terra, banhando as terras do firmamento e voltam ao lugar da partida. Esta crença parece estranha aos habitantes das nascentes dos maiores rios do mundo, mas, como explicar de outro modo a afirmativa seguinte: “os cursos d’água fazem a volta do mundo, estando a terra no centro (como um globo cercado de uma cintura), viajando acima dela o sol, a lua e as estrelas?”

O dilúvio foi ocasionado por um retôrno das águas sôbre si mesmo, cobrindo tôda a terra e matando todos os primeiros homens, gigantes como os da Bíblia, dos quais se encontram ossos petrificados no fundo dos regatos ou incrustados nos rochedos das margens do Tarauacá. Chamavam a êsses primeiros homens *Irika*, nome que lembra *Iri*, o deus supremo dos Iskinauas. Seriam êles também como os gigantes da Bíblia os filhos de Deus ou antes filhos do filho de Deus com os filhos dos homens?

O trovão é um fenômeno natural que intriga, assusta e amedronta todos os índios, atribuindo-o os Cachinauás ao deus do céu *Kana*, de cabeça calva e cabelos de chama, que o produz, fazendo rolar, em sua cólera, enormes rochedos que se entrechocam e derribam as fracas árvores do Empíreo.

A lua, *ourcho* em Cachinauá, é uma cabeça cortada que se metamorfoseou no astro da noite.

O sol, para os índios em geral, é igualmente uma pessoa animada: é o deus *Inti* dos Incas, do qual os Poianauas do Juruá ainda guardam a lembrança sob o nome de *Papai Indi* ou *Endi*, a quem êles consideram divindade.

Os Cachinauás não têm a menor idéia da criação do céu e da terra. Para êles o quadro em que nos movemos sempre existiu. Quando lhes expliquei que *Kana* os havia feito do nada, fitaram-me com os olhos bem arregalados, como se tivessem saído de um sonho e descobrissem súbitamente uma realidade incontestável.

O sentido cristão parece ser desconhecido dos índios. Inclnam-se antes pelo transformismo, metamorfose e mudanças mágicas.

Ao contrário de Spencer, pensam os Cachinauás que os animais é que descendem do homem e não êste daqueles, estando êstes en-

cantados por efeito de um sortilégio, conservando, porém, as suas qualidades mentais e voluntárias, tendo, apenas, modificada a forma exterior.

No quadro do Mundo, apareceram um dia dois seres misteriosos, sobrenaturais que, segundo uma versão chamavam-se *Inka* e *Kuma* e, segundo outra *Inga* e *Noto Bokõ* (*noto* — o cego), palavras estas que um jovem índio, educado pelos cristãos e retornado ao meio primitivo, traduziu como significando *Deus* e *Nossa Senhora*. O primeiro informante, cujas idéias eram puramente indígenas, fez de *Inka* e *Kuma* dois entes sobrehumanos, sendo o primeiro essencialmente estúpido, representando perfeitamente a humanidade ignorante. Ele quer fazer uma casa e a cobre com cascas de madeira que deixam passar água, não abrigando convenientemente o morador; quer casar-se e não sabe como; quer fazer um cão e faz uma onça, que o devora. Então, sobrevém *Kuma* que o corrige e instrui, mostrando-lhe como se cobre uma casa, ressuscita e transforma a onça em cães de caça; tira-o, enfim, da situação crítica em que se achava; restabelecendo seu estado normal.

Foi *Kuma* quem ensinou os homens a plantar mandioca, milho, amendoim, cana de açúcar, etc., bem como a fiacção, a tecedura, o uso da rêde e das vestes; mostrou como se come, bebe, dorme, cospe, assoa-se, etc., não havendo um ato da vida física, intelectual, moral e social que não o ensinasse; depois do que *Inka* e *Kuma* se retiraram para o fim do mundo, para o lado do ocidente, perto da casa do sol. Ninguém poderá encontrá-lo, seria necessário marchar mais de cem anos na direção oeste-noroeste.

Kuma e *Inka* chamam-se em Hatokona, *Tama* ou *Tamacuri* e *Kirak*. *Tama* o herói inteligente e benfeitor, é para os Canamari o deus lunar, sendo *Kirak* o símbolo do Sol. Entre os Camá-nawa do rio Gregório (Juruá) só se conhece um herói — *Pinotyé*, seguramente o deus solar. Faz tanto calor próximo de sua morada que ninguém pode aproximar-se. O radical *pin* ou *pen* significa fogo em vários dialetos.

O crescente, em nácar, dos Canamari, Curina e Cachinauá, é evidentemente imitação dos crescentes, em ouro, usados pelos Caribé e Aruaque da Guiana e das Antilhas, por eles chamados *Karikuri* ou *Karakuli*, insígnia do herói lunar, civilizador dos índios:

Ichan é o pai de *Huni Kuñ*, o primeiro homem propriamente dito e, segundo uma versão, o pai dos Cachinauás. Nada induz a que se o considere obra de *Kana* que, não tendo mulher, via-se reduzido a semear num cabaço que punha em seguida de lado com o seu conteúdo, recomeçando cada noite a operação, até que um dia o cabaço se quebrou saindo uma menina que se pôs a chorar. *Ichan*

tomou-a nos braços, deitando-a perto dêle. A criança cresceu durante a noite, já se assentando pela manhã sozinha; no segundo dia ela andou; e no terceiro já era uma mocinha, pelo que, Ichan renunciando o cabaço, a desposou, provindo daí vários filhos que foram os primeiros *Huni-Kuĩ*.

Ichan foi um dia pescar numa piroga e sua mulher acompanhou-o e viu êle lançar-se nágua, sem retornar. Ela chamava-o enlouquecida e suplicante, respondendo êle do fundo dágua que ficaria ali e transformou-se num grande peixe, e, voltando ao sistema do cabaço, instalou-se num buraco muito profundo, produzindo todos os peixes que vivem nos cursos dágua; tendo sido pelo mesmo processo que criou os pássaros quando ainda vivia em terra.

A mãe dos *Huni Kuĩ*. A primeira vez que os índios tomaram ou absorveram o suco do tabaco, embriagaram-se, sendo transformados em animais diversos, conforme os efeitos da embriaguez produzida, datando daí os porcos, tapires, macacos, os índios curinas, etc., enfim, todos os mamíferos que não são *Huni-Kuĩ*, isto é, os homens propriamente ditos. Sômente, uma mulher que não provou o tabaco ficou na cabana. De súbito, ela ouviu acima de sua cabeça um canto melodioso e, erguendo os olhos, viu um rapazinho, um verdadeiro Amor que fazia secar as fôlhas do tabaco: era *Dumo Chmã Yuchibo*, isto é, “o espírito da fôlha do tabaco”. Por muito tempo a mulher o mirou e achando-o lindo, tomou-o nos braços, pondo-o num paneiro, prendendo-o. Como a filha de Ichan, duplicava de tamanho cada noite, de sorte que a mulher o fez logo seu marido tendo dêle numerosos filhos, que são os primeiros *Huni-Kuĩ* da segunda criação.

O jaguar ocupa sempre um lugar de honra nas lendas indianas. E’ o inimigo direto do homem e que, apesar de mais forte, é estúpido, pelo que tem sido vencido pela astúcia do homem. Foi o espírito fêmea do jaguar (*Inu Yuchi ãimbo*) que produziu as suas diversas variedades, fecundando várias espécies de cascas de pau: daí a onça mosqueada, a negra, a vermelha, o maracajá, etc.

O espírito do *Honi* ou o *Espírito da Grande Serpente*. Num dia de caça, um Jaminauá viu uma anta aproximar-se da margem dágua e lançar um líquido esverdeado e parecido com o de genipapo. Logo uma mulher muito bonita saiu do fundo e abraçou o tapir que a possuiu, indo ambos em seguida para a floresta. A bela dama cortou um certo cipó, torceu-o, bebendo-lhe o sumo e se transformou em serpente que mergulhou nas águas. Era o espírito da Grande Serpente — *Duna Yûchi*. No dia seguinte o índio levou o genipapo para beira dágua, ou antes, talvez com o suco esverdeado

do cipó *Koya* e procedeu como a anta na véspera. O espírito fênica apareceu logo e enlaçando o Jaminauá, arrastou-o para o fundo das águas, pondo-lhe previamente nos olhos certo remédio que o impediria de morrer. Trata-se, sem dúvida, do *mukara* dos *Kavincão* do Madre de Dios, o qual se põe nos olhos para ressuscitar os mortos.

Esta passagem foi exposta ao autor por índios do rio Muru. Quando chegou ao alto Tarauacá, fizeram-lhe mais detalhada explanação que êle considera um complemento do que aconteceu ao Jaminauá. Narra êle: O Cachinauá tinha visto a anta atirar três frutos do genipapeiro nágua estagnada, aparecendo-lhe uma jovem que se apresentava como possante animal. No dia seguinte fez melhor do que na véspera e viu sair duas belas sereias. Escondeu-se atrás de uma árvore e agarrou uma delas, lançando-se a outra nágua. “Deixa-me diz a cativa, não te amo”. “Mas eu te quero”. “Deixa-me, digo-te eu”. O homem, porém, segurou-a bem, transformando-se ela, sucessivamente, em árvore, arroio, espinho de muru-muru, entregando-se, enfim, quisesse ou não: “queres tu ser meu marido e viver comigo? Se consentes, vou avisar meus parentes”. Êle aceitou com entusiasmo, pelo que ela submergiu-se e retornou com o consentimento de seus pais e um remédio mágico. Ela o pôs nas espáduas, joelhos, tornozelos, cabeça, “como tu fazes quando batisas as pessoas”, disse-me o narrador, e se achou disposto a mergulhar sem correr o risco de se afogar. Levou-a para casa, onde havia grandes provisões alimentícias e permaneceram com a serpente das águas, o golfinho, o jacaré, e outros animais aquáticos. O jacaré furioso de ver aí êsse estranho querido, lançou-se sobre êle, porém, a sereia acalmou seu furor apresentando-lhe como seu marido.

Certo dia, ela disse a êste: “Hoje eu vou beber o *Honi* para ver lindas coisas e conhecer o futuro”. “Eu também quero”, disse-lhe o homem. “Não, tu não podes tomá-lo, és muito fraco, te faria chorar, gemer, gritar, vomitar, defecar e, talvez, morrer”. “Não importa, eu quero”, e insistiu, provou e lhe deram finalmente, mas, apenas, ingeriu pôs-se a lamentar, ficando coberto de imundícies dos pés à cabeça, fazendo pena vê-lo. Sua mulher pô-lo nos joelhos e cantou para entreter sua dor. Acalmado, sob a ação da melodia, viu belas coisas, tornando ao seu estado natural.

Ao fim de cinco anos, disse êle à sereia: “Eu quero retornar à terra onde deixei mulher e filhos, desejoso de revê-los e de me exhibir aos meus”. Tôdas as lágrimas da grande serpente não puderam demovê-lo. Estava decididamente resolvido. Mas, apenas, chegado em casa, caiu uma chuva torrencial que transbordou os rios.

Sua espôsa aquática desejava recuperá-lo. Admirado, ficou em casa quatro dias, tranquilamente. No quinto, saiu para caçar, sendo mordido por uma pequena serpente, pelo que teve de cortar o polegar. Mais adiante, uma outra maior agarrou-se a metade do seu pé, mas, teve que soltá-lo. Uma terceira enguliu todo o pé; uma quarta sua perna; uma quinta sua coxa; uma sexta seu corpo até a cintura. Nenhuma delas, sucessivamente, pôde enguli-lo inteiramente e tiveram de deixá-lo partir. Uma sétima e última o enguliu até as axilas. Desta não conseguiu desembaraçar-se e a serpente se bem que não pudesse devorá-lo, não o abandonava. Seus parentes surpreendidos com a demora, foram procurá-lo, encontrando-o nessa lastimável situação. Mataram-na, retirando o Cachinauá. Coitado! seus ossos estavam todos quebrados e o corpo todo moído, falecendo no mesmo dia. Foi ele quem ensinou aos Cachinauás o uso do *honi*.

O espírito da noite (Yamo Yuchibo). Houve um tempo que era sempre claro, sendo o calor e a luz insuportáveis, impossibilitando o sono. Os *Huni Kuñ* fatigados do dia, enviaram uma deputação a *Yamo Yuchibo* que morava mui distante para o lado do ocidente, pedindo-lhe a escuridão! Na morada de *Yamo* havia pendente do teto várias caixas contendo a noite e, como ele não era tão avarento como *Inku*, deu uma das caixas ao mensageiro e, como em viagem, éste tivesse a curiosidade de abri-la, as trevas se espalharam imediatamente pela terra, dormindo cada um na posição em que se encontrava, posturas essas as mais cômicas, absurdas e ridículas. Depois de bem dormir, o viajor fechou a caixa e pôs-se a caminho. Na aldeia, comentava-se alegremente o feliz sucesso, quando o mensageiro chegou e lançou triunfante a caixa no meio da assembléia: "Eis aqui a noite!" Desde então não mais faltou.

Isto foi o que Tastevin ouviu no rio Muru. Na sua estadia no alto Tarauacá, explicaram-lhe mais o seguinte: Enviaram, primeiramente, uma caixa pequeníssima, não dando bastante tempo para dormir. Regressou o mensageiro e trocou a caixa por um grande baú, produzindo uma noite tão longa que, quando o povo despertou, a floresta havia retomado os campos. Numa terceira expedição, houve mais sorte, tendo sido conduzida uma noite igual ao dia, a noite constante do Equador, diferente das do polo norte que, certamente, os antepassados dos Cachinauás conheceram: a noite muita curta do verão e a longuíssima do inverno.

Wilkins de Matos afirma que, no século XVIII, foram encontrados, em poder dos *Panos*, manuscritos em papel vegetal, contendo, segundo o que revelavam, a tradição de acontecimentos de seus an-

tepassados. Conforme C. Teschauer, a noite, entre os Tupis, foi fornecida por “Cobra grande”, dentro de um caroço de tucuman, produzindo, ao ser aberto, além da escuridão, a transformação de tôdas as coisas espalhadas pelo bosque, em animais e pássaros.

Na lenda do *Yanchiku-nawa* (o avarento), vemos os homens, após matarem o seu algoz, derramar nêle seu fel e seu sangue, convertendo-se em pássaros azuis e vermelhos; sendo que os de rosto escavado tornaram-se animais subterrâneos, como os tatus, etc.

Esta mentalidade explica por que os Cachinauás põem os Curinas e os Yawanawa no mesmo pé que os animais, reservando, só para êles, a denominação de *Huni-Kui* os verdadeiros homens. (Aliás, o Dr. Braulino verificou que os Remos também se intitulam — *Nucuiny*, que êle traduziu por “gente boa”).

Isto explica, acrescenta Tastevin, ainda certas contradições que parece encontrarmos nas suas lendas e que não são absurdas.

Assim, na história seguinte, em que se diz que o primeiro homem teve muitos filhos e que Nete Bekoum, uma velha cega o quis envenenar, ficamos surpreendidos de ver aparecer esta velha, cuja origem não se explica, uma vez que não é filha nem espôsa do primeiro homem. Mas, para os Cachinauás, o primeiro homem significa o primeiro Cachinauá e Nete Bekoum é de outra raça, da nação dos Inkas, explicou-me um índio e, desta maneira, a contradição desaparece.

A história é que o primeiro homem teve muitos filhos e a velha cega e má tentou envenená-lo. Um dos filhos dêle, ainda jovem, apercebendo-se, quis matá-la, pelo que ela fugiu com um seu irmão, descendo o rio até encontrar uma falesia alta, sòmente a galgando depois de construir uma escada, que em seguida retirou. Aí se estabeleceram, abateram a floresta, cultivaram a terra, criaram tôda a sorte de animais. Enquanto isto, o jovem não desistiu do seu intento e foi em companhia de um outro procurá-la. Não podendo abordar de frente a barreira, rodearam-na e com surpresa alcançaram a moradia da megera, que estava só, por ter seu marido ido a caça. A mulher, quis matá-los, porém, êles suplicaram que não o fizesse, acrescentando que desejavam morar com ela e sob suas ordens. Ela cedeu e lhes deu comida. Quando o velho voltou de sua expedição, o mais moço dos dois cavaleiros errantes, furou-lhe o testículo com um espinho de palmeira, envenenado, morrendo disso. Quanto à velha, puseram veneno na sua beberagem de milho, matando-a. E assim, a humanidade, isto é, os Cachinauás se livraram dos dois Incas que moravam nas altas montanhas dos Andes.

Não é preciso ligar esta história à dos Yanchikunawa, a do avarento, que tinha magníficas plantações conservadas por vespas, escorpiões e serpentes, o qual não cedia um ramo, uma semente, uma vergonça, aos Cachinauás. Capistrano de Abreu conta como êstes conquistaram as plantações do avaro, pelo qual se vê que os Cachinauás não tinham fogo, cozinhando seus alimentos ao sol, sendo obrigados a jejuar nos dias chuvosos. A velha exasperada lhe atirou um tição julgado extinto a fim de matá-lo ou expulsá-lo, porém, Tchere vendo que ainda brilhava uma centelha, agarrou-o pela extremidade, queimando-se e ficando negro, mas, o conduziu aos Cachinauás que o transformaram imediatamente numa fogueira. Yanchikunawa vendo a fumaça se elevar, bateu num osso antediluviano, provocando uma chuva torrencial para extinguir o fogo do qual êle queria o monopólio, porém, os Cachinauás transformaram-se em pássaros estendendo suas azas por sobre a fogueira, de modo que a chuva não pôde extingui-la.

Para outros, foi o pai dos Jacarés quem furtou a mandioca, picando-lhe os zangões da guarda na arcada superciliar que inchou desmesuradamente. Na sua dor o Cachinauá caiu nágua e se transformou em jacaré, ficando sua arcada superciliar sempre saliente.

Então, os Cachinauás resolveram acabar com o avarento, escavando uma galeria que, passando sob o campo guardado pelos animais venenosos sairia na própria casa de Yanchikunawa. Um dentre êles se transformou num pequeno tatu e fez um buraco em que ninguém podia passar; outros se transformaram em tatus, cada vez maiores, até que um grande tatu, o pano, abriu uma galeria bastante larga para que todos passassem. O cassico de bico branco atirou uma flecha, errando o alvo, porém, o de bico vermelho da primeira vez traspassou o coração do avaro, cuja vida acabou devido a cooperação do tanguari-pará e um outro pássaro de bico carmezim. Arrancaram-lhe o fígado para encontrar a avareza, espalhando os vencedores sobre sua cabeça e corpo o fel azul e o sangue vermelho de Yanchikunawa. O colibri, que foi o primeiro a dar o exemplo, tornou-se todo azul, muniu-se de um par de azas e voou para um ramo. Os outros guerreiros que se banharam no sangue e no fel do avaro, imitaram-no, ficando logo toda a orla da floresta cheia de pássaros multicores. Os outros Cachinauás mataram as serpentes e os escorpiões e se apoderaram dos algodoeiros, milharal, amendoins e mandiocais, de Yanchikunawa que, durante sua vida, não lhes dava senão milho e amendoim torrados, estacas sem renovo, rebentos de bananeira quebrados em dois, para conservar o monopólio de tôdas as plantas alimentícias.

Não obstante, os novos proprietários não sabiam cultivar a terra: plantavam o milho em espigas, o amendoim em molhos, a mandioca em ramos. Não sabiam mesmo abrigar-se convenientemente, uma vez que cobriam suas choupanas com lascas de casca, deixando o teto cheio de goteiras. Nisto, apareceu um personagem enigmático — *Kuman* que lhes ensinou a cobrir sua casa com fôlhas da palmeira jarina, a semear sòmente três grãos de milho e uma amendoa de amendoim em cada buraco e a cortar o ramo da mandioca em estacas de três gomos. Foi êle quem os fêz verdadeiros cultivadores, cujas plantações ultrapassam de muito em duração e rendimento todos os campos dos civilizados.

Uma outra lenda faz volver ao esquilo, ou antes ao Espírito do Esquilo — *Kapa-Yuchibo*, o Esquilo-Tipo, como diria Platão, a aquisição das plantas alimentares pelos Cachinauá e Eskinauá. *Kapa-Yuchibo* desposara uma índia pelo que se tornou índio, como uma índia que se casa com um civilizado torna-se civilizada. Associa-se à tribo e consequentemente à raça ou à nacionalidade do seu cônjuge pelo casamento, o que se parece assás com a nossa moderna legislação. Sòmente, como os alemães que inventaram a dupla nacionalidade, *Kapa-Yuchibo* havia conservado ligação com os outros animais da floresta, abrindo com êles um imenso campo em que plantaria os legumes, raízes e frutos conhecidos atualmente pelos Cachinauás. Então, êle disse a sua mulher: “Eu vou trabalhar na mata; não te inquietes por mim: quando tiver fome voltarei à casa. Sobretudo, não venhas atrás de mim”. Curiosa, como tôdas as mulheres, bastou esta proibição para que ela fôsse levar a papa do marido quando chegou a hora habitual do almoço.

Guiada pelo ruído dos machados, não teve dificuldade em encontrá-lo, ficando surpresa de ver enorme extensão coberta de bananeiras em pleno rendimento, de milho, amendoim, mandioca, etc. Com a sua presença, os animais fugiram despeitados por verem seu segredo desvendado. Ela compreendeu pela primeira vez, donde vinha tanta banana, tubérculos e legumes que seu marido lhe trazia diàriamente e que lhe afirmava arranjá-los por meio de palavras mágicas. Correu, ela, então, a avisar os seus parentes e amigos, apoderando-se êstes do campo, pelo que não lhes faltou mais alimentos.

Por aí se vê que foram os animais que instruíram os homens, o que prova serem êles tão inteligentes quanto nós. Aliás, não é senão por preguiça que o macaco se recusa a falar? Receia que se o mande trabalhar e finge não compreender. Esta mentalidade conduziu os Cachinauás, como aos *Egípcios*, a divinizarem certos animais, tais como a boa e a coruja. Quando um dêsses índios descobre um retiro ou morada de uma boa, avisa aos amigos, iniciando

êles um jejum parcial de cinco dias durante os quais não comem carne, banana sazoadada, mamão, cana de açúcar e pimenta, não bebem água, nem se aproximam da mulher. Nutrem-se no jejum de banana verde reduzida a papa, mandioca, batata, inhame, bebida de milho e de amendoim. Assim preparados vão ao encontro da boa, fazendo em torno dela um grande círculo. Indicam com o dedo uma após uma tôdas as manchas douradas de sua pele, enunciando o nome de diversas sortes de caça que desejam, correspondendo um a cada mancha. Pedem-lhe também uma colheita abundante e alguns filhos. Terminada a cerimônia matam o animal e lhes tiram a pele para fazer carapuças para as festas, voltando convencidos de que serão daí em diante felizes na caça. Isto feito, o espírito da boa fica entre êles durante a noite, espalhando em seus corpos tôda a fortuna de que ela é a origem. E' preciso guardar a sequência: mata-se primeiro um veado, depois uma anta, uma onça, etc. Em seguida ficam livres de aproveitar a oportunidade a vontade.

Quando *Weno* ou *Beno* "a coruja" vem a noite visitar o campo dos índios, é uma verdadeira festa e um divertimento — "Oh! Beno, quanto tenho falado de ti ao veado, tenho varrido a terra com o pé para dizer que êle te enviava lixo!" — "Hou! responde Beno. Beno! a anta disse que faria do teu bico uma colher para comer sua papa!" — "Hou!"

Os índios têm uma imaginação viva, inventando cada um a sua vontade uma injúria que atribuem à caça, a maneira de Beno. Por que isto? Nos dias seguintes, Beno furiosa contra os insultadores, não lhes protegerá das flechas do caçador. "Ah! tu queres meu bico para tua colher! sai daqui e vai para a panela do homem ante o qual me insultaste (Kave! mia itchachiné!).

Êste poder sobrenatural se estende ao reino vegetal. Quando depois de um certo tempo o Cachinauá não encontra mais caça, submete-se durante seis dias ao jejum parcial, segundo o mesmo rito explicado e, então, bebe a decocção, muito amarga, de fôlhas de um arbusto chamado *mouka* e graças a virtude mágica desta planta, torna a ser feliz na caça.

A *dare sangouma* ou *rare* é uma grande fôlha aromática que se põe na cintura para encontrar a caça de carapaça, como a tartaruga, o jacaré, o tatu. As fôlhas do arbusto *sararo* esfregadas na corda do arco, tornam esta arma infalível. Quanto ao *manais*, esfregando-se com suas fôlhas, a má sorte sairá dos olhos em forma de remela. "Mas isto, direi-vos é uma virtude da planta que prova ela haver falado sem inteligência". E' assim que nós entendemos, mas, não o índio. Também quando vai à caça e encontra uma *mouka*,

êle curva-se respeitosa e lhe diz em segredo: “Awa tano!” Yawa tano! asi tano! tchachu tano!” Dai-me uma anta, um porco, uma aura (ave), um veado! E’ preciso não repetir o nome da mesma planta e não esquecer nunca repetir esta prece quando encontrar outra *mouka*”.

E não sòmente os animais e plantas, mas, tudo que tem uma forma ou sentido aristotélico, tudo que existe tem alma e esta é imortal. Eis aí por que com a morte do índio se destrói na terra tudo que lhe pertencia: cães, canoa, armas, armamentos, instrumentos, plantações e choupana se êle a tem, para que o espírito de tôdas essas coisas o acompanhem ao céu, para onde o conduziram os espíritos de seus pais na hora da morte. Ali os espíritos se nutrem de um alimento conveniente a sua substância vaporosa, contentando-se com o cheiro da caça que êles moqueiam como os vivos, sendo, talvez, essa caça a sombra de animais da terra, como as panelas celestes não são senão a sombra de nossas panelas. E assim tudo se acha espiritualizado no mesmo plano, num mundo que não é senão a nossa essência purificada. Só a sombra do corpo, mas não o *συνεχ* permanece na terra.

O rei do céu se chama *Inka* entre os Cachinauás da boca do Jordão e *Iri* entre os Iskinauás. Um e outro nome derivam-se de Ini ou Inti, o nome do deus — sol dos Inkas, que os Poianauas do alto Juruá chamam Papay Ensi. Destarte, neste ponto, a teologia pano parece-me um pouco vacilante e anárquica. Assim, um dos dois, contara que um velho índio estava certa vez emboscado quando viu passar uma alma, seguindo-a até o céu. Viu um grande diabo Inka em forma de esqueleto vivo balançando seus ossos numa rêde, roendo o coração de um homem. Sua mulher tinha um volumoso nó na garganta, como os macacos uivadores, a menos que isto não fôsse uma papada. Este Inka se chama o Tyuru dos Kamanauá, o qual cozinha o corpo dos defuntos numa grande panela para nutrir-se com êle.

Noutra ocasião, disse-me que é Kana o deus do trovão, o rei do céu, pôsto que os Iskinauás atribuem o ruído do trovão a uma manada de mulos correndo estrepitosamente. Não ligamos importância a esta interpretação que só tem a pretensão de se acomodar às concepções dos civilizados, com a lenda de Kana.

Uma mulher prenha pescava na margem de um regato e conseguiu agarrar um carangueijo. Logo um raio rebentou caindo sôbre ela e a mata, estripando-a, ficando são e salvo o seu filho, que foi protegido e criado pelo carangueijo. Tornou-se grande e saía todos

os dias na margem, cantando e tocando flauta. Os Cachinauás resolveram capturá-lo, mas, o menino quando via alguém vir, caía nágua e desaparecia. Um índio imaginou um ardil, ocultando-se numa espessa escuma d'água, e quando o jovem artista tentou sair à terra, agarrou-o por trás e não o soltou mais, sendo terminada a criação do menino entre os Cachinauás, onde êle soube que sua mãe estava morta, resolvendo vingá-la.

Lançou três novelos de fio que se prenderam ao firmamento e por êles subiu ao céu, onde ficou a serviço de Kana. O velho estava ausente, no campo, estando sua mulher a preparar sua papa ou melhor uma bebida de milho numa vasta bacia. Quando viu Kana de volta do trabalho, batendo nos troncos das grandes árvores a fim de avisar sua mulher, o moço transformou-se em morcego — *Kachi* e pendurou-se no teto, donde fêz cair no vasto prato do gigante, pedaços de erva cortante ou erva navalha — o *chati*. Kana enguliu avidamente o conteúdo do vaso, cortando-lhe a erva navalha o coração, matando-o. O Cachinauá havia vingado sua mãe. Não obstante, matou ainda a mulher e todos os filhos de Kana, menos um que desceu à terra e desejava criá-lo, mas, num momento de impaciência e cólera, por ser o mesmo chorador insuportável, lançou-o nágua. Arrastado pelo rio até o horizonte, chegou ao céu e expeliu seu pequeno raio, soando o ruído do trovão de um extremo a outro, surgindo, assim, um novo Kana!

Apesar do pouco de lógica aparente dos índios não penso que se possa fazer dêsse choramanga, dêsse filho do gigante comilão, morto por um simples Cachinauá, o verdadeiro Deus do Céu. Êste papel deve ser na minha opinião reservado a Inka ou Ini, aparentado pela etnologia ao Deus do Sol.

Contudo, outra lenda faz um criador do primeiro homem. Kana teria descido do céu por uma escala e do bicho do grande côco *konta* teria feito o primeiro homem. Êste ancestral do Cachinauá chama-se *Kubichewika*. Outros pretendem que foi do sangue de animais mortos na caça por Kana e recolhido num cabaço que se teria engendrado o gênero humano.

Já que nos achamos voltados para a origem do homem, recordemos ainda uma vez a lenda que nos faz descender do tabaco. Uma jovem recusava casar-se, dizendo-lhe os homens: já que não queres nada de nós, vamos transformarmo-nos em porcos — *Yarwa*. Comeram um certo fruto e se metamosfosearam como haviam predito, ficando a moça sozinha. Considerava ela tristemente a sua sorte, quando ouviu cantar sôbre sua cabeça. Ela olhou e viu um amor de criança que estava na fôlha de tabaco que secava numa viga da

casa (asna). Tomou uma escada e apoderou-se dêle, pondo-o num paneiro. No dia seguinte andava inteiramente só, sendo um rapazinho no terceiro dia. Ela lhe fez um arco e flecha, com os quais aprendeu a matar os lagartos comuns. Dois dias depois era um belo moço. Fez um grande arco e flechas verdadeiras, foi até o campo e voltou com um porco que surpreendera num momento em que desenterrava mandioca com o seu focinho. A moça aí reconheceu um dos seus parentes, mas, nada disse. Após o jantar conversava com o seu companheiro e lhe mostrou os seus membros um após outro, perguntando-lhe: como se chama êste? e lhe foi ensinando o nome de cada e para que serviam. Em seguida, explicou-lhe o mistério da geração, tornando-se marido e mulher, daí nascendo os Cachinauás.

Na história seguinte, Ichan representa outro papel: Habitava uma mesma choupana com Kuman-Chanti, que era seu cacique. Um dia quando êste dormia, tirou-lhe suavemente o *Mourou* (pérola azul) que trazia no nariz e pôs no lugar um lodo fedorento. Ao despertar Kuman-Chanti sentiu-se incomodado com tal odor e farejou sua rêde e como pensasse ser daí o fedor a lançou nágua, porém, persistindo a catanga, farejou sucessivamente todos os objetos da cabana e verificando em tôda a parte o nauseabundo salteador, quebrou seus vasos, desfez-se de suas provisões de amendoim e de milho, pondo, finalmente, fogo na sua barraca e como apesar de tôdas essas providências, continuasse a senti-lo, levou a mão ao nariz, descobrindo o embuste. Desconfiou de Ichan e foi à sua procura. Achou-o deitado em sua choça, doente. Jurou estar inocente e que estava deitado há três dias, mentindo, Kuman-Chanti lhe deu alguns conselhos bons, cuidou dêle, restabelecendo-lhe a saúde e obrigou-o a reunir sua gente para reconstruir a casa destruída. Depois Ichan virou rato e ficou habitando nas fôlhas da palmeira chamada “mourou-mourou” (*murumuru*).

Assinalemos ainda a lenda dos venenos. Havia, outrora, um velho Cachinauá muito inteligente para quem a natureza não tinha segredos, tudo sabia. Era, principalmente, excelente caçador e completo pescador. Certo dia, em que voltava da pescaria carregado de peixes, declarou de sua rêde: “Vou morrer! — Enterrai-me, sobretudo bem!” Esta recomendação tinha sua razão de ser, porque no campo em que se realizam as inhumações no alto Valparaíso, por exemplo, é notório que os índios não cavam a cova mais do que um ou dois pés sob a terra, ficando o buraco muito estreito, tanto que o cadáver entra de flanco, numa sepultura aberta na própria barraca ou muito próximo, sob um abrigo especial. Parece que as recomendações do moribundo não foram bem executadas por que no dia seguinte, o

cadáver se achava fora da terra. Inhumou-se novamente e tornou a sair, sendo preciso escavar uma terceira sepultura, fato que se reproduziu dez vezes seguidas. Como último recurso, furaram as mãos e os pés do "macabeu" e o pregaram no fundo do sepulcro com cinco estacas da palmeira paxiúba: duas nos pés, duas nas mãos e a quinta na boca, pelo que não saiu mais.

Viu-se, então, uma coisa maravilhosa que sem dúvida o morto previra. Surgiram sôbre seu túmulo quatro plantas novas venenosas ou mágicas: o *Yura Yuti* (pimenta dos Iskinauá?), cujas raízes cravaram-se no seu olho direito; o *patchi-huni*, que germinou no olho esquerdo; o *Chupa Huni* e o *tuku huni* que saíram da boca e no nariz, respectivamente. Era, sem dúvida, uma vingança do defunto, um presente de grego por que os índios tendo querido experimentar os efeitos dessas novas plantas, viram-se cobertos de abcessos os que beberam o sumo do *tuku-huni*; os que tomaram a fôlha do *chupa* (parecida com a de bambu) depois de secada e torrada, como a da coca, embriagaram-se, decuplicando suas fôrças e tornando-se belicosos; o *patchi huni* (liana tenra e verde) lhes deu visões. Quanto à *Yura Yuti* só por acaso se conheceram as suas propriedades. Um menino havia sido conduzido por sua avó em visita a uma choupana vizinha. Na ocasião de chegar, o pequeno não quis mais avançar: tinha acanhamento de se apresentar ante estranhos. Sua avó deixou-o no caminho, pois, os índios nunca contrariam os filhos, e entrou na casa de seus amigos. Sabedoras duas moças de que o rapazinho havia ficado só, correram a procurá-lo e como êle recusasse acompanhá-las, conduziram-no a fôrça. O pequeno selvagem vendo-se arrastado, mastigou fôlhas de *Yura Yuti* e as cuspiu na face das jovens, as quais morreram ao chegar ao acampamento: "Que fizeste miserável para matar essas moças? O menino narrou simplesmente o que acabara de se passar. Mais tarde, os índios pensaram em vingar-se, porém, como é assás perigoso matar ostensivamente um homem que tem parentes e pode ser vingado, imaginou-se um emprêgo secreto do *Yura Yuti*.

Torra-se-o, reduzindo a um pó impalpável, muito volátil e se o coloca a noite num vaso aberto sob a rêde da pessoa visada. Aspirando tôda a noite essas exalações, não tarda a cair em apatia, seguindo-se a morte. Felizmente, os bruxos podem descobrir o culpado, de sorte que êste não escapa a punição merecida, a menos que o feiticheiro não se engane e, enquanto isso, prossegue o emprêgo do *Yura Yuti*.

Encontrei no Jordão e no Tarauacá duas mulheres que se entregavam como as bruxas ao trato com os espíritos. Eram viúvas de um Cachinauá falecido há pouco entre os Jaminauás de São

Luís. A mais jovem bebia o *honi* como um homem e passava grande parte da noite na floresta, próxima ao campo. Ouvia-se-a falar, cantar, assoviar, arripiando-se os cabelos da cabeça. Conseguiu ela conquistar um homem casado vindo do Jordão que repudiara sua mulher para unir-se a ela. A outra mais velha ficava em estado cataléptico no princípio de cada noite, quando os demais estavam recolhidos.

Seu falecido marido entrava, então, no seu corpo e falava por sua boca, dentro do mosquitoireiro, no qual ela se metia sem luz. Dizia o defunto: “Vós deixais meus filhos sem alimento e quereis conquistar minha mulher. Vou vingar-me e lançar desgraças sobre vós. Todos ides cair doentes e morrer”. Os outros lhe respondiam. “Fazemos tudo que podemos por teus filhos e ninguém quer tua mulher!” Pois bem! Então dai-me de comer, tenho fome. Nós outros não temos campos, só tendo para nutrir-nos folhagens da mata e areia da terra”. Traziam-lhe imediatamente restos da última refeição que eram introduzidas para o interior do mosquitoireiro, continuando êle a falar, comendo tudo. Quando acabou, fez uma última recomendação e se foi. A mulher, então, despertou, levantou e saiu. Disseram-lhe: “Atenção! a sombra do teu marido acaba de sair neste momento, estando ainda mui perto”. “Oh! estou bem tranquila, já saiu das grandes árvores e não volta mais esta noite”. As más línguas pretendem que seu amante aproveite essa oportunidade para ir ao seu encontro sob as bananeiras, onde ninguém atrever-se-ia perturbá-los.

Tal é a mentalidade dos índios do Tarauacá.

A minha opinião acrescenta Tastevin, é que êles raciocinam como nós e tanto quanto nós. Na sua companhia tem-se a impressão de viver com semelhantes, mas, semelhantes que interpretam as coisas de uma forma bizarra, por serem as suas crenças esquisitas.

Esta impressão se tem entre europeus, quando um católico convencido conversa com um espírito ou um livre pensador, não menos persuadido cada um dêles de saber somente êle a verdade.

A matéria sobre a qual se exerce o nosso julgamento, isto é, nossas idéias, são diferentes, pelo que, forçosamente, nossas conclusões serão divergentes. Não obstante, somos todos irmãos, quer por nossas faculdades, quer por nossas tendências instintivas, como somos pela nossa origem comum.

Enfim, dizia-me um jovem Yawanawa, todos nós temos um mesmo pai que é a Lua. E' êle que, cada mês, visita durante a noite nossas esposas e mães e engendra os novos homens, dos quais estamos encarregados de criar.

Êste índio teria razão? Filhos da Lua, compreender-se-ia facilmente por que nós somos tão versáteis e inconstantes, mais acessíveis

aos caprichos dos sentimentos que às luzes da ciência; mais desunidos pelos nossos desejos que se contrapõem do que reunidos pela verdade, que é uma; mais cheios de maldade e de defeitos do que apaixonados pelo amor da trilogia sagrada e invisível do Belo, do Bem e da Verdade, conclui o padre Tastevin.

José Moreira Brandão Castello Branco

BIBLIOGRAFIA

- 1 — Padre André Fernandes de Sousa — “Notícias Geográficas da Capitania do Rio Negro no Rio Amazonas” (1823).
- 2 — Francis de Castelnau — “Du Rio au Perou” (1843-7).
- 3 — William Chandless — “Exploração dos Rios Purus (1865) e Juruá (1867).
- 4 — J. Wilkens de Matos — “Dicionário Topográfico do Departamento de Loreto” (1874).
- 5 — A. R. Pereira Labre — “O Rio Purus” (1888).
- 6 — Paulo Ehrenreich — “Divisão e distribuição das tribos do Brasil” (1892).
- 7 — J. N. von Hassel — “Varaderos del Purus, Yuruá y Manu” (1902); in “Buletin de la Sociedad Geografica de Lima”; Tomo XV.
- 8 — Luiz Sombra — “Os Cachinauás”, in *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, de 11, 1, 1913.
- 9 — Máximo Linhares — “Os Índios do Território do Acre”, in *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, de 12, 1, 1913.
- 10 — Avelino de Medeiros Chaves — “Exploração da havea no Território do Acre” (1913).
- 11 — José Moreira Brandão Castello Branco — “O Juruá Federal” in *Anais do Congresso Internacional de História da América*. 1922. vol. IX.
- 12 — Padre Constantino Tastevin — “Le Fleuve Juruá” (1920); “Le Fleuve Muru” (1925); “Le Haut-Tarauaca” (1926); “Le Riozinho da Liberdade” (1928), in “La Geografie”, Paris, Tomos de janvier-février de 1920; avril-mai de 1925; janvier-février de 1926; e mars-avril de 1928; respectivamente.
- 13 — Paul Rivet et C. Tastevin — “Les Tribus indiennes de bassins de Purus, du Juruá et des regions limitrofes” (“La Geographie” cit., tomo de mai de 1921).
- 14 — Sauzey — “Pigmeus du Congo Belga” (“La geographie” cit., janvier-février, 1926).
- 15 — Agenor F. de Macedo e Ed. P. C. de Vasconcelos — “O Índio Brasileiro” (1935).

MAPAS

- 1 — Le père Samuel Fritz — (“El Gran Rio Marañon, de 1691, 1707 e 1717).
- 2 — Olmedilla (Carta da América do Sul, 1775).
- 3 — Baleato (Carta da América do Sul, 1795).

- 4 — Padre Plaza ou Dom Manoel Anez (Mapa das Missões do Ucaiali, 1833).
5 — Paul Rivet et C. Tastevin (Carte Linguistique des Bassins du Purus et du Juruá, 1921).

RELATÓRIOS

- 1 — F. de Melo Palheta (Relatório sobre o rio Madeira, 1723).
2 — F. R. de Almeida Serra (Relatório de 1719).
3 — J. M. da Silva Coutinho (Relatório sobre a exploração do rio Purus, feita por Manuel Urbano da Encarnação, 1865).
4 — Belarmino de Mendonça (Relatório da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de reconhecimento ao rio Juruá (1904-1906).
5 — Gregório Taumaturgo de Azevedo (Relatórios sobre o Departamento do Alto-Juruá, relativos aos anos de 1905 e 1906).
6 — Cândido J. Mariano (Relatórios sobre o Departamento do Alto-Purus, de 1906 e 1908).
7 — J. Nunes de Oliveira (Relatório sobre os terrenos entre o Juruá e Tarauacá, 1907).
8 — A. M. Bueno de Andrada (Relatório sobre o Departamento do Alto-Juruá, de 1909).
9 — C. Frederico de Noronha (Idem, idem, de 1910).
10 — J. Alberto Maso (Relatório ao ministro da Agricultura, referente a 1910).
11 — F. de S. Rego Barros (Relatórios sobre o Departamento do Alto-Juruá, de 1913 e 1914).
12 — Samuel Barreira (Relatório sobre o Departamento do Alto-Purus, de 1914).
13 — Brulino de Carvalho (Anexo junto ao Relatório do Chefe da "Comissão de Limites do Brasil com o Peru", de 31 de maio de 1928).

CARTAS DIRIGIDAS AO AUTOR DESTES TRABALHOS :

- 1 — Guilherme da Cunha Corrêa (filho de João da Cunha Corrêa, diretor de índios e descobridor do Alto Juruá), datada de 9 de agosto de 1923, do seringal Concórdia, no referido rio Juruá.
2 — Miguel de Aguiar Picanço (morador no rio Juruá desde 1871, e um dos seus exploradores), datada de 26 de agosto de 1923, do seringal Maravilha.
3 — Custódio Miguel dos Anjos (residente na bacia do Purus desde 1877), datada do seringal Boca do Macaúã, de março, de 1932.
4 — João Barbosa Marinho (explorador do Alto Purus), datada de 26 de março de 1932.
5 — Neutel Maia (fundador do seringal Empresa, em 1882, onde se instalou a cidade de Rio Branco, capital do Território do Acre), datada de 7 de janeiro de 1937.
6 — Joaquim Camelo (explorador do Alto Acre), datada de 14 de março de 1937.
7 — Otávio Reis (grande proprietário no rio Abunã), datadas de 9 de maio de 1938 e de 5 de abril de 1941.
8 — Júlio Pereira Roque (explorador no rio Tarauacá), datada de 25 de maio de 1937, de vila Seabra, hoje cidade do Tarauacá.

J. M. B. Castello Branco

VÁRIOS ESCRITOS

Artigos que publiquei em jornais e revistas, com alguns escritos a que não dei publicidade, formarão nesta Revista, por serem de interesse histórico, séries em que a matéria, quanto possível homogênea, será coligida sob o título "Vários Escritos".

Desembargador Vieira Ferreira

I

SÉRIE MITOLÓGICA

Na mitologia grega aparecem os deuses como pinturas da espécie humana em grandes proporções, com a beleza clássica dos semelhantes augustos, no vigor e harmonia anatômica dos corpos sadios. Impressionaram tanto a imaginação helênica, no seu idealismo às vezes tão fiel à realidade, que ela os biografou, maravilhada, narrando-lhes em verso os feitos ou as aventuras, e os retratou em mármore e bronze, conferindo-lhes na plástica a imortalidade.

Nem sempre foi exemplar o seu comportamento, mas mereceriam desculpa os atos mais censuráveis que lhes são atribuídos, ainda que não fôsem fabulosos, porque afinal responsável por eles teria sido o homem, que os criou à sua imagem.

Ponho-os, somente por serem belos, no princípio desta miscelânea, à maneira dessas figuras debuxadas em vidraças de fachada (vitraux), ou como as iluminuras que na paleografia medieval adornavam o frontespício dos missais e as maiúsculas dos manuscritos, rendilhadas artisticamente, com brilho e riqueza do colorido.

FAUNA MITOLÓGICA

Os mais interessantes animais celestes eram o sol e a lua: o sol fulvo leão de juba resplendente, e a lua, fôsse boi ou vaca, um bovino de pontas luminosas.

O leão e o boi aparecem nos mais antigos documentos religiosos da Caldéa, do Egito, da Palestina e de outros países ribeirinhos ao Mediterrâneo.

No poema caldeu que celebra os feitos de Gilgames, valente caçador como Nemrod, há um leão estrangulado pelo herói e um uro (*bos primigenius*) enorme abatido por seu amigo Eabani: o leão e o touro (1).

Um hino egípcio a Amon-Ra-Harmakhis exalta, como tantas manifestações do leão tebano, depois do santo “açor de asa fulgurante”, o “grande leão que existe por si mesmo” e o “touro noturno, que impera em pleno dia, belo disco azul” (2).

Se no leão, como no açor, vêem todos o sol, depara-se-nos o crescente lunar no touro da noite, que aparece dia claro ainda. E o belo disco azul, aposto no mesmo vocativo, se refere a meu ver à luz cinérea, que completa a redondeza da lua sôbre os cornos do crescente.

Um disco, ôra azul ora verde, se vê, com efeito, sôbre a cabeça de muitas divindades egípcias. Eu interpreto essa coloração, que não é a do sol, como o azulado característico da luz cinérea, que Dante ainda não sabia ser o revérbero recíproco da luz refletida pela terra (3).

Leões e touros em baixo relêvo adornam as portas dos paços de Khorsabad. As esfinges do Egito admiradas no colosso de Gizéh, que simboliza o sol nascente, Harmakhis, e nas estátuas de Tanis, que em traços vigorosos representam os faraós da duodécima dinastia, são dotadas de cabeça humana, como as que povoam com os touros alados as salas em que habitavam os Sargónidas (4). Na energia estranha dessa escultura se percebe o profundo respeito que infundiam os astros e os animais de que se trata.

Tafnuit, companheira de Shu, com quem formava o primeiro casal da eneada heliopolitana, tinha o focinho de leoa.

Não é de admirar, havendo leoas no céu, que os leões solares se propagassem até a Argólida, no leão de Neméa, ou à Beocia, no do Citéron, cuja pele cobria os ombros de Heracles, herói solar (5).

(1) *Maspero, Histoire ancienne des peuples de l'Orient*, pág. 182, Paris, 1904.

(2) *Eodem*, pág. 332.

(3) *De monarchia*, III, 4: Habet enim aliquam lucem ex se, ut in ejus eclipsi manifestum est.

(4) *Maspero, eodem*, págs. 60, 141 et 533.

(5) *Decharme, Mythologie de la Grèce antique*, pág. 512, Paris, 1884.

Leões de pedra ainda hoje guardam em Micenas a porta da cidadela, mais agéis do que os leões assírios postados em atitude hierática nas galerias de Ninive.

Baco era leão em um templo de Samos.

Leões solares havia até nas Cicladas. De um dêles livrou Aristeu a ilha de Céus. E a fauna continuava para o ocidente em leões de verdade, nos leões do Atlas.

Os touros, ou vacas lunares, persistem no Egipto em divindades corníferas, como Khonso, membro da triade tebana, Isis e Hathor, senhora do Denderah. Em tôdas elas o disco inscrito no ângulo das pontas parece-me representar a parte escura da luz sustida pelo crescente.

O boi Apis...

O bezerro de ouro dos Israelitas...

A Astarte, senhora dos cornos, de Ashtoreth Karnaim, cidade de Basan, (6) era uma divindade lunar, assim alcunhada por seus atributos bovinos.

Os bois do sol, Helios, pastavam em Trinacria, ilha que a geografia homérica situa no ocidente, para as bandas, portanto, em que aparece a lua nova. Seu número, sete rebanhos de cinquenta cabeças cada um, concordando com o ano de 350 dias, é o artifício de uma época em que já se tinha perdido a significação lunar do boi primordial (7). A imaginação multiplicou em armentos a única vez que o sol possui: a lua.

Assim com os touros do Eetes fabricados por Vulcano...

Com o gado branco de Augias, príncipe dos Epeus...

O touro do Creta, capturado por Hércules, não tem o caráter atmosférico que lhe atribui Decharme (8), desnortado pelo abuso da mitologia védica; não procede das vacas hindus, como cuspina a genealogia em voga. Sua natureza lunar se manifesta, além da relação com o sol, Heracles, em ser um presente de Netuno, o mar, a Minos. Ora, às ilhas apartadas, como a de Creta, o crescente se oferece como um produto das ondas.

Transportado para a Argólida, nos ombros do herói, e solto por Euristeu, vai o touro facinoroso pastar na planície de Maratona, onde outro herói, Teseu, o pega vivo e sacrifica a Apolo.

(6) *Genesis*, XIV, 5.

(7) *Odisséa*, XII, 127, e seg.

(8) *Mythologie*, pág. 524.

Explicam-se as' devastações imputadas ao touro de Creta sem saltar no mar fígeu as tempestades da Índia, que roubavam as vacas de Indra, gado inofensivo. Nem se parecem as tempestades com um touro apenas, desgarrado, mas com manadas irresistíveis, que se precipitam furiosamente. Acusaram, porém, o touro como animal daninho, sòmente para embelezarem os heróis, quais libertadores, com títulos de benemerência.

Dioniso, Baco, em Císico era tauromorfo.

O Minotauro e o touro de Khorsabad se resolveriam na homogeneidade de um homem e um boi, se destrocassem as cabeças.

As vacas do Gerião, filho de Crisaor, eram guardadas por Euritião e pelo cão Ortros (9).

Io, linda vaquinha, que Juno persegue implacavelmente, não pode ser o rosicler da aurora e do crepúsculo, como quer o vedismo desajeitado que se exhibe nos mitógrafos indianizantes *Ploix* e *Decharme*. Sua figura é a do crescente, suas perigrações correspondem às da lua e o seu nome *Iô*, a violácea de *Ion*, violeta, explica-se pela côr azul cinérea que completa a lua sôbre o crescente. Nem a violeta é purpúrea como a aurora, cuja comparação com a vaca é paupérrima de recursos, mas prevalece o azul no seu violáceo.

A mutuca ou tavão, que importunava a novilha, era, como interpreto; o 'planeta' que costuma acompanhar a lua, quando cornígera. E' inegável a naturalidade da comparação do crescente e o planeta com o boi e a mutuca.

Artemis, Diana, era adorada com o epíteto de *taurópolis* e figurada em um carro puxado por touros (10).

A Diana de Éfeso tinha desenhada na roupa uma verdadeira vacaria (11).

A tríplice Hecate, lua triforme, era cornígera em um de seus elementos (12).

Agora os caninos.

Ortros, que nunca foi a serpente Vritra, como supôs Miguel Bréal, é o planeta que guarda a vaca lunar, como um cãozinho.

Os arrebóis, as nuvens inflamadas, são as raposas, os chacais do sol.

(9) Hesiodo, *Teogonia*, 287, e segs.

(10) Decharme, *op. cit.*, pág. 144.

(11) Pág. 145.

(12) Gentile e Rossi, *Archeologia e Storia dell Arte Greca*; tav. 209.

Anubis é um chacal divino, como a raposa de Apolo *bassarca*, cunhada com as primeiras moedas.

Possui a ornitologia celeste aves de rapina, que figuram o sol, e meigos columbinos, que representam a lua.

O sol é o açor glorificado nos hinos egípcios; Horus, o sol nascente, um açor de asas de oiro.

Gênios alados frequentam os baixos relevos assírios.

O emblema de Assur, herdado por Ahuramazda, são as asas e a cauda de uma ave de rapina, abertas como as do açor que embeleza o peitoral de Usirtasen (13).

O mesmo emblema representa o sol entre a lua e Venus, no quadro universal denominado *A morte e o inferno caldeu* (14).

A fenix de Heliópolis...

A aguia de Jupiter...

De dia, com efeito, o sol percorre o céu, como as aves de rapina, e é um açor ou uma aguia.

Branças pombas, quando voam, libram-se como pequenos crescentes. No azul do céu escrevem com o giz de sua brancura, em minúsculos VV de ângulo obtuso, a letra inicial de Venus. Por essa aparência lunar é que foram consagradas à deusa de Ascalon e de Pafos.

Semiramis, que se transforma em pomba, era filha de Atergatis ou Dérceto, deusa de Ascalon, e aqui se desce da ornitologia à ictiologia divina, pois Dérceto e seu espôso Oannes ou Dagon eram peixes e divindades (15).

De mamíferos e aves que eram enquanto acima do horizonte, passam a peixes ao mergulharem na linfa do Mediterrâneo, ao poente de Ascalon, como de tôda a costa fenícia.

O sinete de Abd Baal tem sôbre a inscrição o sol e a lua e embaixo um açor ou uma pomba (?), um peixe com cabeça de ave e um crescente com cauda de peixe (16).

Mas o espetáculo diário da imersão nas ondas, como fez dois peixes do sol e da luz, afigurou talvez em tôdas as constelações cardumes de peixes voadores. Provavelmente, em Ascalon, quando se afundavam no mar, todos os asterismos se tornavam *Pisces*.

O curso do sol era no Egito a serpente Hihni.

(13) Maspero, *op. cit.*, págs. 113, 354, et.

(14) Pág. 763.

(15) Tiele, *Histoire comparée des religions de l'Égypte et des peuples sémitiques*. Trad. de G. Collins, Paris, 1882.

(16) *Grande Encyclopédie*, nas estampas do artigo sôbre os Fenícios.

O ureus, a naja...

A serpente do bronze de Israel...

A Hidra do Lerna...

Sem falar nos brutos encurralados em signos do Zodíaco, semelhante a um circo imenso, cuja circunferência é a de um círculo máximo. Entretanto, medida pela métrica de Vitruvio, em dactilos e espondeus, não tem mais que os doze pés de dois hexâmetros:

*Sunt Aries, Taurus, Gemini Cancer, Leo, Virgo
Libraque, Scorpius, Arcitenens, Caper, Amphora, Pisces.*

(De O Jornal, de 2-2-23)

Observações: Pafos, na ilha de Chipre, e Ascalon, cidade dos Filisteus, foram colônias cretenses, a que chegaram a civilização egéa e o culto das pombas, dos peixes, no Mediterrâneo oriental, pelo império simbolizado em Minos. Veja-se Glotz, *La civilisations égéenne*. 1923.

O FURTO MÍTICO

(HÉRCULES E CACO)

A história do gado que um deus ou semideus toma ao zagal que o apascenta, ou retoma ao ladrão que o furtara, não é narrada com as mesmas circunstâncias nos poemas que os antigos atribuíram a Homero e Hesíodo, na Eneida, nos líricos de Roma, nos mitólogos e eruditos ou na prosa artística de Tito Lívio.

Há, porém, nessa literatura polimorfa um tema persistente cuja inteligência ainda mais se obscureceu com as explicações buscadas nos poemas da Índia.

Dos trinta e quatro hinos ditos homéricos, um é dedicado a Mercúrio, ou Hermes, filho de Zeus e de Maia. Descreve o nascimento do deus e os ardis do recém-nascido, que foi de veras um menino prodígio.

No dia em que nasceu inventou a lira, esticando sete cordas no casco de uma tartaruga, e furtou os bois de Apolo na Pieria, puxando-os pela cauda até uma gruta de Pilos sobre o Alfeu.

Apolo custou a descobrir o paradeiro do ladrãozinho, que afinal encontrou adormecido no bêrço em uma caverna do Cilene. Hermes negou a pés juntos o furto cometido, mas Zeus o obrigou a mostrar onde escondera o gado.

Ouvindo os sons da lira, Apolo, maravilhado, resolve fazer as pazes com Hermes, perdooando-lhe o furto, com a condição de adquirir o instrumento. Exemplo divino de um pacto sôbre o furto!

Zeus aprovou o ajuste e Hermes, cedendo a lira, recebe de Apolo a vara de ouro da riqueza com a presidência de todos os rebanhos de gado miúdo e graúdo, e a fauna selvagem de lambugem. Inventa para seu próprio uso a flauta de Pan (17).

Nega-lhe Apolo o dom de profecia, mas o instrui até certo ponto na arte de prever o futuro e lhe comete ao mesmo tempo a função de mensageiro dos deuses (18).

O fim dêste hino é justificar a legitimidade do oráculo de Delíos, disfarçando nos fatos narrados a usurpação por parte de Apolo da função profética pertencente ao Hermes primitivo, que foi afinal quem saiu roubado. Concorrem nêle com o do furto os temas afins: o planeta que tange a lira, o que anuncia o nascimento do sol, o que apascenta o gado celeste.

Mais pura do que o hino homérico é a legenda de Alcioneu, que furta as novilhas de Hélios (o sol) e sucumbe frechado por Hércules.

Na *Teogônia*, outrora atribuída a Hesiodo, lê-se:

Uniu-se Crisaor à jovem Calirroë,
Filha do ilustre Oceano, e o filho que gerou,
Um tricípite ser, Gerião chamado foi.
Hércules, que o venceu, as armas lhe tomou,
Dos flexípedes bo's então bem perto estando,
E Ortos e Euricião, que era o pastor, matou.

Da insulada Eritéa o gado venerando,
Vacas de larga fronte, em seu curral brumoso,
Leva à sacra Tirinto, o passo atravessando
Que tem o grande mar, o pélago famoso.

E' como consigo traduzir literalmente do grego os versos 287. 294, que contém o mito de Gerião, em tercetos que limei sem muito esmêro parnasiano, coisa impossível em uma tradução fiel. Recorri ao alexandrino, por dar mais espaço a equivalências perifrásticas.

O mesmo tema, variando a forma, repete-se ou amalgama-se com outros elementos, em narrações desenvolvidas que o referem a

(17) Grote, *Histoire de la Grece*, I, pág. 67. Trad. de Ladoun, Paris, 1864.

(18) Decharme, *Mythologie de la Grèce antique*, pág. 150, 1884.

países distantes, localizando o furto e o desforço nos pontos em que a tradição os adaptou aos feitos dos deuses ou heróis indígenas.

Compreende-se. Um conto percorre várias terras. Mais tarde cada povo o atribui a seu país. Mais tarde ainda, um coordenador procura conciliar as tradições locais encadeando-as em uma narração complexa.

Segundo Apolodoro, Hércules, para se apossar das vacas de Gerião, passa da Europa à Líbia, cuja costa percorre na direção do ocidente, e transpõe o estreito de Gades, onde erige as suas colunas: a européia em Calpe e a africana em Abila.

Da Ibéria atravessa o Oceano embarcado na taça de ouro de Hélios e desembarca em Eritéa. O cão Ortros atira-se contra Hércules, mas êste o mata com a clava e o mesmo faz ao pastor Euricião, que acode a socorrer o molosso. Gerião avisado por Menetes, que por ali apascentava o rebanho de Hades, Plutão, acomete o herói no momento em que êle se apoderava das vacas, mas perece varado pelas flechas que Hércules despede.

Vitorioso, reembarca-se o herói com o rebanho, atravessando outra vez o Oceano, chega a Tartessos, onde restitui a Hélios a taça que lhe servira de transatlântico. A viagem continua por terra pela Ibéria, Galia e Itália. Na Ligúria, Hércules mata os filhos de Netuno, que tentaram furtar-lhe as novilhas. Em Régio um dos touros salta no mar, e, transpondo o estreito, chega à Sicília, onde Erix dêle se apossa. Hércules o recupera, suplantando três vêzes o ladrão, que morre na luta. Passando às costas da Grécia pelo mar Jônio, um tavão, ou mutuca, lançado por Juno, dispersou o gado até as montanhas da Trácia. Hércules a muito custo consegue reunir o rebanho e levá-lo a Micenas, onde Euristeu o sacrifica a Juno (19).

Conta a Eneida mais um incidente da viagem de volta, localizando-o à margem do Tibre, onde foi depois edificada Roma. Enquanto o gado pastava naquelas paragens, Hércules adormeceu e Caco, saltador que morava em uma fuma do Aventino, agarrando alguns touros e algumas vacas pela cauda, os puxou aos recuos para sua caverna, assim voltados para que os rastos levassem a direção contrária.

Os que não puderam ler no original o épico do Mantua, *quella fonte che spande di parlar sì largo fiume*, consultem a tradução de Odorico Mendes no *Virgílio brasileiro* (20). E' muito fiel a de

(19) Apolodoro, *Biblioteca*.

(20) VIII, 126-262, correspondentes aos versos latinos 190-267.

Barreto Feio (21). Mais agradável, mas menos segura, é a de Coelho de Carvalho, em oitavas (22).

O mesmo episódio refere Propércio em suas elegias, que eu traduzo ao pé da letra assim:

Ao tempo, oh Eritéa, em que dos teus currais
Hércules conduzira os garrotes roubados,
Ao Palatino trouxe aqueles animais,
Do cerro pecoroso aos cimos indomados.

E por cansado vir, assim como seus bois,
Soltou-os onde um lago o Velabro formava,
Água que se tornou trato urbano depois,
Espaço em que a maruja outrora velejava.

Incólume, entretanto, o gado não ficou,
No lugar hospedado em que assistia Caco.
Pois o infido ladrão Jupiter afrontou (23)
Com o furto dos bois, sacrílego velhaco!

Era ali que morava, a rapina exercendo,
E como o corpo seu três cabeças movia,
De sua habitação, que era um covil horrendo,
Caco vociferando em trio a voz partia.

Ele, para ocultar o furto cometido,
Não deixando sinal que o tornasse evidente,
Agarrou pela cauda o gado e assim colhido
Para a furna o levou, mas invertidamente.

Aconteceu, porém, que o dono perto andasse.
Quando mugindo os bois o furto declaravam,
E que as portas cruéis colérico arrombasse
Que a lapa do ladrão no momento fechavam.

Caco então sucumbiu, nos três bustos batido
Às pancadas do pau no Ménalo nascido (24).

(21) Lisboa, 1846.

(22) *A Eneida de Virgílio, lida hoje*. Lisboa, 1908.

(23) *Jupiter hospitalis*, o deus da hospitalidade.

(24) *Elegias*, IV, 9, 1.

Ovídio narra o fato com pequenas variantes, como a do número dos animais furtados, que diz terem sido somente dois touros (25). Mas o número aqui não altera a natureza do ato, quanto ao sentido mitológico, como não muda a sua qualificação em direito criminal romano, pois Calistrato e Paulo nos ensinam que basta o furto de um só boi, tirado ao pasto ou ao rebanho, para se ter o abigeato (26).

Tito Lívio entremete o furto nos acontecimentos de sua história. “Contam”, traduz o historiador patavino, “que Hércules, tendo morto Gerião, trouxe a estas paragens bois de admirável aspecto e à margem do rio Tibre, onde o atravessara a nado conduzindo o rebanho, se deitara, fatigado pela jornada, em sítio ervaoso, para descansar os bois no sossêgo e abundância do pasto. Ai, como adormecesse ao pêsso da refeição e do vinho, um pastor de nome Caco, selvagem no vigor, habitante do lugar, enlevando-se na louçania dos bois, quis subtrair tal prêsa, mas como, se levasse o gado tangendo-o para a caverna, os próprios rastos, encaminhariam para ali o dono quando o procurasse, tomou pela cauda os bois mais belos e os conduziu aos recuos para o esconderijo”.

“Hércules, acordando ao amanhecer, passou revista no rebanho, e, como notasse a falta, dirigiu-se para a caverna próxima, a ver se por ventura os rastos para ali se encaminhavam; mas como viu que todos se voltavam para fora e a nenhuma outra parte levavam, confuso e incerto em sua mente, começou a tocar o rebanho para além daquele sítio infesto”.

“Foi quando algumas vacas que partiam se puzeram a mugir, como acontece, com saudades (*ad desiderium*) das que ficavam e a voz das encurraladas, que respondiam da caverna, fêz que Hércules voltasse. Caco tentou embargar-lhe a entrada do covil, mas abatido pela clava sucumbiu, invocando debalde a assistência dos pastores (27).

Este mito foi estudado por Adalberto Kuhn e Miguel Bréal, que o interpretou vendo nêle a reminiscência no Lácio da luta celebrada na mitologia védica entre o deus Indra e a serpente Ahi ou Vritra, que lhes roubara as vacas (28). Mas quem lobrigou primeiro analogias entre a história de Caco e a de Vritra foi, di-lo Bréal, F. A. Rosen no seu *Rig-Vedas specimen*.

(25) Fastos, I, 443-472.

(26) Digesto, *de abigeis*, XLVII, 74, 3 p. Paulo *Sentenças*, v. 18, 1, onde não se deve esquecer que em latim *bos* significa o boi ou a vaca.

(27) I, 7.

(28) Bréal, *Mélanges de mythologie et linguistique*. Paris, 1877.

Transcreve Bréal trechos do Rig-Veda sôbre o duelo de Indra com a serpente, por causa das vacas, que são as águas contidas nas nuvens.

“O sombrio reservatório das águas, o nimbo tortuoso, fôra engulido por Vritra, mas Indra precipitou sôbre a terra tôdas as ondas que êle encerrava”.

“Com a fôrça de sua maça Indra fulminou Vritra, que secava (a terra); libertou os rios, semelhantes a vacas encurraladas e deram-os gloriosamente os seus benefícios”.

Trata-se, pois, nos Vedas de uma epopéia meteorológica, de um mito atmosférico “A luta dos dois adversários que pelejam no céu”, diz Bréal, “é a tempestade, mais repentina e terrível nos climas quentes do que em nossas regiões. As nuvens luminosas que contêm as chuvas são as vacas de côr purpúrea, que um negro demônio quer capturar”...

Tenta Bréal explicar assim o mito de Hércules e Caco, transformando por uma série de equações especiosas Hércules em Jupiter e Jupiter em Indra.

Como *Cacus* parece equivalente a *Caecus*, o cego, o célebre filólogo procura esclarecer a legenda latina com a obscuridade que envolvia as vacas roubadas por Vritra. Diz que, sendo longa a primeira sílaba de *Cacus*, não pode significar o mau, *κακός*, que a tem breve, nem constituir, portanto, o segundo radical do composto, *ἄλκιγκος*, o que renele o mal epíteto de Hércules e de Apolo.

Ter-se-ia esquecido Bréal das sístoles que aliviam na mesma língua a quantidade das sílabas? Do latim para o grego a mudança da longa em breve se vê no dicionário etimológico do mesmo autor, como por exemplo no verbo *clino*, cuja raiz é a mesma nas duas línguas (29).

Bem poderia, porém, Caco ou Céculo, como se chamava em Prenesta o filho de Vulcano, significar a obscuridade, sem que se referisse às nuvens, mas aos fenômenos vulcânicos, em um país de fumarolas e solfataras (30).

Caco, monstro itálico, era concebido no século de Augusto como um malfeitor, que residia no encerro escuro das cavernas. Em vez de frequentar as alturas, como a das nuvens, ocultava-se no seio da terra. Mas, combinada com uma passagem de Solino, a arqueologia etrusca mostra-nos em Caco um apolíneo citaredo e um vidente com

(29) *Dictionnaire etymologique latin*. Paris, 1922.

(30) René Pichon, *Hommes et choses de l'ancienne Rome* (La légende d'Hercule) págs. 73 et 99. Paris, 1922.

função planetária igual à de Hermes ou Mercúrio, que aproxima a versão romana da helênica (31).

Onde, pois, tem suas analogias os combates de Indra e Vritra, como fenômenos atmosféricos? Nas epopéias babilônicas, em Ezequiel, na Gigantomachia, na guerra entre Lápitae e Centauros, ateadas pelas núpcias de Piritôo com Hipodamia.

Semelhança não significa derivação, ainda quando se conhece a ordem cronológica, porque se trata de meteoros que em toda parte impressionam a imaginação pela sua violência formidável e proporções gigantescas.

Assim também se explica o furto das vacas nos Vedas e na Eneida. Talvez a Índia tenha, em vez de exportar, importado e alterado o mito primitivo, transformando-o de astronômico em atmosférico.

A minha interpretação é mais simples. O furto mítico é um drama luminoso que tem por atores o sol, a lua e o planeta Venus.

Só é possível quando o planeta aparece antes do sol depois do quarto minguante e se passa entre a madrugada e o momento em que o sol nasce.

Em minhas viagens por terra e por água, forçado tantas vezes a levantar-me com escuro, tenho tido algumas ocasiões de assistir ao lúcido fenômeno.

Precedidos por tenue claridade, o boi e o ladrão sobem no oriente, visíveis nos cornos da lua e no planeta vivaz que a conduz de perto, ativo, cintilante.

Caminham sós, galgam juntos o azul puríssimo. Vão subindo, mas o abactor não consegue levar a rez mui longe. Em certo ponto, como se pressentisse que o persegue o dono, enpalidece. E' o sol que se aproxima.

Vêm-se ainda alguns momentos...

Chega afinal o astro do dia, ardente, glorioso, e com seus raios, que deslumbra, aniquila triunfante o planeta que lhe roubara a lua. Morto o ladrão, o dono e a rez ficam sós no espaço...

Eis em que consiste o furto mítico.

Era dono do gado o sol. Hélios, representado por Hércules e Apolo, divindades solares.

(31) Pericle Ducati, *Etruria antica*, I, 114, Torino, 1926.

O boi furtado é só um; a lua. Se aumentaram no tema o número de rezes, sem concordância no número, Apolodoro, todavia, conserva no furto de um só touro por Erix a versão primitiva.

O ladrão é um planeta, a estrela d'alva, a boieira, Venus, *φωσφόρος*, o único planeta que impressionava a imaginação poética dos Gregos.

Há temas singelos, como o de Io, a vaquinha e a mutuca, no qual vejo o crescente lunar seguido pelo planeta, ou o de Apolo citaredo, que se me afigura o sol nascente com o arco lunar, havendo também Hércules e Caco citaristas (32).

Mas o ladrão, o boi e o dono, cooperando nas duas cenas de um drama cosmográfico, vivificava um mito digno das mais felizes produções da poesia helênica primitiva.

O furto mítico pelo direito romano era um *furtum manifestum*, ou *nec manifestum*?

O ladrão é apanhado enquanto conduz o furto para onde o destinava. Segundo Paulo seria *manifestum* (33), segundo Gaio, *nec manifestum* (34). Justiniano adotou a doutrina de Paulo, não obstante as objeções de Gaio (35).

Trata-se, pois, de um furto astronômico e juridicamente manifesto, não assim no mito de Hermes e Apolo, ou de Hércules e Caco, descrito com as circunstâncias do hino homérico ou da narração liviana, mas como o interpreto.

Nem por isso tinha o dono da rez, pela lei das XII Táboas, o direito de matar o ladrão, porque o fez já dia, *luci*, sem que êle resistisse com alguma arma, *telo* (36).

Nada mais convinável do que a aplicação de um direito arcaico, a um furto mítico. (Do *Jornal do Comércio*, de 30-1-27).

APOLO CITAREDO

Por que Apolo, o deus da luz, era ao mesmo tempo o deus da música?

(32) Léon Homo, *La Rome antique*, pág. 220. Paris, 1920; Ducati, *op. cit.*,

(33) *Sentenças*. II. 31, 1.

(34) *Instit.* III. 184.

(35) *Dig.*, XLVII, 2, *de furtis*, fr. 2. 4.º 5; *Inst.* IV. 1; 3.

(36) Táboa VIII. 12 e 13 (em Girard. *Textes de droit romain*): Si nox furtum faxsit, si im occisit, jure caesus esto; luci, si telo se defendit.

A cítara era o seu atributo; mas, pergunta Decharme (37) “que associação de idéias poéticas conferiu à pessoa do deus solar êste instrumento músico?

“Os raios do astro diurno, que ao nascer enche o mundo de luz e de harmonia, teriam sido comparados pela imaginação primitiva com as cordas de uma cítara de ouro, cujos acentos eram a expressão do canto com que a natureza aclama o sol nascente, ou do hino estival que, segundo o pean de Alceu, celebra a volta do deus hiperbóreo? Ou era a cítara o símbolo da harmonia cósmica, a que o deus solar preside, regulando os dias e as noites, os meses, as estações e os anos?

O próprio Decharme, que as aventura, não tem confiança nestas explicações. “Limitamo-nos”, diz êle, “a reconhecer como certa a relação entre a cítara e a luz solar”.

“As funções de Apolo como deus músico cifravam-se na origem ao toque da cítara, instrumento que êle inventou ou recebeu de Hermes” (38).

Tornou-se Apolo deus da música por causa da cítara, ou tocava êste instrumento porque era deus da música?

Suponho melhor a primeira hipótese. A cítara é a lua no minguante e o citarista o sol que surge com o arco lunar na frente.

Eis a origem do Apolo citaredo (*κithαρῶδης*), que a fantasia helênica imaginou entoando glorioso a voz divina e a desferir da cítara os acordes do acompanhamento.

O mesmo arco lunar tomado como arma de guerra ou de caça, por ideação análoga, fêz denominar Apolo nos poemas homéricos (39) o deus do arco de prata *ἄργυρότοξος*.

E' a lua êsse arco empunhado pelo sol todos os meses e nesse aspecto Apolo se afigura um guerreiro, como no outro um artista.

Hermes, que inventou a cítara e a negociou com Apolo, é o planeta que aparece às vêzes com o arco do minguante, mas que desaparece quando nasce o sol, a quem o deixa.

Hércules, divindade solar, também é citarista. Um Hércules citaredo existia no templo de Hércules e das Musas construído no Campo de Marte no ano 187 antes de Cristo (40). Êle foi discípulo de Lino e matou o mestre, partindo-lhe o crânio com a própria lira.

(37) *Mythologie*, pág. 118.

(38) Decharme, *op. cit.*, pág. 118.

(39) *Iliada*, A. 37.

(40) Léon Homo, *La Rome antique*, pág. 220, Paris, 1920.

O sol, com efeito, aniquila o planeta, seu mestre ou rival, que a luz solar apaga. O mesmo tema aparece na história de Apolo e Marsias.

Para transformarem Gerião (Γηρυών) num monstro atmosférico suplantado por Hércules, como Ahi por Indra, os cultores da mitologia comparada forçaram seu nome a significar o que muge, ou ronca, mas os dicionários gregos mostram, pelo contrário, que a palavra γῆρυς tem o sentido de melodia, canto, som harmonioso,

Creio que Gerião era o planeta que tangia a cítara lunar e que a transfusão de outro tema fez dêle o dono do crescente com significação bovina. Demais a possibilidade do equívoco resultava da semelhança que há entre a lira e uma cabeça de vaca.

Como a lira primitiva tinha três cordas, supuseram talvez que Gerião, para emitir três vozes, dispunha de três bocas, uma em cada cabeça, e o fizeram tricépite.

A imaginação mitológica faz da lua lira e vaca ao mesmo tempo, duplicando os temas a que se presta o astro.

HERMES — SARAMEYA

Adalberto Kuhn descobriu no *Sarameya* dos Vedas a origem do nome Hermes, Ἑρμῆς forma contracta de Ἑρμῆας, Mercúrio.

Sarameya e seu irmão Cabala, onde se lorigou a origem de Cérbero, são os Sarameyan, os dois filhos de Sarama (41), cadela de Indra, que a emprega nas tempestades, para recuperar as vacas furtadas por Vritra.

E' uma cadela aérea que uiva quando sopra o vento nas procelas. Quem não a teria ouvido?

Também já vi, o gado em debandada, partirem uivando os cães que o perseguem e compreendo ao vivo porque os pastores arianos imaginaram Sarama ululante no tropel tempestuoso das vacas de Indra.

A natureza atmosférica de Sarama levou a mitologia comparada a considerar Hermes um deus do vento, porque Sarameya, com que se identifica, devia ser aéreo, como sua mãe Sarama (42).

Suponho, porém, que tal filiação é puramente gramatical, vindo em Sarameya, portanto, em Hermes, uma divindade planetária.

(41) A terminação *o* e *w* no dual do grego e do latim deve provir desse *au* do sanscrito.

(42) Bréal, *op. cit.*, pág. 114.

Creio que os Sarameyas são os dois câezinhos que guardam as portas do sol no levante e no ocidente; os dois planetas inferiores ou as duas aparições, matinal e vespertina, de Venus. Foram supostos filhos de Saramea, porque eram cachorros, não por se manifestarem no vento. Nem tais manifestações lhes foram atribuídas nos Vedas.

Sarameya com efeito, é o deus do sono, protetor da casa (43). Essa função faz-me ver em Sarameya o planeta que guarda as portas do céu quando o sol adormece, ou enquanto não se levanta. Êsse protetor da casa não pode ser o vento.

Nem é como vento que Hermes conduz ao inferno as almas dos mortos 'Ερμῆς ψυχοποιτός, mas por ser o porteiro do ocidente, onde o sol desce com êle. E' também o deus da ressurreição como porteiro do oriente, onde o sol renasce.

No hino homérico aparece ao mesmo tempo como deus dos ladrões e dos rebanhos, pela fusão de dois temas; o do planeta que furta e o do planeta que apascenta a lua.

A função profética e a de mensageiro que lhe atribui o hino vem-lhe de anunciar a aproximação do dia. Êle é, com efeito, a 'αργειφάντης (44), que faz aparecer a luz, ou fazendo-a desaparecer o 'αργειφάντης.

Não creio que fôsse primitivamente o planeta Mercúrio, mas o planeta Venus, que era do gênero masculino, tanto em latim, *Lúcifer* e *Vesper*, como em grego, φωσφόρος. 'Εσπερος.

Terá passado para Mercúrio a função do planeta mais visível, quando prevaleceu, por sua beleza, o tema de Afrodite, seja nascendo da espuma do mar, seja saindo do banho, 'αναδυομένη, como devia aparecer em Pafos.

Hermes perdeu com o tempo o domínio de seu planeta, que Venus adquiriu por uso capião; mas, quando numa época mais instruída foi necessário dar um nome ao planeta menos visível, completaram a nomenclatura astronômica, atribuindo-o a Mercúrio, que não foi com isso completamente indenizado.

A imaginação, que humaniza os deuses planetários, biografando-os variamente, os deforma também e desnatura. Descem do céu e quando voltam, ao serviço de sistematizações poéticas ou científicas, já encontram o seu lugar ocupado.

A identificação do Hermes primitivo com o planeta Venus é corroborada pelo hino homérico, declarando que Hermes nasceu com

(43) Decharme, *op. cit.*, pág. 148.

(44) *Op. cit.*, pág. 152.

a aurora, e pela circunstância de ser Venus o planeta que impressionava a imaginação dos Gregos (45).

Um vestígio da natureza planetária de Hermes perdura no *Anfitrião* de Plauto, 1, 2, em que Mercúrio anuncia o nascimento de Hércules. Essa comédia foi tomada ao grego, como ao latim a de Molière, homônima. Aí Mercúrio, ou Hermes, é Lucifer, o planeta que profetiza o nascimento do sol, de Heraclés, glória da atmosfera.

O HORUS TOTÊMICO

Não vingou na ciência moderna, talvez por seu excessivo evermerismo, a teoria teogônica de Herbert Spencer.

Mas o filósofo inglês, desenvolvendo-a no primeiro livro de sua Sociologia, mostra com exemplos de uma gênese multiforme que nem todos os deuses foram deificações de mortos. Admite criações antropomórficas, como por exemplo os equinocos produzidos pela homofonia dos nomes.

Estudos mais recentes sobre as tribus australianas e sobre os índios do noroeste norte-americano, que Durkheim aproveita em suas doutrinas sociológicas, assinalam a importância do totemismo em suas relações com a filiação uterina e com a exogamia.

Devem mencionar-se entre os que investigaram os fatos na Austrália Schulze, Strelow, Frazer, Schurz, Cúnono, Howitt, Gillen e Spencer (Baldwin) e entre os que observaram esses fenômenos na América do Norte, Adam, Boas, Krause e Swanton.

Nem sempre dão aos fatos a mesma interpretação, coisa muito explicável dada a complexidade do assunto.

O que parece averiguado é a relação do totemismo com o estado nômade e a sua atenuação nas sociedades sedentárias.

Explicam o fato dizendo que a horda que viaja encontra por toda parte os animais e vegetais que lhe servem de emblema. Explicação que não me parece nada satisfatória.

O totem é mais necessário ao nômade como distintivo da horda, para não se confundir com outra.

Imprudente parece-me também transformar em uma relação de causalidade a coincidência do totemismo com a filiação uterina e com a exogamia, considerando estas como efeito daquele, para derivar depois da exogamia a proibição do incesto.

(45) Ηώς diz Homero de Mercúrio, *cous* chama Virgílio a Venus, *Georg.* I, 288.

A teoria de Durkheim é seguida por Davy na sua obra *Des clans aux empires*, escrita de colaboração com Alexandre Moret, o ilustre egiptólogo que atualmente nos encanta com as suas admiráveis conferências (Em 1925).

Mas tão pouco satisfatória é a dependência do totemismo atribuída à exogamia que o próprio Davy, para reforçar essa causalidade, recorre à colaboração das fratrias, ou metades das tribus entre as quais se dá o conúbio e à permuta dos nubentes com o caráter de prestação reciprocamente obrigatórias. Essa explicação dispensa a intervenção do totemismo como causa eficiente.

Na tribo australiana típica há duas fratrias exogâmicas. Os membros de uma só podem casar com os da outra. Cada fratria divide-se em duas classes e o conúbio dá-se entre as classes correspondentes das duas fratrias.

Quando as fratrias se fragmentam em hordas (clans), as uniões sexuais são vedadas entre os indivíduos de cada uma delas e entre os indivíduos de hordas da mesma origem.

A religião naturalmente consagra essa organização jurídica, mas parece que a causa de tal arranjo não é mística, explicando-se, politicamente, pela necessidade de dar alguma coesão à fluidez do nomadismo.

O conúbio cria um vínculo de solidariedade entre hordas vizinhas, leva a alianças defensivas e ofensivas entre agrupamentos física e moralmente semelhantes, ainda que seus braços, ou totens, não sejam os mesmos.

A explicação do tabu contra as uniões endogâmicas pela consubstancialidade mística do totem e da horda é artificial e forçada. Compreende-se que os homens de um grupo totêmico nenhum escrúpulo tenham em violar o totem do outro, mas o que não se explicar a é que eles consentissem de boamente em violações recíprocas.

Também não se pode filiar a proibição do incesto à exogamia totêmica, como uma sobrevivência atenuada. A exogamia é um produto jurídico da política internacional das hordas e a proibição do incesto um resultado ético da disciplina domestica auxiliada pela tendência para se manter com o mesmo caráter as relações de convivência anteriores à puberdade. E' fenômeno perfeitamente explicável sem se recorrer ao totemismo religioso.

Essa origem não impede que mais tarde se atribua a proibição do casamento endogâmico a um mandamento da divindade totêmica. Esta será por certo o demiurgo da horda e de suas instituições jurídicas. Os preceitos adquirem com o tempo a autoridade religiosa, o que era simples *jus* torna-se *fas*, o ilícito *nefas*.

O culto dos animais e das plantas como totem explica-se pelos nomes próprios de pessoas tomadas à zoologia e a botânica, por circunstâncias ocorridas no nascimento ou na vida do ascendente e desconhecidas por seus descendentes. Êstes acreditam que o epônimo era mesmo lobo ou carvalho.

São admissíveis ainda outras causas dêsse culto entre os selvagens. No momento em que enterram um morto aparece inesperadamente um veado. Acode-lhes à mente que a alma do amigo transmigrou para o corpo do cervo. Por isso deixam de comer veado e no fim de algum tempo o cervídeo se torna uma divindade epônima em que se encarna o espírito da horda.

Ou então o movimento da folhagem de uma árvore leva a supor que ali foi ter o espírito do finado.

Em quiproquós explicáveis depara-se mais fecunda a gênese mitológica, para a produção teogônica. Substantivam-se adjetivos, tomam-se metáforas como se as palavras fôsem usadas no sentido próprio e não no figurado. Outras vêzes a personificação divina provêm de se levar a sério uma simples prosopopéia. Os poemas da Índia e do Irã são documentos instrutivos dessas mudanças do sentido que presidem à formação dos mitos, divinizando qualificativos ou tropos, emancipando estados hipostáticos noutras tantas divindades autônomas.

Explica-se destarte que em mitologia a imaginação indisciplinada altere, transformando e deformando, os temas primitivos, com o incremento sucessivo de novos elementos.

Nestas condições considero muito arriscado levar a zoolatria egípcia, através dos séculos, até um totemismo análogo ao das tribus australianas.

Se os próprios hieroglifos atestam a capacidade metafórica dos padres e escribas egípcios, por que se há de ver no açor, não o símbolo do sol, mas a sobrevivência do totem de uma horda nilótica monopolizado afinal pelos faraós?

O sol sobe e desce, como um açor voando alto do oriente para o ocidente com azas de oiro. Essa comparação inicial é que fêz que o açor fôsse divinizado.

Nem é peculiar ao Egito a comparação do astro do dia com as aves de repina que frequentam as grandes altitudes aéreas. Ela aparece nos símbolos de Assur e de Ahuramazda, como na águia de Jupiter, como no sinete fenício de Abd Baal.

Não só o fato de voarem como o sol muito alto: as penas de suas azas também lembram os raios solares.

Haveria assim o mesmo totem do Nilo nas margens do Tigre e nas montanhas da Média.

A cabeça formidável, a juba e a côr fulva da pele fazem ver um leão no sol, ao mesmo tempo que o imaginam percorrendo o céu como açor, falcão, águia, simultaneamente. Daí ser figurado na Caldéia por águias leontinas, concorrendo os dois símbolos numa figura híbrida.

Desdobramentos do sol sistematizados na enéada heliopolitana desnaturam-lhe o caráter primitivo, mas o aspecto do Osiris nos monumentos plásticos é o de uma divindade solar, tendo na cabeça o disco luminoso e nas mãos o chicote e o cajado do pastor celeste.

Osiris era o sol pastor, com as suas insígnias bucólicas. Isis, cornígera, era a vaca lunar que êle acompanhava.

A Hélios, a Hércules, a Apolo atribuíram rebanhos de gado vacum na mitologia grega. Entretanto, como divindades solares, não tinham mais do que uma rez: a lua, cujos cornos bovinos se vêem no crescente e no minguate.

Quando se humanizaram os dois astros no romance conjugal de Isis e Osiris, deu-se-lhes por filho outra figura solar: Horus.

Faraó era uma encarnação divina, o próprio Horus. Essa identificação mística pode explicar-se por uma formação tardia, sem fazer de Horus um totem originário.

A filiação terrena do faraó pela rainha mãe fecundada por Amon, como a da prole bastarda de Jupiter ou de Marte na mitologia grega, dispensa bem qualquer explicação pelo totemismo.

Mas, como Horus era o açor, ou falcão, chegou-se a uma situação religiosa análoga a uma crença totêmica. Totemizou-se um tropo cantado nos hinos solares talvez antes de se inventarem os hieroglifos.

Há certa incongruência no totemismo faraônico. O totem nas tribus australianas é o criador e não a criatura, como o faraó, o Horus, gerado por Amon, Ra ou Tot. O verdadeiro totem seria o sol nalguma de suas figuras zoomorfas.

Dagon e Derceto, os deuses peixes de Ascalon, eram totêmicos? Se o fôsem, parece que os seus adoradores, que provinham das ilhas, deviam abster-se do peixe, como fazem os selvagens quanto aos animais totêmicos.

Parece-me provável que simbolizavam o sol ou a lua. Nas ilhas do mar Egeu os astros surgem e mergulham nas ondas como peixes e Ascalon era uma colônia cretense. Talvez sejam os peixes voado-

res que se vêem pintados na obra de Glotz, *La civilisation égéenne*, pág. 360.

E' de crer que em Ascalon, como em Greta, não só o sol e a lua, mas todos os astros eram peixes, tôdas as constelações *Pisces*.

Foram a princípio símbolos divinos e acabaram deificados, como os leões, os bois e os açores da fauna terrestre ou aérea.

SÉRIE POÉTICA

Homero e Horácio como esmalte: um pouco da epopéia grega e do lirismo romano, tão impregnado, Graecia capta, de espírito helênico.

Não se esqueça o Brasil de que é latinha a sua formação espiritual e de que foi da Hélade que o Lácio herdou os tesouros luminosos da inteligência.

UM VERSO DA ILÍADA MAL ENTENDIDO

Há na *Ilíada* um verso que os helenistas antigos e modernos têm explicado de modo pouco satisfatório. É o 291 do primeiro canto, onde a palavra *προθέουσιν* resiste às interpretações dos gramáticos e dos anotadores do poema.

A mais antiga é a que se atribui a Aristarco, o célebre crítico do texto homérico, diretor da biblioteca de Alexandria no segundo século antes de Cristo. Ela procura resolver a dificuldade com uma construção gramatical de que resulta uma sensaboria para o pensamento. Foi, entretanto, seguida por Eustatio, erudito bisantino, ilustre arcebispo de Salonica no século XII, por filólogos da Renascença, e defendida ultimamente por um helenista alemão, Rumpf, a que se refere a nota ao verso 291 na edição da *Ilíada* de Faesi e Franke (46).

Para todos êsses comentadores do poema a raiz de *προθέουσιν* é *θ-ε* com a significação de correr, e não *θ-ε* com a de pôr, como supõe a quase unanimidade dos filólogos modernos, que vêm na palavra uma redução de *προτιθεῖσι* ou *προτιθέασι*.

Nenhum, porém, a meu ver atinou com o verdadeiro sentido do verso, dado por uma diversa explicação da natureza gramatical de *προθέουσι*.

A *Ilíada* canta a ira de Aquiles, que infinitos males causou aos Aqueus confederados contra Ilion, em cujas imediações pereceram

tantos bravos, deixados no campo sem sepultura, “corpos de heróis a cães e abutres pasto”.

“Lei foi de Jove em rixa ao discordarem
O de homens chefe e o mirmidon divino.”

Aquiles, príncipe dos Mirmidões de Ftia na Tessalia, desaveio-se com Agamemnon, general em chefe dos gregos, porque êste resolvera tomar-lhe Briseida, para se indenizar da perda de Criseida, que lhe tocara como quinhão na partilha de um saque.

Crises, padre de Apolo em Crisa, tinha vindo ao campo aqueu, para com valiosos dons resgatar Criseida, sua filha, mas fôra maltratado por Agamemnon, que o mandou embora com ameaças.

Retirou-se o velho pela praia da Tróade e invocou Apolo, para que o vingasse do ultrage, que o deus puniu com uma terrível peste. Amontoavam-se cadáveres de aqueus nas fogueiras em que eram queimados.

Já durava uma década a epidemia quando Aquiles convocou a assembléia dos gregos e propôs que se consultasse algum padre, augur ou intérprete de sonhos, sôbre a causa do flagelo e o meio de fazê-lo cessar, conjecturando que a cólera de Apolo pudesse provir do não cumprimento de algum voto ou da falta de sacrifícios.

Mas com a palavra Calcas Testórides, augur insigne, “que sabia o presente, o passado e o futuro”, a cuja ciência profética fôra confiada, como consultor técnico, a navegação dos Aqueus na expedição contra Ilion, pediu garantias a Aquiles, para dizer o que sabia.

Obteve-as e declarou qual a verdadeira causa do mal, que não cessaria enquanto Criseida não fôsse restituída ao pai e não se enviasse a Crisa, com outros presentes, o bastante para uma hecatombe.

Aquiesceu Agamemnon em tôdas as satisfações ao deus de Crisa, mas para compensar a restituição de Criseida, resolveu tomar de Aquiles a escrava Briseida, alegando que êle general em chefe não havia de ficar desaquinhoado.

Altercaram por isso os dois ásperamente. Aquiles com injúrias atrevidas, e, como interviesse Nestor, rei de Pilos no Peloponeso, procurando apaziguá-los, observou-lhe Agamemnon que Aquiles, de modo intolerável, pretendia a todos sobrepor-se.

E pergunta nos versos 290 e 201 :

Εἰ δέ μιν αἰχμητὴν ἔθεσαν θεοὶ αἰὲν ἐόντες,

Τοῦνεκά οἱ προθέουσιν ὀνειδέα μνηΐσασθαι;

O pensamento dessa passagem é que a valentia, graça dos deuses, não autoriza ninguém a ser malcriado.

Foi posta em prosa francesa por muitos tradutores, entre os quais Personneaux, por exemplo: Au reste, si les dieux immortels l'ont fait vaillant, lui donnentils pour cela le droit de prodiguer des injures (47) ?

Vicente Monte pôs em verso italiano:

Se il fero i numi
Un invitto guerrier, forse pur anco
Di tanto insolentir gli diero il dritto?

E o nosso Odorico Mendes, em português incontestável neste trecho :

Se os imortais invicto o constituíram,
Permitem-lhe os impropérios ?

Pope:

Grant that the Gods matchless force heath given;
As foul reproch privilege from heaven (48) ?

Voss:

Wenn sie lanzenhundert ihm verlichen, die ervigen götter;
Stellen sie darum ihm frei, auch schmähung auszu-
nufen (49) ?

São traduções fora da letra, que se aproximam do pensamento homérico, mas não vertem o original *ad verbum*.

Contém os dois versos uma frase condicional, cuja prótase não oferece dificuldade: *Se os eternos deuses o fizeram bravo...*

É na compreensão da apódose que divergem as interpretações, quanto à palavra *προθέουσι*, que todos tomam como um verbo em modo pessoal, a que Aristarco deu por sujeito a palavra seguinte, *ὄνειδεα* e quase todos os modernos o mesmo da prótase, *θεοὶ αὐτὸν ἔδοντες* do verso 290.

Nem Aristarco, nem Eustatio, conheceram outro sentido da palavra *προθέουσι* que não fôsse o de um composto de *θέω*, correr, e de *προ*, adiante, na frente.

(47) Émile Personneaux, *Iliade*, 1874.

(48) Alexandre Pope, *The Iliad*, 1825.

(49) *Homers Ilias* von Johann Friedrich Voss, Altona, 1773.

Como não acharam possível dar-lhe por sujeito o mesmo da prótase θεοί procuraram explicar a frase atribuindo essa função a ὀνειδέα e chegaram ao seguinte pensamento: Se os deuses imortais o fizeram bravo, por isso do falar lhe promanam os impropérios?

Estaria μυθέσασθαι no genitivo, como pede προβέω.

Por isso numa tradução literal da Iliada em versos latinos, escrita por um quinhentista anônimo, encontra-se o passo vertido assim: *Ἐννεα οἱ προβέουσιν ὀνειδέα μυθέσασθαι, num ideo 'ei percurrunt convicia loqui* (50)?

Parece que por erro de imprensa em vez de *praecurrunt* saiu *percurrunt*, pois só com uma figura inqualificável diria Agamemnon que os doestos percorrem o falar de Aquiles. Nem o *προ* de *προβέω* corresponde ao *per* de *percurro*, mas ao *prae* de *praecurcare*.

Seja como fôr, nota-se no tradutor o empenho em conseguir uma versão *ad verbum*, como promete no título do livro. Seguiu, como Eustatio, a inteligência que Aristarco dera ao texto.

Salva-se dêsse modo a lexicologia de *προβέουσι*, da raiz *ΘΕΦ* correr, mas sacrifica-se o pensamento com uma figura sem naturalidade, qual a de correrem os impropérios na frente das palavras de Aquiles. É mesmo absurdo que injúrias verbais precedam a fala.

Com tôda a razão por isso os helenistas modernos, com exceção de Runpf, não se resignaram a êsse modo de explicar o verso e abandonarem a interpretação de Aristarco.

Viram em *προβέουσιν* outra raiz, outro significado, e deram-lhe outro sujeito, supondo que está por *προτιθείσι*, ou *προτιθεάσι* da raiz e que tem por sujeito, não ὀνειδέα, mas θεοὶ αἰὲν ἔοντες.

Se *τίθημι* derivasse de *θέω*, como acreditavam os velhos gramáticos, os novos intérpretes da Iliada teriam o apoio dessa origem, mas a linguística já infirmara por completo a singela teoria morfológica.

Socorreram-se por isso os novos de outros expedientes, para chegarem ao mesmo resultado. Cortaram o nó gordio, amputando o redôbro presencial *τι* de *τίθημι*, e autorizados com exemplos das terminações dos verbos em ômega *ω*) tomadas de empréstimo por analogia pelos verbos em *μι* consideraram *ουσι* (em *προβέουσιν*) a de uma terceira pessoa do plural do presente do indicativo.

(50) *Poetarum omnium seculorum longe princeps Homeri omnia quae quidem extant opera, graece, adjecta versione latina ad verbum, ex diversis doctissimorum virorum translationibus concinnata, et difficultum thematum explicatione marginibus hinc inde ubi opus videbatur adspersa, ut graeca lingua tyronibus, vel citra vitam praeceptoris vocem, cognoscere jam atque conferre doctissima Poetae hujus scripta liceat. Basilea, MDLI.*

Com êsse processo quase despótico chegaram ao mesmo resultado a que chegariam os velhos gramáticos, fazendo vir $\tau\iota\theta\eta\mu\iota$ de $\theta\acute{\epsilon}\omega$, quando a linguística leva ao fenómeno inverso : $\sigma\mu\iota$, terminação primitiva, se nasalizou em \omicron e \omicron se desnasalizou no o longo dos verbos em ω .

Essa equiparação de $\pi\rho\omicron\theta\acute{\epsilon}\nu\sigma\iota$ a $\pi\rho\omicron\tau\iota\theta\acute{\epsilon}\nu\sigma\iota$ não é nova entre-tanto. É anterior à fundação da linguística por Franz Bopp.

Pelo que diz João de Sponde (Spondanus) parece que foi Guilherme, Canter, (Canterus), célebre erudito holandês (1542-1575), o primeiro helenista que supôs tal equivalência, afastando-se da explicação de Eustatio.

Traduzo o que se lê no comentário de João de Sponde ao verso 291 do primeiro canto da *Iliada* na sua edição das obras de Homero (51). :

“Guilherme Canter, que tanto mereceu das duas línguas e de nossas letras, interpretou êste passo de modo diverso de Eustatio. Assim : Ainda que Aquiles, diz (Agamemnon), por graça dos deuses tenha conseguido ilustrar-se entre os mais como guerreiro, nem por isso deve supor que lhe foi concedido o direito de atassalhar quem lhe apraz com insultos e convícius. Quem, com efeito, pensará que os deuses dêem fortaleza a alguém para o tornar maldizente e injusto? Eustatio entendeu essa passagem como se o rei tivesse dito : Porventura, por ser forte, os impropérios precedem as suas palavras? Mas nesse ponto enganou-se, não obstante ser, de costume, exato, porque Homero não diz : $\tau\alpha \delta\upsilon\nu\epsilon\iota\delta\epsilon\alpha \pi\rho\omicron\theta\acute{\epsilon}\nu\sigma\iota \tau\omicron\upsilon \mu\upsilon\theta\acute{\eta}\sigma\alpha\sigma\theta\alpha\iota$ mas $\pi\rho\omicron\theta\acute{\epsilon}\nu\sigma\iota (\omicron\iota\theta\epsilon\omicron\iota) \mu\upsilon\theta\acute{\eta}\sigma\alpha\sigma\theta\alpha\iota \tau\alpha \delta\upsilon\nu\epsilon\iota\delta\epsilon\alpha$.

Põe-se de certo $\pi\rho\omicron\theta\acute{\epsilon}\nu\sigma\iota$ em lugar de $\pi\rho\omicron\tau\iota\theta\acute{\epsilon}\nu\sigma\iota$. É o que êle diz, a meu ver, admiravelmente (52)”.

(51) *Homeri quae extant omnia, Ilias, Odyssea, Batrachomlomachia Hynni, Poemata aliquot, cum latina versione omnium quae circumferuntur emendatissima, aliquot locis jam emendatiore, perpetuis item justissimis in Iliada simul et Odysseam Jo. Spondani commentariis, Aureliae Allobrogum, MDCVI.*

(52) “Guilhielmus Canterus, vir de utraque lingua et nostris literis optime meritis, hunc locum in suis novis lectionibus diverse ab Eustathio interpretatus est. Sic ille. Etiamsi, inquit (Agamemnon), hoc a Diis Achilles consecutus est, ut egregius bellator inter omnes haberi possit, non tamen propterea sibi concessum putare debet, ut probris et convitiis quemcunque libeat jure possit proscindere. Quis enim ideo fortitudinem cuiquam Deos tribuere credat, ut injurium eum et maledicum reddat? Eustathius haec ita accepit quasi sic dixerit Rex. An quia fortis est, ideo maledicta sermonem ejus praecurrunt. Nos enim dicit Homerus $\tau\alpha \delta\upsilon\nu\epsilon\iota\delta\epsilon\alpha \pi\rho\omicron\theta\acute{\epsilon}\nu\sigma\iota \tau\omicron\upsilon \mu\upsilon\theta\acute{\eta}\sigma\alpha\sigma\theta\alpha\iota$ $\zeta\epsilon\alpha \pi\rho\omicron\theta\acute{\epsilon}\nu\sigma\iota \omicron\iota\theta\epsilon\omicron\iota \tau\alpha \delta\upsilon\nu\epsilon\iota\delta\epsilon\alpha$. Ponitur autem $\pi\rho\omicron\theta\acute{\epsilon}\nu\sigma\iota$ pro $\pi\rho\omicron\tau\iota\theta\acute{\epsilon}\nu\sigma\iota$, Haec ille peroptime, meo quidem calculo.”

Ora, as *Novae lectiones*, de Canter, a que se refere João de Sponde, foram editadas em 1571. A êsse ano, pelo menos, remonta a explicação que faz de *προθέουσι* outra forma de *προτιθέουσι* e em prevalecido até hoje entre os intérpretes da Iliada, pelo menos entre os mais recentes.

Ela reponta mais de dois séculos depois de Canter nas edições do poema anotado por helenistas alemães, como na de Cristiano Gottlob Heyne, do princípio do século XIX (53).

E penetrou nos dicionários gregos mais recentes *in verbo* *προθέω* como na morfologia das gramáticas mais sábias, sem outro exemplo a não ser o do verso 291, como reconhecem gramáticos e comentadores da Iliada.

Essa interpretação de *προθέουσι* é hoje a *communis opinio* de que se afasta Alexandre no seu dicionário grego-francês, aventando a possibilidade de se tratar de um subjuntivo iônico de *προτιθῆμι* no aoristo (54).

Êle evita assim o encurtamento de *προτιθέουσι* para se acomodar ao tamanho de *προθεω*. Mas essa explicação leva a *supor*, ou êrro de escrita nos manuscritos compulsados por Aristarco, ou a abreviação do ômega em omicrón no subjuntivo e sucessiva contração em *ου* com o omicrón do tema.

Ora, a primeira hipótese é inadmissível, porque não faltariam ao crítico alexandrino manuscritos mais corretos, e a segunda também, porque nenhuma necessidade métrica levaria a substituir o ômega de *προθέωσι* pelo OU de *προθέουσι*, que tem a mesma quantidade.

Ambas as explicações, a comum e a de Alexandre, pecam também por *supor* em um sentido que não se acha alhures para *προτιθημι*, o de permitir, ou o de mandar, prescrever, como querem os intérpretes modernos, hesitantes, no empenho de se desembaraçarem de qualquer modo.

Mas, se o verbo *προτιθημι* se fôrmasse em tal acepção, Aristarco de certo não teria recorrido à construção que fazendo *ὄνειδεα* sujeito de *προθέουσι*, leva à absurda metáfora das injúrias verbais precedendo o falar de Aquiles. Teria muito naturalmente, como pareceu aos modernos, visto em *θεοί* o sujeito do verbo.

De modo que a explicação comum atribui ao têrmo dois exemplos únicos na língua, um de morfologia, outro de semântica, elevando à segunda potência a pouca probabilidade da forma e do sentido.

(53) *Homeri carmina, Ilias cum annotationibus curante C. G. Heyne*. Lipsia, MDCCCII.

(54) C. Alexandre, *Dictionnaire grec-français, in verbo προθέω*. Paris, 1858.

A de Alexandre ao menos evita um dêesses dois casos únicos, sem outro exemplo no grego.

Tenho, pois, como inaceitáveis as diversas interpretações que foram dadas pelos mais sábios helenistas ao verso de que se trata.

Admiro-me de não terem atinado com a verdadeira natureza grammatical de *πρὸς τοὺς* e com a metáfora do sentido em que foi empregado.

Parece que os desnor-teou uma aparente simetria de *πρὸς τοὺς* no verso 291 com *ἔθεσαν* no 290. Passaram de um para o outro com o espírito predisposto a encontrar na apódose um verbo em correspondência com o da prótase, em modo pessoal como o precedente (55).

Talvez por isso o problema tenha resistido à hermenêutica divergente dos mais provec-tos helenistas. Mas às vêzes ocorre a um amador o que escapou a tantos especialistas consumados.

No verso 291 do primeiro canto da Iliada *προθέουσι* não es'á em modo pessoal, como parece à primeira vista.

Não é uma terceira pessoa no plural do presente do indicativo, nem do subjuntivo iônico do aoristo.

E' um homofôno e um homógrafo daquela forma verbal no indicativo por que foi tomado, quando na realidade não é senão o particípio do presente de *προλέω* no dativo do plural masculino: *προθέοντες. προθέοντων, προθέουσι*.

Significa *προθέω* no sentido próprio, adiantar-se correndo, correr na frente, e no translato, ter mais poder, vencer na precedência, em dignidade como na corrida.

Passa-se de um sentido para outro, como no verbo *προήαω*, caminhar na frente, quando se toma com a significação de superar, exceder, física ou moralmente, como no exemplo de Tucídides, *προήκειν ἀξιώματι*. superar em dignidade, nos dicionários gregos.

Πρὺθέω é como um comparativo de *πρόηκειν*, reforça a idéa de andar na frente com a de correr, graduando a metáfora como em latim, de *præcédere* ou de *prævértre* para *præcurrere*, verbos que se empregam no mesmo sentido figurado.

Chega-se destarte, vendo-se em *πρὺθέουσι* um particípio do presente, à seguinte versão da frase grega : Se os deuses imortais o fizeram bravo, têm por isso o direito de dizer injúrias aos mais graduados ? *Τοῦτόνεκα οἱ προθέουσι ὀνειδέα μνησασθαι*.

Ao pé da letra : Daí para êle (como direito) dizer impropérios aos que vencem na corrida ?

(55) É da mesma raiz, segundo o maior número de filólogos.

O estádio, porém, de que se trata não é o dos jogos em que se compraziam os gregos, mas um *cursus honorum*, e a dianteira a que se consegue no *steeple chase* da hierarquia em poderes.

‘Οι é um dativo regido por ἔστι ou ἔξεστι subentendido, que tem por sujeito a oração no infinito.

Supondo-se ἔστι, οἱ será um dativo de posse. Agamemnon pergunta se Aquiles tem o privilégio de insultar pessoas mais gradas. προθέουσι, qual era êle, general em chefe.

Supondo-se ἔξεστι, a regência de οἱ é a mesma, como dativo.

Agamemnon insiste na idéia enunciada no verso 186 de ser mais poderoso, ἐφρτερος do que Aquiles, e Nestor reconhece no verso 281 tal superioridade, porque Agamemnon comandava a maior numero. ἐπεὶ πλεονεσσι ἀνασσει, embora fôsse Aquiles mais valente κρατερός (280).

O venerando rei declarara nos versos 278 e 279 que a nenhum cetrigero monarca tocara jamais honra comparável à de Agamemnon.

O plural de πρυθέων no dativo, προθέουσι, exprime por sinédoque a mesma idéia significada no singular por ἐφρτερος.

Esta inteligência é de certo preferível φέρτερόν ἐστι, à que não conseguiu descobrir um sujeito acomodável à προθέουσι e à que aventa um aoristo de forma iônica escrito erradamente com OU em vez de Ω.

Salva o passo homérico de uma syntaxe que desengraça o verso, como de uma semântica arbitrária, com que se procurou animar o produto imaginário de arrisoadas manipulações na morfologia. (Do *Jornal do Comércio* de 18-8-40.)

A ODE A BARINA

Ao DR. JOÃO RIBEIRO

No interessante artigo escrito por João Ribeiro na *Sciencias e letras* (56) sôbre as pintas brancas nas unhas (*leuconychia*), denominadas pelo nosso povo mentiras, li a tradução que o eminente filólogo e historiador faz dos seguintes versos de Horácio.

Ulla si juris tibi pejerati
Poena, Barine, nocuisset unquam;
Dente si nigro fieres, vel uno
Turpior ungui,
Crederem.

(56) De Amelia de Freitas Bevilaque e Clovis Bevilaqua.

João Ribeiro traduziu assim: “Berina, eu acreditaria em ti, se tivesses recebido o castigo de tuas mentiras, se te aparecessem negros os dentes ou manchadas as unhas”. E afirma que, além do padre José Agostinho, outros muitos traduziram a ode em diversas línguas, sem faltar à compreensão do texto.

A versão do padre José Agostinho é a seguinte:

Os juramentos teus acreditara,
Barina enganadora,
Se alguma vez a pena
De teus perjúrios sôbre ti caíra,
Se teus ebúrneos dentes se manchassem
E as brancas unhas o esplendor perdessem

Por minha vez proponho outra inteligência do texto horaciano. Parece-me que o poeta não se referiu aos dentes nem às unhas de Barina e que, para com esta não faltou aos deveres de um cavaleiro bem educado, chamando-a mentirosa. E traduzo assim a passagem transcrita: “Se te fôsse infligida alguma vez pena do perjúrio; se te tornasses mais torpe do que um dente podre ou do que uma unha, ainda assim, Barina, eu acreditaria.”

A ordem natural, obscurecida pela transposição no terceiro, é a seguinte: *Si fieres turpior dente niguo vel uno ungui...* O segundo termo da comparação está no ablativo, como o primeiro (tu, subentendido) no nominativo.

Com efeito um dente podre (*dens niger*) é coisa muito nojenta e o poeta considera torpe a unha, porque a sua atividade muitas vêzes se exerce pondo-a em contato com imundícies. Pensava talvez na unha do polegar, denominado popularmente mata-p..... *Necat pediculos*.

A plena inteligência da ode se tem nas instituições do direito romano. O perjúrio, juramento falso ou falta ao juramento, infamava, tornava torpe, *turpitudinc notabilis*, como se exprime Ulpiano. Fr. 1 § 5 do Digesto, III, 1, *de postulando*.

Essa infâmia ou torpeza, tanto podia resultar de uma repressão por parte dos censôres, como de uma disposição legal, pois Cícero nos diz: *Nullum enim vinculum ad adstringendam fidem jure jurando majores arctius esse voluerunt*. “Os nossos maiores não quiseram para empenhar a palavra, nenhum vínculo mais apertado que o juramento.” *Id indicant leges... indicant notiones et animadversiones censorum, qui nulla de re diligentius quam de jurejurando judicabant*. “Mostram-no as leis... mostram-no os fatos de que conheciam

e as penas que impunham os censôres, que em matéria nenhuma julgavam com mais diligência do que tratando-se do juramento.” *De officiis*, III, 31.

Na lei Júlia dita municipal, constante das táboas de Heradéia, linha 13, ve-se entre outros casos de infâmia o do reu que por um falso juramento negava *in jure* ter recebido um empréstimo, *pecuniam creditam abjuravit, abjuraverit*.

Por isso é que Horácio na sua ode a Barina, associando as idéias, passa da torpeza jurídica, de que tratam os dois primeiros versos, à torpeza material de que tratam os três immediatos.

Os versos do lírico venusino e o direito vigente no fim da República iluminam-se reciprocamente.

Observações: Em número seguinte escreveu João Ribeiro: “Li com verdadeiro interesse a anotação que nas *Sciencias e letras*, VII, n.º 4, fez o erudito colega Dr. Vieira Ferreira a respeito da nova interpretação que propõe à *Ode a Barina de Horacio*”.

“O anotador analisa o texto segundo as instituições do direito romano que definem o perjúrio como *turpitude notabilis*, na expressão de Ulpiano. E’ o que diz”.

“Com êsse critério rejeita a idéia de superstição. É uma interpretação curiosa, sem dúvida, mas que se afasta da intelligência mais seguida dos escoliastas e exegetas do texto Horaciano. E não pode ser exclusiva. Na lei ou na superstição, é evidente que se trata de um castigo, e assim não é fácil discriminar donde provém a punição de que fala o poeta”.

Concordo com o saudoso filólogo nessa indeterminação do problema, admitindo hoje uma terceira solução, que me parece melhor, e é a que vê em *uno ungui* um ablativo de medida e não o segundo termo do comparativo *turpior*.

Traduzo agora *Dente si nigro* do seguinte modo, que me parece exprimir fielmente o pensamento de Horacio: “Se te tornasses mais feia um pouquinho que fôsse (*uno ungui*) com o escurecimento dos dentes.”

Noutro número da mesma revista, escrevi :

Ad Barinen

Ulla si juris tibi pejerati
Poena, Barine, nocuisset unquam
Dente si nigro fieres, vel uno
Turpior ungui,

Crederem, Sed tu, simul obligasti
Perfidum votis caput, enitescis
Pulchrior multo, juvenumque prodis
Publica cura.
Expedit matris cineres opertos
Fallere, et toto taciturna noctis
Signa cum coelo, gelidaque Divos
Morte carentes ?
Ridet hoc, inquam, Venus ipsa, rident
Simplices nymphae, ferus et Cupido,
Semper ardentes acuens sagittas
Cote cruenta.
Adde quod pubes tibi crescit omnis,
Servitus crescit nova; nec priores
Impiae tectum dominae relinquunt
Saepe minati.
Te suis matres metuunt juvencis;
Te senes parci, miseraeque nuper
Virgines nuptae, tua ne retardet
Aura maritos.

Empreendi traduzir esta ode de Horacio em versos alexandrinos, que são os mais próprios para as traduções, pois oferecem maior espaço à equivalência das perífrases.

Quanto às rimas e às diéreses e sinéreses, creio que o rigor parnasiano é incompatível com as exigências de uma tradução aproximativa, mesmo com a folga dos alexandrinos.

Se alguma vez te fôra o castigo infligido
Que merece em direito aquêlê que perjura;
Se mais do que uma unha ou dente enegrecido
Te tornasses, Barina, uma vil criatura,
Eu acreditaria.
Mas, em vez dessa infâmia, apenas empenhaste
A pérfida cabeça ao dito em garantia,
Brilhas com mais beleza então do que brilhaste,
E célebre te vão fazendo cada dia
Os moços deslumbrados.

Aprouve-te baldar as cinzas no jazigo
De tua mãe defunta, ou mesmo os constelados
Páramos celestiais, que a sombra traz consigo
Da noite silenciosa, e os deuses resguardados
Pela immortalidade ?

Ri-se, então, asseguro, a própria Venus disso,
Riem-se as ninfas também, mas com simplicidade,
E aguçando na cote o seu ardente ouriço,
Vê-se o feroz Cupido ir com hilaridade
As flechas preparando.

Demais, é para ti que a mocidade cresce,
Cresce uma servidão que vai se renovando;
Nem o teto de quem tão seva me parece
Alguém jamais deixou por ser de vez em quando
Ameaçado ali.

Temem-te as boas mães por seus guapos pimpolhos,
Os velhos parques vêem a sua ruína em ti,
E a espôsa nova teme a atração de teus olhos,
Capazes de reter o espôso, sós por si,
Longe da pobrezinha.

Ofereço, em todo o caso, uma tradução justalinear e observo que em favor da minha interpretação, que vê no comêço da ode uma referência à infâmia, instituição jurídica, se acha o próprio alinhamento das idéias nas duas primeiras estrofes.

Na primeira Horacio passa da torpeza jurídica à física; na segunda, em contraposição, vai simêtricamente da beleza corporal à celebridade ou consideração, *prodis publica*, aumentada pela solicitude dos moços, *cura juvenum*, que se opõe à infâmia dos primeiros versos, estado em que diminui a consideração da pessoa, *existimatio minuitur*, como ensinava Calistrato, Digesto, L. 13, de *extraordinariis cognitionibus*, fr, 5 § 2.

A Barinen

Si unquam, Barine
tibi nocuisset
ulla poena
juris pejerati;
si fieres turpior
dente nigro
vel uno ungui
crederem
Sed simul

A Barina

Se alguma vez, Barina,
te fôra infligida
qualquer pena
do perjúrio;
se te tornasses mais torpe *mesmo*
do que um dente preto,
ou do que uma unha
ainda assim eu acreditaria.
Mas apenas

votis obligasti
perfidum caput
tu enitescis
multo pulchrior
que
prodis publica
cura juvenum
Expedit fallere
opertos cineres
matris,
et cum coelo toto
signa taciturna
noctis,
que
divos
carentes
gelide morte ?
Ridet hoc,
inquam,
ipsa Venus,
rident
nymphaes simplices
et ferus Cupido
semper acuens
cruenta cote
sagittas ardentes.
Adde
quod tibi
omnis pubes
crescit.
Nova servitus
crescit ;
nec priores
saepe minati
relinquunt tectum
impiae dominae.
Te metuunt
matres
sui juvenis ;
te
senes parci
que

em juras empenhaste
a pérfida cabeça
brilhas
muito mais bela
e
passeias célebre
pela atenção dos moços.
Praz-te baldar
as sepultadas cinzas
maternas
e com todo o céu
os signos silenciosos
da noite,
e
os deuses
isentos
da fria morte ?
Ri-se disso
asseguro,
a própria Venus,
Riem-se
as ninfas ingênuas
e o cruel Cupido
continuando a aguçar
na cruenta pedra
as setas inflamadas.
Acrescenta
que é para ti *que*
tôda a mocidade
cresce.
E' uma nova servidão
que cresce ;
nem os que chegaram antes
muitas vêzes ameaçados
deixam o teto
da impiedosa dona
Temem-te
as mães
por seus pimpolhos ;
temem-te
os velhos avaros
e

virgines
nuper nuptae
miserae
ne retardet
maritos
tua aura.

as jovens
recém-casadas,
coitadas,
não *lhes* retarde
os maridos
o teu favor.

(*Sciencia e letras*, março de 1919.)

Observações — Por essa interpretação, o poeta acreditaria em Barina, ainda que ela se houvesse infamado por jurar falso.

Pela que apresentei por último, êle só acreditaria se em consequência do perjúrio se houvesse Barina assustado com algum enfeimento, por menor que fôsse (*uno ungui*).

É mais espiritual a ode assim entendida e com melhor sabor do nectar horaciano.

AMÉRICA ESPANHOLA E AMÉRICA PORTUGUÊSA (*)

RENATO DE MENDONÇA

I

A conquista do Novo Mundo apresenta duas faces bem diversas de toda a atividade humana : o trabalho e a aventura. O próprio nascimento do continente se processou sob um signo de audácia feliz.

A bem dizer, as caravelas de Colombo levavam no bôjo, tal nova e milagrosa Arca de Noé, as sementes da civilização e da cultura ocidental. Essa transplantação era uma experiência sujeita às surpresas do desconhecido e única no gênero, pois com ela não podem ter paralelo as migrações polinésicas, em seus *canots à balancier*, através do Pacífico, em busca das costas do Equador ou do México...

Aquela marcha para o ignoto, marcha sem vacilações, em busca de uma Índia lendária que se converteria em terras do afortunado Américo Vespuccio, teve um caráter épico, um *tonus* de elevação e grandeza, conseqüências tão inesperadas e tão frutíferas que, em rigor o seu achamento poderia marcar uma era na História : antes da América, depois da América.

E' bem compreensível, pois, que os povos ibéricos, Espanha e Portugal, donos desse minuto singular da História, se orgulhem das proezas e façanhas de seus pró-homens, cujas estátuas e monumentos simbólicos embelezam hoje as praças maiores da Península. São eles grandes vozes do passado que estão a pedir, não um lugar ao sol, mas uma participação hispânica cada vez mais devida na Europa de amanhã e no Mundo futuro...

Essa imprevisão da hora presente, esse *far niente* da política internacional de hoje organizando-se apenas meiado o combate, foi justamente o modelo negativo do rumo traçado pelos reis peninsulares. Já se disse que se uma nação deve a existência aos seus monarcas, essa foi Portugal. Quase o mesmo seria lícito referir sobre a integração territorial da Espanha operada pelos reis católicos.

Visando a projeção na América, sente-se aliás toda conveniência em insistir sobre esse ponto divergente da história ibérica. Em Por-

(*) Madrid. Abril de 1950.

tugal, as instituições do Estado alcançaram muito cedo um elevado grau de coesão política e social. Enquanto isso, a Espanha, em vésperas da expansão colonial, obteve apenas a unificação das dinastias de Castela e Aragão, subsistindo dentro de suas fronteiras inúmeras disparidades e diferenças regionais, vários meridianos dentro da mesma cultura. Daí a propriedade com que sempre soa a expressão *Las Españas*, objeto de recente estudo de um professor da Universidade de Salamanca.

Para compreender os matizes da colonização na América, nada melhor que o auxílio dado pelo contraste dêsse singular e dêsse plural : Portugal e *Las Españas*.

Com efeito, a própria evolução dos acontecimentos políticos focalizou, numa ampliação do original, essa divergência da origem. A América Portuguesa, por um milagre de Deus talvez, concentrou-se numa só nação, o Brasil, enquanto a Espanhola cindiu-se em dezessete repúblicas, sem conservar sequer a sábia divisão dos Virreinos coloniais.

* * *

Aquela face de aventura, aludida no princípio, teve, por assim dizer, meio século de vida. É a época de Cortez, dando mostra da *hombria* espanhola, vencendo os índios do México ora pela coragem, ora pela astúcia ou pelo coração, a Malinke. Vimos o palácio de Cortez, em Cuernavaca, lugar de pouso da águia, em cujos muros Diego Rivera pintou *afrescos* geniais envolvendo a parte menos gloriosa da conquista.

Balboa, Pizarro e Almagro são outros tantos pavilhões de Espanha cravados à beira do Pacífico ou no dorso dos Andes, a cordilheira monumental e magnética — o magnetismo de Potosi —, que conteve o fluxo castelhano no altiplano.

É curioso notar o fator econômico sempre atuante nesta fase aventureira da conquista : o ouro de Cuzco polariza todos para o lado mais remoto das bases. O Eldorado seria outro capítulo fantástico das explorações de Nova Granada, em que tomaram parte até expedições alemãs financiadas pelos Welser de Angsburgo e estimuladas pelos banqueiros de Carlos V, os Fúcares que, como em um livro admirável, descreveu Ernst Samhaber, sonharam em colonizar o Chile (*Sudamérica*, pág. 89).

E o lado do Atlântico Sul ? Depois que Cabral aporta às terras de Santa Cruz em 1500 e Pero Vaz Caminha constata a pobreza nudista dos indígenas, a ausência de metais valiosos e de riquezas, limitando-se na sua *Carta* a el-rei, a comentários galantes sobre as linhas esbeltas e graciosas das mulheres nativas, verifica-se um grande vácuo no tempo. Durante 30 anos não há maior contacto entre os

descobridores e a terra do *pau-brasil*. Goa, Cochim e Candnor tinham para os portugueses da época reflexos mágicos de tesouros ocultos.

Das novas plagas descobertas, a amostra mandada ao Reino não passava de uns indígenas e uns quantos papagaios. Os primeiros eram os precursores daqueles que iriam depois fornecer material a Montaigne para um de seus *Essais* e bases para a teoria da bondade natural de Rousseau. Os papagaios, êsses por muito tempo foram o chamariz e o pitoresco dos viajantes.

Menos mal que Pero Vaz entreviu a feracidade do solo na frase célebre “plantando, tudo dá”, lema aliás nunca cumprido por muitos dos nossos ministros da Agricultura...

Entretanto, enquanto a cana de açúcar, primeiro ensaiada em São Vicente (São Paulo) e logo explorada com êxito em Pernambuco, não transforma a colônia em um empório mundial como o será no século XVII, o Brasil languidece longamente. O litoral varado de quando em quando. Ao fundar em 1549 a Bahia, capital do governo geral, seu primeiro titular, Tomé de Sousa, cumprindo o regimento trazido do reino, estipula expressamente que, pela terra firme a dentro, não deve ir tratar pessoa alguma sem licença especial do governador ou do provedor-mor de fazenda real. Acrescenta o referido documento tal licença só ser possível a pessoa de “bom recado e que de sua ida e trato se não seguirá prejuízo algum, nem isso mesmo irão de umas capitâneas para outras por terra sem licença dos ditos capitães ou provedores, posto que seja por terras que estão de paz para evitar alguns inconvenientes que disso seguem...”

Além da limitação ao litoral — o que arrancou do nosso primeiro historiador frei Vicente do Salvador a saborosa observação de que os portugueses viviam no Brasil como os carangueijos arranhando as areias da praia — vê-se também que a proibição régia atingia o intercurso terrestre entre as capitâneas. Tudo haveria de ser pela costa, seguindo a orla do mar...

Há mesmo um geral desconcerto entre os colonos quando D. Ana Pimentel, espôsa do donatário de São Vicente, resolve derrogar em 1554 a proibição feita pelo marido aos habitantes litorâneos de irem negociar e tratar nos campos de Piratininga, futura sede da nossa imponente São Paulo, hoje o maior parque industrial da América do Sul e onde produzem tantos espanhóis laboriosos.

A América Portuguesa vegeta, pois, nessa primeira metade do século XVI, ao passo que a seu lado se verifica uma agitação do formigueiro humano e se dá até uma proliferação das letras e das artes. A Universidade de São Marcos, em Lima, funda-se em 1551, vinte anos apenas depois da presença de Pizarro no Peru. Pertencem ao mesmo decênio as Universidades do México e de São Domingos.

A que atribuir essa disparidade na evolução inicial das Américas lusa e espanhola ?

De um lado, o fator Índia, bem vivo e convincente aos olhos dos portugueses. Por outro, os espanhóis encontram velhas, adiantadas e prósperas civilizações, os aztecas e tlotecas de Temoxitlan, os maias de Yucatan, os incas de Cuzco.

Os portugueses contam apenas com o apóio da civilização primitiva tupi-guaraní e sobre ela apoiam, em grande parte, os alicerces de seu edifício colonial. É um fato bem observado atualmente por vários pesquisadores essa coincidência dos núcleos de colonização lusa com as regiões anteriormente povoadas ou dominadas pelos selvícolas que falavam o *abanhienga*, ou língua geral. Foi até essa a prata corrente dos colonizadores nos seus entendimentos com as demais tribus tapuias, não guaranis.

É mesmo significativo que a colonização lusa não se firmasse nem prosperasse muito fora das áreas da cultura tupi-guaraní. O despovoamento da costa mesmo, entre a baía de Todos os Santos e a baía do Rio de Janeiro, justamente na fertilíssima região do vale do rio Doce, parece inexplicável, sem êsse recurso à ausência dos tuís naquele setor.

Havia também certas similitudes de clima que faziam o andaluz estar a gôsto, por exemplo, nos planaltos de Quito.

Outras causas, porém, de maior vulto presidiam a tão forte diferenciação nos primeiros passos e depois na linha geral da colonização do continente sulamericano. Eram causas de origem hispânica.

Como bem sugeriu o escritor Sérgio Buarque de Holanda, “ao contrário da colonização portuguesa, que foi antes de tudo litorânea e tropical, a espanhola parece fugir deliberadamente para as terras do interior e os planaltos” (*Raízes do Brasil*, pág. 68).

Essa diretiva inicial foi tão forte que 60 anos de domínio espanhol pouco influíram sobre a orientação da América Portuguesa.

É preciso reconhecer, porém, que os portugueses realizaram uma proeza sem par entre os europeus : lançaram os alicerces da maior civilização até hoje erigida nos trópicos.

II

O DOMÍNIO DE ESPANHA

O domínio espanhol começado em Portugal no ano de 1580 trouxe uma *capitis diminutio* para a metrópole. Embora continuassem as duas corôas com a sombra de independentes e reunidas apenas na

pessoa do rei de Espanha, a situação de fato transportara a capital do reino lusíada para a côrte de Madrid.

A decisão dos negócios ultramarinos ficava ainda mais afastada geograficamente. Havia esperanças, é certo, de que os esforços e trabalhos dos dirigentes hispânicos procurariam imprimir um ritmo comum à rica colônia do Brasil e às demais possessões castelhanas.

Mais uma vez, no entanto, o Brasil beneficiava das desvantagens eventuais sofridas pela sede da monarquia lusitana.

Realmente, o domínio espanhol permitiu à América Portuguesa uma expansão territorial, um alargamento das suas fronteiras e a consolidação das novas aquisições — até por decretos oficiais de Espanha — que não teria sido possível sem a junção das duas coroas ibéricas, antes separadas.

A princípio nem tudo foi, porém, favorável. De começo o Brasil atraia a si todos os inimigos da monarquia dos reis católicos. Inglêses e holandeses cedo deram mostra de quanto pode a rapina, se bem industriada e melhor armada.

Assim, logo em 1582, aportavam a Santos dois navios ingleses em viagem para as Índias Orientais e a China, que, sem intenção clara de hostilidade, solicitaram provisões e licença para proceder a reparações. Os brasileiros temerosos do inimigo do seu novo soberano a que já tinham prestado juramento formal na Bahia em maio desse mesmo ano, fortificaram-se à pressa e recusaram atender as petições dos súditos britânicos. Como não se julgavam fortes, parlamentavam por intermédio de uma comissão negociadora.

Nesse ínterim, entra a esquadra espanhola do almirante Diego Flores de Valdez, composta de três navios. Abriu-se a luta, depois dos hóspedes indesejáveis receberem a saudação do fogo dos recém-chegados... A vantagem inclinou-se para os ingleses que conseguiram afundar um navio espanhol. Mas tiveram de abandonar o porto, “mui maltratados, sem antenas e as naus furadas por muitas partes e mais de cinquenta homens mortos”, como reza um documento da época.

Seria êsse, porém, o sinal para os ataques semelhantes aos dos flibusteiros, que os ingleses levariam depois contra vários pontos da costa do Brasil.

A primeira vítima foi a Bahia que, como sede do govêrno, mais chamava a atenção pelas suas riquezas e desenvolvimento. Robert Withrington ali penetrou de surpresa (1586). Não muito bem sucedido, pois o seu plano de captura da cidade do Salvador se viu frustrado pelos ataques dos índios convertidos, ainda conseguiu dominar seis semanas no Recôncavo, saqueando e devastando as plantações.

Thomas Cavendish, o célebre pirata, surgiu passados cinco anos na zona sul. Atacou Santos e tomou-a de surpresa também. O saque

foi completo, levando um precioso tesouro. Num acesso de vandalismo, incendiou a velha cidade de São Vicente, proeza que certamente quis repetir no assalto do Espírito Santo, mas onde foi rechaçado com grandes perdas (1591-1592).

A empresa de maior vulto e proveito dos ingleses consistiu numa outra, a terceira cronologicamente, feita contra Pernambuco. A principios de 1595, dois flibusteiros, James Lancaster e o capitão Vanner, aparecem em frente de Olinda e lançam os botes ao mar. Num golpe de audácia investem contra o fortim, que protegia a passagem do Recife. E dominado este, entram no porto as 12 velas da esquadra. Recife foi tomada num instante e todos os habitantes fugiram para Olinda.

O que ficara na cidade pernambucana era algo tentador e capaz de enriquecer qualquer mortal: os armazéns lotados dos mais variados e ricos produtos brasileiros. E para cúmulo de sorte dos invasores, fôra recuperado o carregamento valioso de um navio das Índias Orientais ali naufragado há algumas semanas...

A presa era tanta que forçoso foi dividi-la. Pediu-se a coparticipação de três navios holandeses, surtos no porto desde a chegada dos corsários ingleses. Pois não bastavam as suas próprias naus para carregar tudo. Em breve viram que teriam de prolongar sua estada e chegaram a levantar uma palissada para defender-se dos naturais que, desde Olinda, faziam o possível por atrapalhar, já que não dispunham de meios para um ataque aberto. O tempo ia trazer novo sócio para os assaltantes em uma esquadra francesa de cinco navios, que chegou pouco depois e se associou na mesma forma dos holandeses, ajudando na vigilância e na defesa.

Depois de quatro semanas de trabalho contínuo da marujada que abarrotou os navios, ficou completo o carregamento. E apesar dos brulotes, carregados de explosivos mandados pelos pernambucanos contra as naves inimigas, e das tentativas noturnas de hábeis nadadores para cortarem as amarras das âncoras, nada valeu na ocasião.

Inglêses, holandeses e franceses, todos inimigos de Espanha e do Brasil saíram do Recife de naus abarrotadas e chegaram às suas terras tranqüilamente.

Essas incursões proveitosas do côrso da época espalhavam na Europa, de forma convincente as riquezas contidas na colônia portuguesa da América e a sua fácil conquista.

Felizmente o tratado de paz concluído em 1604 entre a Espanha e a Grã-Bretanha, restabeleceu as boas relações entre as duas coroas e cessaram definitivamente as devastações dos corsários ingleses na América hispano-portuguesa.

Durante duas décadas há sossêgo e o desenvolvimento interno do país segue a sua marcha habitual. Sobretudo se destacam nesse período a conquista e a colonização ao longo da costa, de onde viria a fundação de três novas capitanias reais : Paraíba, Sergipe e Rio Grande do Norte.

Foi somente sob a dominação espanhola que se empreendeu um plano eficiente para colonizar a Paraíba. Em princípios de 1584, o almirante espanhol Diego Flores Valdez, encarregado da vigilância da costa sul-americana, foi a pedido do governador geral da Bahia, Teles Barreto, prestar o concurso valioso da sua frota aos elementos terrestres reunidos pelo donatário de Pernambuco. Um exército de 100 cavaleiros, mais de 200 infantes e 1.500 índios aliados, seguia por terra enquanto o almirante navegava ao longo da costa.

Nessa operação combinada, em que os de terra sustentavam combates contra os indígenas inimigos e os de mar tiveram de enfrentar seis navios contrabandistas franceses, chegaram às margens do rio Paraíba. Aí na margem esquerda e próximo à embocadura, Diego Flores fez levantar um forte a que se pôs o nome de cidade Filipeia, em honra ao rei.

Ainda por ordem da corte de Madrid, em 1597 pôs-se em campo para o Rio Grande do Norte o governador de Pernambuco, acompanhado de 300 colonos e grande número de índios e escravos africanos. Fundou-se, então, à beira do rio Potengi a povoação que viria depois a ser a cidade de Natal, assim denominada porque no dia de Natal de 1599 se inaugurou a igreja da paróquia.

Uma das melhores resultantes da união dos reinos ibéricos foi o levantamento da proibição do comércio entre o Brasil e as colônias espanholas. A corte de Madrid aboliu essa interdição e ativas relações comerciais se desenvolveram. Ressuscitou a velha estrada de caravanas para o Paraguai e por aí o tráfego se estendeu até aos famosos distritos de prata do Peru...

Evidentemente, o sul aproveitou muito com isso. O pôrto de Santos e do Rio começaram a prosperar e uma vez descobertas as minas de ouro e diamantes, viriam a ser os principais portos da colônia.

Mas o Norte também se beneficiaria, embora de outra forma. Além da colonização iniciada no Nordeste, as regiões do Amazonas se tornariam mais conhecidas e vários territórios foram definitivamente acrescentados.

Filipe IV, desinteressado das disputas fronteiriças entre portugueses e espanhóis na América do Sul, já que esta fazia um só domínio para êle soberano dos dois reinos, resolveu anexar de vez ao Brasil, pelas Cartas Patentes de 14 de junho de 1637, a parte das terras do

Cabo Norte. Dessa maneira nasceu a capitania do Cabo Norte — nome então dado à Guiana — situada entre o rio Oyapock e a margem esquerda do Amazonas.

O mesmo monarca deu ordens sucessivas para exploração do Amazonas. E foi cumprindo instruções de Madrid que Pedro Teixeira fez a sua famosa viagem até Iquitos, no Peru, tomando posse em 1639 da margem esquerda do rio Napo, que ficou como a fronteira ocidental dos territórios lusos da Amazônia.

O domínio espanhol oferece em conjunto um balanço favorável ao desenvolvimento do Brasil.

Mas já outro inimigo de Espanha começa a rondar a porta : os holandeses. Lope de Vega nos descreve no *El Brasil Restituído* os Flamengos invadindo a Bahia em 1624 e dela saindo derrotados no ano seguinte pela vitória de D. Fradique de Toledo. Teriam vindo a rôgo dos judeus, no dizer do poeta :

“.....
havemos escrito a Olanda,
que con armada se apresta,
de quien tenemos respuesta,
que sobre suas aguas anda,
juzgando será mexor
entregarnos a Olandeses,
que sufrir que portugueses
nos tratem con tal rigor.”

E obra ou não da informação judaica, os holandeses ficariam na colônia lusa mesmo depois de cessado o domínio espanhol em 1640.

A retirada flamenga mais que obra da negociação diplomática empreendida pela côrte de Lisboa, viria como a seguir veremos, obra e esforço guerreiro dos colonos da América Portuguesa.

III

A DELIMITAÇÃO DE INFLUÊNCIA : 1750

Conta-se de Felipe II que, recebendo um português ilustre, observou a dificuldade do seu interlocutor em falar um mau castelhano. Disse então o monarca : “fale em português que é a minha língua materna.”

Não conheço episódio mais sugestivo.

Que interessante não seria um brasileiro, ao revés do solitário do Escorial, responder a um castelhano em dificuldades de expressar-se no português : "*Hable español que tambien es mi lengua*".

De fato, a universidade da língua de Cervantes como instrumento de cultura e divulgação é estimada no Brasil em todo o seu valor.

O domínio espanhol, tão efêmero e de superfície, não deixou esse enriquecimento espiritual que é o bilinguismo, dominante em vários setores da Espanha como é fácil constatar na Galícia e na Catalunha.

São diversos os motivos apontados para essa escassa influência do domínio espanhol no Brasil. Falta aliás sobre o período espanhol um estudo sério e profundo, baseado em documentação inédita em grande parte na própria Espanha. Chega a ser doloroso o contraste entre as monografias cada vez mais abundantes sobre o domínio holandês e a escuridão e própria rareza dos fatos decorridos no Brasil espanhol.

É certo que, como sugere o holandês Hermann Wätjen, as colônias lusas foram consideradas "*quantité négligeable*" pela coroa de Espanha, então senhora de meio mundo. Por outro lado, ainda não se tinham descoberto o ouro e os diamantes de Minas Gerais e Mato Grosso. Entretanto, a América Portuguesa já era um viveiro de judeus comerciantes e especuladores e bastante rica para despertar a cobiça dos capitalistas de Amsterdam, que não arriscariam em vão seus cabedais.

Administrativamente, a Espanha manteve a maioria dos funcionários portugueses e limitou-se a nomeação de alguns dos mais altos dirigentes. Soam poucos nomes de Castela nas páginas da nossa História Colonial, atuando dentro do próprio país. Que Madrid não descurava em absoluto seu novo domínio, falam muitos indícios positivos como a intensificação do comércio entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro. E também indícios negativos como a proibição lançada em 1600 por Felipe II, em que excluía terminante do Brasil a todos os estrangeiros. Foi vedado o seu emprêgo como administradores de propriedades agrícolas, realizado o censo de seu número, residência e fortuna. Em Pernambuco — talvez pela proximidade da Europa — chegou-se a dar ordem de embarque aos estrangeiros para os respectivos países. Portugal era nesse ponto mais liberal que Espanha.

Enquanto se eliminava o alienígena, facilitava-se a absorção da América Portuguesa pelo maior intercâmbio dos produtos de seu solo com a América Espanhola.

A delimitação de influência entre as duas metrópoles ibéricas é por acaso o problema, cuja solução mais se deixa ao abandono durante o fim do século XVII. Até que um novo ponto de choque se vai

erguer à orilha do Prata : a famosa Colônia do Sacramento, fundada pelos portugueses em 1680, bem em frente de Buenos Aires.

Será a Colônia do Sacramento um verdadeiro espinho encravado nas patas do leão de Castela. Ele não poderá pisar com firmeza nos seus domínios platinos, com aquêlê corpo intruso a remoer-lhe as entranhas...

E o motivo é muito simples e forte de argumentos : Sacramento ao mesmo tempo que estende a América Portuguesa até o limite natural do Prata, constitui uma drenagem considerável das receitas de Castela pelo contrabando da prata do Peru e de outras riquezas.

Uma guerra púnica, reduzida nas proporções, mas bem similar na intensidade da luta, trava-se entre os habitantes marginais do rio de Solís. Cada qual defende os direitos do seu rei. E é preciso reconhecer que os portugueses, pela sua tenacidade e heroísmo, dada a adversidade do meio e os reduzidos elementos da fortaleza de Sacramento, levaram o melhor do sacrifício e o melhor da batalha.

1750 será então o ano mágico, o ano da paz. Duas inteligências de escol : Alexandre de Gusmão e Carvajal y Lencaster, negociadores do Tratado de Madrid (de 13 de janeiro de 1750), compreendem a equação do problema geopolítico na América e trocam concessões de vulto. Portugal retira-se do Prata e adquire os Sete Povos das Missões, baixando o linde de Cananéia, segundo Tadesilhas, para o atual Rio Grande do Sul. A bacia do Amazonas ficava também integrada dentro da América Portuguesa. À Espanha caberia então o domínio exclusivo da bacia do Prata.

É em linhas gerais a divisória política da América de hoje. É a delimitação, projetada com gênio no século XVIII, que se concretiza em marcos de fronteira durante os dois séculos seguintes, permitindo sem conflitos bélicos a convivência dos rebentos hispânicos.

IV

PARALELO ENTRE COLONIZADORES ESPANHÓIS E LUSITANOS

Uma tentação simplista, que eu chamaria quase pictórica, de artista que transpõe a realidade em traços rápidos de esboço ou manchas de um *guache*, é a tentação que se apodera do biógrafo do continente sul-americano.

Depois de analisar o contôrno das explorações, e da penetração dos países de origem ibérica, sente-se um desejo veemente de interrogar os desígnios e os ânimos daqueles conquistadores para sempre desa-

parecidos. E perguntar-lhes que mistério tremendo devassaram, que motivos os retiveram naquela cordilheira, sôbre aquêl planalto ou à beira daquele lago...

Fôra possível isso e teríamos resolvido muitos dos problemas da transplantação da civilização européia para os trópicos. Teríamos a chave de muitos enigmas dêsse tema inesgotável Civilização e Clima, a que Lucien Fébvre e Ellsworth Huntington vem dando os seus melhores estudos.

Ao observador mais superficial salta aos olhos que o português, por deficiência demográfica (Portugal contava 1.200.000 habitantes na era dos descobrimentos), concentrou seus esforços na conquista e domínio da costa. Procurou fazer do litoral um trampolim entre o interior vasto e a metrópole remota. Seria, aliás, o lógico para uma colonização de feição mercantilista. O espanhol, talvez pelo sentido missional que assumiu a conquista da América (bem sensível em Pátzcuaro, no México e na Califórnia), aliado ao feito senhorial dos seus capitães, imprimiu à colonização um cunho de integração e incorporação dos novos territórios ao reino peninsular. Pisava as novas terras com o *animus* de quem as quer para seu uso e gozo.

A evidência ressalta ainda mais, se lembrarmos o episódio de um Cortez que queima as naves para internar-se na Nueva España, ou o regimento de Tomé de Sousa, que veda, sob pena de açoites, a qualquer pessoa ir pela terra a dentro...

E quando se processa a internação pela América Portuguesa já é obra dos mamelucos dos bandeirantes como Paes Leme e de Antônio Raposo Tavares, homem extraordinário que varou desde São Paulo todo o *hinterland* do continente, só se detendo à beira dos Andes... *Excusez du peu.*

Iriam os nativos à caça do índio, maior instrumento de riqueza na colônia então, antes do tráfico de negros — até hoje um dos melhores negócios do mundo superior e tôdas as minas de ouro e diamantes, tráfico que foi o monopólio dos *asientos*, cedido pela Espanha aos puritanos filhos de Albion.

Os mamelucos, além do *descimento* de índios, buscavam ouro e esmeraldas. E foram encontrá-los em Cuiabá, em 1728 em pleno coração do continente. Depois surgiram diamantes sôbre diamantes. Uma faiscação de pedras digna do tesouro de Aladino.

Os diamantes e ouro do Brasil tornaram assim possível o barroco de Dom João V, cujo mau gosto se espavoncou naquele ingente edifício do convento de Mafra, caricatural sobretudo diantes das linhas sóbrias, elegantes e eternas dos Jerônimos ou da Batalha.

A colonização e a fronteira foram até onde fôra o ouro. Era a linha Cuiabá, Ouro Preto, a maior avançada no interior do continente. Linha do ouro e do diamante.

Seria quase possível traçar a linha *pendant* do outro lado, da América Hispana. Uma linha que viria do Orenoco ao altiplano do Peru e da Bolívia, das riquezas fantásticas do Eldorado à realidade de Potosi. Linha da prata e da esmeralda.

Os lindes pelo coração do continente seriam assim *grosso modo* uma demarcação vinda do sub-solo, indiferente ao homem e aos seus problemas. Potosi como Cuiabá são zonas longe de apresentarem condições ideais para a existência humana.

O caucho, no fim do século XIX e princípios do atual, foi de fato o demarcador de três países: Peru, Bolívia e Brasil.

A interpretação sugerida, pois, dos fatos históricos e econômicos citados não anda, pois, completamente destituída de fundamento, embora imaginativa e simplista na sua concepção esquemática.

* * *

Cumpra agora ver de relance sequer a evolução das instituições na América do Sul colonial, maneira pelo menos objetiva de esboçar um paralelo entre os colonizadores espanhóis e portugueses.

O governo de Lisboa sempre procurou centralizar ao máximo a administração colonial, somente separando do Brasil o Estado do Pará Maranhão, em grande parte pela dificuldade de navegar à vela da costa setentrional para o sul. São conhecidas as peripécias do célebre jesuíta Antônio Vieira, ao empreender por mar uma dessas viagens.

Coincidindo com a centralização, transplantada do reino sem adaptações para um ambiente distinto, a corte de Lisboa imprimiu à colonização um caráter de *feitoria*, de pronto destinado a produzir matérias primas de maior demanda nos mercados mundiais. Será primeiro o *pau-brasil*, logo o açúcar e o algodão, depois também o cacau e as madeiras. Predomina a feição de exploração comercial, à maneira, aliás, da colonização da antiguidade clássica, principalmente da fenícia e da grega. Por assim dizer a América Portuguesa é durante vários séculos apenas um lugar de passagem — impressão que ainda teria o viajante inglês Roster em princípios do século XIX — para fazer fortuna e voltar a Portugal.

Daí a preocupação de auferir os maiores benefícios, sem maiores sacrifícios. Daí a proibição de cultivar na colônia, os gêneros que pudessem fazer concorrência aos similares do reino. Assim, por exemplo, a proibição do cultivo do trigo em 1780 no Rio Grande do Sul, que começava a exportar esse cereal para outras regiões do país. O fornecimento de trigo seria um monopólio da metrópole. Da mesma forma tinha sido vedada a cultura da vinha em São Vicente, dois séculos antes.

No século XVIII processa-se também outra inibição: um alvará régio que não permite a instalação de teares de tecidos de algodão, e determina que sejam desmontados os existentes. As fazendas deveriam vir do reino.

“As instituições das colônias portuguesas, foram na maior parte modeladas pelas da metrópole, sem contudo serem adaptadas ao seu novo meio. A organização administrativa nunca ali emanou de um plano de conjunto: fez-se ao sabor dos acontecimentos. As atribuições dos funcionários, sua hierarquia e suas relações de serviço não foram determinadas por leis ou regulamentos gerais, sim por múltiplos decretos especiais, tendo uns por objeto a nomeação de um funcionário, outros a solução de uma dificuldade momentânea ou a supressão de um abuso. Frequentemente o ajustamento das diversas peças do maquinismo administrativo operou-se por si mesmo, por efeito do costume ou da rotina, ora de harmonia com as intenções do governo real, ora em oposição a elas”.

Em face dessa observação tão realista é que alguém já comentou que nas Américas Portuguesa e Espanhola só uma lei fazia falta: a lei que mandasse cumprir tôdas as demais.

Esse formalismo jurídico do período colonial é possivelmente uma das fontes de um dos males devastadores de que veio a sofrer o Brasil: o bacharel. Entre nós, como em Portugal, vale o conceito de Eça de Queirós, que via na carta de bacharel o complemento forçado da certidão de nascimento.

Ora, enquanto a América Portuguesa se arrastava entre tantas malhas das Ordenações do Reino, a coroa de Madrid traçava rumos muito mais positivos para seus domínios ultramarinos, que considera como um seu prolongamento orgânico.

Oliveira Lima, grande mestre da nossa historiografia e autoridade insuspeita, é o primeiro a considerar “de justiça reconhecer que foi a Espanha mais conseqüente com a sua orientação constitucional do que Portugal, porquanto, ao mesmo tempo que recortava o seu imenso império colonial em diversos grupos administrativos separados e isolados, deixava cultivar-se com maior carinho a semente das franquias municipais, as quais eram ocasionalmente tomadas de assalto nas possessões portuguesas, particularmente no Brasil.”

A vida econômica da América Portuguesa concentra-se de preferência nos domínios rurais, onde os senhores de engenho consideram-se livres das travas e dos vexames impostos pelos governadores régios. Nas cidades, a existência arrasta-se monótona e débil.

Ao contrário, a colonização espanhola mostrou-se superior e caracterizou-se pela criação de grandes núcleos de povoação, em cidades bem orientadas de linhas retas. O predomínio da metrópole sobre as terras conquistadas exercia-se através desses núcleos permanentes em todos os aspectos, desde o militar, o político e o econômico.

Uma *ordenanza* régia desfrutava da mesma obediência incontestada de um *ukase* dos Czares. E' sabido, e já referimos atrás que muitas vêzes a côrte de Lisboa espendia um mandato para comprazer o solicitante, deixando ao Deus dará sua execução. Na luta dos jesuitas no Brasil em favor da liberdade dos índios, obtinham os padres numerosos alvarás para sua justa causa, a que não davam realidade os governadores, aliados ou temerosos dos colonos escravizadores.

Ao projetar essa luz dos antecedentes históricos sobre os domínios ibéricos no Novo Mundo, é lícito concluir que a América Espanhola se beneficiou daqueles três princípios fundamentais do Estado moderno, segundo a enumeração de um espanhol ao cardeal Richelieu, ou sejam "Roma, consejo, pielago".

Mas se Portugal dispôs do "pielago", do mar, como poucos no mundo, e se com a ajuda dos jesuitas, a coroa portugueza se aproximaria da força encerrada no conceito hispânico de "Roma", era em compensação muito carente do terceiro elemento "consejo", ou seja, a administração e govêrno do Estado em ordenada estrutura. A decadência do reino peninsular viria certamente em grande parte dessa lacuna visceral, que condenou o estado português às depressões e lutas políticas bem conhecidas e relativamente recentes.

Não é de estranhar, pois, que o Brasil, prolongamento espiritual e político de Portugal, se ressentisse enormemente da falta vital do elemento "consejo". Fomos uma colônia de administração emperada e deficiente, cujas conseqüências pesariam extraordinariamente no desenvolvimento ulterior do país.

Os êrros da política colonial de um e outro sistema, o espanhol demasiado federalista e o português centralizador em excesso, levaram, é certo, a resultados de compensação, embora divergentes: uma só nação lusa para muitas hispânicas.

Essa vantagem de superfície, no entanto, encobria profundos desajustes sociais e econômicos, como a escravidão e a monocultura dos latifúndios. Foi preciso no Brasil o choque de duas guerras mundiais para debelar, mais de um século depois da independência, o vício de origem daquele parasitismo colonial.

Se a cultura espanhola não deixou vínculos mais profundos nas terras de Santa Cruz, impregnou no entanto de gongorismo a maior

parte dos nossos letrados do século XVII, permitindo a um dos nossos satíricos, o celebrado Gregório de Matos, imitador de Quevedo na sátira e de Gongora na lírica, algumas explosões de nativismo como esta tão citados:

“Que os brasileiros são bestas,
E estarão a trabalhar
Tôda a vida por manterem
Maganos de Portugal.”

Em que pese o exagêro do “Boca do Inferno”, a situação da Bahia, capital da América Portuguesa, lhe oferecia justificativas, pois não dispunha de estabelecimento de ensino superior e de filosofia mais que o Colégio dos Jesuitas, já mais de meado o século XVII ! Nunca existiu uma Universidade na América Portuguesa, ao passo que a Espanha conheceu três a meio do século XVI.

Em tais condições, não admira que no Brasil colonial os traços da cultura espanhola se tenham de cingir ao lado político e administrativo, ainda inexplorado *magna pars*.

Em câmbio, no Brasil de hoje se abrem as perspectivas mais amplas e mais acolhedoras para os grandes e eternos valores dessa cultura opulenta e sem par, que é a cultura de Espanha.

Madrid — abril de 1950.

RENATO DE MENDONÇA

CONFERÊNCIAS NO INSTITUTO

DIA PAN-AMERICANO E O GENERALÍSSIMO FRANCISCO MIRANDA

FEIJÓ BITTENCOURT

Exm.^o Sr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro;

Exm.^o Sr. Dr. Tito Gutierrez Alfano, embaixador da Venezuela;

Exm.^{as} Srs. embaixadores;

Sr. representante de S. Ex.^a, ministro da Guerra;

Minhas Senhoras e meus Senhores :

Quis V. Ex.^a, Sr. Presidente, a sessão com que se iniciam os trabalhos do Instituto, êste ano, seja, além da comemoração antecipada do dia panamericano, também a celebração do segundo centenário de nascimento do generalíssimo Francisco de Miranda, transcorrido em 28 de março último: três fatos com isso se ilustram.

O dia de hoje em que êste Instituto volta, êste ano, às atividades de sempre, lembra que esta casa representa o Brasil independente : de fato antes do Instituto existir, antecedeu-o a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional de grande significação outrora porque as colônias se restringem a um programa econômico. Mas, logo que o Brasil se tornou em nação liberta, surgiu do seio de uma sociedade que debatia questões políticas, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. As instituições se substituíam; os programas se transformaram. Não se pensou mais no que devera ser uma colônia como fonte de riqueza; e passou-se a dizer o que era um povo que, proclamando-se nação livre, começou a escrever a sua História: daí êste Instituto.

A fundação do sodalício dos historiadores brasileiros procede pois da libertação do Brasil, que é uma das nações da América. Num dia pois, como hoje, em que o Instituto Histórico retoma as suas atividades este ano de 1950, pode-se pois, reafirmando a expressão que êle traduz, comemorar o panamericanismo, que é a comemoração da liberdade das nações americanas.

Mas neste dia de 1950, haja também a evocação do venezuelano Francisco de Miranda, vulto de projeção universal e não só personagem da independência das nações espano-americanas como também soldado no exército que se bateu pela libertação dos Estados Unidos da América do Norte: herói das duas Américas!

* * *

Mas talvez tarde de um ano venha eu hoje, ainda lembrar que o famoso jesuíta, padre Antônio Vieira, deve estar na história da doutrina da liberdade das nações da América, como também nas páginas da teoria da História.

No ano de 1949, já transposto, triplicaram os séculos e por isso mesmo venho como que tarde lembrar que a pena do imortal pregador, em 1649, lançou no papel, ao alto de uma página, primeiro, os nomes Jesus, Maria, José, e, logo abaixo, o seguinte início de um grande, e por certo que extenso assunto. E escreveu êle :

— “Começando a tratar do Quinto Império do mundo (grande assunto dêsse nosso trabalho) para que procedamos com a distinção e clareza tão necessária em tôda história. e muito mais neste gênero, a primeira coisa que se oferece para averiguar e saber, é que impérios tenham sido ou hajam de ser outros...”

Estas eram as primeiras palavras do *Antiprimeiro livro*, que serviria de introdução à *História do Futuro*, escrita por Vieira mais tarde. “Qualquer imprevista causa o interrompeu : visita, a hora de orar chegada”, alude Lúcio de Azevedo. “Ao cabo de quinze anos, emendando datas, riscando”, Vieira continuava. Uma razão profunda é que faria retomar uma idéia, em sossêgo tanto tempo :

Reportou-se o jesuíta a Daniel que, sendo profeta e adivinho dos Impérios, talvez seja o primeiro dos grandes historiadores.

Aconteceu que Nabucodonosor, aterrorizado com o que entrevira, mandava a todos vaticinadores interpretarem o que se lhe descortinara em terrível sonho confuso, que êle próprio talvez já não soubesse bem qual fôra ou não quisesse descrever. Os que não interpretassem o pesadelo, o imperador castigava com a morte; e todos os arúspices babilônicos estavam morrendo. Mas entrementes informaram-no de que vivia com o povo de Israel, então carpindo o cativo da Babilônia, um profeta de nome Daniel, e o levaram à presença

imperial para êle adivinhar o que o monarca sonhara, e isso se conta textualmente na Bíblia, nestes termos :

— “Tu, ó rei, começaste a pensar, estando na tua cama, no que havia de acontecer depois dêstes tempos...” — disse o israelita tateando com o que fôra visão.

— “...estavas olhando e parecia-te que vias uma como grande estátua, duma grandeza e altura extraordinária”, que “se tinha em pé diante de ti”, sendo “a sua vista espantosa”.

“A cabeça... dum ouro finíssimo; porém o peito e os braços de prata; já o ventre e as coxas... de cobre”.

“E as pernas eram de ferro; uma parte dos pés... de ferro, e a outra de barro”.

“Tu a estavas vendo atentamente, até que uma pedra foi arrancada dum monte sem intervirem mãos de homem, a qual feriu a estátua nos seus pés... e os fez em pedaços”.

E não se esmigalharam apenas os pés.

“Então se quebraram, a um tempo, o ferro, o barro, o cobre, a prata e o ouro, e ficaram reduzidos como a miúda palha que o vento leva fora da eira em tempo de estio”, para se confundirem misturados.

Mas depois havia de se formar, dessa mistura de pó, outro Império a que alguns chamam o Quinto Império, e que Daniel, não lhe chamando propriamente assim considerava entretanto advento extraordinário pelo fato de se convocarem, com o pó dos Impérios que ruíram, as qualidades dos quatro somadas.

Mas eu, Sr. Presidente, é que estou empenhado em lembrar que o genial jesuíta escreveu *A História do Futuro*, um livro cuja significação é para esclarecer. Nesse livro Vieira concluía ser o Brasil o último na sucessão de Impérios profetizada por Daniel. O Brasil era o remate, a conclusão obtida com a amálgama da poeira de todos. Havia de ser a mistura da substância de cada um e a lição da experiência que sobrou nas cinzas dos quatro. O Brasil, com a segurança que tira dos mares contra a Europa, seria afinal o poder, o Império indene de ambição. Sendo êle o missionário da religião, seria o resguardo da sabedoria que ficou do passado. Êle, por se apresentar com as qualidades que a sua posição geográfica deixa a olhos vistos, mostra ser, por certo, a revelação de tão famoso profeta, destinado que estava pela natureza a baluarte das tradições.

Mas, sòmente uma grande emoção que ferisse fundo a consciência, despertaria na mente do grande pregador a idéia de que o Brasil era o Quinto Império, o advento extraordinário anunciado na Bíblia, o aviso há tanto tempo dado e a almejada segurança no mundo. Que

acontecimentos abalam Vieira, lembram-no de tanto, e levam-no à conclusão a que chegou ?

Tinha êle apenas dezesseis anos, em 1624, quando os holandeses invadiram a Bahia aterrorizando o rapaz que presenciava a agressão. E, como em 1625, redigisse, a mandado do superior dos jesuitas no Brasil, a carta ânuia ao diretor geral da Companhia relatando os acontecimentos, Vieira descreve o aproximar da esquadra inimiga, cujas naus “com o vermelho dos pavese vinham longe publicando sangue.” Daquilo a que presenciou, nada se lhe descora na visão, nem se lhe abrevia na memória. Conta como se divisaram as bandeiras de Holanda, “flâmulas e estandartes, que, ondeando das antenas e mastareus mais altos desciam até varrer o mar com tanta majestade e graça que, a quem temera, podiam fazer uma alegre e formosa vista”. Prova de que ficara impressionado com as cenas que se desdobraram, é descrever em côres tão vivas! — Mas veja-se como a Companhia de Jesus, organizada para lutar contra a heresia protestante e defender a Igreja Católica Apostólica Romana e o Papa sucessor de Pedro, estava por sua vez afrontada vendo que os hereges se apossavam do Brasil, posto no caminho aberto nos mares para chegar-se ao resto do mundo, como passagem obrigatória! Ter o Brasil era possuir a chave dos caminhos da Terra.

Vieira, que interpelou Deus insistindo em que salvasse o Brasil dos holandeses para a garantia da cristandade não apóstata, é que voltaria a insistir mais tarde com Dom João IV, rei de Portugal, em como tornar-se-ia poderoso se trouxesse a coroa portuguesa para o Brasil, então protegida com o Atlântico contra tôda a Europa, contra espanhóis, bem como contra a Holanda.

Enfim o Brasil passa a ser tido como fator de equilíbrio do mundo pelas mesmas razões que o é hoje com o Panamericanismo. E o mistério do Quinto Império de certo modo é desvendado, vendo-se a América considerada como elemento protetor e defensor da civilização por causa da sua posição geográfica. Mas isto é Vieira e já era um panamericanismo, que considera a América um todo, *um só Império*: o quinto império que referiu Daniel!

O Brasil era assim o objeto constante da atenção de Vieira, que de tôda maneira cogitava dêle, mas isto já com o grande senso das questões internacionais.

Do púlpito, com surpresa geral revelando-se grande economista, êle pronunciou três sermões “com significado político”, como o é o de Ano Bom, o de São Roque e o de Santo Antônio, que “foram logo dados a prelo”: então estava êle em Portugal pregando na Côrte.

As três vêzes que fala, ensina como os portugueses procederem contra os holandeses. Instrui como êstes “ficarão muito diminutos

no poder de suas companhias, com que nos têm tomado quase tôda a Índia, África e Brasil...” se os portuguezes então formassem por sua vez companhias.

“Em presença do rei que... no íntimo o aplaudia”, e apelando para “o auditório de gente grada e fidalgos que pejavam a Capela Real”, induz imitar a Holanda, criando Portugal “duas companhias mercantis, oriental uma e outra ocidental, cujas frotas poderosamente armadas, trazem seguras contra a Holanda as drogas da Índia e do Brasil”. (Lúcio de Azevedo, *História de Antônio Vieira*, volume I, pág. 88).

O monopólio tinha pois de ser praticado para a nação prosperar naquela época. Vieira, contando com a nova expressão do mundo, dava o grande conselho a Portugal. Quer dizer : em tempo elle comprehendera o mercantilismo como o mercantilismo devia ser na época, o mercantilismo das nações navegantes como a rica Holanda a operar com as grandes companhias de Comércio.

Mas são dois sistemas que se tornam distintos : o mercantilismo que praticara a Holanda e que recomendou Vieira no século XVII, e um mercantilismo tardio, já dos fins do século XVIII, deformado, sem sentido internacional, seródio e de que abusava a Espanha forçando os índios imberbes da América “a comprarem navalhas e aço de Toledo”. Uma mesquinhez. E isso quando as nações do Mar do Norte e entre elas a Inglaterra, já apelavam para o comércio internacional livre.

Os reis de Espanha ainda quizeram monopolizar todo o tráfico da América espanhola, e, na Venezuela, proibiram a liberdade de commerciar para que se vendesse apenas o que a Espanha produzisse. “Venezuela não dava, escreve Elói Gonzalez, nenhum lucro à Espanha que era entretanto impotente para reprimir o contrabando que se fazia, pelas extensas costas da Colônia” (*História de Venezuela*, volume I, pág. 373). Na verdade “as linhas principais do sistema commercial inaugurado pelos reis católicos, e aperfeiçoado pelos Habsburgos, constituíam uma applicação dos princípios mercantilistas às instituições económicas coloniais. Os caracteres essenciaes do sistema eram : o regime do pôrto único para Espanha e para os vice-reinos do Novo Mundo, a criação de uma só grande via de comunicação para o comércio colonial”. Embarcadas, no Pacífico, as riquezas descidas dos Andes, aportavam na América Central onde transportavam-nas por terra, reembarcando-as de novo no mar das Antilhas, para atravessarem o Atlântico e chegarem, por mar, a Sevilha, que as recebia na casa da contratação, órgão de fiscalização geral (*O Comércio portuguez no Rio da Prata — 1580-1640*, A. P. Canabrava, pág. 20). Um caminho único. E marcado pelo govêrno.

Uma via obrigatória para o comércio, e fiscalizada para que passasse somente o que os reis de Espanha permitissem. Mas por outro lado as atividades do contrabando iniciam “uma revolução da ordem social de grandes consequências”.

No continente sul-americano estabeleceram-se então, nas terras de Espanha, dois pontos de entrada para o comércio livre, v. g. o contrabando : a Venezuela e a Argentina. Daí se partia rumo ao Peru, com o solo rico para comprar a preço régio a mercadoria que chegava clandestinamente. Mas com isto uma evasão de ouro e um lucro aberto a tôdas as nações, em terras de Espanha.

Entretanto “podemos... dizer que, na base da evolução complexa que provocou, no século XVII, o comércio do contrabando, evolução que se processa no terreno social, econômico e político, estavam em germe os aspectos fundamentais que caracterizam a Argentina na época da Independência” (*ob. cit.*, págs. 164 e 165).

Esses aspectos sociais caracterizam não só a Argentina como a Venezuela. Ambas representam a mesma expressão social e política, conjuntamente. É dessa liberdade de comerciar, de prosperar cada uma por si, que vem a flama, o ímpeto, das nações espano-americanas para se libertarem.

Dois exércitos então se formam súbito : um proveniente da Argentina, ponto extremo e afastado nas terras de Espanha acastelada no alto dos Andes, com o seu vice-reinado voltado para o Pacífico; o outro, procedente da Venezuela, que é o outro ponto extremo. E ambas, Argentina e Venezuela, a se comunicarem, nos extremos em que ficam com o Atlântico sul, onde não viaja muito a Espanha para não se arriscar aos ataques dos piratas.

Mas Bolívar, à frente de um daqueles exércitos, vem de Caracas, na Venezuela; do lado da Argentina, à frente do outro, vem San Martín. Dirigem-se ao Peru. Empreendem o gigantesco feito guerreiro de galgar as alturas dos Andes para se lançarem sobre o vice-reinado da velha Espanha, no cenário mais portentoso e vasto do mundo. Passam então, às páginas da História, prodígios maiores que os de Napoleão e Aníbal transpondo os Alpes. O remate da luta se torna épico, ficando encerrado o poder de Espanha na América. E, se chamarem liberalismo ao espírito que animou esses dois povos americanos, essa foi a grandiosa e estupenda ânsia de liberdade, que vultos extraordinários como Bolívar e San Martín encarnaram conduzindo as nações espano-americanas ao seu grande destino de nações livres.

Mas a luta começou em ambiente fechado, encerrada em horizonte estreito. Principiou restringida à sociedade venezuelana, donde saiu aquêlo que a levou até a sua expressão universal. E’ o episódio da

vida de um homem que mostra como chegou a idéia de libertação da América espanhola a essa grandeza e extensão : tudo então se desenvolveu através da vida de um homem.

* * *

Sebastião de Miranda, pai de Francisco de Miranda, fôra comerciante que muito prosperou. Constituiu família bem formada a viver na opulência. Mas havia na sociedade venezuelana dois elementos que não se suportavam. Um se introduzira na América comerciando, e isso representava origem humilde; o outro, enviado pelos reis de Espanha já chegara com prerrogativas, com o exercício do poder, e eram os “crioulos nobres da Colônia”. Por fim, com a prosperidade daqueles, competiram êles com êstes. E não se toleravam mais. E já nem se podiam avistar.

“O governador Solano tinha criado em Caracas, em 1764, (narra então a História) um batalhão de milícias em que figuraria uma companhia de *blancos* das ilhas Canárias, nomeando para seu capitão a Dom Sebastião, por ser êle natural das ilhas” (Gonzalez).

Nas colônias, o militar, pelo fato de policiar a sociedade e mesmo administrá-la, tem a maior projeção social. O militar com isso se distingue como personagem a quem tudo vai ter. À posição militar querem pois chegar todos, e acontece que, em Caracas, Dom Sebastião teve acesso a ela, para que recebessem mal a sua nomeação. De fato êle era comerciante. Era de uma casta que repudiavam. E talvez, por isso, ou porque corressem rumores de que o seu sangue não estivesse limpo de cruzamento, empenharam-se os crioulos brancos em afastá-lo da carreira militar. “Miranda promoveu um processo contra Dom João Nicolau de Ponte e contra Dom Martinho de Tovar Blanco por terem proferido palavras a êle injuriosas, na tertúlia do governador, mas protestaram êsses de terem dito semelhantes injúrias, e afirmaram que tinham a Dom Sebastião por branco e o consideravam digno do posto que ocupava.”

O desaguisado houve.

O fato caiu no domínio público. Sebastião de Miranda que se desgosta, pediu reforma.

Mas “como continuasse se apresentando fardado, a Junta deliberou (22 de maio de 1776) notificá-lo para que exhibisse dentro em três dias os papéis e razões que lhe concediam o uso de uniforme e insígnias de um corpo a que já não pertencia. Miranda não deu resposta, e a Junta, na sessão de 3 de junho, vai intimá-lo de novo para que êle se explicasse sob pena de um mês de prisão, e, de dois, caso voltasse a vestir farda”. No sentido de comunicar o resolvido, a Junta se dirigiu então ao governador; porém êsse, que estimava

Miranda, respondeu poder o capitão de Milícias vestir autorizada-mente o seu uniforme não havendo motivo de terem-no importunado. Para a Espanha se remeteram cópias do processo, decidindo o rei (12 de setembro, 1770) que os espanhóis europeus instalados em Caracas podiam e mesmo deviam exercer os cargos públicos, ocupar as funções de governo, em igualdade de condições com os espanhóis crioulos; que os officios de Justiça e funções administrativas tivessem infalivelmente uma das varas de alcaide ordinários na mão dos europeus instalados na Colônia; que a provisão dos postos militares não competia de modo algum à Junta, e sim ao inspetor de milícias (que no caso era o governador); que não tinha a Junta competência para resolver que o alcaide ordinário Dom Francisco de Ponte levasse ao tribunal o feito a respeito do uso de fardamento por Dom Sebastião de Miranda: que a Miranda se concedera a reforma como elle pediu por livre e espontânea vontade, então com o direito a todas distincções, graduações, foros e prerrogativas militares, e com permissão de usar insígnias e fardamento de capitão reformado; que se impunha perpétuo silêncio a respeito das suas qualidades e origem; e terminava o despacho real dizendo: sob pena de pesada punição e privação perpétua do officio, ordeno vos abstenhais de decisão alguma a respeito dos casos de milícia, e que se retire e cancele do nosso livro capitular. o de 17 de abril do anno próximo, o antecedente para que não sirva de precedente” (*História de Venezuela*, Eloy G. Gonzalez, vol. I, páginas 391-393).

O despacho era uma reprimenda. O rei considerou o caso como impertinência de uma casta que se improvisava com prerrogativas, fez ver que uma vez por todas queria silêncio por parte de quem arvorava mais rigor do que devia haver.

Com a attitude do soberano contra uma classe de gente que se torna antipática e despeitada, criou-se, em Caracas, uma situação desagradável para Miranda e sua família. Elle então envia o filho, Francisco, para a Espanha a fim de cursar a carreira militar, já que elle não pudera ficar nela.

O rapaz contava 17 annos. Feitos os estudos, não mais teria Francisco de Miranda, como cenário da sua grande vida, os estreitos horizontes de uma sociedade colonial, e, se a terra do seu bérço estaria sempre na sua lembrança, seria para elle a colocar no panorama internacional, querendo elle que ella fôsse uma nação como as outras.

* * *

Feito o curso de armas, segue para a África onde toma parte nas operações da tomada de Melilla, até onde a Espanha estendeu a política espanhola de conquista.

A Espanha então envia um corpo expedicionário para auxiliar os Estados Unidos nas guerras da Independência : Francisco de Miranda segue, com êle, na qualidade de capitão dos soldados espanhóis.

Mas com isto ampliam-se as questões em que Miranda se envolve. Dilata-se o ambiente em que êle respira. Vai-se-lhe abrindo o caminho de grandes perspectivas e em direção a novos horizontes. Vê êle, diante de si, a grande competição das nações e apreende como se resolvem as questões políticas, no mundo.

Em 1780 Miranda estivera em Cuba na qualidade de ajudante de campo do general Cagical que, desde então, lhe admirou as qualidades. Em 1781 se fizera notar, como capitão, tomando Penzacola à frente de soldados norte-americanos. É então que, no posto de tenente coronel, se incumbe de missão delicada em Jamaica, revelando-se homem de grande tino. Combate no ataque às Baamas e é escolhido para negociar a entrega dessa possessão inglêsa. Carreira ascensional. No cenário internacional, Miranda já sabe mover-se. Disse dêle Puyrredon, repetindo uma impressão que ficou dêse impressionante acesso em que a pessoa de Miranda chama a atenção: "Elegante e chistoso no vestir... atraia a atenção de todos". Maneiras distintas, um falar agradável, voz insinuante, que se tornava áspera quando êle se irritava. Mas resta dizer: um espírito arguto. Sendo uma personalidade com projeção fora da Espanha, parece que na Espanha os que o olhavam de longe, amatilhavam invejas contra êle, levantando por fim a acusação de que êle Miranda servia aos inglêses e se mancomunara com o contrabando.

Cercado de todos os lados pela infâmia, não podia haver maior acusação levantada contra um homem. Imediatamente é apontado à Justiça. Porém êle já estava no estrangeiro.

Atiram-no assim, de vez, ao encontro da idéia de antagonismo, de opposição à Espanha. Naquela repulsa a êle levantada na Europa, Miranda pensa na América donde era, imaginando-a então livre, libertada da velha Espanha, que o difama.

Senhor de si, e sabendo se mover no emaranhado da política internacional, começa, desde 1784, em Nova Iorque, a sua propaganda a favor da libertação das colônias espano-americanas, o que o permitiria voltar a seu país.

Dizem então que a sua dialética subversiva era precisa, hábil; e temível a propaganda que passou a fazer.

Os que com êle conviveram, sabiam-no homem de ação. Aproveitaram-se das suas qualidades, e valeram-se da sua intenção de se levantar contra a Espanha. Dos Estados Unidos, onde se exilara êle assim que soube da ordem de prisão expedida contra êle na Espanha, parte rumo à Europa a fim de tornar a independência das nações

espano-americanas, em uma questão internacional. “O coronel Smith, secretário da legação americana, e seu grande e leal amigo, é que o ajuda a entrar na Europa: facilitou-lhe passaporte, empresta-lhe dinheiro (que êle pagou mais tarde) e mesmo o acompanha enquanto Miranda principia seu giro por Berlim, Potsdam e Viena, onde foi recebido por Frederico, o grande, e pelo imperador José II” (*El general Miranda*, Carlos A. Pueyrredon, pág. 10).

Acontece que os homens junto a quem Miranda tinha combatido pela Independência dos Estados Unidos, se identificam dessa vez com a idéia, por êle arvorada, de libertar as nações americanas. A proclamação da República em toda América seria motivo da independência da Venezuela. Porém, tanto quanto a competição de classes, criava insurretos, a idéia de liberdade nacional ia arregimentando os que se bateriam pelos povos da América. Falamos de uma classe social criada pelo comércio, da qual saíram os exércitos libertários: porém nas revoluções uma idéia elevada é que há de reunir por fim os homens e culminar e Miranda desfraldou então a grande bandeira da liberdade das nações americanas. Diz Garcia Calderon: “Quiseram explicar a necessidade de movimento libertador por um “materialismo histórico”, análogo ao de Karl Marx e de Labriola; mas a realidade, mais rica e complexa, não se rege por essa lógica simplista. A revolução não é apenas um protesto por motivos econômicos, ela acarreta ambições sociais. Movimento igualitário, ela ataca os privilégios, destrói a arbitrária hierarquia espanhola” (*Les democracies Latines de l’Amerique*, pág. 43). À frente desse idealismo, vinha então, quem soube esforçar-se por êle: o venezuelano Francisco Miranda.

Miranda esposou a idéia de liberdade das nações, reagindo contra a política espanhola, e Garcia Calderon há de apontá-lo dizendo: “O mais notável dos precursores da independência dos espano-americanos, o venezuelano Francisco de Miranda, foi uma figura baironiana. A sua atitude é, no fundo, de reação contra o governo de Espanha”. E como Byron, êle fez então da Europa o cenário das suas aventuras.

* * *

Na Europa, Miranda daria uma volta pelos diferentes países, encontrando-se com as personagens mais significativas na época.

A França, porém, entraria em grande transformação, mas ainda estava comprometida com o passado, para que Miranda não a visitasse logo. A Inglaterra, em cuja estabilidade política todos confiavam, tinha os seus negócios firmados para não sair rapidamente dêles e não havia quem a demovesse de momento, o que fazia não procurasse Miranda imediatamente os seus estadistas, e acrescia ter êle se batido contra ela na guerra da liberdade dos Estados Uni-

dos para que logo não fôsse ter a ela. Precisava êle de ver como, em todo caso, ainda chegar aos ingleses, entretanto havia de fazer um rodeio dirigindo-se, antes, à Europa Central, cujo desenvolvimento era motivo de imiscuir-se no comércio e nas questões internacionais a se estenderem à América.

A Europa central era assim uma atração para Miranda, que tinha de entrar no velho continente com habilidade.

Mas a Europa daquela época se dividia: e havia uma ocidental e outra oriental, e, com isto, duas políticas.

Na Europa ocidental estavam a Espanha e a França. A política tradicional francesa, a que já nos referimos, era ainda de ficar aliada ao passado, e para se desfazer essa aliança, tinha-se de acabar ali com a tradição: o que aconteceria dentro em breve com a revolução francesa. Por isso é que, dos países, com que Miranda estava incompatibilizado, “o astuto venezuelano afastara o seu itinerário, desejando ganhar tempo...” Processado, na Espanha, por sua atuação internacional, “sabia êle que no caso de condenarem-no, não havia argumento para absolverem o tenente general Cagical (e isso já era uma esperança para êle). Já esperava Miranda por uma futura mudança política que lhe permitiria visitar a França, e nesse caso não mais aliada da Espanha” (Carlos A. Pueyrredon). Mas, enquanto isso não ocorresse, permaneceria na parte oriental da Europa, mostrando então estar na convivência de grandes personalidades políticas.

A verdade é que no Oriente da Europa o poder dos governantes vinha de um passado próximo em que o absolutismo era consequência de uma política pessoal dominante, que contrastava com a política inglesa, oriunda de um meio mais complexo, mais evoluído. Aquela região, ainda sob a tradição dos povos nômades que passaram para a Europa central, conservava, do poder do chefe condutor que os guiara, um resquício durador. E que conseguiu Miranda dêsses monarcas? Uma proteção. E para que? Veremos...

O acolhimento que Miranda recebeu de Frederico, o grande, da Prússia, e de José II, imperador da Áustria, grandes figuras políticas da Europa oriental a quem a Europa inteira acatava, tornou-o logo em uma figura a chamar a atenção de todos.

Por seu lado, Miranda, com muito espírito e elegância, sabia compor atitudes.

Tendo passado por Berlim e por Viena d'Áustria, mostra-se um baironiano, que vai à Itália. Chega a Trieste e passa à Veneza e assim, era mais uma personalidade singular dessas que se lançavam mundo afora, denotando um estado de alma expressivo na época. Romântico, e como que menosprezando o presente, se engolfa na antiguidade, visita o cenário da história antiga e das artes clássicas. Sob

essa aparência impressionante era, entretanto, um político, e, nessa sua passagem pela Itália, Miranda procura “os mais importantes jesuítas expatriados, de quem deseja a colaboração e conselhos para o grande empreendimento da emancipação das colônias” (C. A. Pueyrredon).

Dêsse Miranda que, consciente da sua missão política, aborda a Europa pela parte oriental, García Calderon, dando a ver a extensão da sua atividade política, lembra: “Ele influiu em todos movimentos libertários da sua época, tanto em Caracas, quanto em Buenos Aires. Uniu os destinos do continente à ambição inglêsa, ao ouro dos bancos de Londres, ao interesse dos comerciantes saxões, e assim contribuiu mais para a liberdade americana do que pelas suas expedições abortadas.”

A pretensão que tinha Miranda de interessar o comércio saxão na América era a solidez do seu plano político; entremettes o cenário da sua atuação seria primeiro a Europa oriental. Homem capaz de se insinuar na Europa inteira, era sobremaneira atraente.

Naquele século que ainda era o século XVIII de uma consciência *filosófica* especial e de um sensualismo apurado, tudo era atitude, gosto pelo espírito emancipado. De fato transcorria um momento de transição entre a elegância do passado a falar alto, e a realidade social do futuro a se prenunciar incisiva. A liberdade filosófica e o desecrúpulo religioso, por sua vez tornou aquêlo tempo cheio de pecados veniais. A conversa de sala, era leviana e num tom picante. Eu devia, encerrando a evocação dêsse tempo, dizer como os romancistas de mais tarde a falarem daqueles finos costumes: tudo passava por amizade amorosa.

Foi então que Miranda conheceu ãa mulher que era imperatriz.

Ele se encontrava na Criméia quando Catarina da Rússia, percorrendo a região conquistada à Turquia, com êle se deparou.

Não se apresenta à grande imperatriz como um cidadão do mundo, imbuído da idéia de liberdade. Diante de uma soberana, cujo ceptro é tradicional, êle se faz notar como um espírito sedutor à século XVIII, cativante, inteligente e voltado para as finuras da vida elegante.

Era o tempo de uma sociedade européia tão de galanteios que havia quem fôsse capaz de cortejar a própria soberania, em estando ela em mãos femininas !

É a época dos salões. Miranda se deixa levar pela Imperatriz famosa naquela ocasião. Ela é tudo para êle: é-lhe necessária proteção na aventureira vida política que êle levava. E é preciso dizer que tão perto do século XVIII, ainda sob a influência que a França ditou ao mundo, as imperatrizes eram capazes de se entregar à

elegância de sala onde as finas maneiras de uma sociedade sem preconceitos se tornaram de fato em levandades: aliás, só em fins do século XIX, na Inglaterra industrial, é que a rainha Vitória, como soberana, teve a gravidade de uma burguesa dona de casa!

Mesmo que não tenha ocorrido o que se quiz dizer, Miranda foi um preferido de Catarina da Rússia, e a sua passagem ficou assinada pelo que sempre se repetiria naquela côrte européia.

Na Europa oriental, fôsse o monarca um Frederico II, o grande, ou uma famosa imperatriz da Rússia, Catarina II, o potentado, em sendo homem, era caprichoso, era pessoal na política e refinado de espírito; mas, em sendo mulher, se tornava imperiosa, e com os naturais caprichos femininos apurados ao elegante gôsto francês. Vaidosa como a mulher do século XVIII dos salões franceses, e imperiosa como um exigente chefe nômade, Catarina da Rússia deitou os olhos sôbre Miranda que trazia consigo tôdas as finuras da época, o que fazia dêle um elegante, um encantador capaz de envaidecer a mulher que visse que êle a cortejava.

Miranda, apresentado a Cezarina, agrada-a de tal maneira que desde logo voaram as notícias até São Petersburgo e anteciparam-se alvissareiras, naquela côrte submissa e subserviente, à chegada da Imperatriz.

De que valeu, a Miranda, a amizade de Catarina da Rússia? De muito!

Já o govêrno francês recebera do conde de Aranda um pedido secreto de se apoderar de Miranda, mal êle pisasse em território de França. Pedira, contudo, em vão...

As esperanças de um diplomata em provocar o emigrado na Europa, fez que êle como encarregado de negócios da Espanha na Rússia, se dirigisse pessoalmente a Miranda dizendo :

“Informado de que V. se apresentou nesta côrte com o título de conde de Miranda, a serviço do rei, meu amo, na qualidade de coronel, é-me indispensável exigir de V. a patente e instrumento que o acredite, prevenindo-o que, não o fazendo, procederei contra V. a fim de que deixe de fazer uso do referido uniforme”.

Já era uma questão pessoal a eclodir, à qual Miranda respondeu :

— “Não me faltarão meios de satisfazer a intrujice e petulância de V. se a maneira de tomar satisfações em carta recente fôsse própria e já estivesse na altura. A ameaça com que V. conclui é tão ridícula com grosseira e desprezível... e é linguagem com que pode se dirigir aos que desgraçadamente são os seus inferiores.”

O tom da linguagem é de como se Macanaz (êsse era o nome do diplomata) falasse de superior para inferior: o que Miranda repele. Mas, no caso de Macanaz pensar em resolver de homem a homem, de igual para igual, Miranda então responde que “não me faltarão

meios de satisfazer a intrujice e petulância”. Suspendera assim a questão... Não a encerrara, contudo.

“Não sabendo que partido tomar, o diplomata espanhol reclamou da Imperatriz, que, com muito espírito, soluc.onou o caso dizendo que se o conde Miranda (o espanhol lhe contestava êsse título com que o distinguiam na Rússia) era um homem perigoso para a Espanha, deveriam ficar contentes de estar êle em terras tão distantes”.

“Recorre Macanaz aos embaixadores de França e Nápoles, na Rússia, vinculados ao seu país pelo pacto de família, os quais reclamaram sob o pretexto de um foragido de Espanha, ter, ao encontrar-se em sociedade, nas recepções da côrte, ofendido a um diplomata espanhol”.

“A discreção de Miranda acalmou os ânimos, porém, por fim levado pelo seu gênio impetuoso, êle aparece em sociedade, fardado de grande uniforme, motivando então veemente protesto do representante espanhol, o conde de Bezborodko sossegou os ânimos assegurando que a próxima partida do coronel afastaria todo motivo de futuras queixas. Porém, o domingo seguinte, Miranda era convidado para ir a *L'Ermitage* jantar na companhia de Catarina...”

Êle, de especial maneira recomendado, ia entretanto partir da Rússia, para evitar mais atritos, e estando assistido pelos cuidados de ãa mulher, deu ensêjo ao seguinte comentário :

O ministro de França, ponderava que os diplomatas “não se atreviam em falar de Miranda a Imperatriz, que o amava, o protegia e insistia em dizê-lo inocente e oprimido” (Pueyrredon).

Protege-o a Imperatriz desta maneira, uma vez que êle vai deixar a Rússia :

— “Sua majestade deseja de dar... uma prova de estima e interêsse que Miranda lhe inspira... recomenda a Sua Ex.^a o embaixador da Rússia, na Suécia o acolher com a mesma distinção e aprêço que ela lhe dispensa, recomenda prestar-lhe asilo na embaixada caso êle venha precisar dessa protecção.”

Essas eram ordens da Imperatriz. Os cuidados, os pensamentos, a atenção, as recomendações da Soberana se tornaram todos pelo venezuelano — “Sua majestade (ela delibera e o faz saber), persuadida de vosso zêlo no seu serviço... permite vos usar o uniforme dos seus exércitos.”

De fato, para não abusar do que se tornava em escândalo, Miranda se separava da “sua eminente protetora e amiga”.

Então conta Pueyrredon que a “chegada da misteriosa personagem... já intrigava o rei Gustavo, que pediu o informasse o seu embaixador na Rússia: “Saberá V. S. se um certo conde Miranda

que está aqui, é o mesmo que conheceu em São Petersburgo. Êle se mantém oculto em casa do ministro russo. Tem tôda traça de espião. Esquiva-se especialmente do ministro de Espanha... — tenho pois fundamentados motivos de supor que seja... um jesuita”.

Era culto, e leitor assíduo, estando a par de tudo que se escrevia ! Ora, os jesuitas também o foram ! O grego lhe foi familiar. Grande conhecedor de música, deixou surpreso Haydn, com quem conversou. Meticuloso observador dos homens, dos caracteres, nisso também parecia com os jesuitas, que o são por necessidade.

Já aquêlê contato em que Miranda por tôda parte sempre procurou estar com os jesuitas desterrados, podia fazer suspeitarem fôsse êle um jesuita ! Entretanto era apenas um audacioso, movendo-se por conta própria. Fôra um protegido de Catarina da Rússia; mas também era de fato um grande espírito político americano, de quem a Europa quase nada sabia, exceto a Espanha.

Quando, em Gutemberg, Miranda descrevia o que devia ser a grande nação por êle planejada na América espanhola, certo vulto feminino de grande expressão sentimental, “mulher inspiradora” como ficou sendo conhecida, e excepcional criatura impressionável pelas côres como o é tôda mulher, lhe pergunta pelas da bandeira da nova pátria, e Miranda se enterneceu com a graciosa pergunta respondendo àquela a quem se dirige com agradável intimidade, — “Será como tu ! Terá a côr amarela que é o dourado dos teus cabelos. O azul dos teus olhos. E... o vermelho dos teus lábios !” De fato, as côres da bandeira venezuelana. E’ uma das muitas explicações que correm a respeito...

Uma resposta em uma época, que se respondia assim. Época das amizades amorosas. E Miranda, o mesmo homem romântico, o baioniano de sempre, imaginoso.

Mas nunca esquecer o lado político da sua vida. Através da Europa, uma idéia caminhava com êle, sempre clara, eloqüente, isto é, a idéia da independência das nações americanas. E, com essa aspiração à independência, o fascínio pela nação por excelência intelectual da Europa, donde partia a liberdade de espírito: a França !

Depois de ter atravessado a Noruega, a Dinamarca, a Holanda e a Suíça, é que êle entrou na França em novembro de 1788, visitando Marselha, Avinhão e Nice. Ainda passou a Gênova e Turim. Só depois é que entra em Paris, em maio de 1789, mas para seguir viagem rumo a Londres.

“Instalou-se como grande senhor, diz Puyrredon escrevendo-lhe a biografia. Frequentavam-lhe a casa, 47 Jermyn Street, os homens mais importantes da época, que êle entretinha ou com anedotas colhidas na viagem que fizera, ou lhes revelando profundo conhecimento

das intrigas internacionais”, o que o tornava uma personalidade curiosa, e ao mesmo tempo suspeita, pelo que andava tão a par desse assunto.

Em um momento em que a atenção pública tornara-se muito viva, despertada por grandes aventureiros, êle era de chamar atenção. Mas o momento se lhe tornou oportuno, para estar na Inglaterra, que discutia altiva o direito de pesca em Nootka.

Queria Miranda o governo inglês resolvesse de certo modo a questão. Pensava em tornar essa questão de pesca em derrota da Espanha, libertando-se-lhe as colônias da América do Sul. Levava a William Pitt o plano de libertar uma grande nação, uma Colômbia que abrangeria as colônias espano-americanas, e que seria um grande mercado vantajoso para a Inglaterra. Diante das relações tensas dos dois países, queria converter um pequeno desentendimento em questão muito maior. Enfraquecer e vencer a Espanha libertando-lhe as colônias, era entretanto a idéia brilhantemente lançada. De fato, quando na ocasião da independência dos Estados Unidos, a Espanha não atendera a Lord Chatam, pai de William Pitt, e não viera ao socorro da Inglaterra, país colonizador como a Espanha, isto seria para o filho subindo ao poder, trazer de casa os rancores do pai e castigar os espanhóis. Miranda calculou então que Pitt aceitasse os planos de sublevação das colônias espanholas.

Mas Pitt fez Miranda aguardar momento oportuno, mandando dizer-lhe que “os seus planos seriam aceitos caso entre os dois países, estalasse a guerra”. Esta era a resposta por que Miranda não esperava. A guerra não irrompeu. Pitt ainda firmou um tratado com a Espanha. — “Venderam-me por um tratado comercial!” exclama o venezuelano. Contudo era preciso pôr a Inglaterra em dia acêrca dos negócios da América do Sul, e escreveu Miranda uma carta em que diz a Pitt: — “Êste é um ponto muito delicado para mim”, — combater contra a própria pátria! Acrescenta não o fazer “por outro motivo que não fôsse a emancipação das colônias”; jamais como um mercenário! Dispunha de fortuna. Pugnaria por uma idéia, e seria levado à luta por motivo muito especial. “Minha única mira, hoje como sempre, escrevia, é promover a felicidade e liberdade do meu país (da América do Sul, sobremaneira oprimida) e oferecer grandes vantagens comerciais à Inglaterra...”

Das vantagens a Inglaterra não devia distrair-se. Miranda chama a atenção do inglês para o futuro e para expressão comercial da sua terra.

Mas, estando a política inglesa inclinada a solucionar por um tratado de pesca e desavença com a Espanha, Miranda preferiu estar longe dela.

A Inglaterra, tornando-se com isto, tão apartada de Miranda, fêz que, quando a França se transformou politicamente rompendo com o passado sublevada pela revolução, conviesse a Miranda visitá-la.

* * *

Pisando em território francês, vão-lhe ao encontro, e Petion, que era homem da situação, procura-o para dizer : — “Você devia pôr-se a serviço da França!”

Como o governo francês tivesse intenção de enviar tropas a São Domingos, e quisesse sublevar a Espanha americana pondo assim em dificuldades a monarquia vizinha e sua antagonistas, Miranda, que entrara na França em março de 1792, remete ao governo francês o plano já apresentado a Pitt em 1790, e dessa vez o faz afirmando : “doze anos de fadiga, viagens e meditações sobre êsse assunto me dão uma espécie de direito de falar com certa autoridade.”

Os grandes transtornos gerais, provocados pela Revolução, estavam porém se agravando depois que a República foi proclamada e que o país caiu de todo na mão dos revolucionários.

Marat, Danton e Robespierre, a princípio unidos, representaram como que uma fé única na Revolução, enquanto o rei já estava prisioneiro no *Templo*, para ser a última cartada dêsses revolucionários no jôgo de fanatismo político em que se exibiam diante da grei republicana.

Porém Marat foi o primeiro a desaparecer caindo de surpresa morto pelo punhal de uma rapariga temerária em que pesa a êle tanto ter farejado conspirações.

Um outro dêsses três, Danton é que conspiraria contra a República, procurando com a restauração da monarquia salvar o país do caos revolucionário. Mas suspeitado, êle então, para se dizer incorruptível, vota a morte do rei que sem saber porque, é arrastado nos acontecimentos.

Robespierre, o incorruptível, aquêles que espreitava como se desvencilhar do rival, vai dominar com uma incontrastável fôrça política, única, antes levando Danton à guilhotina, como conspirador. Mas por causa de Danton ter conspirado, quanta gente denunciada e acusada numa terrível confusão?

Pesa sempre sobre todos uma incerteza grave enquanto aquêles três corifeus vinham procurando tirar partido dos acontecimentos, passando por cima da própria consciência e de todo sentimento humano.

Uma substituição geral de pessoas no govêrno, e uma desenfreada precipitação com que tudo desaparecia da noite para o dia na guilho-

tina leva a mudar-se, a tôda hora, o cenário político de França, sob a instigação dos que governavam denunciando perigos e traições.

A traição e o fanatismo entravam como fator diabólico de uma constante transformação geral. Precisava-se contudo de convocar urgentemente os que ocupassem os postos a ficarem vazios com as condenações e fugas. Foi assim que Miranda, chegando à França, logo é solicitado para fazer parte do exército nacional e empenhar-se na desesperada defesa da República combatida pelos povos da Europa que resguardavam as suas monarquias contra a Revolução.

Acode Miranda ao campo de batalha, e logo é tomada Antuérpia. Com êsse êxito exulta a plebe de França e já se traçam planos para então vencer todos os inimigos. Miranda é promovido a tenente general e fica então à frente do exército no campo de batalha, enquanto Demouriez, a grande figura do feito militar com que os franceses ocupam território belga, vai concertar planos secretíssimos. Todos deviam confiar nêle. Novo sentido devia tomar a guerra. E Demouriez chegara à Paris para entender-se com os homens de govêrno.

Uma situação equívoca : passam a ser dois os objetivos na frente da batalha.

De um lado: um plano secreto de Demouriez! Do outro: um plano posto em segundo lugar e que não era o principal objetivo da batalha a se travar...

Demouriez recomenda a Miranda manter o cêrco de Maestricht, e isto à direita no campo de batalha, ponto extremo, avançado, donde impedir os austríacos passarem o rio Roer, que corria na frente do terreno da luta.

O Roer, mais adiante, lançava-se no Mosa. A defesa de Mosa ficaria pois confiada a um outro corpo de exército, sob o comando de Valence. Esta era a frente da batalha com as suas duas alas extensas. Demouriez então conduziria um terceiro exército, que se lançaria em combate partindo de Antuérpia, e uma vez em movimento rumaria pelo baixo Mosa a caminho direto para Dordrecht, e daí para Amsterdão, na Holanda: esta era então a parte secreta do plano de guerra...

Os outros exércitos do Reno, Mosela, Alpes, Itália e Pirineus, ficariam na retaguarda, deixando que a batalha se travasse na defesa do Roer e do Mosa onde estavam as duas alas do exército francês, que os austríacos tentariam romper para envolver o inimigo.

O mal desse plano era a dispersão de fôrças. Era estarem muito separados os três corpos principais com que Demouriez batalharia, em uma época em que a França não contava com muitos soldados.

Miranda de fato não poderia ceder à pressão das forças austríacas quando Demouriez já estivesse em caminho para a Holanda ameaçado de ter a retirada cortada.

E que ia fazer Demouriez na Holanda? Eis o segredo. Eis a parte secreta que teve essa campanha. Nas suas memórias êsse caviloso soldado explicou que mal chegasse à Holanda, reuni-la-ia à Bélgica formando então um só Estado, que, proclamado independente, voltar-se-ia sobre Paris, dissolvendo a Convenção e aniquilando o jacobinismo. Isso talvez para implantar a monarquia. Porém que traição ! Traição para a qual Demouriez tinha conspirado com a Inglaterra, com a Prússia, e talvez com Danton, que competia de algum modo com Robespierre.

O fato é que Miranda não pôde mais sustentar a posição em Maestricht, e o exército de Comburgo, atirando-se de surpresa sobre o exército francês que estava na Bélgica comandado por Valence, levou tudo de roldão não encontrando resistência. Soldados em debandada evacuaram Aix-le-Chapelle. Miranda, para não ficar envolvido, abandonou Maestricht. Liège, por sua vez, teve de ser entregue ao inimigo. A linha de batalha tinha recuado para ser retomada muito atrás do lugar que lhe fôra marcado, e Demouriez, com êsse recuo teve de largar do seu plano secreto, traçado no segredo da conspiração.

Porém, tudo mais foi reter a retirada. Foi dar combate, sem glórias, depois de perder em Neerwinden, e firmar pé só em Pelemborg. Ai então é que os franceses retomaram respiração.

Recomeçaram os ataques. Demouriez, constrangido de ver os seus planos perdidos, passa a acusador de Miranda. Sendo êle culpado, dizia que o culpado era Miranda por não manter a sua posição. Entretanto deve-se advertir que a primeira carta a cair no castelo, não foi Miranda, e sim Valence.

Mas por que acusar Miranda?

Esta era uma iniciativa que Demouriez tomava, antes que o pior fôsse descoberto: a traição que êle preparara, e que entretanto não pôde executar...

Conta-se que Demouriez, tendo conspirado, “confiou o seu plano a quatro pessoas, entre as quais, diz o próprio Miranda que figuravam Danton, Delacroix e Westermann” (A. Mathiez, *La Revolution Française*).

Para que Miranda tomasse parte nesse plano, acrescenta Pueyrredon, fez Demouriez uma insinuação, que foi repelida com “redonda negativa”. Eis então o motivo de Demouriez, mais tarde, apressar-se em comprometer Miranda acusando-o de trair a República, de aban-

donar Maestricht, de desproteger Liège, e de perder a batalha de Neerwinden : mas isso antes que Miranda o acusasse da traição...

A batalha de Neerwinden, de fato, fôra travada com os soldados de Miranda e de Valence, reunidos. Mas Liège não pôde ser conservada diante do impulso que tomou a derrota, e Valence é que era culpado de abandonar Liège. O traidor da República não era Miranda porém de Demouriez, que procurou lançar a culpa sobre o venezuelano, sobre o estrangeiro, desorientando assim a todos. Demouriez estava de fato comprometido e Miranda o sabia. Mas Demouriez, antes de ser acusado de que conspirava, acusava Miranda de traidor. Criaria assim a confusão. Forjava um culpado. E isto para safar-se.

Passados os momentos graves com a acusação que Demouriez precipita, o nome de Miranda vai se desembaraçando das felonias até chegar a ser dos mais gloriosos. O processo que se lhe moveu, se desdobra, para surgir a tona o que estivera oculto no bojo dos acontecimentos. A surpresa da fuga de Demouriez, que se vale da “ligeireza do seu cavalo refugiando-se no acampamento austríaco”, é a revelação da culpa.

Mas desperta-se a atenção do país para a verdade. Então ficaria Miranda de pé, e quase que só. A sua firmeza em responder a uma infinidade de testemunhas no processo movido contra êle e algumas parece que industriadas, faz que o debate, as réplicas, a sombriância de Miranda, tudo tomasse grandes proporções no escândalo que se acelerava.

Surgem então defensores de Miranda e que podem acusar Demouriez e apontar Valence como culpado da perda de Liège. Um certo jurado de nome Saintex, se indigna de ver Miranda acusado e clama que a calúnia, “vomitada pelo crime” do impostor, estava em acusar o venezuelano. Jourducil exalta o acusado, dizendo : — “Miranda é o mais sincero amigo da Revolução ; para os soldados é um pai, e um defensor dos oprimidos. Se tivesse a República os seus generais iguais a êle, os déspotas não mais existiam...” (Pueyrredon.)

A opinião pública saiu daquele crime de traição exacerbada, e congraçada com Miranda. Um nome se revelara naquilo tudo, o dêle. Daquele momento em diante Francisco de Miranda era uma personagem da revolução, e, no exército francês, um chefe respeitado. Por certo que tinha inimigos, pois subira muito aticando a inveja. “A popularidade do ilustre general, “a espada da Gironda”, como lhe chamou alguém, não ficou vista com simpatia pelos jacobinos, então trinitantes depois do golpe de estado de junho” e “vitoriosos com a queda dos girondinos que tinham apoiado Demouriez” (Pueyrredon).

Enquanto o *Diário dos Debates* da Sociedade dos Jacobinos, em 23 de janeiro de 93, teve expressões denegrentes para com os principais girondinos, cuja causa se tornou na mesma de Miranda” (Archivo del Gal. Miranda. Tomo XI, pág. X), dizia-se de Demouriez :

— Oh !! pois êsse, como parece mudado; é lastimável reconhecer isso; êsse homem que foi visto encarniçado contra o despotismo!...” (Archivo del Gal. Miranda — Tomo cit., pág. X).

Mas na França daquele momento a falha de caráter era de quase todos. Não havia homem de maior envergadura e quase que apareciam somente espíritos rastejantes. Entre os militares :

— Valence suava pelos poros aristocracia. Seu feitio: moleza. Complascência.

Kelerman era um alemão brusco que sacrifica a sua pátria ao amor próprio; bom soldado e mau general.

Labourdonnaye : nem bom soldado nem general; insubordinado e ambicioso.

Dampierre : bravo patriota por vaidade. Temerário.

Ferrand : instruído e capaz da execução de planos. Porém flexível; logo, em condições de adaptar-se ao govêrno.

Mereton : enfêrmo e de vida desordenada. Incapaz de ser útil.

Mas Vicente Dávila, que dirigiu meticoloso a publicação do Arquivo do General de Miranda, depõe acêrca dessa inferioridade de todos ao desentranhar essas figuras moralmente deformadas, uma a uma, do processo movido contra o venezuelano, de quem finalmente se escrevia nos jornais :

“Miranda, português de origem; homem ilustradíssimo, sabedor de tôdas as artes concernentes à tática militar, homem de vastos projetos, prudente e ao mesmo tempo audacioso, de muitas maneiras homem de valor, hábil no guerrear, de raro patriotismo firmado pelos princípios da razão, pela filosofia, e pela ciência profunda da sã política dos governos: longe de ser um homem de partido, é sobremaneira refratário à monarquia...” (*Ob. cit.* X).

Miranda contrasta em tudo e por tudo com todos. Largueza de planos, homem sem partido. Mas aquêles militares que Dávila retratou, estavam todos trancados dentro na França, interessados no partido a que pertenciam, preocupados com a confusão em que se encontravam e envoltos em mesquinhasarias.

Miranda chegara à França querendo, pois, combater por uma idéia : a da liberdade dos povos e das nações ! Combatendo pela França, êle combatia contra a monarquia espanhola, pela liberdade da América, da Venezuela, pela liberdade dos povos, pela liberdade do seu bêrço !

Caindo os girondinos e subindo ao poder Robespierre, vivia Miranda retirado em seu casebre, em Belleville, rodeado de livros e papéis, quando um criado declarou que supunha Miranda conspirar com um Stone, suspeito de agente de Pitt. Foi o bastante para que um pelotão de policiais o prendessem, arrecadando-lhe todos os seus papéis.

“Tão absurda era a prisão que, caindo Robespierre, a Convenção decretou a sua liberdade, em 5 de janeiro de 1795” (Pueyrredon).

Dá-se então na vida de Miranda extraordinária transformação.

Sem receber os vencimentos de general de França, entretanto instalou-se com luxo. Frequentou o que havia de elegante, os lugares em que se reunia “tout Paris”. Aventuras teve-as e entre outras com a famosa marquês de Custine, que, no dizer de Madame Junot, era “um presente do céu, ao mundo em um dia de magnificência” (Pueyrredon). Quer dizer: a maior ascensão nesse meio brilhante, naquela alta sociedade em que a França se apurava, se refazia, se tornava novamente elegante.

Diziam: que recebera meios da mão dos jesuitas para que passasse a viver assim.

Mas, politicamente. Miranda perdido nesse alto mundanismo com que se preocupava teve então algum êxito. Pôde ser candidato a ministro da Marinha, e ficaria neste posto, caso o ocupasse, com os negócios do mar em mão, tendo no oceano, ação livre. Então, sim, podia atuar, açular a rebelião no além mar na América espanhola, utilizando nisso navios franceses. Tinha êle posto os olhos numa posição política donde a sua grande idéia levantava, de novo, voo, rumo à pátria, voltando ao ponto de partida. E, se realizasse o que sonhava, isto é, libertar a América, seria pois a consagração de uma grande aspiração, talvez a única que tinha!

Mas talvez porque recebera, dos jesuitas, meios para tanto luxo, vida tão elegante e tanta opulência que ostentou em Paris, é que, antes de partir da França em 22 de abril de 1797, firmara com os ex-jesuitas, José del Pozo y Sucre, peruano, e Manuel José de Salos, chileno (ambos a se intitularem delegados das colônias) uma convenção política em 18 artigos, que, para executar, foi pedir o auxílio britânico, comprometendo-se a reembolsar os trinta milhões de libras, necessários à expedição libertadora da América espanhola. Essa expedição, não tendo sido possível, fez que Miranda de novo apelasse para a Inglaterra. Êle jogava na balança a compensação de um contrato comercial firmado em condições especiais dando vantagens à Inglaterra em usar do Istmo do Panamá, a ser aberto mais cedo ou mais tarde.

Ainda mais. Com a da navegação do lago Nicarágua, que deveria ligar-se ao Atlântico facilitando a saída para o mar, os ingleses teriam outras vantagens, que não eram para desprezar.

Tôda a expedição militar para se apossar da América espanhola estava calculada por Miranda. Calculados quantos navios eram necessários. Ora Pitt estava de novo no poder. E Miranda iria conversar com êle na Inglaterra.

* * *

Uma vez em Londres, em que havia Miranda de falar a Pitt senão em comércio, na vantagem que teria o inglês na América, no elemento de formação das populações que comporiam as nações americanas, e na corrente de interesses que estimulou a transformação do continente americano ?

Ele transpusera a Mancha com uma convenção já firmada com os ex-jesuitas. Precisara de tornar a sua proposta a Pitt, em algo que fôsse mais que uma proposta pessoal. Que ela tivesse consistência própria. E então é que há de se referir aos jesuitas da convenção firmada em Paris.

Os jesuitas representavam para Miranda alguma coisa mais que os dois que convencionaram com êle em 18 artigos, base de um plano para sublevarem os povos espano-americanos.

Miranda estava convicto da influência social dêsses religiosos na América do Sul, e por isso, percorrendo a Europa, os procurava em todo lugar a que chegasse.

A sociedade sul-americana tinha, para êsse venezuelano, duas expressões : uma espiritual e outra econômica, de fato ambas expressivas. A sua formação econômica estava no comércio livre, no comércio reacionário ao monopólio; e a sua expressão espiritual era o jesuita.

Convicto da expressão política da América e da importância social do jesuita, Miranda, ativo, vai ao encontro de um homem sarcasta. Desembarcando em Dover, corresponde-se logo com Turnbull, e logo consegue acolhida do primeiro ministro que o recebe na casa de campo em Hollywood, onde vai ter com passaporte tirado com suposto nome que encobre ao povo inglês uma personalidade tão ligada à França, da qual a Inglaterra se afastara combatendo a revolução. Mas naquele momento convinha ao governo inglês entender-se com o venezuelano.

Pitt, então interessado pelas antigas idéias de Miranda, sabia que à Inglaterra, estando em desavença com a Espanha, convinha retomar, com Miranda, as conversações de 1790, acêrca da independência dos povos sulamericanos.

— Tudo está muito bem! atalhou com esperteza o estadista inglês, e perguntou: — Em nome de quem fala e autorizado por quem está o Senhor? Poderia apresentar algum documento como credencial?

Achava, porém, que não se podia dar andamento às negociações porque faltava base. Quem havia conferido poderes à junta de deputados do México, Peru, Chile, do Prata, Venezuela e Nova Granada, em nome da qual Miranda se apresentava? Essa era a parte fraca que tornava quiméricas as conversações.

Mas Pitt leu atentamente os artigos convencionados em Paris, e, ao chegar ao ponto em que se dizia convir os Estados Unidos serem aliados da Inglaterra nesse plano de libertar a América espanhola, o ministro inglês, com bom humor e pronta ironia, atalhou: — Será muito divertido ver a Inglaterra operando lado a lado com os Estados Unidos, nessa empresa...

Mas afinal interessava-se de saber o modo de ver dos americanos naquele negócio, e prosseguia, depois de ressaltar a altivez inglesa a ouvir os interesses dos Estados Unidos.

A contribuição dos Estados Unidos era uma hipótese em que Miranda e os ex-jesuitas de Paris falavam sempre, e que estava como certa, uma vez que ofereciam, como compensação, a posse da Flórida e da Luisiânia, que com um apóio geral, passariam à propriedade dos norte-americanos, caso pegassem êles em armas. Ainda falava Miranda no comércio livre em toda América do Sul e na abertura do canal do Panamá, duas coisas que interessariam os norte-americanos.

Diante daquela maneira de Pitt se mostrar favorável às ambições dos americanos do Norte, Miranda apressa as negociações junto ao representante diplomático norte-americano, na Inglaterra, Rufus King, a quem convenceu das vantagens para os Estados Unidos, da sublevação da América.

Mas falou-se num entendimento entre a França e os Estados Unidos. Ao se tratar das queixas dos americanos que reclamavam pelos prejuízos causados com o aprisionamento dos navios mercantes americanos pelos vasos de guerra franceses houve proposta de regular-se a questão comprando-se Falleyrand por um certo preço, gratificando-se o Diretório com uma determinada quantia. O espírito puritano da América do Norte ainda com a consciência pura de nação nova, se indignou a princípio, com a venalidade dos homens de governo franceses. Washington aceitou estar à frente das forças do seu país, para entrar em luta.

É então que chega aos Estados Unidos, na correspondência diplomática de Rufus King, a proposta de Miranda, que havia de interessar os norte-americanos às portas da guerra com a França. Pensava-se

na Espanha aliar-se aos francêses. Os proventos que os Estados Unidos tirariam, se entrassem nessa guerra, vinham bem indicados no plano de Miranda que apontava então a tomada de Flórida pelos Estados Unidos, uma vez que êles entrassem em guerra com a Espanha, vindo esta a ser aliada da França, com que já litigavam os americanos do norte.

Ficava então clara a vantagem da independência da América do Sul espanhola, porque ferir a Espanha era ferir os dois países então aliados, e, entrando os norte-americanos em guerra, contra os dois, deslindariam prejuízos e lucrariam grandes vantagens.

Era ponto em que Miranda insistia, a independência da América do Sul e a imediata sublevação das suas populações.

A Inglaterra afastou-se pois do que se planejava, negociando ela com a Espanha, separadamente, para que a Espanha refugasse tôda aliança com a França, a quem os inglêses não poupavam.

Evitada assim a coalisão de tantos povos, que traria a independência das colônias da Espanha, Miranda viu bem quanto transtornava os seus planos essa proposta inglêsa à Espanha.

Depois de tamanho contratempo tinha de tomar novo rumo. Por sua vez Adams, então na presidência da República norte-americana em sucessão a Washington, negara-se a participar nos planos de Miranda declarando já estar em negociações com a França para adquirir a Luisiânia, que lhe era oferecida se não entrasse na guerra. Disse mais: “que os americanos do sul eram incapazes de estabelecer governos livres ou uma combinação de repúblicas federais”.

“Temia que tudo fôsse um plano formulado por Pitt para envolver os Estados Unidos insidiosamente em uma declaração de guerra contra a França”; e, ao se referir a Miranda, qualificava-o de “cavaleiro errante, louco tal qual o seu imortal compatriota, o herói da Mancha” (Pueyrredon).

Sim, Dom Quixote ! Mas o quixotismo foi o ideal de um louco ! — o que não deixa de ser uma forma de idealismo ! Todos os idealismos têm entretanto de comum a insistência em uma idéia, são um exclusivismo. E o de Miranda a insistir junto a Pitt pela causa da independência das nações espano americanas, obedecia a um idealismo,

Miranda foi pois uma grande vida com fases brilhantes e com fases melancólicas; porém nunca mostrou esmorecimento. Se cai em dificuldades financeiras, funda um curso de matemáticas que o ajudava a viver ensinando e “servia para dissimular as reuniões políticas, que deram origem às lojas de Lantaro e dos Cavaleiros Racionais ou Grã Reunião Americana, em que os iniciados juravam defender a liberdade de seus países sob a forma democrática” (Pueyrredon).

Foi nesse curso de matemática que esteve Bernardo Riquelim, nome que quase ninguém reconhece : porém era o do filho do vice-rei do Peru. Frequentava aquela aula quem mais tarde seria o célebre general da independência do Chile: Bernardo O'Higgin!

Nem mesmo Miranda sonhara com tão inesperados adeptos, e, quando reconhece o filho do vice-rei, exultou dizendo:

— Meu filho! A Providência divina quer se cumpram os nossos votos de liberdade da nossa Pátria... ela está assim decretada no livro dos destinos!

E guardaram os dois sigilo sobre o se terem reconhecido.

Quando O'Higgins volta para a América, entregou-lhe Miranda uma carta a que chamou — "Conselhos de um velho sulamericano a um moço que regressa a seu país".

Pontos significativos do estado de ânimo de Miranda há nesse escrito que são palavras de um velho a um moço. Entre os dois um longo espaço de tempo que um tem de experiência. Mas logo de início, a advertência: "Conheceis a história de minha vida e podeis julgar se meus conselhos merecem ou não ser ouvidos!"

É pois a primeira vez que Miranda se aponta como exemplo, o que não deixa de ser um modo de expressar sentimento, e não propriamente uma idéia. Uma lástima com o que lhe foi acontecendo, e a experiência com que foi ficando! E mais adiante, a advertência tão expressiva:

— ... "desconfiai de todo homem que tiver passado dos quarenta anos, a menos que saibas ter êle sido amigo da leitura, e particularmente daqueles livros proibidos pela Inquisição. Porque não sendo assim, êles já estarão cheios de apêgos, estarão peiados por interesses para que não se tenha esperança de mudarem, e para que na mudança caso se faça não seja para confiar".

"A juventude é a idade dos ardentes e generosos sentimentos. Entre os jovens encontrareis muito que verás dispostos a escutar, e se convencerão facilmente. Mas, por outro lado, a juventude é também a fase das indiscreções e das temeridades : nesse caso deveis receiar êsses defeitos nos jovens, tanto quanto a cautela e as preocupações nos velhos" (Pueyrredon).

O último período a citar é referência clara a Pitt, aos ingleses, aos seus estadistas, aos homens do país em que Miranda foi parar. Miranda ! Êle é que está desiludido !

Mas tivera notícia de que ficara ressalvada a sua hombridade, no processo de traição e crime de contrabando que lhe moveram durante dezesseis anos. Regozijou-se pois com a Justiça que afastou dêle a infâmia. Pensa em regressar a Caracas. Deseja tomar conta de seus bens, posto que fôra levantada a confiscação. Essa volta de um

homem desiludido ao que restava do seu passado, dá a impressão de quem se recolhe a si. A carreira de Miranda como que ia encerrar-se.

Deixava pois a Inglaterra que, dizia êle, havia roto compromissos contraídos. Usa de frases deprimentes. Palavras amargas. A alguém a quem se dirige, censura os inglêses : “pedi meus passaportes e mos retêm com má fé”.

“Pensou em mudar-se para a França, supondo segundo o historiador Mancini, que o golpe de Estado lhe daria oportunidade de fazer Napoleão voltar os olhos para a causa sulamericana; e escreveu ao primeiro cônsul sem obter resposta.”

“Conseguiu finalmente passaporte para o continente europeu, chegou a Haia em outubro de 1800 e usou de expediente para entrar em França. Ali suspeitavam-no agente de Pitt. Depois de muitas incertezas, Napoleão consentiu que êle ficasse no país a fim de regular assuntos particulares”. Mas estava espionado por Fouché : não lhe foi possível ficar no território francês.

Saindo de França, não sabia se voltar à Inglaterra levando então novos planos de política sulamericana. Acontecia, porém, que o novo secretário de governo era Nichols Vansittart, amigo de Miranda. E Pitt tinha deixado o poder.

O que Miranda propunha, dessa vez, era mais simples: fornecer-lhe armas e alguns homens, em Trindade. O governo inglês não o auxiliaria diretamente, mas o ajuda por intermédio de comerciantes amigos. E Miranda investiria sozinho contra o jugo espanhol na América, assim como sozinho já se achava na política da Europa.

Miranda toma pé com essa proposta junto ao governo inglês e é de novo *persona grata*, é apresentado a diversos membros do ministério. Palavras e palavras ! Trocam-se palavras diariamente. Porém, tendo a Espanha resolvido não ficar do lado da França, que, com Napoleão, hostiliza a Inglaterra, estavam pois os inglêses ao lado dela, suspendendo-se as negociações de um plano de ataque ao Prata, ao qual se prendia o projeto de Miranda de libertar a América do Sul. E iam de novo por água abaixo as esperanças do venezuelano.

Pitt sobe de novo ao poder: e a sua indiferença pela causa de Miranda já era sabida.

Em 1804 eis que entretanto chega à Inglaterra a notícia de que a frota espanhola já ia se reunir à francesa, e Londres treme com a perspectiva de invasão.

Reage a Inglaterra com bloqueio de Ferrol e com a captura de galeões que chegavam da América.

Miranda é novamente lembrado. Melville torna-se então partidário do projeto de libertação das nações sul-americanas. Melville

e Pitt eram então a grande dualidade governante. Conversas diárias de Miranda com o governo.

Entretanto, ainda desta vez, ficaram esperando pela rutura definitiva de relações da Espanha com a Inglaterra.

No governo estavam desta vez Melville e Pitt, dois gozadores da vida, que tiveram de cair em certa animosidade desprestigiados junto ao povo inglês, que acabou descrente nêles. Tentando uma política na verdade sem consistência, Miranda, “o *Precursor*, diz Pueyrredon, perdeu a paciência e resolveu empreender uma expedição libertadora, com ou sem ajuda britânica”. E o seu biógrafo conclui com a seguinte página :

— “Soube, por Monroe, que os Estados Unidos tinham certas diferenças com a Espanha, motivadas por questão de limites com a Luisiânia, e em setembro de 1805, êle embarcou para Nova Iorque.”

“Ali foi procurar Rufus King e se entrevistou com o coronel Iliams Stephen Smith, por interferência dos quais conheceu o comerciante Samuel Ogden e o comodoro Lewis. Com êsses é que arranjaria barcos, petrechos de guerra e tripulação. Faltava, porém, a anuência do governo. Mas o presidente Jefferson o recebeu e convidou a sentar-se à sua mesa. O ministro Madison considerava que particulares podiam auxiliá-lo, porém, não o governo.”

— “Permitem-me comprar armas ?” — indagou Miranda.

— “É livre o comércio delas — respondeu o ministro — e com maior razão para uma causa útil e honrosa!”

“No afan de conseguir prosélitos, Miranda foi indiscreto levando a muitos o seu projeto; o ex-vice-presidente Aarão Burr e o seu amigo o ex-senador Dayton usaram de falsidade e levaram a notícia ao enviado espanhol, marquês de Casa Irujo, posto que aquêles dois políticos vinham ficando despeitados porquanto pretendiam desmembrar parte da União Americana apoderando-se então do México.”

“Prometendo não violar abundantemente as leis norte-americanas, Miranda saiu de Nova Iorque. Ogden lhe facilitara 2.000 dólares. Fretou êle o *Leander* de 200 toneladas e dois transportes. Ficava ainda faltando meios a Miranda que se voltou para Vansittarte Furnbull, a cata de 2.000 libras.”

“Em dias de fevereiro velejava levando 200 voluntários, entre êles o filho de Smith, neto do ex-presidente Adams”, que não acreditava na independência política da América do Sul.

Quando se viram em alto mar, descreve então Pueyrredon, Miranda “desfraldou a bandeira do continente colombiano, amarela, azul e vermelha, símbolo, conforme alguns, dos campos e do ouro da América, separada da sangrenta Espanha pelo azul do oceano.”

Mas já em agôsto repetiu o ataque às costas venezuelanas, e não teve êxito. Já estava êle em Trindade quando recebeu a carta de Popham que dirigia os planos de invasão da Inglaterra na América do Sul, dizendo :

— “Meu querido general. Aqui estamos na posse de Buenos Aires, o maior país do mundo, e pelo que vejo, na disposição dos habitantes, não duvido de que se o govêrno concordar com sua vinda aqui, teria pois tanto êxito dêste lado da América do Sul como do outro...”

Miranda responde que jamais poderia firmar nada de sólido naquêle país quem fôsse pessoa de fora. De fato os argentinos não suportariam intromissão. E, tanto os inglêses como êle, que era venezuelano, seriam de mais em terras do Prata. Miranda via as coisas como as coisas eram. Estaria errada tôda intervenção. Nada se faria “sem ser declarando-se a independência absoluta” da nação sul-americana, porque assim tinha de ser para a honra da América.

E, ressaltando a honra da América, é que voltou a falar daquela vez.

Preferiu voltar a Londres, porque via mal parada a solução que os inglêses queriam dar ao caso do rio da Prata, “que era de independência e não de conquista”.

A política inábil de Napoleão invadir a Espanha pondo a mão no rei, e a sua insensatez de invadir Portugal para o trono português ter que passar ao Brasil, cortou tôdas as relações entre a península Ibérica e a América, que se tornaria independente, entrando na esfera política da Inglaterra. Ora, foi isso que o imperador dos franceses conseguiu. Um êrro de Bonaparte pôs a América do Sul espanhola a se governar por si com uma junta que se dizia representar o poder do rei Fernando, dizendo os sulamericanos respeitarem-no, mas isso como acinte a Napoleão então odiado no continente americano.

“Em 19 de abril de 1810, Caracas proclamou a sua autonomia e enviou a Londres, como deputados, Bolívar e Lopez Méndez, acompanhados de um secretário, Andres Bello; Miranda os acolhe e pôs em contacto com os dirigentes políticos da Inglaterra. Resolveu depois embarcar para o seu país, chegando a Guaíra nos fins de 1810. A junta de Venezuela quis afastá-lo do govêrno que ela então exercia em nome do rei Fernando, porém o povo alvoroçado levou-o até Caracas, proclamando-o como “pai e redentor” (Pueyrredon). Estabeleceu-se assim uma competição entre Miranda e a junta governativa, que teve de deixar o govêrno. É que Miranda vinha de fora, trazendo o grande prestígio da vida que tivera. Nêle todos da Venezuela puseram por muito tempo as esperanças. Diante dêle, que representava um grande período histórico, tiveram todos de silenciar

a própria ambição. Ele tinha sido por muito tempo a idéia de independência da América espanhola. Com êsse seu passado haviam de eleva-lo, como sendo o representante da alma popular.

E “como representante do povo no Congresso Constituinte de 1811, firmou, em 5 de julho, a independência do seu país, alcançando os seus ideais revolucionários.”

* * *

As coisas não ficaram nisso.

Os que representavam a Monarquia, conspiraram contra ele que implantara a República. Outras e outras conspirações, para começar assim a confusão.

A Constituição nacional ainda chegou a ser promulgada. Porém a sombra da Monarquia espanhola pôde lançar-se na América espalhando a desídia no país. Levantou rebeldes contra Miranda, que ia vencendo-os pelas armas, até que a 26 de março de 1812, dia de grande comemoração religiosa com as igrejas cheias, começou a tremer a terra.

Localidades houve que desapareceram. Contra Miranda, desta vez, operavam as forças cegas da natureza. A agitação se inflamou com isso; mas ele ainda foi elevado, pelo congresso, a generalíssimo e ditador com todos os poderes para extirpar a revolução em um país em escombros.

Houve quem o aconselhasse a recorrer ao auxílio estrangeiro; ele insistiu em que resolveria tudo com o próprio povo. Foi então que a situação se tornou de desespero. A guarnição da fortaleza de Pôrto Cabelo desfraldou o pavilhão do rei, e não só ela o fazia! Os escravos de Barlovento se amotinaram contra Miranda. O índio Vargas o traiu. Traíram-no outros. Ele como govêrno, e o govêrno sem rendas, sem armas, sem munições para resistir.

Miranda recebeu mais um golpe que lhe desferiu Monteverde sublevando-se em São Carlos e ocupando Valência. Porém ele resiste e repele o sublevado. É então que, com forças enfraquecidas, desalentado, sentindo-se exausto, resolve chamar a si os amigos. Mas quais?

Bolívar que pretendeu reagir contra a sublevação de Pôrto Cabelo, teve de retirar-se refugiando-se com oito oficiais em Guaíra e começa a se ver perdido. Quer ser comandado e não mais comandar. Dias depois escreve a Miranda para, cheio de vergonha, dizer: “Meu coração e minha cabeça já não valem mais nada!” E acrescenta: “Depois de ter perdido a maior praça do Estado como não hei de me sentir alucinado! Por favor não me obrigue a vê-lo face a face! Não sou culpado, mas sou um desgraçado e basta!”

Atitude dramática. Bolívar sente-se um tresloucado diante do que aconteceu com êle. Tornou-se impressionante. O que levou Miranda, ao vê-lo assim, a exclaimar : “Venezuela está ferida no coração!”

Depois, Miranda que vai de cidade em cidade, rumo a Nova Granada, pensando em reorganizar a reação, segue com a responsabilidade formidável de sustentar um país em ruínas, aparecendo aos olhos dos homens descrentes, como um proscrito errante. A sua presença reúne os patriotas mas para encararem aquêles que representam um lastimável estado de coisas ! E culpam-no ! E prendem-no ! Vêm acusá-lo exaltadamente. Quem ? Todos... Resolveu-se que êle, em todo caso, fôsse entregue ao general espanhol que estava à frente dos insurretos : e isso é que ainda lhe salvou a vida...

Mas depois ?

São dezesseis anos de calabouço. A notícia que se tem do estado de miséria em que acabou, deu-a quem ainda soube dêle, e ainda o viu. “Conta Larrazabal ter ouvido a O’Demsy, da marinha britânica e pessoa muito respeitável, dizer que várias vezes avistara o nobre velho nas algemas nem mais nem menos como um cão acorrentado” (Puyrredon).

É assim que a vida termina às vêzes !

A morte fez desaparecer, na desgraça, um grande vulto da América.

O seu nome ? Está escrito no Arco de Triunfo, em Paris : general Francisco de Miranda. Colombiano : é como lhe deram ali a nacionalidade.

Prêso, infeliz, condenado, repudiado de todos no lastimável estado em que ficou, vencido finalmente por uma catástrofe em que lhe foram adversas até as inexoráveis forças da natureza, Miranda, entretanto, legou a Bolívar, uma grande causa inconcussa : a liberdade das nações americanas.

A idéia pela qual viveu, lutou e por fim se perdeu, é a grande idéia para que se dirigiram felizes os povos americanos : a libertação das nações.

E eu então peço, Sr. embaixador da Venezuela, que, em nome dêste Instituto, em nome dos brasileiros, em nome do Brasil, nação da América, transmita V. Ex.^a, à sua nobre pátria, as expressões de admiração, de respeito, de culto à memória do seu grande filho, o herói que lutou pela América, o generalíssimo Francisco de Miranda : um grande nome no mundo !

BERNARDO DE VASCONCELOS (*)

ALFREDO VALLADÃO

Quem foi Bernardo de Vasconcelos?... Foi o “gigante intelectual !”

E quem o disse?... Foi Joaquim Nabuco !

Eu podia ficar aqui...

Prosseguindo, antes de tudo seja-me permitido pôr de manifesto : não foi apenas a efeméride do centenário da sua morte, que veio despertar o meu entusiasmo pela sua figura.

É de longa data, a admiração profunda que, brasileiro e mineiro, consagro a essa figura do “gigante intelectual”. Admiração expressa em diversos dos trabalhos que tenho publicado, onde quer que ela apareça, espargindo os seus clarões. Assim, incidentalmente, já em 1914, na referência constante da *Tentativa de Golpe de Estado em 1832. — Constituição de Pouso Alegre*. E conceituada, demoradamente: em 1925, pelo centenário do nascimento de Dom Pedro II, na *Abdicação de Dom Pedro I*; dois anos depois, na conferência aqui realizada, em sessão comemorativa do centenário dos cursos jurídicos; e, por fim, em 1929, na *Exposição de Motivos às Teses para o Segundo Congresso de História Nacional*, sobretudo na parte que se inscreve — *Regência e Maioridade*. Confirmada ainda, essa admiração, no meu trabalho predileto. — *Campanha de Princeza*, em várias passagens da série de seus volumes aparecidos de 1937 a 1945.

Foi por isso que tomei a iniciativa de apresentar ao Instituto a proposta, aprovada por aclamação, no sentido de que êste lhe homenageasse a memória, realizando a presente sessão especial, bem como publicando um volume também especial de sua Revista, em que por diversos colaboradores, a figura do mesmo fôsse estudada sob seus múltiplos aspectos.

(*) Conferência realizada pelo ministro Alfredo Valladão, em sessão do Instituto Histórico Brasileiro, de 28 de abril de 1950, comemorativa do centenário da morte do grande estadista Bernardo de Vasconcelos.

E foi por isso que não hesitei em aceitar, a seguir, a incumbência com que me distinguiu o nosso eminente presidente, de ser o orador desta sessão, e de organizar o temário para o volume da Revista a ser publicado.

Nasceu êle, Bernardo Pereira de Vasconcelos, sob a égide da cultura e do civismo; nasceu em Vila Rica, a 27 de agosto de 1795, logo após o drama da Inconfidência, obra de intellectuais dos maiores que, até então, se contavam no Brasil, Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga, e sublimada pelo sangue de Tiradentes.

Nasceu na gloriosa Vila Rica, mais tarde Ouro Preto, inseparável de seu coração, nessa “minha pátria”, como carinhosa e orgulhosamente a chamava.

Era filho de Diogo Ribeiro Pereira de Vasconcelos, formado em Coimbra, jurista e homem de letras dos mais ilustres existentes em Minas Gerais, no começo do século passado, como refere Augusto de Lima na Revista do Arquivo Público Mineiro; provido em elevados cargos da administração da capitania; autor de duas importantes memórias, intitulada uma — *Descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais*, e intitulada outra — *Minas e quintos do ouro*, sobre a qual assim falava Capistrano de Abreu: “é a história mais completa que até hoje se escreveu, do regime tributário colonial”; finalmente, juiz de uma das varas do crime aqui no Rio de Janeiro, onde falece em 1820.

Era filho do mesmo e sua mulher Maria do Carmo Barradas, filha e irmã de ilustres juristas portugueses.

Devo referir ainda, Diogo Ribeiro Pereira de Vasconcelos teve o seu nome vinculado a um fato notável na vida cultural, já tão opulenta de Minas Gerais, isto é, ao da segunda *imprensa* (empregado êste termo genéricamente, abrangendo a *calcografia* e a *tipografia*), que se funda no Brasil, depois da sua descoberta: fôra a primeira, a oficina tipográfica, estabelecida aqui no Rio de Janeiro, no tempo de Gomes Freire, afinal suprimida em 1747, por ordem régia expressa e peremptória.

Escrevera êle, em 1806, um pequeno poema ou canto panegírico ao governador da capitania, Pedro Maria de Ataíde e Melo, mais tarde visconde de Condeixa, que ao contrário de Cunha Menezes, satirizado nas *Cartas Chilenas*, era realmente benquisto, apreciador das letras e artes, acolhendo com fidalguia seus cultores, como informa Xavier da Veiga.

Sensibilizado, envaidecido com o poemeto, quis Pedro Maria vê-lo impresso. Apela para o comprovado gênio artístico do ilustre

mineiro padre Viegas de Menezes, e este, narra ainda Xavier da Veiga, "em pouco mais de três meses de um trabalho acurado, paciente, pesadíssimo, qual o de aplinar, polir e abrir onze chapas de diversos tamanhos (inclusive a do frontespício, no qual diz informante bem instruído no assunto se achavam fielmente retratados o capitão general e sua espôsa) e bem assim de imprimir em um imperfeito tórculo quantos exemplares quis o governador que se tirassem, teve o prazer de concluir a pesada tarefa sem outro incentivo mais senão de agradecer ao capitão general Pedro Maria e exercer o próprio gênio artístico".

Isso, em 1807, um ano antes do aparecimento da *Imprensa Régia*.

Tudo estava a encaminhar Bernardo de Vasconcelos para a carreira das letras : Vila Rica, isto é, a consubstanciação dessa gloriosa *Escola Mineira*, posta no maior relêvo por Sílvio Romero, e as tradições da casa paterna.

Feitos estudos preparatórios na terra natal, segue de fato para Coimbra, formando-se em leis a 6 de julho de 1819.

Qual foi aí a sua figura ?

Armitage, na *História do Brasil*, publicada em 1836, e de que tive de fazer a crítica em 1929, na *Exposição de Motivos às Teses para o Segundo Congresso de História Nacional*, foi o primeiro escritor a tecer encômios à figura de Bernardo de Vasconcelos, alçando-a a nosso "Mirabeau" mas em contraste com o estudante de Coimbra, que não se destacara pelo talento e pela aplicação.

Xavier da Veiga, nas *Efemérides Mineiras*, encampa esse juízo: "é tradição que não se distinguira intelectualmente na academia e que só alguns anos após a sua formatura começou a revelar o vigor, o brilho e a argúcia de sua inteligência extraordinária".

E isso em sentido contrário à afirmativa que elle não podia desconhecer, tempos antes emitida por Justiniano da Rocha, ao que é corrente, o autor dos tão citados traços biográficos do genial brasileiro, insertos na *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, de Sisson; afirmativa de que este frequentara a Universidade com distinção.

Mas, ultimamente, em 1937, ao tratar do assunto, no seu trabalho especial, e o que em plano de mais desenvolvimento se tem escrito a respeito de Bernardo de Vasconcelos, sob o título *Bernardo de Vasconcellos e seu tempo*, Otávio Tarquínio, examinando as duas versões a começar pela do escritor da Galeria Sisson, propende para a mesma : "A primeira versão parece a mais verdadeira, a julgar-se pelo resultado de seus exames do terceiro e do último ano, únicos que foi possível apurar-se. Em ambos *nemine discrepante* — a melhor nota".

E de acôrdo com Otávio Tarquínio se pronuncia Nestor Massena, em 1944, no seu também desenvolvido trabalho — *Direito Parlamentar* (Bernardo de Vasconcelos).

É para considerar entretanto que, como já referí na conferência sôbre os cursos jurídicos, êle, Bernardo de Vasconcelos, na tribuna da Câmara dos Deputados, em 1826, assim falou sôbre Coimbra: “Eu estudei direito público naquela Universidade, e por fim, saí um bárbaro”. — “Alí estava aberta constantemente uma inquisição, pronta a mandar às chamas todo aquêlo que tivesse a desgraça de reconhecer qualquer verdade, ou na religião, ou na jurisprudência, ou na política”. — “O estudante que saia da Universidade de Coimbra, devia antes de tudo desaprender o que lá se ensinava, abrir nova carreira de estudos”.

Assim falou com a veemência do liberalismo de que então era animado, ao mesmo tempo que do nacionalismo, na época ainda crepitante no país; mas com um fundo de verdade.

Já na citada *Exposição de Motivos às Teses para o Segundo Congresso de História Nacional*, ao justificar longamente a tese “Mentalidade da Constituinte”, tive ocasião de reconhecer a procedência destas palavras de Aurelino Leal, na sua *História Constitucional*, sôbre Coimbra: “se é verdade que no reinado de Dom José se criou uma cadeira de Direito natural, público e das gentes, os estatutos faziam depender o Direito público e administração dos direitos majestáticos da vontade do monarca”.

Ou, por outra, e como disse um escritor apoiado por Teófilo Braga: “quis o marquês de Pombal o impossível político, quis civilizar a nação, e ao mesmo tempo fazê-la escrava, quis espalhar as luzes das ciências políticas e ao mesmo tempo elevar o poder real ao despotismo”.

Só depois da revolução do Porto de 1820, de fato, a Congregação da Faculdade de Leis providenciaria, para que se ensinassem ali os princípios de direito constitucional, oriundos da Revolução Francêsa e da Revolução Americana, e que à luz dos mesmos se explicassem as matérias do curso.

Isso não obstante, mostrei como as idéias de ambas essas revoluções, já haviam podido ser conhecidas pelos estudantes brasileiros em estudos pela Europa, e se infiltraram no Brasil, sôbretudo por êsses volumes de História da América inglesa, sua constituição e leis orgânicas, que, burlada a fiscalização da Alfândega, conseguiram entrar no país.

E citando, muito especialmente, o exemplo dessa extraordinária figura do cônego Luís Vieira, que não andara pela Europa, professor

de filosofia no Seminário de Mariana, e que entre os Inconfidentes, alunos de escol, fazia em Vila Rica preleções sôbre a Constituição Americana, realizando por êsse modo, na terra de Bernardo de Vasconcelos, um curso de direito público e constitucional.

Bem podendo significar ainda, “o que foram entre nós, como observa José de Alencar, 1789 em Minas, 1798 na Bahia e 1817 em Pernambuco senão reflexos da grande luz da revolução americana e da revolução francesa, anunciando o despontar da civilização moderna”.

“A ciência política havia de estudá-la a geração de 1823, “nessas revoluções quase atuais para essa época, e nos fatos ainda em ação”.

E pelo que respeita à cultura em geral, pode referir o juízo de dois brilhantes escritores portugueses: Latino Coelho, proclamando: “No fim do século XVIII, e nos primeiros decênios do século XIX — digámo-lo sem vaidade nacional — a maioria dos nossos talentos mais formosos havia tido o seu bérço no Brasil”; e Oliveira Martins, expressando-se: “Brasileiros eram na maior parte os sábios e literatos portugueses de então”.

Assim, injustíssimo era o conceito de Armitage, de que à exceção dos três Andradas, poucos indivíduos havia na Assembléia Constituinte, se é que havia, acima da mediocridade !

Além dos três realmente gloriosos Andradas, nessa Assembléia Constituinte, que vinha realizando obra brilhante, quando dissolyda por Pedro I, era vista uma pleiade de brasileiros ilustres de elevada cultura.

E pouco tempo depois, em 1826, instalada a Assembléia Geral do Império, começaria a revelar-se aí essa figura portentosa de Bernardo de Vasconcelos.

Formado em Coimbra, conforme ficou visto, regressa êle para o Brasil, nomeado juiz de fora de Guaratinguetá, tomando posse a 1 de janeiro de 1821.

Não foi êste porém, o cargo que pleiteara, e sim, como informa Otávio Tarquínio, o de juiz de fora de Mariana, ou de São João del-Rei, ou de juiz do crime da cidade da Bahia ou ainda o de juiz de fora de Taubaté.

E não tardará a pedir exoneração, que lhe é concedida por decreto de 15 de maio de 1822, de que pude ter conhecimento no Arquivo Nacional, subscrito por José Bonifácio, então ministro do reino, e destes dizeres : “Atendendo ao que representa Bernardo Pereira de Vasconcelos, juiz de Fora de Guaratinguetá e anexos, e à impossibilidade em que se acha de continuar a servir, pelas habituais moléstias que padece; hei por bem dar-lhe por acabado o tempo do referido lugar”.

Por ter experimentado melhoras na saúde, requer em 1823 que se lhe conceda, um novo lugar de letras (na expressão de época), e a respeito focalizando em 1824, o de ouvidor de Ouro Preto, que não pôde obter, sendo entretanto nomeado desembargador da Relação do Maranhão, cargo que não exerceria; e certo que ao lado disso, requer sua nomeação para a cadeira de Lógica existente nessa cidade de Ouro Preto. Tudo isso pude conhecer também no Arquivo Nacional.

Nesse mesmo ano abre-se-lhe a carreira política, eleito deputado por Minas Gerais à Assembléia Geral, só instalada em 1826.

E enquanto não chega a vez da tribuna parlamentar, ei-lo na tribuna dessa imprensa mineira, que surgida em 1807 sôbre a base de oficina *calcográfica*, como deixei visto, há de apresentar já em 1822 uma oficina *tipográfica*, fruto também de admirável esforço, segundo Xavier da Veiga, e na qual, por fim começa a ser publicado em 1824 êsse órgão — *O Universal*.

É no mesmo que êle escreve.

E como por fôrça de uma predestinação : escreve nessa imprensa mineira, surgida em 1807, em tórno de uma composição poética de seu ilustre pai, e em um órgão de título ajustado à largueza da visão, que breve ficará revelada, do “gigante intelectual”.

Desde que se empossa no cargo de juiz de Fora de Guaratinguetá, até que aparece nas colunas do *Universal*, Bernardo de Vasconcelos está na penumbra; a seu respeito o que se sabe é a enfermidade que começa a torturá-lo, as *moléstias habituais*, que o obrigaram a exonerar-se daquele cargo.

Apenas um índice dessa prodigiosa cultura que, em silêncio, vai acumulando, se pode lobrigar naquele requerimento para provisão na cadeira de Lógica da terra natal, revelador do dialético, já armado para os debates formidáveis, em que haveria de se empenhar nas Câmaras Legislativas.

Senhores !

A não ser o conceito de Joaquim Nabuco, de que fiz a chave desta oração, seria dispensável tudo o que até aqui tenho dito de Bernardo de Vasconcelos, a que só fui levado pelo escrúpulo de historiador, de não ser omisso.

Seria deveras dispensável, pois quem contempla o Itatiaia, não cuida dos seus contrafortes; assim como quem contempla o Amazonas, não cuida de suas nascentes : apanha-os na flagrância da sua majestade.

É sôbre a figura de Bernardo de Vasconcelos, nos seus píncaros, que daqui em diante vou falar.

Coube a Armitage a precedência em exaltá-la, nessa página impressionante, e tão citada, da sua *História do Brasil*, onde descreve-lhe o físico torturado pelas *tabes dorsales* em marcha progressiva, contrastando com o progresso correspondente de sua vitalidade intelectual, de quem, entrado para a Câmara dos Deputados, em 1826, dentro de pouco tempo é o orador formidável, que ali não tem concorrente, que êle compara a “Mirabeau”.

Ao orador dêsse quilate, e que ainda em seus últimos tempos, chumbado na cadeira de parálitico, destroça quantas hostes aguerridas pretendam enfrentá-lo, a êsse orador segue-se nas Câmaras Legislativas, em Bernardo de Vasconcelos, “o verdadeiro mestre do parlamentarismo no Brasil”.

Assim chama-lhe o barão do Rio Branco, nas *Efemérides Brasileiras*.

E maior título não poderia orná-lo, depois daquele de “gigante intelectual”, com que o consagrou Joaquim Nabuco.

Sublima-se Bernardo de Vasconcelos, nessa obra de mestre, e mais do que de mestre, de criador, do parlamentarismo no Brasil, pois tal regime não estava na letra da Constituição do Império.

Já na *Exposição de Motivos* que venho referindo, mostrei que, instalada em 1826 a Assembléia Geral, acha-se êle imediatamente, e achar-se-á para sempre, pregando com tanto brilho quanto calor, na tribuna da Câmara, o princípio da responsabilidade ministerial, concitando os ministros a que entrem na prática do regime representativo, deixando de considerar-se instrumento do chefe de Estado; da mesma forma que na tribuna da imprensa, da *Aurora Fluminense*, desde 1827, há de se achar Evaristo da Veiga.

A pena de Evaristo e a palavra de Vasconcelos, diz Joaquim Nabuco, são dois acontecimentos intelectuais da época: “Uma e outra têm os mesmos característicos de solidez e fôrça que nenhum artifício pode substituir. Uma e outra são a ferramenta simples, mas poderosa, que esculpe o primeiro esbôço do sistema parlamentar do Brasil”.

Mas impossível desconhecer, que maior é a projeção de Bernardo de Vasconcelos, pela genialidade de seu talento, pela vastidão do seu saber, pelos golpes formidáveis da sua dialética, e pela maior eficácia da sua palavra, proferida dentro das próprias Câmaras Legislativas onde tinha que valer, e para uma das quais só entraria Evaristo da Veiga, em 1830, e desaparecendo infelizmente em 1837.

Assim o digo, ficando entretanto obrigado à ressalva da admiração profunda que, brasileiro, mineiro e ainda campanhense, consagro também de longa data à figura de Evaristo da Veiga, essa outra figura das maiores da nacionalidade, do jornalista que Rui Barbosa escolhe

para patrono da sua cadeira na Academia Brasileira, quando esta se funda, do herói do 7 de abril, do mentor de Feijó.

Admiração manifestada na mesma *Exposição de Motivos*, e confirmada, como se impunha, em páginas dêsse outro meu trabalho, *Campanha da Princesa*. Como deveras se impunha, pois dos três irmãos de Evaristo da Veiga, dois se localizaram na minha querida e gloriosa terra natal, em tudo ali reproduzindo os Veigas do Rio, na livraria, na imprensa e na política, num quadro cultural então sem exemplo no interior do país, e sendo campanhenses os mais destacados representantes da segunda geração dessa família ilustre. E ali iria ter em 1836, permanecendo quatro meses, êle próprio Evaristo da Veiga, em viagem de agradecimento a Minas Gerais, pelo mandato de deputado que lhe vinha confiando, e em visita a seus irmãos.

Certo, finalmente, que ali desferindo o seu canto de cisne na bela poesia, de funda saudade, com que se despede de Minas Gerais :

“Mineiro por livre escolha,
Dêste afamado torrão,
De sêda em laços cativo,
Ê mineiro o coração”.

E sobretudo com que se despede da Campanha :

“Mas à Vila da Campanha
Ê mais vivo o afeto meu;
Amigos aqui, parentes,
Partes de mim, deixo eu”.

Dessa Vila da Campanha :

“Em que da paz no regaço,
Quatro meses fui ditoso”.

Voltando a falar dessa atividade que iniciada já em 1826, seria incessante, de Bernardo de Vasconcelos, nas Câmaras Legislativas, em prol do sistema parlamentarista, consigno que a mesma contou, logo em 1827, uma vitória embora efêmera, com a formação do Ministério Araújo Lima, e contaria afinal, em 1837, a brilhante vitória da constituição do *Ministério das Capacidades*, de que foi chefe êle próprio, Bernardo de Vasconcelos, no qual se obedeceram os dois cânones do sistema em causa, isto é, o da responsabilidade e o da unidade ministerial, certo que a êste respeito, só em 1847, seria criado oficialmente o cargo de presidente do Conselho de Ministros.

Com esta criação, consolidou-se a obra de Bernardo de Vasconcelos; ficou definitivamente implantado no Brasil o parlamentarismo.

Certamente um parlamentarismo que não podia ser a reprodução integral do que ocorria na Inglaterra, de vez que a nossa Constituição instituiu o Poder Moderador, confiado ao Imperante.

Mas, desde 1840, tal Imperante é o “Neto de Marco Aurélio”; não exerce esse poder para oprimir o parlamentarismo, senão para suprir-lhe as deficiências que apresentasse.

Foi o parlamentarismo, conjugado com a ação de Dom Pedro II, que fez a grandeza do Império dêsse quadro admirável de liberdade, de paz, de progresso, e, sobretudo, de justiça, sem exemplo nos outros países da América Latina, e que não nos permitia invejar a América inglesa; quadro de que a história há de falar sempre.

Foi esse parlamentarismo, por sua própria natureza estimulador da cultura e da eloquência, que ao lado de Vasconcelos, pôde apresentar estadistas do vulto de Paraná, Alves Branco, Paula Sousa, Itaboraí, Euzébio de Queirós, Uruguai, Zacarias, Silva Ferraz, Nabuco de Araújo, Pimenta Bueno, Rio Branco, Sinimbú, Saraiva, Martinho Campos, Dantas, Lafaiete, Cotegipe, João Alfredo, Ouro Preto, para falar na ordem cronológica; pôde apresentar oradores, além das extraordinárias figuras já reveladas nas côrtes de Lisboa e na Constituinte de 1823, Antônio Carlos e Martin Francisco, do vulto de Miguel Calmon, Lino Coutinho, Jequitinhonha, Maciel Monteiro, Inhomirim, Teófilo Otoni, Cotegipe, Martinho Campos, Fernandes da Cunha, José Bonifácio, José de Alencar, Ouro Preto, Silveira Martins, Andrade Figueira, Lafaiete, Ferreira Viana, Gomes de Castro, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Afonso Celso Júnior, Taunay, para falar também na ordem cronológica; e, por fim, pôde preparar figuras das mais brilhantes com que haveria de contar a República, assim Rui Barbosa na própria organização da mesma, Rodrigues Alves e Afonso Pena, na sua presidência, e Joaquim Nabuco no trato dos assuntos internacionais; sendo ainda certo que dois de seus primeiros e maiores presidentes, Prudente de Moraes e Campos Sales, se adestraram na política do Império, embora no quadro republicano, tendo tido assento na Assembléia Provincial de São Paulo e na Assembléia Geral.

Por tudo isso, em Bernardo de Vasconcelos, esse título que lhe pertence, de criador do parlamentarismo no Brasil, bastaria para immortalizá-lo.

Mas a sua glória não para aí, vai se desdobrando em atos sucessivos, a que só a morte porá termo.

Ao trato do regime representativo, na sua mais alta expressão — o parlamentarismo, segue-se nêle, imediatamente, o trato do regime

judiciário, ainda na sua mais alta expressão — o Supremo Tribunal de Justiça.

A Constituição consagrara a independência do Poder Judiciário, e instituindo esse Tribunal, com a síntese de suas atribuições, Bernardo de Vasconcelos quer vê-lo também imediatamente em ação, quer o Brasil sob a égide da Justiça. É quem apresenta em 1826, o projeto de sua lei orgânica. E que o completa com o projeto de extinção dos Tribunais das Mesas do Desembargo do Paço, e da Consciência e Ordens, ranço do regime absolutista, incompatíveis com o regime constitucional.

E ainda sobre essa matéria da organização da Justiça, e entendida a expressão no sentido amplo, a sua atividade acha-se ligada ao Código do Processo, e fundamentalmente à reforma do mesmo, como para adiante ficará visto.

A causa da Justiça em si mesma, bem como a causa da cultura, vão dever-lhe, também logo, uma obra admirável, preparada pelo assombro de sua capacidade de trabalho, de quem, pode ser dito, toma parte em tôdas as discussões que se travam na Câmara, enquanto ali permanece, como há de continuar depois no Senado.

Tal é o Projeto do Código Criminal.

E como que num protesto da própria terra natal, contra o monstruoso livro V das Ordenações do Reino, sob cujo império Tiradentes subiu ao cadafalso e foi esquartejado, é ali que o redige, na antiga Vila Rica, nesse Ouro Preto de seu coração, aproveitadas as férias parlamentares, e oferece à Câmara, ao iniciar-se a sessão legislativa de 1827.

Projeto sobre cuja base, já tive ocasião de salientar naquela *Exposição de Motivos*, tornou-se efetivo em 1830 esse Código Criminal do Império, que pela perfeição de sua forma e pela magnificência da sua substância — o mais liberal de sua época e antecipando em alguns pontos, escritores e legislações — tanto honrou a nossa cultura. Serviu de modelo a códigos de outros países da Europa e da América. De Haus, o grande criminalista belga, se dizia até que, tomado de entusiasmo pelo mesmo chegou a aprender a língua portuguesa, para melhor apreciá-lo, afirmando ser a mais perfeita codificação que tinha lido na sua vida.

É com os títulos de toda essa obra construtiva, sábia e liberal, até aqui exposta, além do que concerne ao assunto das Universidades, de que por método só para adiante falarei; é com todos os títulos dessa obra grandiosa, que Bernardo de Vasconcelos já se pode apresentar em 1830.

Na sua atividade propriamente política, sempre em defesa dos princípios liberais, suspende êle os ataques à ação de Dom Pedro I,

quando este, a conselho de José Bonifácio, chama ao poder o também notável brasileiro e também filho de Minas Gerais, marquês de Barbacena, constituído o Ministério de 4 de dezembro de 1829, sob a chefia do mesmo.

Ministério *brasileiro*, como ficou chamado, em contraposição ao seu antecessor, o Ministério *português*, de que era chefe José Clemente. E deveras memorável : pela elevação de seu programa político e financeiro, exposto em brilhante relatório ; pela obra que realizou ; e afinal, por sua queda.

De sua obra se pode dizer : afastou desde logo do país Gomes da Silva (O Chalaça), o válido do imperador, o chefe do seu gabinete secreto ; e antes da Reunião da Assembléia, por uma série de medidas, já a administração nos seus diversos ramos, adquiria característicos dos governos representativos.

Mas ainda de longe, da Europa, a intriga de Gomes da Silva atuava sobre o espírito de Dom Pedro I, que nas alternativas de liberalismo e de absolutismo, que eram de seu temperamento impulsivo, demite acintosamente o marquês de Barbacena !

Vai-se a última esperança de uma conciliação entre a Câmara, ou melhor, entre o Brasil e o príncipe ; exacerbam-se os ânimos. Bernardo de Vasconcelos volve ao campo livre da oposição, ao mesmo tempo que Evaristo da Veiga.

Verifica-se, afinal, em 1831, o 7 de Abril !

Está constituída a Regência, e, no seu quadro, a figura de Bernardo de Vasconcelos continua a ser a mesma : a maior de tôdas.

Feijó é deveras a resistência material, aliás fortemente inspirada por Evaristo da Veiga e por êle próprio, Bernardo de Vasconcelos, salvadora da unidade do Brasil, contra os movimentos revolucionários dos exaltados e dos restauradores, que tentam pôr abaixo o 7 de abril. E resistência essa em que começa a refulgir a espada de Caxias.

Fora dêsse campo, repito : no quadro da Regência a figura de Bernardo de Vasconcelos, continua a ser a mesma, que havia sido antes : a maior de tôdas.

Nomeado ministro da Fazenda a 16 de julho de 1831, onze dias depois que o fôra Feijó para a pasta da Justiça, toma posse no dia seguinte, entrando para o Conselho de Ministros, como seu verdadeiro presidente. Recebe a incumbência de redigir a própria Exposição de Princípios do Ministério, o que leva a efeito a 23 dêsse mesmo mês, e, como havia de ser, com **mão de mestre**.

Nos meus trabalhos anteriores não me referi a êsse documento, porque só mais tarde vim a conhecê-lo, quando transcrito por Otávio Tarquínio, no seu trabalho de que já falei, publicado em 1937.

Cabe-lhe, no exercício da pasta, pôr em execução essa importante lei de 4 de outubro de 1931, de que fôra referendário, da Reforma do Tesouro.

E o faz, como uma das nossas sumidades financeiras que era, e pude apontar na *Exposição de Motivos*, acorde com Leopoldo de Bulhões no seu trabalho de 1934, *Financistas do Brasil*, onde fala : “Foi curta, de 10 meses, mas fecunda e brilhante, a administração de Vasconcelos. À sua alta capacidade e ao seu espírito de ordem devemos a organização do Tesouro, das Mesas de Rendas e Coletorias, a reforma de todo o aparelho de arrecadação, contabilidade e fiscalização. Ele apurou a renda ordinária e a separou dos recursos da receita, que produzem saldos aparentes, equilíbrios fictícios. Liquidou as contas da Caixa de Londres e do Banco do Brasil, e na proposta para 1833-34, discriminou as receitas e despesas gerais das provinciais, iniciando assim a emancipação financeira das províncias. Os resultados das reformas realizadas e das medidas tomadas pela administração Vasconcelos, se fizeram sentir desde logo, e Cândido José de Araújo Viana, marquês de Sapucaí, que ocupou a pasta da Fazenda de dezembro de 1832 a junho de 1834, os consigna e aplaude”.

Sobre o admirável relatório apresentado à Câmara, dando conta da gestão de sua pasta, muito bem observa Otávio Tarquínio : “relatório com o cunho do seu espírito claro e escrito numa linguagem simples que revelava uma madura reflexão sobre tôdas as questões abordadas”.

Observação, aliás, aplicável também à Exposição de Princípios do Ministério. Era, realmente, um título a mais nessa extraordinária figura de Bernardo de Vasconcelos, a clareza e concisão com que se exprimia, a lembrar igual título que exornava o grande jurisconsulto Conselheiro Lafaiete, também filho de Minas Gerais.

O relatório em causa, tão rico de realizações que expõe e de idéias que apresenta, existente no Arquivo Nacional onde o consultei, forma na verdade apenas um opúsculo in 16, com 101 páginas.

Há outra nota a acentuar em torno do modo por que Bernardo de Vasconcelos exerce esta pasta da Fazenda, pasta de assuntos áridos e extremamente complexos, desafiando a competência dos estadistas, em regra confiada aos presidentes de Conselho. Tal a de que pela mesma passaram durante o Império, exercendo-a também com alta competência, êstes outros filhos de Minas Gerais, Nogueira da Gama (marquês de Baependi), Maciel da Costa (marquês de Queluz), Caldeira Brant (marquês de Barbacena), Araújo Viana (marquês de Sapucaí), Honório Hermeto (marquês do Paraná), Lafaiete e Afonso Celso (visconde de Ouro Preto).

Certo que Nogueira da Gama, Bernardo de Vasconcelos e Afonso Celso, pairando entre os financistas maiores de todos que se tem contado no Brasil; e podendo-se dizer, que Afonso Celso havendo fechado com chave de ouro as finanças do Império, do que lúdima expressão, é o monumental trabalho com que mais tarde, em 1899, as defende, formando o capítulo primeiro nessa publicação *Década Republicana*, de crítica cerrada mas de termos elevados, à obra que vinha sendo realizada pelo regime implantado a 15 de novembro.

A estas considerações, e ao que signifiquei na *Exposição de Motivos*, devo acrescentar agora que, em Bernardo de Vasconcelos, os conhecimentos de ciência das finanças, sob todos os aspectos, além do que consta daquele notável relatório de 1832, ainda tem robustas manifestações, em debates parlamentares, travados antes e depois do exercício da pasta da Fazenda.

Voltando ao trato da atividade de Bernardo de Vasconcelos, no campo da legislação criminal, a mesma se liga, como já referí, ao Código do Processo elaborado por Alves Branco, do qual assim pôde dizer Aurelino Leal, no seu trabalho sobre a nossa História Judiciária: “Não foi só pela sistematização que esta famosa lei imprimiu à justiça criminal, que ela marca um período brilhante na história judiciária brasileira. A par dêsse mérito, cumpre rememorar que definitivamente instituiu no Brasil o *habeas-corpus*, ao qual já referira o Código Criminal de 1830”.

Liga-se a sua atividade a êsse Código, não apenas pelo liberalismo do Código Criminal, que aí se reflete, senão também por haver corrido para que a sua elaboração se alteasse. Foi êle, Bernardo de Vasconcelos, quem na sessão da Câmara, de 20 de maio de 1829, se equeu contra o propósito da Comissão de Justiça, de que fôsse o mesmo elaborado sobre a base de um projeto tacanho e anti-liberal, do governo, projeto, dizia, que de Código do Processo só tinha o nome e o título, e que para garrote da liberdade não tratava dos jurados. Exigia a elaboração em moldes perfeitos, e só depois que fôsse elaborado o Código Criminal, sobre o qual havia êle próprio apresentado aquêlê projeto de 1827, que se achava estacionado, e a respeito perguntando: “E’ pelo adjetivo que se deve principiar? Há de o adjetivo estar na oração antes do substantivo?”

Graças à sua atividade é, por fim, o Código do Processo que se promulga em 1832, levado a efeito por uma comissão especial nomeada em 1830, sendo relator Alves Branco, de cujo espírito brilhante haveria de sair a obra que era de esperar, honrando a nossa cultura.

Não decorre um ano de expedição dêsse diploma de tanto liberalismo, e Bernardo de Vasconcelos está na luta contra a Sedição Militar de Ouro Preto.

Ao mesmo tempo que deputado à Assembléia Geral era membro do Conselho Provincial de Minas Gerais, e vice-presidente da Província quando a 22 de março de 1833, irrompe êsse movimento pela restauração do trono de Dom Pedro I.

Ausente que se achava daquela capital o presidente Melo e Sousa, assume êle o exercício da presidência, e impávido enfrenta os rebeldes, sendo afinal prêso e remetido para Queluz, juntamente com essa outra ilustre figura liberal da época, José Bento Leite Ferreira de Melo.

De Queluz segue para Barbacena, e daí rumo para São João del Rei, onde instala o governo legal, conclamando os mineiros à resistência aos rebeldes, senhores de Ouro Preto; e no mesmo permanecendo até 10 de abril, quando Melo e Sousa reassume o exercício do cargo.

E sabem os mineiros brilhantemente acudir ao seu chamamento. Escoteiro, pode-se dizer, segue para ali enviado pela Regência, o general Pinto Peixoto, a fim de chefiar a ação militar contra os rebeldes.

É com essa coluna de 6.000 homens da própria Guarda Nacional, de diversos municípios de Minas Gerais, da qual trata Xavier da Veiga, nas *Efemérides Mineiras*, que êle marcha para Ouro Preto, dando combate aos rebeldes, que afinal capitulam. De que se compunha a mesma? De representantes de tôdas as classes sociais da terra da Inconfidência, nobremente irmanados na renúncia da vida e de haveres, em prol da causa da liberdade.

Salientando-lhe o feito, é assim que fala Evaristo da Veiga, pela *Aurora Fluminense*: — “Podemos assegurar que desde a luta da nossa independência gloriosa, o Brasil não viu sucessos que tanto reverterem em honra sua, e aonde se patenteasse um entusiasmo mais puro pela liberdade, maior coração para os sacrifícios durante o combate, mais humanidade e horror ao derrame do sangue, depois da vitória. Os mineiros mostram-se capazes de ser livres; nestas palavras temos todo o seu elogio”.

Com esta vitória contra a sedição militar de Ouro Preto, Bernardo de Vasconcelos, como bem acentua Pedro Calmon, “novamente na evidência de sua autoridade liberal, podia lançar-se a outro trabalho hercúleo — o “Ato Adicional”.

Dos antecedentes de mais essa obra admirável, que o Brasil ficou a dever-lhe de longa notícia em um de meus trabalhos já referidos: *Tentativa de golpe de Estado de 1832. A Constituição de Pouso Alegre*.

E seja-me permitido dizer do especial carinho com que escrevi essa página da história pátria.

O movimento sôbre que ela versa, eu podia contemplá-lo do próprio ângulo da história da minha querida e gloriosa terra natal, através dêsses grandes vultos nacionais, que no mesmo ficaram em evidência : José Bento Leite Ferreira de Melo, nascido naquela terra, onde por diversos anos residiu, e à cuja vida política, no campo do liberalismo, esteve sempre ligado, a princípio direta, e por fim, indiretamente; Evaristo da Veiga, como também já signifiquei, naturalizado campanhense; Honório Hermeto (mais tarde marquês do Paraná), nascido em 1801, não na Vila da Campanha da Princeza, mas em Jacuí, então freguesia de seu termo, e que como ultimamente pude saber, por êsse trabalho póstumo de Ferreira de Rezende, *Minhas Recordações*, publicado em 1944, ainda esteve em 1852 na, de algum tempo, já cidade da Campanha, em visita a seus amigos políticos, e em palestra com os quais manifestando idéias precursoras do *Ministério de Conciliação*; José Custódio, hóspede frequente daquela terra, de que até fôra vigário da Vara, ao que afirmou o *Jornal do Comércio* de 1838, quando êle faleceu, e cujos últimos dias decorreram em Alfenas, onde se acham seus despojos, então freguesia do termo da mesma antiga Vila de Campanha da Princeza; Limpo de Abreu (mais tarde visconde de Abaeté), hóspede também daquela terra, da mesma forma que Feijó, fato êste que lá ainda se recorda, exposta no Museu, a casula, com que celebrou na antiga matriz da localidade, hoje Catedral do Bispado.

No trabalho em causa, pude expor longamente os fatores de 7 de abril : o *liberalismo* e o *nacionalismo*.

Mas, sobretudo o liberalismo, e tomada esta palavra na sua acepção ampla, compreendendo não só o liberalismo monárquico, porém, ainda o republicano que “em teoria”, segundo observa Joaquim Nabuco, “é uma gradação mais forte do liberalismo”.

Como dizia Teófilo Otoni, neste célebre documento da nossa história política, “Circular aos Eleitores de Minas Gerais”, o 7 de abril foi uma *journée des dupes* !”

“Preparado por homens de idéias liberais avançadas, jurado sôbre o sangue dos Canecas e Ratcliffs, o movimento tinha por fim o estabelecimento do govêrno do povo por si mesmo, na significação mais lata da palavra”.

“Vi, com pesar, apoderarem-se os moderados do leme da revolução, êles que só na última hora tinham apelado conosco para o juízo de Deus”.

Com a abdicação de Dom Pedro I, o trono ficou em um bêrço.

E só por isto não submergiu, escrita aí uma página, ao mesmo tempo, do sentimentalismo que enobrece a alma nacional, e de alta previsão política, salvaguardando a unidade do Brasil, e permitindo

o aparecimento dessa democracia coroada, que seria o reinado de Dom Pedro II, a quem a nação carinhosamente se incumbiu de educar.

Mas apesar de salva a monarquia, ficou sendo um imperativo do 7 de abril a reforma constitucional, e com a federação, já do apoio do próprio Evaristo da Veiga, antes que explodisse esse movimento, quando proclamava que por toda a parte a mesma era desejada e seria imprudência não ceder.

Não foi possível, entretanto, à Regência, “esse volante regulando a potência revolta de tantas forças disparatadas”, na feliz expressão de Euclides da Cunha, levar a cabo imediatamente essa reforma.

Primeiro teve de empenhar-se na luta contra os exaltados, que queriam decretá-la na praça pública, apelando para os processos revolucionários, da sedição e do motim, sendo afinal vencidos pelo braço forte de Feijó, ministro da Justiça.

Isto feito, não tarda a Câmara dos Deputados a votar, em 13 de outubro de 1831, a reforma e em termos ultra liberais, consagrando a monarquia federativa, suprimindo o poder moderador e o conselho de estado, e estabelecendo o Senado eletivo e temporário.

Segue o projeto para o Senado, que reacionário, hostil ao mesmo, mas sem coragem para impugná-lo, naquele momento em que a Câmara dos Deputados dominava o país, resolve adiar sua discussão para a sessão legislativa do ano seguinte, sob o pretexto de falta de tempo para um exame conveniente.

Em 1832, está a Regência em luta, ao mesmo tempo, com os *exaltados* e os *restauradores* unidos em obra revolucionária, e, afinal, a todos levando de vencida, ainda pelo braço forte de Feijó.

E na Fala do Trono, pede ela o apoio da Câmara para que possa ser mantida a ordem pública, seriamente ameaçada, desde que os *restauradores* tinham vindo a campo deixando em perigo a causa do 7 de abril.

Mais explícito é Feijó, no discurso que profere. Declara que fôra a Quinta de São Cristóvão o quartel general dos revoltosos; e à vista do Tutor da Família Imperial, que se não era conivente era inepto; cumpria à Assembléia Legislativa providenciar “a fim de não continuar funcionário de tão elevada categoria favoneando e alimentando conspirações contra o governo e contra os seus próprios e inocentes pupilos”.

Externa a Câmara o seu apoio à regência; e, atendendo à solicição de Feijó, vota um projeto destituindo José Bonifácio, de Tutor da Família Imperial.

O Senado já não se achava, como na sessão legislativa de 1831, dominado de temor. Assume posição; assenta opor-se a todas as

medidas liberais contidas no projeto de reforma constitucional. E, assim, começa por votar contra a federação.

É nessa hora que chega ao seu conhecimento o projeto em causa. Recusa-se a aprová-lo.

E Feijó não se conforma, habituara-se a vencer; faz-se revolucionário. Exige de seu partido um golpe de Estado, sob pena de deixar de ser ministro. Assumisse a Câmara as funções de Assembléia Nacional, e votasse imediatamente a *Constituição de Pouso Alegre*.

De acôrdo com Feijó já se achava a regência.

Reuniu-se a maioria da Câmara na Chácara da Floresta, residência de José Custódio, e ficou assente o golpe de Estado que afinal se tentou, mas tendo fracassado.

No trabalho a que me venho reportando, pude expor circunstanciadamente como ocorreu êsse acontecimento, e o que era a *Constituição de Pouso Alegre*.

Sôbre o primeiro ponto, recordarei apenas, e como se impõe no momento, a atitude que tomou naquela emergência, êsse outro grande brasileiro, Honório Hermeto (mais tarde marquês do Paraná). Na reunião da *Chácara da Floresta*, manifestou-se contrário à medida solicitada por Feijó, o que repetiu na histórica sessão da Câmara, de 30 de julho, em que se separou de seus amigos, como disse: “fazendo os últimos esforços para tirar-lhes a venda que lhes cobre os olhos, e indicar o caminho da legalidade que com elles tinha sempre trilhado”.

E a esta sua manifestação se deve principalmente o fracasso do golpe de Estado. Há de se encontrar aí o germe do futuro partido conservador.

E a respeito da *Constituição de Pouso Alegre*, mostrei que ela assim se crismava, mercê do nome da então freguesia, do termo da Vila da Campanha da Princesa, onde fôra impressa nas oficinas do *Pregoeiro Constitucional*, órgão de muita influência na opinião pública de Minas Gerais, ali fundado em 1831, por êsse campanhense José Bento Leite Ferreira de Melo, também grande figura do cenário nacional, e tão unida a Bernardo de Vasconcelos na ação liberal, quanto dêle divorciada na reação conservadora, figura da qual dei alguns traços e depois trataria demoradamente em um dos capítulos de minha obra *Campanha da Princesa*.

Na mesma ficava remodelada a Constituição do Império, consagrando-se as idéias do projeto anteriormente referido, aprovado pela Câmara em 13 de outubro de 1831, salvo a federação, e retirando-se ao imperador o título de “Defensor Perpétuo do Brasil”, certo ainda

que, embora não consagrada a federação, criaram-se as assembléias legislativas provinciais, semi-federação, bem caracterizada pelas atribuições às mesmas conferidas.

E se não se pode assegurar que êsse diploma fôsse obra exclusiva de José Bento, pelo menos não lhe teria faltado a colaboração dêste, com os seus méritos comprovados nas colunas do *Pregoeiro Constitucional*, e na tribuna e comissões parlamentares.

O fracasso do referido golpe de Estado em que essa Constituição sairia vitoriosa, enervou o ânimo ultra-liberal da Câmara, e avigorou o ânimo reacionário do Senado.

Na luta que se trava entre essas duas Casas do Parlamento, na marcha do projeto da reforma constitucional, opera-se a fusão das mesmas, emergindo a lei de 12 de outubro de 1832 que, como observa Aurelino Leal, autorizou a feitura do Ato Adicional, “numa obra de transação política em que cada matiz resistiu e cedeu, marchou e contramarchou, avançou e recuou, até um pacto definitivo”.

Autorizou-se, como concessão à causa liberal, a transformação dos conselhos gerais, em assembléias legislativas provinciais, a extinção do Conselho de Estado. Como medida conservadora, autorizou-se o estabelecimento da Regência una.

Para a reforma sobre essas bases, deveria ser concedido mandato especial aos deputados, a serem eleitos para a legislatura a iniciar-se em 1834. Logo que esta se abriu, propôs o deputado Henriques de Rezende, fôsse nomeada uma comissão para organizar o respectivo projeto, e pedindo à Câmara que meditasse sobre as pessoas que a compusessem, porque o assunto do mesmo era da maior importância. E sabe a Câmara corresponder a êsse pedido, eleita uma comissão de que é o nome mais votado, e relator Bernardo de Vasconcelos.

Embora sob o pêso de outras tarefas, aceita êle a incumbência, põe mãos à obra, e dentro de um mês pode exhibir o projeto do Ato Adicional.

As bases postas pela lei de 12 de outubro eram mal definidas pelo que respeita às Assembléias Legislativas Provinciais, ponto aliás capital da reforma em causa.

Exigiam um espírito criador, hábil e de elevada cultura, que organizasse, como aconteceu, uma construção perfeita, sob todos os aspectos. E o brilho com que a executou, corresponde, como não podia deixar de ser, ao brilho com que a defenderia nos debates parlamentares, de argumentação segura, clara e erudita, ilustrada com o conhecimento que tinha do sistema federativo praticado nos Estados Unidos.

Manifesta-se contra a adoção do mesmo entre nós, para o qual ainda não estávamos preparados.

Isto é, dêsse sistema caracteristicamente federativo. E não de uma semi-federação que, na realidade, ficou estabelecida no Ato Adicional, como salta aos olhos de quem leia as atribuições conferidas às Assembléias Legislativas Provincias; semi-federação que ainda não desapareceria de todo, mesmo sem as emendas, que mais tarde em 1839 declarou êle Bernardo de Vasconcelos, haviam alargado ainda mais o seu Projeto.

Um outro aspecto aí bem revelado do seu gênio, é a previdência. Atendendo à hipótese dessa própria semi-federação vir a provocar a anarquia, e pôr em perigo a unidade do Brasil, é o primeiro signatário de uma emenda ao projeto, que se transformou no artigo 25 dêsse célebre diploma constitucional: “no caso de dúvida sôbre a intelligência de algum artigo desta reforma, ao poder legislativo geral compete interpretá-lo”.

Desta obra, o Ato Adicional, vangloriava-se Bernardo de Vasconcelos ainda na vitória da reação conservadora, a dizer em sessão do Senado de 1838: “Ora sendo o Ato Adicional um dos penhores da liberdade em nosso país, merecendo êle tantos elogios, não querei eu que floresça uma produção que, pela máxima parte, me deve ser atribuída? Não querei eu que, um dia, à sombra de suas salutaes disposições, digam os brasileiros — Eis a obra de Vasconcelos? Que maior prazer podem ter os cansados restos desta caduca existência? O que podem ambicionar ainda? O mais ambicioso dos homens não se contentaria com tal glória?”

Expedido o Ato Adicional, encerra Bernardo de Vasconcelos essa atividade, que desde 1826 vinha exercendo no campo do liberalismo, com brilho incomparável, como o batalhador maior de todos.

Com os mesmos sentimentos patrióticos, para os mais elevados fins, desfralda a bandeira da *Reação Conservadora*, podendo dizer: “Fui liberal, então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas idéias práticas; o poder era tudo. fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade; os princípios democráticos tudo ganharam e tudo comprometeram; a sociedade, que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la, e por isso sou regressista. Não sou trânsfuga, não abandono a causa que defendo, no dia de seus perigos, de sua fraqueza, deixo-a no dia em que tão seguro é o seu triunfo que até o excesso a compromete”.

Certo que nesse novo campo de atividade, em que o seu brilho continua a ser incomparável, e a sua figura a maior de tôdas, tem êle imediatamente a seu lado a extraordinária figura de Honório Hermeto — já com a sua inclinação conservadora bem marcada em

tórno da tentativa de golpe de Estado de 1832, e destinado mais tarde ao pináculo da chefia do *Ministério da Conciliação* — e tem em seguida a dessas figuras também brilhantes, de Rodrigues Tôres (mais tarde visconde de Itaboraí), e Paulino de Souza (mais tarde visconde de Uruguai), e Euzebio de Queiroz que entraria para a Câmara em 1843, não tardando a ser o verdadeiro chefe do glorioso Ministério de 29 de Setembro de 1848, um dos mais importantes que se contaram no Império.

Da causa dessa *Reação Conservadora*, e do desenvolvimento e da vitória da mesma, até a Maioridade, dei larga notícia na *Exposição de Motivos*, já tantas vezes citada; e falarei agora em rápidas considerações, só as que o momento permite.

À sombra do Ato Adicional, agitavam-se as províncias, arrogando-se poderes que nem a República viria conferir aos Estados. E começava a lavrar o incêndio revolucionário no Norte e no Sul, perigando a unidade nacional, principalmente no Rio Grande do Sul. Era o próprio regente Feijó que, em 1835, em carta ao marquês de Barbacena, isto proclamava, e confessando-se impotente para vencer a tormenta que antevia cada vez maior!

Premente deveras, a necessidade da reação conservadora, e que se tornou possível desde quando, com o desaparecimento em 1834 do ex-imperante, então duque de Bragança, era permitido a alguém ser conservador sem a pecha do restaurador.

É formidável, irresistível, a campanha que desenvolveu Bernardo de Vasconcelos, na tribuna parlamentar, até cantar vitória em 1837, com a renúncia de Feijó, do cargo de regente, cargo êste tão desastroso para êle, que proclamou “eu não sirvo para ser rei constitucional”, quanto glorioso fôra o cargo de ministro da Justiça. Na mesma tendo especial relêvo a defesa cerrada que faz, da igreja católica, da alma do Brasil, contra o regente, na questão religiosa que êste levantou, confundindo a sua rebelião contra o Santo Padre com a causa do país, como bem se expressa Vilhena de Moraes, no seu trabalho *O Patriotismo e o Clero no Brasil*.

Com a renúncia de Feijó, ascende Araújo Lima (mais tarde marquês de Olinda) à regência. E está formado o Ministério de 19 de Setembro, sob a chefia de Bernardo de Vasconcelos, que exerce simultâneamente a pasta do Império e a pasta da Justiça.

Vai êste executar o seu programa conservador. Conservador, sim, mas sôbre a base do parlamentarismo, segurança máxima da democracia; conservador, sim, mas para espargir luzes e não para espalhar trevas, e por isso, foi êsse Ministério crismado pelos contemporâneos — *Ministério das Capacidades*.

Sua obra, é ao mesmo tempo, política e cultural. Desta direi para adiante; passo a falar daquela.

Constituiu êsse Ministério, em si mesmo, e proclamadamente, a afirmação rigorosa do regime parlamentar, que vinha sendo afrontado por Feijó. Tal a primeira nota a registrar, a seu respeito.

E a segunda é o empenho de Bernardo de Vasconcelos, em que se votasse o projeto de Interpretação do Ato Adicional, restringindo as atribuições das Assembléias Provinciais, apresentado à Câmara em 1837 por Paulino de Sousa; e se reformasse o Código do Processo, para organizar o respectivo Projeto, nomeando uma comissão de que ficou sendo êle o presidente, a sua figura central, como não podia deixar de ser.

Em seus Relatórios Ministeriais, que consultei no Arquivo Nacional, significou às Câmaras, a urgência dessas medidas, para salvar o país da anarquia, para salvá-lo da própria desintegração!

Certo que êsse Projeto de Interpretação, se não foi por êle redigido, deve-se-lhe a sua transformação em a Lei de 10 de maio de 1840. Aprovado pela Câmara, segue o mesmo em 1839 para o Senado, onde conforme Levi Carneiro descreveu tão ao vivo, no seu trabalho sobre o *Federalismo*, apresentado ao Primeiro Congresso de História Nacional, sofreu oposição tenacíssima, que só pôde ser vencida pela palavra formidável e intrépida, dêle, Bernardo de Vasconcelos, que dominava aquela Casa.

Sobre o projeto da Reforma do Código do Processo, que se converteria na Lei de 3 de dezembro de 1841, centralizando a ação da polícia, retirando da magistratura as funções policiais, bem como tornando independente da indicação das municipalidades, a nomeação dos juizes municipais e promotores, e fazendo alterações do juri, foi o mesmo por êle concebido e redigido, e minuciosamente justificado no seu relatório da pasta da Justiça apresentado às Câmaras como pude ver, e afinal em 1839 oferecido ao Senado.

E do brilhantíssimo de um e outro lado debate que sobre o mesmo se travou, é assim que pôde falar Justiniano da Rocha: “Esse foi de quantos debates tem ocupado o nosso Parlamento o mais atuado e o mais completo. Para glória de Vasconcelos bastaria a parte que nêle tomou”.

Ainda na elaboração da Lei de 3 de dezembro, e em tôdas suas fases, a figura de Bernardo de Vasconcelos, é pois a maior de tôdas.

Tem seu fim o *Ministério das Capacidades* a 17 de abril de 1839.

A derrota das forças legais no Sul, os ciúmes que despertava dentro da própria maioria, dentro do próprio Ministério, o grande

destaque de Bernardo de Vasconcelos, e os melindres feridos e as queixas levantadas pelo seu gênio, altivo e autoritário — tudo isso concorreu para a queda do Ministério.

E êle, Bernardo de Vasconcelos, — contra quem, e a motejar de sua queda a oposição concentrava os ataques que, seja dito, êle revidava impetuoso, — sente-se ferido no seu amor próprio.

Como informa Pereira da Silva, na sua *História do Império*, não cessa de proferir e manifestar, nas reuniões de amigos em que se ache, suas queixas sentidas e despeitos contra Araújo Lima, faz opposição aos ministérios que se vão formando, e chega a pensar na regência da princesa Januária.

E a Reação Conservadora vai se excedendo, causando viva impressão nos espíritos, como refere Justiniano da Rocha no seu trabalho *Ação, Reação, Transação*, o fato de, na festividade da Cruz dos Militares, à porta da Igreja diante de numeroso concurso, haver-se o regente inclinado beijando a mão do Imperador.

Tudo vai fortificando a opposição liberal, ou, por outra, tudo vai conspirando para a Maioridade.

Sentia-se, afinal, que a regência estava gasta por uma década de lutas sucessivas, de lutas formidáveis! E nos anseios da nação por melhores dias, era natural que se não apresentasse como fórmula salvadora, a República: República de fato já era a própria regência. Nem mesmo os liberais mais avançados achavam que era hora de proclamá-la.

E outro caminho não havia a seguir, pela mesma opposição liberal, senão chamar a si a Maioridade. Fazer dela “uma égide em favor dos princípios liberais”, como disse Teófilo Otoni, e significando a origem democrática que tivera a monarquia no Brasil, — instituição que devia ser mantida, *cercada de instituições republicanas*.

Foi o que aconteceu.

Do assunto, tratei em 1912 e depois em 1940, do ângulo da história de minha querida e gloriosa terra natal, através da figura de José Bento Leite Ferreira de Melo, das mais salientes desse movimento liberal, que chegou ao golpe de Estado de 22 de julho de 1840, e de extraordinária evidência neste dia, do orador que de uma das sacadas do Senado fala ao povo, descrito por Sales Tôrres Homem; e tratei na *Exposição de Motivos*.

Propuseram-se os liberais a levar avante a maioridade, pelos processos legais ou revolucionários, para isto organizando-se secretamente. Não poderiam agir sem entrar em inteligência com os áulicos, para obter a aquiescência do Imperador, o que realizam.

Entendem-se com os antigos conselheiros de Dom Pedro I, contrariados com os conservadores *novos* que estavam no poder, enten-

dem-se com o “monarquista por excelência”, que era o marquês de Paranaguá, presidente do Senado, e que da tribuna do mesmo defende o projeto que a respeito aí se apresenta, e não sem lastimar os males que a nação estava cansada de sofrer, “desde a fatal abdicação do Sr. Dom Pedro I”, como se expressa.

Abrem caminho para a passagem da Lei de Interpretação. E no primeiro projeto que formulam sobre a maioridade, conjuntamente, com a decretação desta se cria o Conselho Privado da Coroa.

O plano era, assim, obter adesões com que levassem a cabo a Maioridade; o mais conseguiriam depois, senhores do poder, influndo no espírito do jovem Imperador.

Na Câmara, o projeto de resposta à fala do trono, da redação dos conjurados, já vê *com prazer aproximar-se a maioridade.*”

Fortemente combate Honório Hermeto êsse voto, propõe a sua supressão. Mas, a apresentação do projeto da maioridade no Senado e o modo como se agitam os seus partidários da Câmara, não deixam dúvidas no seu espírito sobre a situação... Conservador e, ao mesmo tempo, hábil e prudente, não se opõe à medida apenas exige que ela obedeça aos trâmites constitucionais, que não seja votada por lei ordinária. Apresenta projeto no sentido de que os eleitores dos deputados na seguinte legislatura lhes conferissem nas procurações, especial faculdade para reformar o artigo 121 da Constituição, a fim de poder o Imperador ser declarado maior. Mas a onda vai crescendo: renova-se na Câmara o projeto que havia caído no Senado; as sessões se tornam tumultuosas...

Tem de apelar, por fim, o Regente, para Bernardo de Vasconcelos, que não hesita em aceitar, pela manhã de 22 de julho, a pasta do Império, propondo o adiamento das Câmaras, que é decretado...

De *nove horas* apenas foi, porém, êsse seu último Ministério...

Entra a causa da maioridade no período francamente revolucionário, e não podia ser mais rápida a vitória...

Obedece a Câmara ao decreto de adiamento. Mas dela se retiraram os deputados partidários da causa, acompanhados da massa popular, dirigindo-se para o Senado, onde, reunidos em minoria, êles e os Senadores enviam uma deputação para pedir ao Imperador assumisse as rédeas do governo; só dissolvida a reunião depois que obtêm a resposta favorável de São Cristóvão, depois que se acham de posse do decreto de nova convocação da Assembléia Geral e depois de declararem todos os presentes como reza a ata “que reconheciam já o Sr. Dom Pedro II no gozo de seus direitos, para desde já assumir o governo do Império”.

E homologa o Parlamento, no dia seguinte, a obra revolucionária, votando, com a maioria dos membros das duas câmaras, por aclamação, a Maioridade!

O próprio Bernardo de Vasconcelos votaria por ela, como declarou no seu manifesto de 28 de julho, “mas com limitações e com suficientes garantias para o trono e para o país”.

“Nossas instituições não estão completas”, ponderava êle, “faltam-nos muitas leis importantes, algumas das existentes exigem consideráveis reformas, e muito há que vivemos sob o govêrno fraco das regências. Falta-nos um Conselho de Estado, não temos eminências sociais, ou por pobreza nossa, ou porque a inveja e as fações tenham caprichado em nivelar tudo. Neste estado de coisas — não aclamara eu por meu voto o Sr. Dom Pedro II maior desde já...”

Assim falou corajosamente, como sempre, envaidecido das *nove horas* de seu ministério, que considerou as mais gloriosas de tôda a sua vida política.

Não lhe importava a incompatibilidade em que viesse a ficar com a própria coroa: “Não me é dado saber qual será a minha sorte por êste acontecimento”.

“Venham sôbre mim todos os males; ainda estou impenitente” — exclamou !

Vitório o movimento, acha-se organizado o Ministério liberal, de 23 de julho, mas para existência efêmera, como era de esperar.

Retorna ao poder o partido conservador, com o Ministério de 23 de março de 1841, continuando a sua obra. São promulgadas as leis de 23 de novembro, restabelecendo o Conselho de Estado, de 3 de dezembro reformando o Código do Processo, como promulgada havia sido em 10 de maio do ano anterior a Lei de Interpretação.

Constituíram essas leis a tríade em que assentou a tranquilidade e o progresso do Império, até 1871, certo que os liberais, que contra elas alçaram a Revolução de 1842 não as revogaram quando no poder, devendo-se aos próprios conservadores, naquele ano, a reforma da Lei de 3 de dezembro, quando entenderam que o momento já a permitia.

E isso para glória de Bernardo de Vasconcelos, a quem sôbre-tudo elas se devem, mesmo a do restabelecimento do Conselho de Estado.

Certamente, não foi de sua lavra o projeto a respeito oferecido ao Senado, mas constituia o restabelecimento em causa, e como era indeclinável, um dos pontos capitais de seu programa, conforme êle deixou visto no manifesto de 28 de julho, há pouco referido.

E acompanhando os debates parlamentares sobre o mesmo, quando estudei a personalidade de José Bento Leite Ferreira de Melo, para descrevê-la, em um dos capítulos de meu trabalho — *Campanha da Princesa*, bem pude observar por alto, o que agora, voltando a acompanhá-los, pude observar de perto, isto é, a extraordinária figura que, como havia de ser, foi naquele certame, a dêle, Bernardo de Vasconcelos.

Nesses debates demorados, elevadíssimos, a começar pelo exame da duvidosa constitucionalidade do projeto, como sabe qualificá-los Tavares de Lira, no seu trabalho *O Conselho de Estado*, foi-me permitido ver à luz meridiana, que ainda aí não falhou o “gigante intelectual”.

Principal é a figura de Bernardo de Vasconcelos na discussão do projeto, como aliás já significaram o visconde de Uruguai, Justiniano da Rocha, Tavares de Lira e Otávio Tarquínio. Ao brilho da sua argumentação, da sua cultura, se deve de fato, sobretudo, ter sido levada a cabo, e tão sãbiamente, a obra legislativa do restabelecimento do Conselho de Estado.

De igual modo, principal ainda é a sua figura no mesmo, para o qual é imediatamente nomeado. É o que proclama Justiniano da Rocha na *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, de Sisson: “Pode-se quase sem hipérbole afirmar que enquanto foi vivo, Vasconcelos foi o Conselho de Estado”. É o que afirma Homem de Melo, na publicação *Biblioteca Brasileira*, a dizer: “Em trabalhos severos e importantes, nos variados ramos da administração em que consultou, deixou firmada sua reputação de juriconsulto consumado, legislador e estadista. No retiro do gabinete, na ausência das paixões, elaborou suas idéias, e as traduziu pacificamente nas instituições do país. Fora do poder, sua palavra era a que dominava, seu voto tudo decidia”.

Nos píncaros em que venho focalizando a figura de Bernardo de Vasconcelos, chegou o momento de falar do quanto lhe deve o ensino, e do quanto lhe devem as instituições culturais.

Já salientei, na Conferência que tive a honra de aqui realizar, em 1927, na sessão comemorativa do Centenário dos Cursos Jurídicos, a ação por êle desenvolvida, nos debates que se travaram na Câmara dos Deputados, em 1826, sobre a planejada instituição de Universidades, e afinal sobre a localização daqueles Cursos.

A urgência que proclamou, de se estabelecer uma Universidade pelo menos, no Império, e cuja demonstração declarou seria indecorosa para a Câmara, a perguntar “Pois nós havemos de discutir se deve haver ciências no Brasil?”; a resposta que deu aos que sustentavam ser mais interessante a instrução geral do cidadão do que um grande

número de doutores : “As primeiras luzes não se podem aperfeiçoar sem se aumentarem as grandes ciências”.

E, finalmente, o modo como se manifestou sobre a localização do primeiro Curso Jurídico a ser criado.

Era pelo Rio de Janeiro, pelos mesmos motivos por que o fôra em 1823, na Assembléia Constituinte Silva Lisboa, quanto à Universidade : por ser a Capital do Império, e pelos estabelecimentos literários que já possuía, condições ambas favoráveis à imediata criação e imediato sucesso do Curso ; não se conformava com as “ciências do sertão”, diz com espírito.

E ainda o era, pela causa da liberdade, atmosfera esta indispensável para o sucesso do Curso : “Há também aqui, no Rio de Janeiro, uma proteção muito mais decidida do que nas províncias, onde não pode raiar a liberdade, e onde o despotismo está ainda em maior furor do que aqui”.

Não desejava, entretanto, como não o desejara Silva Lisboa, com relação à Universidade, que fôsse o Rio de Janeiro o assento permanente de quantas academias se pudessem ou se devessem criar no Brasil, pois seria isto um despropósito. Queria que estabelecidos aí, meio mais próprio, institutos modelos, se propagassem depois por todos os confins do país.

Por último, sustentava, excluído que fôsse o Rio de Janeiro para a sede do Curso Jurídico, a preferência devia ser não por São Paulo, mas por Minas, cuja grandeza e cujos títulos culturais exalta.

A respeito do programa do ensino, manifesta idéias as mais adiantadas, quanto às cadeiras a estabelecer, embora conformando-se com a consagração apenas das cadeiras mais urgentes, únicas que o momento permitia.

E da atividade brilhantíssima, da atividade sem exemplo na vida administrativa do país, sobre o mesmo assunto do ensino e instituições culturais, por êle desenvolvida no *Ministério das Capacidades*, muito já pude falar na *Exposição de Motivos*.

Pude falar dessa organização do Arquivo Nacional, criado na Constituição apenas para guarda dos originais das leis, mas que êle, na largueza de sua visão, torna maior, fazendo-o constituir-se de três seções, legislativa, administrativa e histórica, no importante Regulamento que expede, sobre tudo quanto à seção histórica.

E sendo isto, de par com a criação do Colégio Pedro II, que impele a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a promover a 14 de agosto de 1838, a criação do Instituto Histórico, do qual os Estatutos seriam, com toda a alma, por êle próprio Bernardo de Vasconcelos aprovados, signatário do respectivo Aviso, e que fica assim com o seu nome para sempre ligado a esta Casa. A esta Casa

gloriosa, que culmina no quadro das nossas sociedades sábias, pois surgida nos albores do Brasil autônomo, para ser logo objeto do carinho especial e permanente, e da preciosa colaboração do “Neto de Marco Aurélio”, e para com tão grande brilho realizar a dupla missão de Instituto Histórico e de Academia, como proclamou José Veríssimo. Certo ainda que mais de meio século depois é que aparece a Casa de Machado de Assis; e onde, segundo aqui, em outro momento, já deixei visto, considerável foi o número dos patronos de suas cadeiras, tirados do quadro desta Casa, da mesma forma que considerável tem sido o número dos titulares das mesmas.

Pude falar dêsse Colégio Pedro II, refulgente padrão de ensino secundário, por êle instituído, e de que sabe dar tão interessante notícia Escragnolle Doria, na sua *Memória Histórica* sobre o mesmo.

Fundado em 1837, a 2 de dezembro, data natalícia do imperante; e inaugurado em 1838, a 25 de março, data da Constituição e da Anunciação de Nossa Senhora, entrelaçando-se assim, a cultura, o civismo e a fé.

Os desvelos de Bernardo de Vasconcelos pelo mesmo são em todo o sentido. Começam pela sua instalação material, escolhido o edifício do antigo Seminário São Joaquim, cuja adaptação êle confia ao gênio arquitetônico de Grandjean de Montigny, e de perto o acompanhando.

E seguem nessa obra sábia e tão brilhante, sob todos os aspectos do Regulamento que lhe dita, e cuja execução acompanhará também de perto, e do discurso que profere no ato da sua inauguração.

Infelizmente, o momento não me permite citar trechos dessas peças memoráveis, como foi dado a Escragnolle Doria; nem mesmo resumí-las; certo entretanto, que elas jamais foram esquecidas, como não poderiam sê-lo, pelos cultores da nossa história literária, pois para recordá-las, continua de pé atravessando épocas e regimes políticos contraditórios, êsse monumento mais que secular por elas inspirado.

Quero apenas significar o que refere Escragnolle Doria sobre o ato da inauguração do Educandário: “Na abertura do Colégio, diz o *Jornal do Comercio*: “Quase todo o Rio de Janeiro intellectual ali se achava para ouvir da boca do Exm.^o Sr. Vasconcelos o discurso por êle dirigido, em nome do Regente ao Exm.^o reitor (o bispo de Anemuria)”.

Refere isto e, podendo dizer: “Não se moveu em vão o Rio de Janeiro intellectual. Aplaudiu discurso lapidar, mais do que isto profético; podendo dizer, e, em seguida, expor tão vivamente.

Foi, deveras, um *sursum corda* na vida intellectual do país, êsse monumento erguido por Bernardo de Vasconcelos.

Não para, entretanto, no que até aqui venho salientando, a ação do “gigante intelectual” sobre a matéria em causa, ensino e instituições culturais. Muito ainda pude conhecer, agora, compulsando o Relatório da pasta do Império por êle apresentado às Câmaras em 1838, existente no Arquivo Nacional.

Nesse notável documento, cheio de idéias e realizações, com a clareza e a concisão de sempre, de quem é senhor de todos os variados assuntos de que trata, além do que se refere ao Arquivo Nacional e o Colégio Pedro II, discorre sobre o problema da Universidade, expondo as vantagens desta sobre os cursos solitários e distantes, que considera uma idéia mesquinha, propugnando a criação da mesma e, para sua sede, de novo se pronunciando pelo Rio de Janeiro.

E se ocupa, com o máximo interesse, dos estabelecimentos existentes, literários, científicos e artísticos, desde as escolas primárias, empenhando na difusão das mesmas, e com a adoção de melhores métodos de ensino e melhor professorado.

Faculdades de Direito, de Medicina, Academia de Belas Artes, Biblioteca Nacional, Museu Nacional, Escola de Comércio, Jardim Botânico — de todos êsses institutos trata êle, com desenvolvimento, conhecedor das suas necessidades, do que existe, e do que falta, e providenciando para os seus melhores e maiores destinos, quer com realizações sucessivas, facultadas pelas leis e pelas verbas orçamentárias, quer solicitando das Câmaras a aprovação de medidas que alvitra; e, ao mesmo tempo, cria uma Escola Agrícola teórica e prática de elevado plano e propugna a criação de um curso de ciências físicas no Museu Nacional.

Essa obra verdadeiramente admirável que acabo de expor nos seus traços gerais, marca o renascimento das letras, das ciências e das artes no Brasil, o culto das quais, como bem observa Pereira da Silva, parecia sopitado sob o jugo exclusivo da política, que há tantos anos absorvia todos os espíritos.

Passando a considerar, agora, a atividade de Bernardo de Vasconcelos no que respeita ao jornalismo, esta não pairou na mesma altura que as outras, que venho referindo: não foi êle o maior de nossos jornalistas, do primeiro reinado e da regência. Êste título pertence, por tudo, ao redator da *Aurora Fluminense*, Evaristo da Veiga.

Mas se não foi o maior de nossos jornalistas, salientou-se no jornalismo, como significou Xavier da Veiga, e significa Otávio Tarquínio, a dizer: “A carreira jornalística de Vasconcelos se iniciou sob bons auspícios em *O Universal*, de Ouro Preto, redigido em tom sereno, evitando personalizar as questões e discutindo temas de interesse geral”.

E referindo-se ainda, este escritor, ao seu estilo jornalístico, em que se reproduzia o do orador, da precisão e da brevidade, de quem recomendava aos órgãos obedientes à sua orientação : "artigos curtos; são os que o povo lê".

Mas se em Minas Gerais foi o jornalista do *Universal*, no Rio de Janeiro foi o panfletário do *Sete de Abril* e da *Sentinela da Monarquia*.

A época era de panfletos; era, como disse Euclides da Cunha, e já ficou citado, a daquela potência revolta de tantas forças disparatadas, que a regência, qual um volante teve de regular.

A êles pagou o seu tributo o próprio Silva Lisboa, como fica bem à vista nesse desenvolvido trabalho de Hélio Viana, *Contribuições à História da Imprensa Brasileira*; e teve de pagá-lo, também, Bernardo de Vasconcelos.

Mas este extravasou, foi tremendo, foi impiedoso, como teve de reconhecer Xavier da Veiga, nas *Efemérides Mineiras*, qualificando-o de "polemista pertinaz e acerbo, não poupando invectivas aos adversários ferindo-os mesmo com golpes cruéis...", e concluindo : "Este eclipse do astro só a apologia sem critério, jamais a história conscienciosa poderá desconhecer".

Mas esqueceu-se Xavier da Veiga de, como também manda a justiça da história, apresentar as atenuantes que militavam a favor do mesmo. E' que na grande admiração que lhe consagrava quisera vê-lo um sol sem manchas...

Eis o que falava sobre a imprensa daquela época, Evaristo da Veiga, neste trecho transcrito por Hélio Viana : "A maior parte dos jornalistas que possuímos (e nesta questão nos conhecemos culpado ou arrastado pela força da corrente) mais invectivam que argumentam; os nomes próprios e as invectivas pessoas enchem quase todas as suas páginas. Conhecemos que esse vício ainda é mais notável nas folhas que pertencem à comunhão exaltada, porém, não são isentos de tal censura os periódicos da moderação. A razão é clara: a polémica encetada, as personalidades aparecem, o amor próprio se interessa na luta, julga-se fraqueza o deixar de reagir, e muito é se acaso aí a vida privada e a decência são respeitadas".

O pecado não foi assim apenas de Bernardo de Vasconcelos; foi de muitos, foi de todos, pode-se dizer. E ele não o cometeu apenas em polémicas de sua iniciativa, senão principalmente, em revide de ataques.

Era a figura culminante do cenário intelectual e político do país: sobre a sua cabeça caíam todos os raios !

Foi quem mais caro pagou aquêlê pecado, como salienta Otávio Tarquínio : “Foi vítima de baldões e injúrias de tôda espécie : foi alvo das calúnias mais horrendas...”

Mas impávido, a tudo resistia, e com a superioridade de quem expressou essas palavras que, informa Nestor Massena, foram adotadas como lema do *Paraibuna*, órgão em 1836 aparecido em Barbacena, e dêle recebendo inspirações políticas : “Os homens passam, passam as circunstâncias; mas os princípios subsistem Deus louvado, a despeito das intrigas, a despeito das paixões, em tôdas as lutas saem triunfantes e sabem vingar-se dos ultrages que lhes irrogam a má fé, a ambição ou a ignorância”.

Até aquí examinei a figura de Bernardo de Vasconcelos no cenário nacional, ou no cenário de Minas Gerais com influência direta no cenário nacional, isto é, a resistência oposta à sedição militar de Ouro Preto; agora, passo a examiná-la exclusivamente no cenário de Minas Gerais.

Como não podia deixar de ser, foi ela também aí, a maior de tôdas, e realizando obra exemplar, para as outras províncias e para o próprio Brasil.

Foi também a maior de tôdas, onde quer que se apresentasse nessa atividade febril, incessante, e de extraordinário brilho, que começa logo em 1825, no Conselho dos Governos, segue-se no Conselho Geral da Província, chegando por fim à Assembléia Provincial, de que faz parte nas legislaturas de 1835 a 1838; e que se desenvolve sôbre os mais variados assuntos, estabelecendo como nas *Ejemerides Mineiras*, diz Xavier da Veiga, as bases seguras da administração da Terra da Inconfidência.

E culmina essa atividade, no que se refere à instrução pública e vias de comunicação. Tive ensejo de tratar do assunto no meu trabalho *Campanha da Princesa*, em tórno da conceituada Escola Normal campanhense, e do papel desempenhado por ilustre campanhense, na Constituinte de Minas Gerais de 1891.

Sôbre a instrução pública, foi da autoria dêle, Bernardo de Vasconcelos, a lei de 28 de março de 1835, precursora no Brasil do ensino primário obrigatório, e das Escolas Normais.

A respeito destas, pude dizer que só a 4 de abril a província do Rio de Janeiro decretava instituto congênere, e que só em 1836 e 1846, respectivamente as províncias da Bahia e de São Paulo, por sua vez o faziam.

Fôrça era significar que essa criação de Bernardo de Vasconcelos, não tivera no momento nenhuma efetividade, mas constituindo objeto de sucessivos ensaios em 1846 e 1848, certo com o plano

estreito de escolas primárias modelos determinou em 1871, a decretação de Escolas Normais em Ouro Preto e Campanha da Princesa, de plano elevado, instaladas em 1872 e 1873; e isto, seja dito, quando só em 1872 a própria Capital do Império poderia ter a sua Escola Normal, assim mesmo de iniciativa particular do conselheiro Manuel Francisco Correa, apenas no ano seguinte, sendo autorizada pelo legislador a criação que mais tarde se leva a efeito, do estabelecimento oficial.

E força era ainda proclamar que, essas duas Escolas souberam honrar aquela iniciativa de Bernardo de Vasconcelos, havendo mesmo a da minha querida e gloriosa terra natal, a Campanha da Princesa, recebido uma especialíssima homenagem de Benjamin Constant.

Da demorada visita que em passeio pela histórica localidade, teve ocasião de fazer a essa escola, em princípios de 1889, o sábio professor lança a excelente impressão recebida, em um album novo, que lhe foi enviado para abrí-lo. E, mais do que isso, a faz seguir de um plano de ensino para as Escolas desse gênero, que começa a traçar, porém não pôde concluir, em virtude das crescentes preocupações políticas, de quem foi proclamado, na Constituição de 1891, fundador da República, e da subsequente enfermidade que o prostrou.

Quis, pela forma exposta, Benjamin Constant vincular seu plano de ensino normal a essa visita, que assim ficou histórica.

Sobre as vias de comunicação, é Bernardo de Vasconcelos autor dessa lei de 12 de abril, ainda de 1835, com um vasto plano admiravelmente regulamentado, de construção de estradas, que *mutatis mutandis* faria honra à engenharia de hoje, das estradas de ferro e das estradas de automóveis.

E também não provou estéril.

Antes empenhou-se dentro em pouco tempo, e vivamente o governo provincial em executá-lo, quanto a uma das grandes estradas planejadas, a de Leste, que punha Minas Gerais em contacto com o porto do Rio de Janeiro.

Disto pude ter notícia em um dos mais importantes discursos pronunciados na Assembléia Constituinte Mineira de 1891, e que fala ao meu coração, tal o de meu pai, o senador Gomes Valladão, sobre o regime municipal no que se refere à discriminação das rendas estaduais e municipais, fazendo um retrospecto histórico do quanto deviam os municípios da chama "Zona da Mata", no extraordinário progresso que ostentavam, aos antigos municípios das outras zonas, oriundos da fase da mineração, e no momento decaídos da sua riqueza.

Refere êle os grandes encargos assumidos pela província, com a construção dessa estrada de leste, realizada em 1839 e 1840. Mas refere também o extraordinário sucesso do empreendimento.

Fez ver que a “Zona da Mata”, situada no Leste de Minas Gerais, passava até então despercebida, não se conhecia a uberdade de seu solo, e continua :

“Em feliz hora, iniciou-se êsse melhoramento, surge a estrada construída na Zona da Mata, ali desenvolveu a riqueza e a civilização a tal ponto que essa estrada já não bastava para a locomoção de seus produtos agrícolas”.

“Uma nova empresa organizou-se para a construção da estrada de rodagem denominada União e Indústria, os cofres provinciais abriram-se para realizar-se mais êste melhoramento, que daria escoamento mais rápido e mais barato à exportação e importação de seus produtos”.

E essa estrada União e Indústria, a mais importante e a mais perfeita que na época se contava entre nós, rivalizando com as suas congêneres dos Estados Unidos, construída por um ilustre mineiro, Mariano Procópio, auxiliada pelos cofres mineiros, e fomentando o progresso do Brasil, foi pois a última etapa, ou o coroamento daquela iniciativa de Bernardo de Vasconcelos!

Certo manda a verdade referir a atitude que tomou depois, sôbre estradas de ferro, quando em 1839 se discutiu a concessão requerida por Tomás Cochrane, de uma estrada ligando o Rio a Minas e São Paulo, dizendo : “É estrada de ouro e não de ferro; carregará no 1.º do mês tôda a produção realizada, e ficará trinta dias ociosa”.

Mas, êrro idêntico, e tão citado, cometeu, na França, o grande Thiers; ficava êle assim em boa companhia. E menos grave do que o daquele, foi o seu êrro.

Considerando a facilidade com que, pela planura do terreno, se fazem as estradas de ferro na República Argentina, e a dificuldade que elas encontram em nosso país, tendo de galgar êsse degrau da Serra do Mar, e depois o da Mantiqueira, pôde dizer Euclides da Cunha : “Na Argentina as estradas de ferro trouxeram o progresso; no Brasil o progresso trouxe as estradas de ferro”.

Neste sentido foram sempre de ouro as estradas de ferro no Brasil; e a Bernardo de Vasconcelos teria parecido que naquele momento o nosso progresso ainda não as permitia.

Voltando ao trato da ação de Bernardo de Vasconcelos no cenário nacional, insisto em que só a considere nos seus píncaros.

E daí não passo.

Nessa montanha luminosa que é a mesma, se eu descesse aos seus contra-fortes, teria de acompanhá-la, pode-se dizer, na imensidade de todos os assuntos debatidos no Parlamento, enquanto êle aí esteve!

Apenas quero significar que se não lhe coube fazer parte do Ministério, quando o partido conservador voltou ao govêrno em 1841, nem por isto, como ficou exposto, arrefeceu no seu ânimo, a defesa do programa do mesmo partido; e que a sua figura continuou, a ser até a morte, a maior de tôdas do Parlamento. Significar ainda que a grandeza de seus sentimentos patrióticos, ficou bem à mostra no modo por que, conforme também deixei exposto, exerceu êle as suas funções no Conselho de Estado; e que êsse Conselho de Estado de que foi o *primus inter pares*, era como fala Joaquim Nabuco, “o crisol de nossos estadistas e a arca das tradições do govêrno”. Significar, finalmente, que na sua alma profundamente brasileira, se integrava a fé católica, por êle tantas vêzes expressa, e por fim solenemente confirmada no seu testamento, feito na plena lucidez de seu espírito, três anos antes da morte.

Senhores !

A data da morte de Bernardo de Vasconcelos, 1 de maio, coincide com o Dia do Trabalho.

E como deixei ver, ninguém no Brasil trabalhou mais do que êle; e em condições mais penosas.

Trabalhou tôda a vida, trabalhou até a morte, não tendo férias nem aposentadoria...; e realizando obra brilhantíssima e utilíssima para o Brasil.

E trabalhou em condições de causar espanto, vencendo a miséria, de seu físico, torturado pela *tabes dorsales*.

Bem haja o Instituto Histórico homenageando a sua memória, apresentando para exemplo das gerações novas, a figura de quem foi o “gigante intelectual”, o criador do nosso parlamentarismo, e o maior dos nossos legisladores.

CONFERÊNCIA DO CORONEL JOÃO BATISTA MAGALHÃES NO CENTENÁRIO DA MORTE DO TENENTE-CORONEL BAENA EM 26 DE MAIO DE 1950

INTRODUÇÃO

A 29 de março de 1850 registra-se a efeméride do falecimento, na Capital do Pará, de Antônio Ladislau Monteiro Baena, um dos mais antigos sócios correspondentes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Deixava nas páginas de sua Revista utilíssima colaboração, marca indelével de quanto foi prestante cidadão do Brasil.

Tombava, vítima da febre amarela, o flagelo, outrora, de nossa terra, lá onde vivera quase toda a sua existência. Integrava-se para a eternidade àquela imensa região brasileira que amou e à qual deu em vida o zelo de um fascinado pelas empolgantes aparências de sua natureza luxuriosa. Não a viu, porém, com olhos de poeta, delirou-lhe os cuidados de um sábio. Estudou-a a fundo, quanto pôde.

Português de origem, moço fidalgo de Lisboa, veio para o Brasil no verdor dos seus vinte anos (1), acompanhando como ajudante de campo, ou de ordens, como diríamos hoje, o conde dos Arcos, também jovem, mandado por capitão general e governador do Pará, onde chegou em 1803. Desde então, Baena, radica-se no Brasil definitivamente, exercendo um labor dia a dia mais fecundo. Tão fecundo que se fez um dos esteios em que se apoiaram aqueles a quem tocavam encargos de bem cuidar da terra e, sobretudo, de defender-lhe a definição de seus legítimos confins; e se fez uma das fontes seguras a que hoje, os que precisam informar-se sobre as coisas amazônicas, vão se abeberar.

Viveu no meio século em que se completa a gestação da Pátria Brasileira para a vida autônoma e se nêle debuxa, com o ardor das

(1) Blacke, no seu *Dicionário Biográfico*, diz que se não sabe ao certo a data do seu nascimento, se 1781 ou 1782.

nações novas um quadro de vigorosas esperanças no futuro. Desaparece justo ao iniciar-se a década famosa dos 50, a que Euclides da Cunha chamou o zenite da Monarquia, quando avulta no panorama de nossa história política a figura máscula do marquês do Paraná e da qual Capistrano de Abreu enumera maravilhado, com sadia euforia de um patriotismo confortado, as múltiplas realizações. Realizações marcantes de uma Pátria que parece firmar-se nas vias do progresso.

E' legítimo celebrar-se a memória de Baena. Mas, o seu elogio nesta comemoração centenária caberia melhor fôsse feito por um filho ilustre das plagas em que viveu, por um daqueles dos que entre nós são bem mais capazes de lhe sentir os méritos e medir com acerto todo o valor da sua obra. Quis talvez o nosso Presidente Perpétuo, ao nos dar essa incumbência honrosa, a nós filhos do centro meridional dêste imenso Brasil e de formação tipicamente militar, pôr em destaque a importância nacional, transcendente da esfera regional, da vida fecunda de Baena.

É isto que vamos sobretudo procurar fazer, sem abalizadas qualidades para tanto, mas com honestos esforços e procurando o feito mais escorreito que nos fôr possível.

BOSQUEJO DO AMBIENTE...

Antônio Ladislau Monteiro Baena, quando passou a viver no Brasil, então o mais viçoso ramo da árvore lusitana, foi naquela época tormentosa da Europa, quando o vendaval napoleônico açoitava já as terras da Ibéria. Na luta tremenda que se trava, então, com a Grã-Bretanha, a tenacíssima adversária dos poderes políticos que aspiram dominar a Europa e o Mundo, não tarda a ser envolvido Portugal, que se mantém fiel aos interesses de sua antiga aliança com ela. Isto induz a côrte portuguesa de D. Maria I, então regida pelo futuro Dom João VI, a vir, acolher-se ao Brasil, lugar seguro.

Não foi um furtar-se inteiramente ocasional à incomportável pressão dos acontecimentos da Europa. Pensara-se nisto desde muito antes, como se vê dos conselhos dados pelo ilustre diplomata lusitano Dom Luiz da Cunha, quando recomenda que a monarquia portuguesa se mude de vez para a América, transacionando seu território da Europa com a Espanha. Era meio de evitar tudo se viesse a perder, perdendo-se Portugal, impotente para resistir aos terríveis impactos da política adversa de nações muito maiores e mais fortes do que elle, num tempo em que a razão da força superava sempre a do direito.

Baena vem para o Brasil nessa época. Época em que estava o mundo todo sacudido pelos impulsos que os progressos da ciência e da filosofia que iam impondo se transformasse o sistema político do governo dos povos e o da própria organização estrutural das sociedades. Portugal também os sentia, mas país de velha formação católica, com suas vistas voltadas mais para vida dos mares que a do continente, nêle prevaleciam os antigos hábitos do seu viver.

A partir de 1796, quando Madrid deixa a órbita que seguia a política mundial da Grã-Bretanha para mover-se orientado pela da França, criam-se naturalmente para Portugal as mais sérias dificuldades. Procura contemporizar. Mas, compelido a escolher entre Napoleão e a Inglaterra, prefere ficar fiel às suas ligações com esta. Desde então faz-se alvo de hostilidades militares, sendo invadido e ocupado, ficando como recurso ao seu governo emigrar para não ser subjugado.

Tudo isto repercute na América, em cujos mares singram também armadas da França e onde esta possui colônias. Aí, porém, já não havia paz desde muito tempo. As hostilidades surgidas com a inexequibilidade do tratado de 1750, ainda não haviam sido completamente extintas com a execução do de 1777, pois as demarcações dos limites coloniais, neste estipuladas, não se conseguiam efetuar principalmente na bacia do Amazonas, procrastinadas indefinidamente por culpa mais dos espanhóis que dos portugueses. E isto felizmente, porque, com o açodamento com que se fêz o último tratado, muito perdia o Brasil, e porque assim lucrou mais tarde, dirimidas as questões pelo princípio do *uti-possidetis* (2).

Por tudo isto, cogita, Portugal de se precatar e retoma na Amazônia mais atentos cuidados, tais como já havia feito no tempo do marquês de Pombal. Em 1807, entrava em estado de guerra declarada com a Espanha, hostilizando-se as duas nações, principalmente, na América (3).

Foi em tais condições que veio governar o Pará o conde dos Arcos, o 8.º dêste título, jovem, inteligente e empreendedor, com um programa de realizações progressistas, no qual tinham boa parte os interesses de ordem militar, trazendo, por isto, elementos novos, inclusive um pequeno corpo de artilharia (4).

(2) Baena, *Compêndio das Eras*; Porto Seguro, *História Geral do Brasil*; Calogeras, *Política Exterior do Brasil*.

(3) Porto Seguro, *História Geral do Brasil*, vol. IV, 3.ª Edição Integral.

(4) Sucedeu a Dom Francisco Maurício de Souza Coutinho, exercendo uma atividade de jovem com critério próprio de homem maduro. Passou a vice-rei no Rio de Janeiro em 1806, indo depois da chegada da Corte Portuguesa governar a Bahia, até 1818, sem deslustrar seu nome.

Entrementes vão se desenrolando os acontecimentos da Europa. Dá-se a arribada da Côrte de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1808, e desde logo Dom João, ao chegar a América, determina em represália o ataque à Guiana Francesa, efetuando-se a conquista de Cayena.

Ocorrem então aquêles acontecimentos memoráveis que iniciam verdadeiramente o processo da independência de nossa Pátria, cujo desfecho se faz inevitável, com a completa separação entre as duas nações lusas, em virtude mesmo dos efeitos gerais da revolução Francesa. Esta impôs a abrogação do poder temporal por direito divino, substituindo-o pela mística da soberania popular, forçando as monarquias a transitarem do absolutismo para os regimes constitucionais. Isto projetado sôbre o fundo de razões econômicas e do orgulho ferido dos antigos metropolitanos, despeitados por se verem governar de longe, fêz a revolução do Pôrto de 1820. E esta, vitoriosa, pretendeu manter o Brasil excetuado das reformas que empreendia e até fazê-lo mesmo regredir à condição antiga de mera colônia ou grupo de colônias. Pretendeu o impossível. Desconheceu sua superioridade econômica e os progressos que em curto prazo realizara, tanto nesse campo quanto no de sua cultura política, do que era mostra a rebelião pernambucana de 1817, evidentemente bafejada pelo influxo das idéias liberais.

Era visível sinal de falência da sabedoria política dos portugueses, tanto mais quanto a rebelião do Pôrto repercutia favoravelmente no Brasil. A Capitania do Pará, mais relacionada com a Europa que com o Rio de Janeiro, apressou-se em lhe dar a sua adesão, sendo a primeira a assim se manifestar. Adesão tão leal, tão de corpo e alma, que foi ela a última a aceitar sua inclusão no Império do Brasil, em agosto de 1823. Em abril dêsse ano, uma rebelião militar impedira que o fizesse e mais tarde, até 1826 ainda, como atesta o motim de Cameté, havia quem a recusasse. Eferveciam contraditórias correntes de opinião, conservadora e reformista, que sômente aos poucos se haveriam de acalmar. Nada de estranhável há nisto. Na época em que se fêz o Império do Brasil independente, não existia verdadeiramente unidade política brasileira, não obstante, de longa data, se ter criado um Govêrno Geral, que evoluiu para Vice-Reinado e se haver, com a vinda da côrte portuguesa para o Brasil, elevado êste a categoria de Reino. Eram consequências das fatalidades geográficas, tornando mais fáceis as relações do Maranhão e do Pará com a Europa do que com o Rio de Janeiro. Havia unidade cultural, não, porém política. Varnhagem diz claramente: “na época da Independência a unidade não existia: Bahia e Pernambuco algum tempo marcharam sôbre si, e o Maranhão e o Pará obedeciam a Por-

tugal, e a própria província de Minas, chegou a estar por vêzes emancipada” (5).

A criação da unidade política foi a grande obra da sabedoria de estadista de José Bonifácio, o eminente orientador dos acontecimentos de que surgiu o novo Estado Americano sem esfacelamento, sem se formarem das diversas comunidades que habitavam o imenso território nações diversas, fato que dá plena legitimidade ao título indisputável de Patriarca com que entrou na posteridade.

O INDIVÍDUO NO CENÁRIO

Debuxados êstes largos traços da época em que Baena veio para o Brasil, os quais se hão de completar com os concernentes ao período de consolidação da monarquia, e ao início de nossa franca prosperidade, na fase que se seguiu a instalação de uma ordem estável, poderemos melhor compreendê-lo. Poderemos com imparcialidade e suficiente justeza apreciar os múltiplos aspectos de sua personalidade, e bem medir a gratidão que lhe devemos pelos serviços que prestou ao Brasil.

Na personalidade de Antônio Ladislau Monteiro Baena, é preciso apreciar separadamente três aspectos principais: o cidadão, o soldado e o trabalhador intelectual.

Vemos no cidadão um chefe de família e um político tipicamente conservador, predisposto sempre a conduta fiel a ordem estabelecida. O militar não se distingue pela disciplina e nem por aquelas qualidades de intrepidez e audácia da boa estirpe portuguesa, o que, em parte, resulta talvez das conturbações do ambiente confuso em que viveu. É como trabalhador intelectual, e por seu amor ao nosso país, todo concretizado na Amazônia, que êle jamais deve, sem injustiça, ser esquecido.

No seu *Compêndio das Eras da Província do Pará*, nos pareceres que deu a respeito das questões de limites e nos numerosíssimos trabalhos que elaborou, regista conhecimentos de sumo valor para os que pretendam informar-se sobre as coisas pátrias. Nêles, como aludimos de início, se firmam os historiadores e nêle se apoiaram os nossos defensores nos pleitos internacionais relativos à definição e demarcação de nossas fronteiras.

Pode dizer-se que Baena foi um bom tipo de cidadão prestante e tanto assim o consideraram os seus comprovincianos, que o conheceram em vida, que, por iniciativa do Clube dos Lanternas, a casa

(5) *História da Independência do Brasil* — Revista do I. H. G. B. Volume 173-1938.

em que habitava ao falecer, foi assinalada em 1882 por uma placa onde se lê: "Gratidão dos paraenses ao distinto cidadão Antônio Ladislau Monteiro Baena".

Vejamos êstes aspectos mais particularizadamente. O cidadão soube fundar uma família cujos filhos também se ilustraram como o pai, e agiu na vida pública como militar e homem de saber.

Nas contendas políticas procedeu com aquêlê espirito da boa fidalguia portugüesa, cujo amor da Pátria se traduzia em lealdade ao rei em quem os seus membros a viam consubstanciada e jamais desligado dela. A Pátria, como Camões a glorificou. Tomou partido, por isto, contra os que se apressavam em aderir à revolução constitucionalista dos insurretos de 1820, mas aceitou-a desde que o rei a ela se submeteu. Também reagiu contra os que não hesitavam em pugnar pela independência, mas foi, por fim, dos que facilitaram a sua efectivação no quadro do Império e quem mais contribuiu para o êxito da missão de Grenfell, mandado a submeter o Pará. Desde então, foi fiel ao imperador, tal como antes havia sido ao rei.

O militar é nêlê a qualidade mais fraca, pois se mostra mais própria aos labores da paz que aos da guerra. De resto, como se vê de sua *fé de ofício* (6) foi sua carreira muito perturbada pelos acontecimentos políticos, até que se interrompeu em meio do seu curso, em virtude de um infelicíssimo acontecimento.

Foi o caso que, já no pôsto de major, mandado a sufocar a rebelião de Cametá, deixa de cumprir, como convinha, as claras e positivas ordens que lhe foram dadas. Procura eximir-se de suas responsabilidades repartindo-as com a officialidade reunida em Conselho. Depois manda atacar os amotinados, mas preparando mal a operação e sem apoiá-la convenientemente, transforma-a numa aventura infeliz. Fracassa. Baena, abandonando os seus comandados, sem nada fazer para socorrê-los e diminuir a extensão do desastre, retira-se prematuramente do teatro da luta.

Êstes acontecimentos tornaram-se mais desabonadores de suas qualidades de militar, depois que um dos que deixou ficar prisioneiros dos rebeldes, agindo com intrepidez e inteligência, a bem dizer sòzinho, domina a situação. Blacke nos conta isto minuciosamente (7).

Diz êle que costumava o chefe dos amotinados de Cametá, tipo inculto, festejar a véspera do dia em que mandava sacrificar prisioneiros, com um festim selvático, danças e bebidas, a que denominavam então *revira*.

(6) Ver Anexo I.

(7) *Motins do Pará*, vol. I.

O prisioneiro Olímpio Pereira, desde que se apercebe da situação e do desgosto que certos amotinados sinceros mostram da má conduta de seu chefe, consegue ser admitido a assistir o *revi*ra com que se festeja a sua morte próxima, sob o pretexto de ser homem que não a teme e que prefere viver até o último dia alegre e folgazão a se acabrunhar com o próprio infortúnio. Acham-lhe graça, meio surpresos, os potentados da ocasião e o recebem na festança. Aí Olímpio Pereira, depois que a fadiga das danças e o entorpecimento do alcool vão já amortecendo a vigilância dos espíritos e a atividade dos corpos, ajudado por seus comparsas, aprisiona o chefe rebelde e alguns dos que lhe são mais fiéis. Apodera-se da praça, liberta os que ainda estavam presos e lhe assume o comando.

Baena, submetido a conselho de guerra, sofre penalidade severa, a qual, no entanto, por atender por certo aos seus outros méritos, é abrandada pelo Conselho de Estado. Rezam assim os seus assentamentos (8):

“Foi sentenciado no perdimento do pôsto de major comandante do Corpo em 6 de agosto de 1827; foi-lhe moderada a sentença pelo Conselho de Estado e pelo mesmo Augusto Senhor, do perdimento do pôsto, ficando inhabilitado de qualquer comando, como consta da provisão de 10 de janeiro de 1831”.

Em consequência disto, e em virtude de reformas militares então procedidas, foi em janeiro de 1832 arrolado como oficial *avulso*, isto é, extranumerário. Em 1839 foi reformado no pôsto de tenente coronel.

Não foram, porém, sem valia, do ponto de vista profissional, os serviços militares de Baena, embora o seu maior valor seja o de trabalhador intelectual. Desde cedo, jovem tenente ainda, até que deixa por completo as atividades militares, sua inteligência instruída é aproveitada pelos seus chefes em trabalhos úteis do tempo de paz para o aperfeiçoamento da instrução da tropa e melhoria das condições de defesa do Pará. Baena foi, sob êstes aspectos, auxiliar precioso do comando militar do Pará, como instrutor, professor e engenheiro. Foi leal e não raro destemeroso em suas atitudes pessoais.

À parte, porém, os trabalhos de caráter militar, ou meramente de engenharia, que produziu, realizou, como trabalhador intelectual, obra assaz considerável e de grande mérito como referimos já. Blake (9) menciona vinte e seis publicações suas, advertindo, porém, constar-lhe que “Baena escreveu mais, além de outros escritos que se acham na Revista do Instituto Histórico”.

(8) Ver Anexo I.

(9) *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*.

A literatura militar de Baena, cuja elaboração êle mesmo refere (10) consta de umas notas sôbre as fortalezas da barra de entrada em Belém, que lhe mandou fazer o capitão general Magalhães de Menezes; de estudos teóricos para a instrução do corpo de artilharia a que pertenceu, e de um compêndio de fortificação de campanha para oficiais de infantaria, de cuja elaboração foi incumbido pelo comandante da guarnição de Belém.

Ao mencionar êste último, conta com certa malícia as circunstâncias que levaram o seu chefe a determinar que o fizesse. Diz êle que êste “adoece de uma indigestão de mariscos na baía do sol”. Com êsse motivo deixa-se ficar em casa longamente, visto que não andava em bons têrmos com o governador e, a fim de aproveitar o tempo, organizou uma comissão, da qual Baena faz parte, para confeccionar instruções para os oficiais de infantaria, tocando-lhe a incumbência aqui mencionada.

Mais dilatada apreciação, merecem, porém, as outras produções suas, de que nos passamos a ocupar, o labor fecundo do intellectual.

O TRABALHADOR INTELECTUAL

Entre todos os trabalhos de Baena, dos mais interessantes, é justamente o *Compêndio das Eras*. Êle é que o coloca como fonte segura de informação histórica, e lhe dá foros de clássico para quem estuda assuntos do passado da Amazônia, tanto que se nêle louvam, afora os vivos, historiadores do porte de Varnhagem, Capistrano, García e Calógeras.

Publicado em 1839, foi julgado neste Instituto por douta Comissão integrada por Silva Ponte, Araujo Viana e Pantoja. Submetido ao crivo de minudente análise, tudo é nêle visto e criticado, desde o título às imperfeições do estilo. Achem-lhe inadequada a denominação *eras*, aconselhando dar preferência a *épocas*; e quanto ao estilo, o que então mais chocava por impróprio, hoje se nos afigura ter um certo pitoresco. Termina, porém, o parecer da comissão em franco louvor, tornado mais valioso justamente pelo rigor da crítica, no qual vem gabado “o zêlo com que o autor esmerillhou os Arquivos Públicos do Pará” e se lastima não haja alcançado “aquêlê grau de aperfeiçoamento a que podem chegar as perfeições humanas”. Mas, o reconhecimento do mérito fica bem expresso quando a comissão acha que êsse grau de perfeição pode ser obtido

(10) *Compêndio das Eras*.

numa segunda edição, “adotado um andamento sistemático, o estilo corrigido e aos documentos aplicado o escalpelo da crítica”.

A rigor, o *Compêndio das Eras*, que nos parece merecer uma reedição adicionando-se-lhe os principais trabalhos de Baena, tais como os que entendem com as questões de limites, pois são os que mais surgem mencionados pelos escritores modernos, é uma resenha de fatos históricos até 1823. E' a continuação dos “Anais Históricos do Estado do Maranhão” (11) de Bernardo Pereira Berredo, cujas notícias incorpora para o que interessa o Pará, o que cuidadosamente não deixa de assinalar o autor. Continuado com o que obteve através “da fadiga de revolver a Secretaria do Govêrno, e os mais Arquivos públicos da cidade para extrair dêles apontamentos que deveriam servir de fundamento à composição da obra”.

Isto justifica a importância que se lhe atribui como fonte de informação histórica. Não se limita, porém, essa importância ao que se refere aos fatos principais da vida oficial. As narrativas de Baena informam-nos também sobre coisas que dizem respeito a hábitos e práticas da sociedade paraense de então, narrados com um certo chiste.

Mencionamos já o caso da indigestão de mariscos do comandante da guarnição de Belém, mas as passagens que em seguida vamos lembrar, dão-nos melhor idéa a êsse respeito.

Uma é esta. Conta Baena que, em 1800, três anos, portanto, antes de sua chegada ao Brasil, e, conseqüentemente, por ouvir dizer, sendo governador do Pará Francisco de Souza Coutinho, sofreram as parteiras da cidade exemplar castigo. E' que morrera de parto a amante do potentado, por imprudência a que levaram seus próprios ciúmes. “Ciosa — narra Baena — de saber se o governador estava no baile de uma casa onde vivia a dama que ela suspeitava ter intentos de conquistar o coração de seu amante”.

Ocorrida a fatalidade, a bajulice e a mexericada fazem crer ao governador ter sido culpa das parteiras, pelo que êste resolve castigá-las exemplarmente. Prende-as “no convento de S. José — diz Baena — menos a Mãe Valéria, cuja prisão é no reduto. Nenhuma deixa de ser palmatoriada e depois a dita Valéria e duas outras, conduzidas de noite a beira do mar ali são adornadas no colo com um afogador de pedras de alvenaria e com êle vão padecer perpétua imersão nas ondas”.

Aí está até onde ia o *poder absoluto* da monarquia, poder que, abusivamente e por incultura, em certas democracias alguns ainda ousam querer desfrutar.

(11) Os annes terminam em 1718.

O outro caso, é éste, que nos mostra até onde iam as preocupações progressistas do conde dos Arcos. Refere o nosso autor que, mal impressionado com a maneira de vestir dos homens e damas de Belém, resolveu reformá-la. Procede, porém, mais humanamente que o seu antecessor. Manda pedir à Lisboa que lhe “remetam bonecas e moldes de vestido de mulher a fim de que as do Pará se regulem por êles abandonando o atrasamento em seu tempo à moda da Europa. A mesma reforma se opera entre os homens que depõem as casacas de chita e de seda e adotam trajos de uso corrente na Capital do Reino”.

Outras referências do *Compêndio das Eras* dão-nos a conhecer no passado da Amazônia fatos, persistentes, *mutatis mutandis*, em tôdas as épocas, porque decorrentes da natureza humana e das imperfeições da sociedade. Vemos, entre outras coisas, o afadigamento das naturezas mediócras, que ascendem por motivos fortuitos a postos de direcção dos negócios públicos, em abusar das suas prerrogativas oficiais para lucrar algum dinheiro sordidamente. Vemos também o engenho operoso, mas baldado de recursos, esforçando-se por ser útil sem alcançar ser convenientemente secundado.

Tomemos dois exemplos testemunhas dêsses aspectos.

Conta Baena, que em 1820, o governador do Pará, Antônio José de Souza Menezes, partira para o Rio de Janeiro, a fim de casar-se, ficando a substituí-lo um govêrno provisório. Era constituído de gente secundária, que não perdeu tempo em cuidar mais de sua bolsa do que dos negócios públicos e dos interêsses que os homens devem ter numa honrada reputação.

“Pouco depois da instalação dêste govêrno — lê-se nas *Eras* — começam a manifestar-se desformes prevaricações dos membros dêle. Dão-se licenças para se retirarem das Armas e aos soldados que as facilitam com ofertas e dons: e os pedimentos da justiça e graça não são deferidos sem que previamente se vejam encendrados no crisol da traficância”.

“Infelizmente — comenta Baena melancolicamente — antepuseram o lucro sordido à glória de imitar o ausente governador, que bem marcado lhes deixou o caminho que endereçava a manter a ordem estabelecida, e promover e segurar a felicidade dos povos paraenses”.

Relativamente ao outro aspecto a que nos referimos, aí estão as alusões para atestá-los, as referências feitas a Souza Menezes. Escolhemos, porém, um outro caso contado pelo autor das *Eras*, porque interessa sem dúvida à história da imprensa no Brasil. Diz êle que, em 1821, ano do regresso de Dom João VI a Portugal, Madureira Pará, sem jamais “ter visto êste gênero de máquina” e sem ter “noções práticas da arte de imprimir” inventara um processo prático de

o fazer. Não dispunha, porém, de recursos para o executar, e por isto, apela para o governador, em requerimento impresso por êle mesmo, segundo tal processo, mostrando assim a sua eficiência, para que lhe concedesse ajuda. “Pedia — escreve Baena — não só lhe concedesse licença para entrar no destinado lavor, mas ainda que galardoasse sua empresa se por ventura ela disso fôsse merecedora”.

Obteve a licença e algum auxílio, mas êste foi insuficiente. Recorreu ao concurso dos particulares chegando a obter a elevada soma, não, porém, ainda bastante, de *noventa mil reis* (valia então o dinheiro...), pelo que a empresa não pôde ser levada avante.

Além do *Compêndio das Eras*, merecem especial referência suas contribuições para a boa definição dos limites dos confins da nossa Amazônia, não só pelo seu valor histórico propriamente dito, mas também pela utilidade que tiveram para a defesa dos nossos direitos. Delas serviu-se Rio Branco e nelas apoiam-se Calógeras e Artur Reis, ao historiarem tais questões (12).

Os mais importantes dêsses trabalhos são três memórias, das quais duas relativas às Guianas: uma, à inglesa, outra à francesa, que estão publicadas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A terceira é referente à fronteira da Venezuela. Blacke cita mais a existência em manuscrito no Instituto, de uma quarta sobre a Guiana Francesa acompanhada de 39 documentos (13).

O próprio Baena mostra saber bem qual é o valor dêsses estudos. Não hesita dizer no seu estilo peculiar, lhe darem êles direito a ser colocado “na refulgente galeria dos defensores de metas territoriais, daqueles que moveram a sua preclaríssima pena em defesa dos direitos dos confins aquilonaes do Brasil” (14).

(12) Rio Branco apoia-se no testemunho de Baena, no pleito da Guiana Francesa, como se vê da publicação de suas obras pelo Ministério do Exterior.

Calógeras cita-o na sua *Política Exterior do Brasil*, ao referir-se às delongas da demarcação dos limites definidos pelo tratado de 1777: “Conhecem-se, diz êle, os depoimentos de membros das expedições mistas os mais notáveis em Quejano, Otero e Baena”.

Artur Reis em *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira* invoca o seu testemunho.

(13) Na Memória relativa à Venezuela, faz Baena minucioso relato das missões que alcançaram aquêles confins desde 1657 e menciona sinais de posse daquelas terras povoados e fortificações, que se foram construindo até 1781, tudo acompanhado de interessantes informações geográficas e de outros copiosos dados históricos (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 7).

(14) Em seu parecer, sobre a navegação e o comércio do Araguaia, publicado no Tomo X da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, diz o seguinte: “Zêlo e interesse há pouco me compeliu a demonstrar em 1840,

Merece também ser rememorada nesta homenagem de centenário, uma outra elaboração de Baena concernente ao problema da incorporação dos índios, pela qual se vê quanto a sua ilustração pouco comum lhe permitia compreender a fundo as questões amazônicas. Trata-se da “Representação ao Conselho Geral da Província do Pará”, feita com apreciável mestria e na qual demonstra grande saber dos assuntos indígenas como o faz também de resto, nas anotações corretivas das falhas existentes no “Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas” do padre jesuita João Daniel (15).

Na “Representação ao Conselho Geral”, Baena começa por lembrar tudo que em relação ao índio se fez, desde Nóbrega e Anchieta até José Bonifácio e ainda por advertir o leitor, para que bem veja o fundamento de sua opinião, havê-la formulado depois de compulsar “manuscritos existentes em mãos de curiosos, o ensaio econômico do bispo Azeredo Coutinho, a história do estado florescente dos Mexicanos, as obras de Herrera, Depons, Bauday de Lizières e Deuxions-Lavagesse”.

A idéia central do que poderíamos chamar a sua política indígena, é ir incorporando os selvagens à civilização sem lhes impor constrangimentos, aproveitando-os ultimamente conforme “seus gostos e qualidades” de modo que se não vejam atormentados pelas “saudades de sua vida errática na floresta”.

Concebe para isto a formação de um sistema de aldeamentos, a partir dos já existentes, cuja vida se manterá por sua própria economia e cuja administração obedecerá a um critério adequado. Estabelece um regime de relações com os civilizados, convenientemente policiadas, para evitar que os ingênuos selváticos venham a ser debochados pelos maus tipos que vegetam na sociedade. Procura, em suma, fazer com que os índios não se desmoralizem, não sejam víti-

irrefutavelmente numa exata dedução cronológica a extrema das terras do Cabo Norte com as de Cajena; em 1841 a do Rio Branco com Surinam; e em 1844, a do Rio Negro com Venezuela; e que desta sorte me colocou na refulgente galeria dos defensores de metas territoriais, daqueles que moveram sua precaríssima pena em defesa dos confins aquionares do Brasil, e que foram os governadores do Pará, Gomes Freire de Andrade em 1691; o conde de Ericeira, Dom Francisco Xavier de Menezes em 1700; em 1732 e 1733 João de Abreu Castello Branco; Manoel de Souza Coutinho em 1798 e 1802 o visconde de S. Leopoldo, José Feliciano Pinheiro, em 1837 e o conselheiro José Maria da Costa e Sá no mesmo ano de 1837”.

Galeria esta, convém lembrar, que vai terminar em Rio Branco e Nabuco.

-(15) A “Representação etc.” está publicada nos Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, vol. III.

As anotações constam do tomo V da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

da vida da sociedade mais evoluída a que se vão incorporando, do mesmo passo que se lhes dão “hábitos de trabalho conformes com os melhoramentos do progresso”.

Sabe, porém, Baena, que não será fácil fazer adotar o que sugere, pois prevê que encontrará oposição dos sem mérito, da gente que, no seu dizer, “parecendo ser os mais ardentes amigos da perfeição, são de ordinário o maior impeço que se opõe a quanto é útil”. E’ talvez esta advertência fruto de um recalque de sua qualidade de reinol naqueles tempos, objeto ainda de prevenções e hostilidades. É o que parece transparecer do que nesse mesmo trabalho diz em atestado de seu amor ao Brasil, onde se considera “cidadão livre e amador da felicidade, da honra e da glória desta Província (o Pará) a quem pela filiação política deve as obrigações da Pátria”.

Esse amor da Província, que o leva a bem conhecê-la, atesta-se cabalmente ainda em outros trabalhos seus, evidentemente reconhecidos de grande valor. Nada porém, testemunha melhor o acatamento em que é tido do que os dois pareceres que se lhe pedem a respeito de importantes problemas.

Um dêles é relativo à abertura de uma estrada para a comunicação do Pará com Mato Grosso, no qual Baena mostra não somente sua desenvolvida erudição, mas seu forte senso prático. Ao iniciá-lo, faz judiciosas apreciações de caráter geral concernentes ao papel civilizador das estradas, aos problemas de sua construção, desde a escolha do traçado até as previsões relativas às necessidades de sua conservação. Examina as diferentes espécies de vias de comunicação e chega à judiciosa conclusão de que, na Amazônia, as estradas naturais são os rios, mais valendo gastar para criar nêles facilidades à navegação do que em quaisquer outros empreendimentos. Mostra que, para manter as melhores comunicações permanentes entre Belém e Cuiabá, o mais conveniente é fazê-lo com o aproveitamento das caudais da bacia do Madeira, construindo-se a via terrestre mais curta que fôr possível de Cuiabá a um dos seus afluentes francamente navegáveis, ou que o possam ser mediante pequenas obras.

O outro parecer de Baena responde à consulta que lhe foi feita pelo presidente da Província do Pará, a propósito do projeto do presidente da de Goiás, de aproveitamento do Araguaia, para a navegação e o comércio. É notável êsse documento.

Fundamenta-se num minucioso estudo da formação histórica de Goiás. Faz o retrospecto da época da mineração do ouro e do afã enérgico que se deram os lusos-brasileiros em varar o território nacional, no decorrer do século XVIII e começo do XIX, em tôdas as direções. Após isto, expõe com clareza e precisão o que foi a mi-

neração em Goiás, mostrando o surto da colonização dessa província e o êrro dos métodos adotados, de que resultou a precária situação em que se encontrava.

O delírio do ouro colhido à flor da terra não deixava pensar no futuro e ninguém lembrar-se de nela se estabelecer definitivamente. Explorava-se febrilmente o trabalho escravo, só cuidando de enriquecer depressa e partir!... Daí resultou que por volta de 1779, quando para colhêr o ouro fazia-se necessário, de fato, minerar, cavar a terra e ir arrancá-lo de suas entranhas, operar industrialmente, começou a ruína.

Isto exigia que a terra fornecesse recursos à vida e nem sequer se haviam nela fixado famílias e formado aldeias, criado fazendas e lavrado o solo, pois tudo de que necessitava a população vinha de fora, pelas vias do sul, e não mais havia ouro colhido facilmente para pagar as despesas.

Do que foi a alucinação do ouro em Goiás, bem nos dá idéia Baena ao recordar ser crença de que era tanto naquelas regiões, (16) “tanto na província, que nas fezes do ventre de qualquer animal apascentado, depois de lavadas se encontravam partículas do dito metal”.

Entra depois no exame das condições e possibilidades de navegação e comércio através do Tocantins e Araguaia, assinalando bem quanto lucraria Goiás com isto e quanto melhor lhe conviria preferir o Araguaia.

A conclusão a que chega, porém, em relação à cooperação que o Pará deva dar a tal empresa é que não nos parece feliz. Não vê Baena vantagens para a província do Norte e aconselha o governador a facilitar a empresa, sem empenhar nela recursos sérios da província. Este modo de ver, afigura-se-nos destoante da sua costumeira clarividência.

CONCLUSÃO

Damos aqui por finda nossa incumbência.

Acreditamos haver consignado o bastante para justificar ser Antônio Ladislau Monteiro Baena mercedor do agradecimento da posteridade pelo fecundo labor de sua vida. O registado sobre os diversos aspectos que esta reveste e os seus trabalhos permite ver quanto à medida que decorre o tempo mais útil foi sendo êle à comunidade nacional.

(16) Esta é a frase textual tão desmedido que se chegou a “proferir ser tanto o ouro, tanto na província etc...”

A comemoração solene do centenário da sua morte era um dever dêste Instituto, não sòmente por sua dedicação à nossa Pátria, como por ter sido um dos seus ilustres consócios e um dos operosos colaboradores de sua Revista.

Prestar-lhe o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro esta homenagem é ademais como que um resgate da insuficiência da que lhe foi feita no passado, ao partir para a eternidade.

Araujo Pôrto Alegre ao pronunciar, em 1850, a habitual oração de saudade aos que se foram disse palavras expressivas, porém, demasiado breves: “O Instituto terá sempre a lamentar a perda do seu prestante sócio, o coronel Antônio Ladislau Monteiro Baena, autor de escritos numerosos e um homem cheio de serviços à Pátria”.

Duas razões devem ter comandado a isto; não havia ainda o passar do tempo, fator predominante para o bom julgamento dos fatos da história, e dos historiadores, deixando ver todo o valor dos serviços de Baena; a ocorrência nesse mesmo ano de outras homenagens numerosas a mortos ilustres.

De fato, personalidades mais em foco aos olhos dos coevos do que Baena, também deixaram então o mundo dos vivos, algumas de transcendente valia como J. B. Debret e o-marquês de Maricá, e ainda o chileno Santiago Nunes Ribeiro, com as quais mais se ocupou Pôrto Alegre.

Finalmente, lembremos ao encerrar estas notícias, que a extensão dos serviços de Baena ao Brasil não se mede sòmente pelos aspectos de sua vida pública. Deixou uma posteridade normal, filhos como João Monteiro Baena, sacerdote que mereceu do próprio pai um estudo biográfico, Antônio Nicolau Monteiro Baena, que foi militar, e Manoel Barnabé Monteiro Baena, que foi burocrata e escritor, tendo sido ambos êstes últimos colaboradores dêste Instituto, como seu pai.

BIBLIOGRAFIA

Blacke, *Dicionário Bibliográfico* — I, 235.

Inocêncio, *Dicionário Bibliográfico* — I, 183; VIII 223.

Velho Sobrinho, *Dicionário Bio-Bibliográfico* — II, 31.

Rayol, *Motins Políticos do Pará*, — II, 248.

Artur Vianna — V — *Anais da Biblioteca e Arquivo do Pará* — II
Revista do Instituto Histórico Brasileiro — XV, 524.

VITAL BRASIL

CONFERÊNCIA REALIZADA PELO MINISTRO ALFREDO VALLADÃO NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, EM HOMENAGEM À MEMÓRIA DO EMINENTE CIENTISTA (*)

E' em condições muito especiais, que venho falar sôbre a figura do grande brasileiro, que se chamou Vital Brasil Mineiro da Campanha.

Tive a dita de nascer na mesma terra que lhe foi berço, a Cidade da Campanha (antigamente Campanha da Princesa). Nessa Cidade, uma das mais brilhantes constelações de Minas Gerais. Nessa Cidade, cuja vida assim pude consubstanciar, na inscrição que tive a honra de compor para o monumento, que lá se ostenta, comemorativo do bicentenário da sua fundação: "*Refulgiu pelo ouro da terra e pela fé, pela cultura e pelo civismo de seus filhos. (Auro soli, fide, cultu civilibusque filiorum virtutibus effulsit)*". Nessa Cidade, cuja História é tão vasta, que para escrevê-la tive de organizar quatro volumes, e tão alta que escrevê-la era, como fiz, escrever a cada momento, páginas da própria História nacional; e História em que, quanto à vida cultural, pude pôr em foco a verdadeira "Atenas Sul-Mineira". Nessa Cidade da Campanha que êle, Vital Brasil Mineiro da Campanha, como a maior homenagem que lhe podia prestar, fêz timbre em guardar assim para sempre no seu próprio nome, ainda nos seus dias mais gloriosos!

Tal a terra em que a 28 de abril de 1865 êle nasceu, e a 10 de junho foi batizado, sendo oficiante o vigário José Teófilo Moinhos de Vilhena, que de par com a sua alma boníssima, era pregador eloqüente, figura de relêvo em conceituada associação cultural, e, pertencente a uma das mais ilustres famílias campanhenses.

(*) Realizada em 28 de junho de 1950.

Foram pais de Vital Brasil: José Manoel dos Santos Pereira e D. Mariana Carolina dos Santos Pereira.

José Manoel era de Itajubá, antiga freguesia do Município da Campanha, e pertencendo a tradicional família da mesma localidade, mas de origem campanhense, como revela a lista dos signatários da ata de instalação da Vila da Campanha da Princesa, em 1799.

D. Mariana Carolina era filha de José Jacinto de Magalhães e D. Francisca Xavier de Araújo Magalhães, pertencendo assim, pelo lado materno, a tradicional família campanhense, a família Xavier de Araújo. Se não pude apurar se era ela, ou não, ainda campanhense de nascimento, fui pelo menos informado, por pessoas de sua família, de que tinha a alma viva e profundamente campanhense. E muito expressivas a respeito, são as palavras de Vital Brasil a Matias Valadão, que m'as transmitiu, da emoção de saudades da Campanha, que experimentou a veneranda matrona, lendo no *Jornal do Comércio*, de 1912, o trabalho evocando as tradições daquela terra gloriosa, com o qual então entrei para esta Casa.

Contava êle, Vital Brasil, três anos mais ou menos de idade, quando seus pais transferiram residência para a então Vila e, em 1872, cidade de Itajubá, e dentro em pouco passando-se para a cidade de Caldas (hoje de Parreiras, vindo aquêle nome a pertencer à localidade que se chamava Poços de Caldas); vai José Manoel exercer aí o cargo de tabelião.

Teve o casal muitos filhos, nos quais nobremente inculcia o espírito do amor à terra natal, ligando-a aos nomes que para êles escolhia, como se deu com Vital Brasil Mineiro da Campanha e, ainda por exemplo, com Iracema Ema do Vale do Sapucaí (vale onde se situa Itajubá) e Eunice Caldas.

Foi na cidade de Caldas que Vital Brasil atingiu à idade escolar, aí fazendo o seu curso de instrução primária. Mas cidade essa, que fôra freguesia da antiga Vila da Campanha da Princesa, sob cuja influência social e cultural se formou e progrediu, como se formaram e progrediram tôdas as antigas freguesias do vasto termo da mesma Vila.

Acabo de falar da terra de Vital Brasil, dos seus pais e dos sobrenomes que êstes lhe deram; quero falar agora, do nome que êle trouxe, pelo dia de seu nascimento.

Foi o de São Vital, e que de acôrdo com a tradicional alma religiosa dos campanhenses êle recebeu. O de São Vital, esplendente de fé, ao mesmo tempo que de caridade e de cultura. O de São Vital que, é da história, sendo capelão de Roberto, conde Mortain, irmão de Guilherme o Conquistador, abandona os seus ricos benefícios, dis-

tribuinco os seus bens pelos pobres, e retirando-se para a floresta de Savigny, onde funda um mosteiro, dando-lhe a regra de São Bento, e é o religioso mais instruído e mais eloquente de seu tempo.

Senhores !

Tudo predestinava a Vital Brasil para a obra científica e humanitária, que havia de immortalizá-lo. ,

Assim a Atenas Sul-Mineira, o dia em que êle nasceu, e o quadro de todo êsse Sul de Minas, de que o sábio Luiz Barreto, que não era sul-mineiro, nem mineiro, mas fluminense, exaltou por esta forma: "Não hesito em declarar que a meu ver, a província de Minas é a mais bela dentre as mais belas do Império. E quando falo nesta província me refiro especialmente ao Sul de Minas".

Oh ! êsse bellissimo Sul de Minas, de montanhas imponentes e vales que verdejam; de eterna primavera, como já souberam dizer dois ilustres campanhenses, Américo Lobo e Leonel Filho.

Oh ! êsse bellissimo e mais que tudo, abençoado Sul de Minas, onde jorram, por tôda a parte, fontes de águas minerais, fontes de vida e de cura, que Deus ali espalhou para bem da humanidade!

E a respeito sendo para significar, que os campanhenses souberam brilhantemente corresponder a esta lição de humanidade, assim estampada no próprio solo, em que se erguem os lares sul-mineiros, nos desvelos que sempre tiveram pelos melhores e maiores destinos dessas fontes.

A sua Câmara Municipal, enquanto com jurisdição sobre o território em que as mesmas se acham situadas, tudo o que pôde, fez por elas, sem medir sacrifícios. Devem-lhe Poços de Caldas os primeiros benefícios que tiveram, embora imperfeitos; isso em 1826. E exemplar foi a ação que desenvolveu quanto às Águas Virtuosas da Campanha, depois Águas de Lambari. Admirável para o tempo, o plano que a seu respeito organiza, ainda em 1826, e apresenta ao Governo da Província, que o recebe porém indifferente pelo assunto, de tal modo que exclusivamente a ela e à generosidade dos particulares se devem alguns melhoramentos que aí se vão efetuando, e a povoação que se vai desenvolvendo.

Afinal, quando êsse Governo da Província, em 1865, data que o destino faz coincidir, com a em que nasceu Vital Brasil, resolve interessar-se pelas mesmas, e recomenda à Câmara Municipal que "formulasse um regulamento para aquella povoação" (na expressão usada), que Regulamento faz ela pela ilustre Comissão que nomeia?... faz êsse Regulamento que, nos seus dispositivos, honraria às melhor organizadas estâncias, como poderá ver quem o consulte.

É Regulamento ainda ultra-humanitário, assegurando o uso das águas a todos, aos protegidos e aos desprotegidos da fortuna, onde brilham êstes artigos:

“É lícito aos pobres usar das águas minerais, interna e externamente observado o presente Regulamento, uma vez que apresentem atestado de doença passado por médico ou por pessoa autorizada para curar, e de pobreza, pelo vigário, Juiz de Paz, ou qualquer autoridade policial”.

“Haverá banheiras especiais para os pobres, que também serão francas, das seis da manhã às seis da tarde, guardadas as mesmas formalidades prescritas no Regulamento para os outros banhos”.

Feliz geração essa, de tão puros ideais, que organiza assim uma estância de cura, com alto sentimento humanitário, a todos proporcionando o uso das águas, e cercado êste apenas de saudáveis e benéficos recreios; uma estância tão diferente das estâncias modernas, isto é, sem êsse luxo e êsses Cassinos, onde campeia o jôgo, com o seu arrastão para todos os males!

Mereceram, ainda as Águas de Cambuquira, os cuidados da Câmara Municipal da Campanha, como os teriam merecido anteriormente as Águas de Caxambu, e as de São Lourenço, se descobertas não houvessem sido em momento em que já não pertencia à jurisdição da mesma, o território em que se situam. Com estas de São Lourenço, sendo certo, porém, que a organização da estância foi obra abnegada de um campanhense, João Pedro da Veiga Filho, notável professor da Faculdade de Direito de São Paulo.

Por fim sôbre os médicos campanhenses que se especializaram em hidrologia mineral, quero citar o nome do maior dêles e, ao que parece, primo de Vital Brasil, o de José Xavier Lopes de Araújo, formado em 1848 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, perante a qual defende a tese *Análise e propriedades terapêuticas das águas acidulas gasosas da Cidade da Campanha*, constituindo-se destarte um dos pioneiros no Brasil, do estudo científico das Águas Minerais.

É nesse meio cultural da Atenas Sul-Mineira, e nesse meio humanitário, para o qual Deus fadou a natureza do Sul de Minas, que Vital Brasil nasce, passa a sua infância, faz o seu curso de instrução primária, transferindo-se afinal, em 1880, para São Paulo, em companhia de seus pais, que nessa capital fixam residência.

Por que José Manoel deixa a Cidade de Caldas, puderam informar-me pessoas da família Vital Brasil. Aí, possuía êle prédio confortável, os vencimentos do tabelionato, se não eram grandes asseguravam-lhe e à família, tratamento condigno, e vivia cercado de

consideração social; mas a sua máxima preocupação era a educação dos filhos, que cresciam.

E para isto não hesita em tudo abandonar, passando-se para um grande centro ao mesmo tempo cultural e de vida, de movimento, onde pudesse aplicar a sua atividade com maior proveito, a realizar êsse nobilíssimo *desideratum* de educação dos filhos.

Foi um lance arrojado que praticou, e a despertar a mofa de parentes ricos, de que gente pobre não pode ter a pretensão de encaminhar filhos para a carreira das letras, e ainda mais insistente, quando o jovem Vital Brasil anunciava, cheio de entusiasmo, que queria ser médico.

Essa mofa torturava o coração de Dona Mariana Carolina, de desvelado amor materno. Mas Vital Brasil que, também se desvelava no amor filial, de ânimo resoluto embora jovem, e profético assim a consolava: “Hei de me formar em medicina; e levá-la a passear pela Europa”!

Foi um lance arrojado o que praticou José Manoel, repito, mas de extraordinário sucesso.

Conseguiu educar todos os filhos dos quais, se Vital Brasil, destinando-se a projeção no cenário nacional e no próprio cenário internacional, os outros se destinaram, por seu lado, a gozar de muito conceito da sociedade de São Paulo.

Senhores !

Ad augusta per angusta !

Bem se aplica esta conhecida lenda à gloriosa carreira de Vital Brasil.

Tôda a sua longa vida, de mais de três quartos de séculos, foi de trabalho, foi de luta, foi de renúncia, a que só a morte poria termo !

E da aspereza dessa luta, nos seus primeiros tempos, bem viva é a notícia que se encontra, no discurso proferido pelo notável higienista de São Paulo, Emílio Ribas, na homenagem que em 1919 ali foi prestada a Vital Brasil, discurso por êste transcrito na Memória Histórica que organiza e publica em 1941, sôbre o Instituto de Butantan.

Emílio Ribas, diretor que era da Repartição de Higiene do Estado de São Paulo, teve assim longa convivência com Vital Brasil, e desfrutava-lhe a amizade; conhecia-lhe de perto a vida.

Segura é destarte a informação que, sôbre o alto valor moral de Vital Brasil, êle presta no início de seu discurso, com essa indiscrição de particularidades, da qual, se escusa, proclamando que as

mesmas “devem ser conhecidas dos moços que queiram honestamente, triunfar na luta pela vida”.

Conta êle: “Vital veio em 1880 para São Paulo, onde estudou humanidades e prestou exames das matérias exigidas nos cursos superiores. Seu ideal era estudar medicina, mas faleciam-lhe recursos para viver no Rio de Janeiro, sede de uma das nossas Faculdades médicas. A coragem que herdara, o amor ao trabalho, a que se afizera desde cêdo (porque, estudando humanidades, já ensinava primeiras letras) não deixaram arrefecer o seu entusiasmo, e, em busca de seu ideal, partiu para o Rio de Janeiro”.

“Lá chegou, levando no bôlso uma modesta soma, que, naquella época, o garantia de privações por dois a três dias. As provas dessa ordem, quando devassadas pelos amigos convertem-se em padrões de glória. Não era a esperança de tão grande recompensa que dava alento ao nosso lutador, mas a sêde de saber, que era mais intensa do que a sensação da fome, ou a preocupação do renome. Muito teve de lutar, muito dissabor a sofrer e muita decepção a pôr à margem”.

E considera: “Não quero ser longo nessa indiscrição, por mais desculpável que seja e por mais realce que traga ao nome de Vital Brasil. Pelo que já disse é fácil conceber quanta tenacidade se fazia necessária para vencer os maus embates da sorte. Basta lembrar que foi ensinando que obteve os meios de manutenção, o necessário para livros e taxas de matrículas”.

Conta ainda: “Vencidos os primeiros anos do curso médico, a sorte começou a ser-lhe menos severa, mas ainda assim era sempre a golpes de talento e de esforço que conseguia melhorar a sua situação: alcançou, por concurso, o lugar de ajudante de preparador da cadeira de Filologia. Desta maneira, foi, desde cedo, arrastado aos estudos de laboratório. A ventura ao mesmo tempo que lhe concedia os primeiros favores dava orientação nova ao seu espírito. Vem de longa data, pois, o seu amor aos estudos experimentais (em que tanto sobressaiu)”.

“Em uma das férias escolares aproveitou o tempo trabalhando como auxiliar de engenheiro na construção da E. F. Mogiana, no trecho de São José do Rio Pardo. Como se vê, a luta pela vida forçava-o a descobrir em si mesmo aptidões novas”.

Forma-se afinal em medicina, Vital Brasil recebendo o grau em 1891.

E para sem demora entrar em fogo, exercer importantes arriscadas comissões, saindo-se galhardamente: a de debelar a febre amarela, que irrompe em tantas das cidades do interior de São Paulo, e contraindo a moléstia; e, a da defesa daquele Estado contra o *colera*

morbus, que ataca o vale do Paraíba, chefiando a comissão sanitária instalada em Cachoeira.

Guardo bem viva a memória da voga em que ficou o seu nome, que com tanta simpatia, soava aos meus ouvidos de campanhense; pois cursava eu então a Faculdade de Direito de São Paulo.

Depois dessas peregrinações por cidades da dor flageladas pelas epidemias como sabe se expressar Emílio Ribas, resolve Vital Brasil clinicar em Botucatu, onde permanece por dois anos.

Mas, já aí o antigo ajudante do preparador da cadeira de Filologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tem o seu espírito, antes de tudo, voltado para as ciências experimentais, e, como numa ante-visão da sua glória, aplicando-se no pequeno laboratório que organiza na sua própria moradia, ao estudo do problema do *oidísmo*.

Volta êle afinal, em 1896, para São Paulo, onde, aliás, segundo informação autorizada que chegou ao meu conhecimento, havia trabalhado na Santa Casa, como clínico e ginecologista, de 1893 a 1895, tendo sido quem instituiu naquele hospital o Ambulatório Ginecológico.

Constitui êste fato mais uma prova da grandeza d'alma de Vital Brasil, revela que, para todos os lados, a sua atividade profissional estava a serviço da causa humanitária.

Volta êle afinal, para São Paulo, sendo nomeado ajudante do Instituto Bacteriológico.

E o seu destino fica definitivamente traçado: o laboratório é o pedestal da sua glória, científica e humanitária.

Glória essa, que no meu trabalho *Campanha da Princesa*, procurei descrever em sua linha geral, seguindo-lhe a trajetória, para tanto não me poupando a demorado estudo, inclusive o de compulsar as Revistas Médicas de São Paulo, existentes na Biblioteca Nacional, relativas ao longo período em que ali exerceu êle, Vital Brasil, a sua atividade.

Ajudante do Instituto Bacteriológico, aperfeiçoa os seus conhecimentos, distinguindo-se em tôdas as comissões que lhe são confiadas, e prossegue nos seus estudos que tiveram início em Botucatu sôbre o *oidísmo*, apresentando trabalhos de tal monta, que impressionam vivamente o seu diretor, o notável cientista Adolfo Lutz.

E não tarda a receber importantíssima incumbência.

Anuncia-se, em 1899, o aparecimento da peste bubônica em Santos, e pela primeira vez no Brasil, o que ainda a tornava mais alarmante.

É êle destacado para estudá-la. Transporta-se para aquela cidade: acompanha, sendo ainda vítima da moléstia que investiga, os casos que se verificam. Com o material obtido nos mesmos, faz pre-

parações diretas e culturas, que são reinoculadas em animais, observado o quadro da peste experimental.

E notável é o Relatório que apresenta e que me foi dado conhecer na íntegra, na “Revista Médica de São Paulo”, daquele ano.

Oswaldo Cruz que meses antes, regressando da Europa, onde cursara o Instituto Pasteur, aqui havia montado um laboratório de pesquisas e análises clínicas, primeiro que se conta nesta capital, é também comissionado pela Diretoria de Higiene, para ir a Santos proceder a averiguações, e nada tem a fazer senão apoiar o que havia feito e concluído Vital Brasil, concordar com a existência do mal levantino.

Naquela época vinham dos laboratórios europeus a vacina e o sôro anti-pestosos.

E da mesma forma que aqui, no Rio de Janeiro, o Governo providencia para a fundação de Manguinhos, visando a preparação dos mesmos, incumbindo a Oswaldo Cruz de organizá-lo e dirigi-lo, o Governo de São Paulo, para igual fim, empreende a fundação de Butantan, incumbindo a Vital Brasil, também, de organizá-lo e dirigi-lo.

Não pode se conformar, entretanto, Oswaldo Cruz com o estreito plano traçado para a obra de Manguinhos. Alarga-o, remodela-o, ergue um instituto de pesquisas, para glória de seu nome e do país.

De outro modo não procede Vital Brasil quanto a Butantan; nem sucede.

Quando, em 14 de abril de 1914, inaugura êle o novo edifício do afamado Instituto, no discurso que profere, e que me foi dado conhecer na “Revista Médica de São Paulo” de então, pode êle recordar que não se limitou, o mesmo, ao trabalho que lhe era prescrito pela letra dos regulamentos.

Tentou desde o seu início ao lado do preparo da vacina e sôro, “desenvolver os estudos de questões que interessavam a serunterapia e à higiene. Mereceram-lhe especial atenção as questões sôbre o ofidismo, tanto a terapia como a profilaxia, o estudo da biologia das serpentes, a química dos venenos, a fisiologia dêstes e as suas reações biológicas, o estudo de globulinas e serinas, a serunterapia antiescorpionica, os estudos sôbre a peste, a parasitologia”.

E, “ao lado das pesquisas científicas, não negligenciou o Instituto de contribuir nos limites de suas forças, para a educação sanitária do povo, já promovendo conferências públicas, já fazendo demonstrações experimentais conviuentes das verdades adquiridas”.

Por essa forma, pode ainda concluir:

“O regime que terá de seguir o Instituto, com novos meios de que dispõe atualmente, não modificará fundamentalmente o seu plano, que obedecerá, como até aqui aos três seguintes objetivos: 1.º Preparar todos os serums e vacinas que se tornarem necessários à defesa sanitária do Estado, 2.º Estudar tôdas as questões que direta ou indiretamente interessem à higiene pública, especialmente as que se relacionem com a serunterapia, 3.º Contribuir para vulgarização científica, por meio de cursos e conferências, demonstrações e publicações”.

No mesmo prossegue êle, Vital Brasil, intensamente os estudos iniciados em Botucatu, e continuados no Instituto Bacteriológico, contra o veneno ofídico.

E afinal canta vitória, projetando-se no cenário internacional, incorporando-se à família dos Pasteur, Roux, Kock, Bhering e Calmette, glórias da ciência e da humanidade!

Completa a obra de Calmette. Certifica-se das diferenças fisiológicas dos diversos venenos das serpentes, certifica-se de que o sôro anti-peçonhento de Calmette não tem eficácia contra as serpentes brasileiras, e como não tem contra as serpentes americanas.

Descobre o sôro relativo a cada uma dessas espécies.

E não para aí; descobre um sôro polivalente, para quando ignorada a espécie de serpente agressora.

Em 1903, já se acha confirmada, em tôda a sua plenitude, essa vitória.

E o Congresso Médico, então reunido no Rio de Janeiro, solenemente a consagra, solicitando um prêmio a Vital Brasil, para que a fizesse conhecida no estrangeiro.

Certo que as primeiras congratulações, pode-se dizer, que depois disso êle recebeu, e tanto falaram ao seu coração, que Emílio Ribas teria de, especialmente, citá-las no seu referido discurso; tais congratulações foram as de Minas Gerais, expressas em voto da sua Câmara Legislativa, e por proposta de um campanhense, João Bráulio Moinhos de Vilhena Júnior, médico muito conceituado e brilhante orador.

Ao lado daquela iniciativa do Congresso Médico, reunido no Rio de Janeiro, o Estado de São Paulo o incumbia Vital Brasil, de visitar os Institutos de Bacteriologia e Serunterapia da Europa, com intuito de melhorar os seus Institutos congêneres.

Segue êle para a Europa; e numa situação especial, única, segundo salientou, na Sociedade de Medicina de São Paulo, um de seus ilustres membros, Afonso de Azevedo, isto é, na situação daquele

que sem nunca ter saído do Brasil, pode ir apresentar, àquele meio científico, trabalho de tal vulto.

Segue para a Europa, em viagem de um triunfador!

E com uma nota íntima e comovente que, antes de tudo, merece registro. Faz questão de levar consigo sua estremecida mãe.

Realizando-se, por essa forma, aquela profecia com que êle, e em revide ao motejo de parentes ricos, rærgueu o amargurado coração materno, com a jura que, em um impulso de confiança em si próprio e de acendrado amor filial, fêz a D. Mariana Carolina: “Hei de formar-me em medicina; e levá-la a passear pela Europa”.

E seja aqui referido entre os títulos que possuíam os pais de Vital Brasil, figuravam o da inteligência, o da fôrça de vontade, e o do amor paterno e materno bem à vista naquele lance arriscado da sua mudança de Caldas, para aperfeiçoar a educação dos filhos.

E outros títulos ainda põe em foco Emílio Ribas, no seu discurso anteriormente referido, ao dizer em louvor dêles e do caráter mineiro:

“O espírito inovador, o talento e a probidade, foram em Vital Brasil qualidades inatas e hereditárias, como a educação, a composição, e correção são produtos da família e do meio. Muitas das suas qualidades são apanágios da índole mineira e entre elas o amor à verdade, à sinceridade das convicções, à lealdade do comportamento e à delicadeza do trato. São atributos preciosos em um pesquisador e indispensáveis em um homem de laboratório”.

Especialmente quanto à mãe de Vital Brasil, sua inteligência tem uma interessante, viva manifestação, no fato de que me deram notícia pessoas de sua família, de haver ela escrito um diário da sua viagem à Europa.

Só a iniciativa dêsse trabalho, deixa à vista, em D. Mariana Carolina, a influência da alma campanhense. Uma das notas dominantes da opulenta cultura literária da Cidade da Campanha era que a mesma constituia também apanágio do sexo feminino. O exemplo foi dado por Bárbara Heliodora, “a Heroína da Inconfidência”, que compusera essas, como pôde dizer Joaquim Norberto, antigo presidente desta Casa, admiráveis sextilhas, em tórno daquele drama. Excelentes educandários de instrução feminina ali vão se sucedendo tempo em fora, sobretudo a antiga e afamada Escola Normal.

Cultura feminina, a mesma que se apresenta ainda nessa imprensa campanhense, de tão altos títulos. Quando, em 1873, lá se viam o *Monitor Sul-Mineiro*, redigido por eminentes figuras da família Veiga, e gozando em Minas Gerais de igual prestígio ao de que gozava no país o *Jornal do Comércio*, o *Colombo* redigido pela pena brilhante de Lúcio de Mendonça, e com repercussão no cenário nacional, também era visto o *Sexo Feminino*, que pude consultar na

Biblioteca Nacional, excelentemente redigido pela professora Senhorrinha da Motta Diniz, uma das pioneiras da defesa dos direitos da mulher no Brasil, tão injustamente esquecida pelas nossas escritoras.

Concluindo este quadro em que descrevi a influência ancestral sobre a formação do espírito de Vital Brasil, volto ao assento da viagem triunfante do grande brasileiro pelos centros científicos da Europa.

Como já signifiquei na minha obra *Campanha da Princesa*, de acôrdo com o que pude conhecer, lendo a *Revista de Medicina de São Paulo*, daquele tempo, publicou êle em francês, inglês e alemão, uma monografia resumindo os seus estudos e visitou os Institutos de Serunterapia e Bacteriologia de Paris, Lille, Londres, Bruxelas, Berlim, Genebra, Berna, Milão, Roma e Lisboa, sendo por toda parte muito bem recebido e festejado. Em Lille sobretudo teve o melhor acolhimento de Calmette, vendo confirmadas por êsse professor as suas conclusões em relação à especialidade do veneno das cobras americanas e portanto dos *seruns curativos*.

Fêz um novo curso de Bacteriologia no Instituto Pasteur, e dedicou-se a estudos de histologia e anatomia patológica, com o professor Letulle, do Hospital de Bonvicant.

E desde essa viagem triunfal, cada vez maior é a repercussão que vai tendo, nos diversos países, a obra de Vital Brasil.

Antes de prosseguir, quero considerar, na mesma viagem, a originalidade do mestre que se transforma em discípulo, com o frequentar o Instituto Pasteur de Paris. Outros foram frequentá-lo para ficarem sábios, êle, depois de já ser sábio, aparelhado nos modestos Institutos congêneres de nosso país. Bem se revelando o verdadeiro sábio com a insaciabilidade de saber com a largueza de visão, dessas admiráveis e tão citadas palavras que Shakespeare proferiu pela boca de um de seus personagens: "Horácio, há mais coisas no céu e na terra do que te parece em tua vã filosofia".

Segue outra vez, Vital Brasil, para a Europa com destino a Berlim, levando, como êle informa na sua referida Memória Histórica sobre Butantan, a incumbência de visitar os principais centros científicos do Velho Mundo, no intuito de colher por observação tudo quanto, pudesse aproveitar ao progresso do estabelecimento, cuja direção lhe fôra confiada; isto em 1914, logo após a inauguração do novo edifício daquele Instituto.

Pouco tempo durou, porém, a sua estada em Berlim, por ter arreventado, então, a grande guerra. Depois de instalado naquela Capital, teve de abandonar todos os projetos de estudos e bater em retirada, vencendo as maiores dificuldades próprias do momento.

Passo agora a focalizá-lo a Vital Brasil, nos Estados Unidos.

Recebe êle, ainda em 1914, um honroso convite da Carnegie Endowment for Peace," para assistir, como seu hóspede, o Congresso Científico Pan-Americano, a reunir-se em Washington. Toma parte em importantes discussões que se travam na Seção de Medicina, sôbre higiene, nos países americanos, especialmente sôbre a febre amarela e tendo tido oportunidade de chamar a atenção para os trabalhos levados a efeito em nosso país sôbre a extinção da mesma.

A memória que apresentou sôbre a profilaxia do ofidismo, e a conferência que realizou sôbre os trabalhos do Instituto, contra o ofidismo no Brasil, confessa, despertaram mais curiosidade do que interesse científico de quase todos os lados ouvindo, que os acidentes ofídicos eram raros na América do Norte. E, declara, era natural que assim fôsse, a despeito da abundância relativa de tanalofídios, porque o uso generalizado de calçados nas populações rurais era fato que explicava essa extrema raridade.

Mas, de volta de Washington, o acaso forneceu-lhe a feliz oportunidade de salvar um empregado do Bronx Park picado por um cascavel (*crótalus adamanteus*), o qual em estado grave e quasi desesperador depois de haver, sem resultado, recebido os outros tratamentos, restabeleceu-se com a aplicação do sôro anti-crotálico de Butantan.

Ao referir isso em seu discurso anteriormente citado, Emilio Ribas bem pôde dizer: "O efeito moral dêsse tratamento foi enorme e de grande retumbância nos Estados Unidos, pois dêle se ocuparam não só os jornais médicos, como a imprensa profana".

Volto a falar da ação de Vital Brasil, sua grandeza e sua consagração, dentro do nosso país.

Essa obra a um só tempo científica e humanitária, que êle vai realizando em Butantan, não interessa, pois, sômente aos técnicos de experimentação, ou da medicina, mas a todos os espíritos superiores, que bem podem compreendê-la e julgá-la.

No primeiro sentido, recebe a consagração máxima, de que já dei notícia, prestada pelo Congresso de Medicina reunido no Rio de Janeiro, em 1903.

E no segundo, merece especial registro, a consagração recebida, com as visitas que ao mesmo instituto fazem, o heróico Rei dos Belgas, em 1920, o notável Teodoro Roosevelt, ex-presidente dos Estados Unidos, em 1905, e, sobretudo, Ruy Barbosa, em 1914, o qual ali deixa escrito: "E' com sincero eutusiasmo que expresso a minha admiração para com esta casa, pelo que dela sei e acabo de ver. Felizes, de nós, se a cultura geral do país, e o progresso brasileiro estivessem na altura desta esplêndida instituição, honra do sábio que a dirige, dos homens de ciência que nela trabalham, do povo que dela se desvanece e do govêrno que lhe tem compreendido o valor".

Cumpria brilhantemente, Vital Brasil, no Instituto de Butantan, todo o já citado vasto programa, por ele exposto em 1914, pela inauguração do seu novo edifício.

Culmina aí, a ação pessoal do grande cientista, por tôdas as formas: na admirável direção que imprime ao Instituto, na descoberta que o immortalizou, do sôro aplicável contra os venenos das serpentes do Brasil, e da América, na descoberta ainda do sôro aplicável contra outras peçonhas.

Vinte anos gloriosos de direção em Butantan conta o seu sábio fundador, quando afinal o deixa, em 1919.

E por que o faz?

O motivo aparente é a saúde, a exigir melhor clima; o motivo real é outro.

E ele explica, incidentemente na sua Memória Histórica.

A certa altura da mesma, conta: “Em 1918 surgiu a gripe no Rio de Janeiro, coincidindo seu aparecimento com a data fixada para realização, na Capital da República, de um Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia. O Instituto fazendo-se representar neste certame com vários trabalhos de seus assistentes, viu com pesar a suspensão das sessões do Congresso, por força da violência da epidemia que ameaça paralisar a vida da cidade”.

E a seguir refere:

“Na Capital paulista o Serviço Sanitário tomou iniciativas ao Instituto de Butantan, nem sempre em harmonia de vistas com o antigo diretor do estabelecimento, o que determinou a saída dêste em 1919”.

Explicou, assim, rápida e incidentemente, *sine ira ac studio*, mas apenas pelo culto da verdade histórica, o ato que a sua dignidade profissional lhe ditou: como a esquecer, com a superioridade de seu espírito a mágua sofrida.

E' desagravado porém com êsse almôço de despedida, de admiração e de saudade que lhe oferecem os amigos e admiradores sobretudo os cientistas de São Paulo, entre os quais se viam, por exemplo o grande higienista Emílio Ribas que já ficou visto foi orador, e as maiores sumidades médicas que ali se contavam, Luís Pereira Barreto e Matias Valadão, sendo êste conterrâneo de Vital Brasil.

Deixando São Paulo, vai fundar, Vital Brasil, o Instituto de seu nome em Niterói.

E quais os destinos de Butantan, durante essa orfandade, em que assim fica?

Bem o define o apêlo que, em 1924, teve de fazer o próprio Governo de São Paulo, para que Vital Brasil voltasse a dirigí-lo: apêlo a que ele sabe atender, não obstante com sacrifício de seus interesses ao Instituto de Niterói.

E foi, como significou a imprensa paulista da época, sob uma atmosfera de simpatia e de satisfação unânimes, que a 23 de setembro se realizou a sua posse, na qual José Lobo, ilustre Secretário do Interior, pronuncia importante discurso.

Começa dizendo: “O Governo de São Paulo tem consciência de haver prestado valiosíssimo serviço à ciência e à humanidade, mais do que à própria administração do Estado, restituindo ao Dr. Vital Brasil a direção do Instituto Butantan”.

Tece os maiores encômios à obra realizada por Vital Brasil. E considera não ser segredo para ninguém, que na sua ausência, ventos de má fortuna passaram pelo mesmo Instituto, “produzindo, por um demorado colapso, triste solução de continuidade na eficácia e brilho de seus trabalhos”.

Era preciso retomar o fio desta tradição e ainda desenvolvê-la; era preciso chamar Vital Brasil.

E realmente, continuou este ali a sua obra gloriosa, com brilhantes iniciativas, até que em 1927, tem que de novo deixar Butantan por força maior do estado da sua saúde.

Esta a explicação que ele apresenta, na sua Memória Histórica, sobre esse Instituto.

E’ da vida dos grandes homens, que as glórias lhes tragam também sofrimentos, provocados pela incompreensão, pelo despeito, pela ingratidão, e pelo espírito iconoclasta.

A este fadário não teria escapado Vital Brasil.

Mas a respeito, nada se vislumbra na Memória Histórica, de exposição calma, serena, sem um azedume, sem uma queixa, sem um ressentimento, ao contrário generosa para com todos.

Revela isto, mais uma das facetas dessa figura extraordinária: a da grandeza e superioridade de sua alma.

Entretanto a frieza, pelo menos, com que foi tratado quando deixa assim, pela segunda vez, Butantan, impeliu alguns intelectuais de diversas profissões, “a provocar sobre a obra do grande brasileiro o pronunciamento dos sábios de outros países, que estavam a par dos seus trabalhos, ou por conhecimento pessoal do Instituto, ou através de publicações”.

E as respostas, que não demoraram, foram publicadas em página especial do *O Jornal*, e constituem uma glorificação daquela obra.

Provinham destas figuras: Calmette, vice-presidente do Instituto Pasteur de Paris, e a maior autoridade no caso; E. Marchoux, o velho sábio do mesmo Instituto; Emílio Brumpt, professor de Parasitologia na Faculdade de Medicina de Paris; Simon Flexener, diretor do Instituto Rockefeller, situado em Nova York; Charles Martin, do

Instituto de Lister, de Londres, que se equipara, em reputação mundial, ao Instituto de Paris, e ao Instituto Kook, de Berlim; Ernesto Breslau, diretor do Instituto de Zoologia da Universidade de Colônia; F. Fulleborn, professor do Instituto de Doenças Tropicais de Hamburgo; Th. Madsen, diretor do Instituto Seroterápico de Copenhague, uma das figuras de maior relêvo no Comité de Higiene da Liga das Nações; Bernardo Hussay, diretor do Instituto de Fisiologia da Faculdade de Medicina de Buenos Aires; e, por fim, o próprio Rudolf Kraus, diretor do Instituto Seroterápico de Viena, e que dirigiu Butantan, quando em 1919, êle Vital Brasil, dali se afastou.

E' com mais essa consagração, que Vital Brasil deixa definitivamente Butantan, voltando à direção do Instituto que fundara em Niterói.

Instituto êste, cujos destinos foram profetizados por Emilio Rilas naquele discurso de 1919, quando Vital Brasil deixou Butantan, ao dizer: "Uma circunstância de força maior, o atual estado de saúde de nosso prezado amigo, determinou a sua mudança para uma região de condições climatéricas especiais, mas felizmente para a humanidade, para o progresso de nosso país, e para nós, o Dr. Vital Brasil ainda conserva a energia bastante, para lá fundar uma nova tenda de trabalho que há de ser um abençoado prolongamento da outra em que tanto se distinguiu e se notabilizou."

De fato assim aconteceu.

A glória científica e humanitária não teve interrupções na longa carreira de Vital Brasil.

Mais uma opinião autorizada a respeito, e tão recente, é essa de Miguel Osório, cientista consagrado e que, com satisfação o refiro, descende pelo lado paterno, de uma das mais ilustres famílias, da terra em que nasceu Vital Brasil, descende dos Vilhenas.

Eis o que, propondo na Academia Brasileira um voto de pesar, pelo desaparecimento dessa extraordinária figura, êle diz, conforme consta da respectiva ata, publicada no *Jornal do Comércio*, do dia 13 do mês transato:

"O Sr. Miguel Osório de Almeida requereu que se inscrevesse na ata um voto de pesar pelo desaparecimento de Vital Brasil, "autêntico homem de ciência, um dos nossos grandes sábios; do incansável obreiro cuja vida foi um exemplo de tenacidade e uma bela lição de confiança e perfeita integridade espiritual". Em prosseguimento, o Sr. Miguel Osório de Almeida, referiu-se com entusiasmo ao fundador de Butan-

tan e ao criador do Instituto na vizinha capital fluminense, passando em revista a obra considerável deixada por Vital Brasil: aludindo “as pesquisas do pioneiro e realizador que, ainda há pouco, — disse o orador — foi o primeiro a se destacar nas pesquisas do *Curare* e dos seus produtos curarizantes. Um homem desta estatura intelectual e moral, é o que o Brasil acaba de perder”.

E a revelação dessa última pesquisa científica, pode-se dizer, realizada por Vital Brasil, a cuja atividade só a morte poria fim, bem confirma o que deixei dito: a glória científica e humanitária de Vital Brasil não tem interrupções na sua longa carreira.

Glória essa completa, do cientista que pesquisa e descobre, e do realizador que ensina e propaga.

E a que atingiu por amor à ciência, à humanidade, ao mesmo tempo que por amor ao Brasil, que não saia do seu espírito.

Veja-se, por exemplo, o que êle diz naquele discurso que profere em 1919, ao despedir-se de São Paulo, tratando do Instituto de Butantan em geral, isto é, do conjunto da obra científica para que o destinou:

“O nosso caro Brasil, tão vasto, tão cheio de riquezas, onde se encontram a cada passo ao lado de cada atividade, de cada iniciativa, muitas causas inibitórias de origem patológica, está reclamando da ciência a solução de muitos e importantes problemas. E’ nos laboratórios que se poderá encontrar a solução para êsses problemas e daí a necessidade do estabelecimento do maior número de Institutos científicos, que trabalharão ao mesmo tempo nas questões que interessam ao desenvolvimento do País, como na formação de nossos cientistas que, por sua vez, se constituirão oportunamente outros tantos centros de atividade científica”.

Merece finalmente referido, na apreciação dessa extraordinária figura, que a intensidade da locubração científica, não lhe impossibilitou nos seus escritos, revelações literárias mas incontidas e não propositadas.

Escrevia naturalmente com clareza, correção, ao mesmo tempo que com elegância.

Haja vista aquêles discursos por êle lidos, em 1914, ao inaugurar-se o novo edifício de Butantan, em 1919 agradecendo o almôço com que o homenagearam os seus amigos e admiradores, ao deixar São Paulo, e em 1924, quando voltou a dirigir Butantan, no ato emocionante da posse.

Eis por exemplo, no discurso de 1914, êste período com que o mesmo começa:

“Quando Pasteur, no seu modesto laboratório da rua Ulm, meditava sôbre o problema da geração espontânea, quando através dos seus balões de cultura procurava desvendar os mistérios dos infinitamente pequenos, bem longe estava de supor a formidável influência que êsses estudos teriam sôbre o progresso humano; a revolução que êles determinariam na agricultura, orientando-a por caminhos até então desconhecidos; nas indústrias, melhorando umas e criando outras: na cirurgia, fornecendo novos elementos técnicos e alargando a sua esfera de ação; na medicina derrocando as antigas concepções sôbre as moléstias e descortinando, com a nova orientação etiológica, novos horizontes à terapêutica e à higiene!”

E eis por exemplo no discurso de 1924, êsse período com que também o começa, e que se alteia à eloquência:

“Cumprindo êsse preliminar dever, permiti, senhores, que o velho fundador desta casa, que assistiu aos seus primeiros delineamentos, que viu o lançamento de suas bases fundamentais, que testemunhou uma série enorme de lutas, triunfos e decepções até chegar ao ponto em que ora se encontra, que sentiu alegrias e tristezas, que aqui viveu durante vinte anos, tendo aqui passado os melhores dias da sua mocidade, que viu primeiro germinar, na sua imaginação, tôda essa obra que pouco a pouco se transformou em realidade, desde o majestoso e empolgante bosque de araucáreas e eucaliptos, que emoldura as construções, até os mínimos e insignificantes detalhes; permiti, senhores, que êsse idealista impenitente, ora se vos apresente cheio de entusiasmo e de fé, para vos afirmar que ainda hoje, alimenta o mesmo sonho que em outros tempos afagou, de fazer desta Instituição não uma simples fábrica de sôros e vacinas, mas um centro de pesquisas e estudos de utilidade para êste glorioso Estado, e de grandes benefícios para o país e para a humanidade”.

Com o falar dessas revelações literárias de Vital Brasil, ainda não disse tudo da sua extraordinária figura.

Voltando a apreciá-la na sua grandeza moral, quero focalizar o que respeita aos seus altos, aos seus nobres sentimentos de família, tão conformes ainda às tradições de sua terra natal.

Quero falar dêsse patriarca que contou vinte e dois filhos, recebendo-os como uma benção de Deus, como bem traduz êsse seu hom

humor, essa alegria constante que, informam seus íntimos, era uma das características da sua vida.

Senhores!

Vou concluir.

Podereis dizer: falou demais na sua Campanha.

Mas culpa não foi minha. Foi de Vital Brasil; foi de Vital Brasil Mineiro da Campanha.

Tinha que trazer-lhe uma braçada de flores da terra natal.

Vou concluir, por fim, parodiando aquelas palavras que Rui Barbosa deixou escritas em Butantan.

Feliz do Instituto Histórico feliz desta Casa irradiante e secular, que soube compreender tôda a grandeza da obra científica, humanitária e patriótica, realizada por Vital Brasil, glória da nossa pátria e glória universal, homenageando-lhe a memória, do modo por que o fez dedicando-lhe uma sessão especial.

OS SÓCIOS DO INSTITUTO

CAROLINA MAX FLEIUSS

Corrêa Filho (Virgílio Alves).

Nascido em Cuiabá a 8 de janeiro de 1887. Filho de Virgílio Alves Corrêa e Ignez Augusto Alves Corrêa.

Engenheiro Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro; Chefe de turma de locação da E. F. Noroeste do Brasil; fez os estudos e dirigiu a construção da Estrada de Cuiabá a Chapada; engenheiro residente na construção do prolongamento de Ponta Negra a Araruama, E. F. Maricá; engenheiro residente no alargamento da bitola pelo vale do Paraopeba da Estrada de Ferro Central do Brasil; engenheiro na construção da ponte sobre o Rio Grande da E. F. Mogiana; Diretor da Repartição de Terras de Mato Grosso; Secretário Geral do Estado de Mato Grosso; Chefe de Seção na Comissão de Obras Novas do Abastecimento d'Água de São Paulo. Engenheiro Fiscal da Construção do Edifício d'A Noite. Assistente Técnico do Conselho Nacional de Geografia.

Como representante do Estado de Mato Grosso tomou parte no: 2.º Congresso de História Nacional (1931); 4.ª Conferência Nacional de Educação (1931); 5.ª Conferência Nacional de Educação (1932); Conferência de Proteção à Infância (1932); Assembléia Inaugural do Instituto Pan Americano de Geografia e História (1932); 5.º Congresso de Estradas de Rodagem (1933); 1.º Congresso das Academias de Letras (1936); 1.ª Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia (1937); 3.º Congresso de História Nacional (1938); 7.º Congresso de Estradas de Rodagem em que representou também o Club de Engenharia (1939); 2.º Congresso das Academias de Letras (1939); 1.º Congresso Brasileiro de Cultura (1940); 1.º Congresso Nacional de Carburantes (1942); Representou o Conselho Nacional de Geografia no 8.º Congresso Brasileiro de Educação (1942); 4.º Congresso sul-riograndense de História e Geografia (1945); Fez parte da delegação brasileira perante a 4.ª Assembléia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (1946); 1.ª Reunião Pan-Americana de Consulta sobre História, no México (1947); 1.º Congresso de História da Bahia em Salvador (1949); Representante do C.N.G. e Instituto Histórico perante o 4.º Congresso de História Nacional, Rio (1949); 1.ª Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia, Rio de Janeiro (1949).

E' membro das seguintes instituições:

Sócio benemérito e 1.º Secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Sócio da Academia Matogrossense de Letras; do Instituto Histórico de Mato Grosso; do Instituto Histórico de São Paulo; do Instituto

Histórico do Espírito Santo; do Instituto Histórico do Ceará; do Instituto Histórico de Petrópolis; Instituto Histórico do Maranhão; Instituto Histórico do Rio Grande do Sul; Instituto Histórico de Sergipe; Instituto Paraguaio de Investigaciones Históricas.

E' autor dos seguintes trabalhos:

Estrada da Chapada — (Estudos preliminares) — 1910.

Mato Grosso — (Contribuição para o Dicionário Histórico e Geográfico Etnográfico do Brasil, comemorativo do Centenário da Independência) — 1922 — (2.^a edição — 1939).

Questões de Terras — 1923.

Notas à Margem — (Ensaio Históricos) — 1924.

As Raias de Mato Grosso — Volume I — Fronteira setentrional — 1925. — Volume II — Fronteira oriental — 1925. — Volume III — Fronteira meridional — 1925. — Volume IV — Fronteira ocidental — 1925.

A síntese de um Governo — Exposição impressa juntamente com o discurso do Presidente Dr. Estevão Alves Corrêa — 1926.

Monografias Cuiabanas — Volume I — Questões de ensino — 1925. — Volume II — Evolução do Erário — 1925. — Volume III — A cata de ouro e diamante — 1926. — Volume IV — A sombra dos hervais matogrossenses — 1926. — Volume V — Indústrias matogrossenses — 1945. — Volume VI — A propósito do boi pantaneiro — 1926. — Volume VII — Consideração acêrca da peste de Cadeiras — 1927.

Política de Mato Grosso — (Polêmica) — Volume I — Incluída no volume III da "Galeria Matogrossense". — Volume II — Em legítima defesa — 1926. — Volume III — Versalidade Presidencial — 1926. — Volume IV — Depenando uma gralha empavonada — 1926. — Volume V — O siamês da gralha empavonada — 1926. — Volume VI — O detrator oficial — 1926. — Volume VII — Relendo a mensagem — 1927.

Os predecessores de Rondon — Silva Pontes — Lacerda e Almeida — Ricardo Franco — Luís Alincourt, na Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso.

Os tratados com a Bolívia — (Limites e comunicações ferroviárias) — 1930.

Impressões de Campo Grande — 1933.

A Rede rodopiária de Mato Grosso — 1934.

A República em Mato Grosso — 1935 — (Na Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso).

Alexandre Rodrigues Ferreira — Vida e obra do grande naturalista brasileiro — 1939 (Volume 144 da Biblioteca Pedagógica Brasileira).

Galeria Matogrossense — I — *Luís de Albuquerque* — Fronteiro insigne — 1939 Memória apresentada ao III Congresso de História Nacional. — II — *A. Leverger* — O Bretão Cuiabanizado — 1941 Memória apresentada ao III Congresso de História Nacional. — III — *Pedro Celestino* — O Guia dos matogrossenses — 1945. — IV — *Joaquim Murtinho* — No prelo.

A propósito dos novos territórios — 1944 — A Estrada de Ferro para Cuiabá — (Volume I da Estante Matogrossense) — 1946.

Pantanaes Matogrossenses — Vol. 3 da Biblioteca Geográfica Brasileira — 1947.

Viagem ao México — 1949.

Desenvolvimento dos Estudos Históricos no Brasil — (Editorial Cultura-México) — 1949.

Conferências:

— *Anchieta sertanista* (Proferida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — 30 de janeiro de 1934).

— *O Visconde do Rio Branco e as leis de 28 de Setembro* — (Instituto Histórico, 28 de setembro de 1936).

— *André Rebouças* — (Club de Engenharia por ocasião do 1.º centenário do nascimento do insigne engenheiro) (13 de janeiro de 1938).

— *Influência de Mato Grosso na literatura Brasileira* — (Federação das Academias de Letras do Brasil).

— *O Bandeirismo na Fundação das Cidades* — (Proferida no Auditório da Escola "Caetano de Campos" (São Paulo), a 14 de junho de 1946).

— *Brás Dias de Aguiar* — (Proferida no salão de Conferências do Palácio Itamarati, a 8 de outubro de 1948).

— *Pedro Betim Pais Leme* — (Proferida no Clube de Engenharia, em comemoração ao centenário do engenheiro, a 27 de outubro de 1948).

— *Joaquim Murtinho* — (Proferida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a 21 de dezembro de 1948).

— *Alexandre Rodrigues Ferreira*, historiador — (Proferida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a 26 de junho de 1949).

— *As Fronteiras na obra Euclidiana* — (Proferida em São José do Rio Pardo, durante a *Semana Euclidiana*, a 10 de agosto de 1949).

Memórias apresentadas a Congressos Científicos:

— *Considerações acerca do Paraguai, via fluvial de navegação para Cuiabá no centro da América do Sul.*

(Assembléia inaugural do Instituto Pan-Americano de Geografia e História) — 1932.

— *A. Navarro de Abreu* — Paladino da Maioridade — (III Congresso de História Nacional) — 1938.

— *O Instituto Histórico* — (sua obra científica nos Congressos).

(III Congresso de História Nacional) — 1938.

— *Processos de aquisição de terras devolutas no Brasil durante o período colonial.*

(IV Assembléia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História — Caracas — (setembro) — 1946.

(Publicada em "Estudos de História da América" 1949).

— *Utilização econômica da terra.*
(IV Assembléia — 1946).

— *Sistema tributário no Brasil durante o período colonial.*
(IV Assembléia — 1946).
(Publicada em Estudos de História da América — México, 1949).

— *Expansão da indústria pastoril no Brasil.*
(IV Assembléia — 1946).

Ensaio Geográficos:

— *Caxambu* — Revista Brasileira de Geografia — Ano II — Julho de 1940.

— *Cuiabá, afluente do Paraguai* — R.B.G.
1.º trimestre de 1942.

— *Devassamento e ocupação da Amazônia Brasileira.*
Ano IV 2.º trimestre — 1942.

— *Evolução cultural e religiosa da Amazônia.*
Ano V — trimestre 1943.

— *Paquetá.*
Ano VI — 1.º trimestre 1944.

— *A Geografia como fator das vitórias diplomáticas do Barão do Rio Branco.*
Ano VII — 2.º trimestre 1945.

— *Cidades serranas* — Ano IX — n.º 1 — 1947.

— *Lambari* — R.B.G. — Ano IX — n.º 4 — 1947.

Além de livros e opúsculos, foram escritas, por solicitação do Governo de Mato Grosso, as três monografias exigidas pelo Ministério da Educação e publicadas no seu Anuário (1.º ano 1931).

Condições sanitárias de Mato Grosso. — Vol. I.

Sobre o Ensino em Mato Grosso — Vol. II.

Considerações acerca dos Monumentos históricos matogrossenses — Volume III.

SÓCIOS FALECIDOS

I — Dr. Tavares Cavalcanti — O Instituto Histórico perdeu a 1 de abril, falecido nesta capital, o seu sócio efetivo Dr. Manuel Tavares Cavalcanti, nascido em Alagoa Nova (Estado da Paraíba) em 16 de agosto de 1881. Formou-se em ciências jurídicas e sociais em 7/12/1901, pela Faculdade do Recife, tendo sido aluno laureado e obtido assim o “prêmio de viagem”.

Dedicou-se logo à advocacia e iniciou a sua atividade jornalística, em 1905, no jornal *A União* da capital paraibana. Em sua terra natal foi: professor da Escola Normal, lente do Liceu Paraibano e fiscal do governo federal junto ao Colégio Diocesano.

Em 1907 foi eleito deputado estadual, em 1909 deputado federal e reeleito até 1929 quando concorreu à vaga de senador, pela Aliança Liberal, não sendo reconhecido, embora seu diploma houvesse sido defendido pelo Senador Eptácio Pessoa.

Em 1931 foi nomeado escrivão do Juízo de Menores, nesta capital — cargo que exerceu até 1943, quando foi nomeado 1.º inventariante judicial.

Tavares Cavalcanti foi proposto para sócio do Instituto em 22 de agosto de 1931, pelos Srs. Max Fleiuss, Eptácio Pessoa, Ramiz Galvão e Agenor de Roure — tendo sido baseada a proposta nas suas contribuições ao Congresso de História de 1922 — sobre “Relações entre o Estado e a Igreja”, e, no de 1931, sobre “A Reação revolucionária dos Exaltados”. Essa proposta foi aprovada na assembléia geral da mesma data.

No Instituto — Tavares Cavalcanti falou sobre Eptácio Pessoa, em 1942, (vol. 177, págs. 547/549) e sobre o centenário de nascimento de Pedro Américo, em 1943, (vol. 181, págs. 131/133). Em 1944 foi nomeado pela assembléia para a “Comissão de fundos” na qual permaneceu até o falecimento.

Tinha ainda publicado um volume de história local: “Epítome de história da Paraíba” e exerceu também aqui o professorado *Jurídico*, numa cátedra de direito civil, da extinta Universidade Livre do Distrito Federal.

II — Buenaventura Caviglia, hijo — Em 12 de maio o Instituto Histórico teve o pesar de ver desfalecido o seu quadro social desse ilustre sócio correspondente, natural do Uruguai.

B. Caviglia, hijo — nasceu em Montevideu a 16/7/1879. Fêz estudos elementares na Itália; preparatórios no Seminário da sua cidade natal. Era advogado e escritor. Doutorou-se em Direito em 1905. Pesquisador de assuntos históricos, folclóricos e linguísticos. Possuía em sua casa, como apaixonado bibliófilo, uma esplêndida coleção de autores raros sobre a América do Sul — especialmente: do Uruguai e do Brasil. A sua preciosa “brasileira” era seguramente uma das mais ricas do Rio da Prata — só comparável à coleção do General Justo.

Por amizade e admiração ao Brasil — adquiriu a famosa fazenda do Visconde de Mauá, no Departamento de Mercedes, que transformou em museu particular, em memória do grande homem brasileiro, tão ligado à história do Uruguai.

Entre outros trabalhos publicados: “Francis Tomas y John Drake en el Plata”; “Farrapos”; “La fortaleza de San Miguel”; “La devocion de Gomes Freire de Andrada a Santa Tereza”.

Era membro do Instituto Histórico — (proposta de 27/8/37, aprovada pela assembléia geral de 13/4/38) do Instituto Histórico de São Paulo e do Rio Grande do Sul — além de efetivo sócio do Instituto Histórico do Uruguai.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

OBRAS RECEBIDAS

Abril de 1950

America en el Espiritu Francez del siglo XVIII — Zavala (Silvio) — Edicion de el Colegio — México D.F. — 1949.

Um trem corre para o oeste — Azevedo (Fernando de) — Livr. Martins Editora Nacional — São Paulo — 1950.

Memórias de João Daudt Filho — 3.^a edição — Daudt Filho (João) — Rio de Janeiro — 1949.

Pareceres do Consultor Geral da República, vol. II — Valladão — (Professor Haroldo) — A. Coelho Branco F.^o — Rio de Janeiro — 1950.

Memórias de (3.^a edição) — Daudt Filho (João) — Rio de Janeiro — 1949.

Los perfiles causales — Aspectos de la Enseñanza de la Geografía — Santamarina (Estela Barbieri de) — Univ. Nac. Tucuman — Tucuman — 1949.

A arte oleira dos Tapajós — Barata (Frederico) — Instituto de Antropologia — Pará — 1950.

Plácido de Castro e a Integração do Território do Acre no Brasil (Conferência) — Freitas (Coronel R. Dias de) — Ofcs. do Almanaque da Parnaíba — Ceará — 1940.

Os arados portugueses e as suas prováveis origens — Estudo etnográfico — Dias (Jorge) — Universid. do Porto — Coimbra — 1948.

Leis, Decretos e Atos — Julho a setembro de 1949 — Moneghetti (Eng.^o Ildo) — Pref. Municipal de Porto Alegre — 1950.

Mai de 1950

Relatório do Ministro da Fazenda, tomos II e III, vol. XVIII — 1891 — Barbosa (Rui) — Minist. E. e Saúde — Rio de Janeiro — 1949

Prosa (Obras completas) — 1.^o volume — Pernetá (Emiliano) — Gráf. Mundial Ltda. — Curitiba — 1945.

Lisimaco — Erven (Herbert Munhoz) — Tipografia Mundial — Curitiba — 1944.

“O Exército A Igreja e a Nação (Discurso) — Câmara (Rinaldo Pereira da) — Rio Grande do Sul — 1950.

A música nas Escolas Jesuíticas do Brasil no Século XVI (Separata de "Cultura" n.º 2 — 1949 — Leite (Serafim) — Minist. E. e Saúde — Departamento de Imprensa Nacional — Rio de Janeiro.

Carta Pastoral do Exm.º Revm.º Sr. Dom — Silva (Augusto Álvaro da) — Escola Tipogr. Salesiana — Bahia — 1949 .

A índia portuguesa à face da razão e do direito (Conferência pronunciada na Sociedade de Geografia de Lisboa em 14-3-50) — Xavier (Alberto) — Edições S. N. I. — Lisboa — 1950.

Mensaje al Pais — Enero 1º 1950 — Plaza (Galo) — Talleres Gráficos e Nacionales — Quito — 1950.

Joaquim Nabuco, o Evangelista da Abolição — Valladão (Alfredo) — *Jornal do Comércio* — Rio de Janeiro — 1950.

O Precursor — Magalhães (Adelino) — 1947.

Junho de 1950

Esbôço biográfico dos acontecimentos mais importantes da vida da Faculdade de Medicina da Bahia (1808-1946) — Professor Otávio Tôrres — Imprensa Vitória — Salvador — Bahia, 1946.

Homenagem a Henrique José Varona — Raul Roa — Impensa Universal — 1946 — Habana.

L'Enseignement de L'Histoire en Haiti — Catts Pressoir — Comision de História — México, 1950.

Juan Diego — Higino Vasques Santa Ana — Museo Juan Diego — Mexico, 1940.

O Problema da Borracha Brasileira — Aníbal Pôrto — Ministério do Trabalho — 1939 — Rio de Janeiro.

O Brasil na Feira Internacional de Budapest — Aníbal Pôrto — Ministério do Trabalho — 1939 — Rio de Janeiro.

Memorial dos Advogados Auxiliares da Acusação — Drs. R. Gomes de Matos e Augusto Correia Lima — Tip. Minerva — Ceará — Fortaleza — 1941.

Relatório apresentado ao Conselho Nacional de Geografia — Professor Cândido Mendes de Almeida — Artes Gráficas — Rio de Janeiro — 1939.

Diário da Viagem ao Surinam — Francisco José Rodrigues Barata — Oficinas Gráficas — Belém — Pará.

A Nova Era, A Era da Mundialidade e o Esperanto — M. A. Teixeira de Freitas — I. B. G. E. — Rio de Janeiro — 1948.

O Homem e a Sociedade — Marcelo Boldrini — I.B.G.E. — Rio de Janeiro — 1950.

Padre Claro Monteiro do Amaral — Fausto Ribeiro de Barros — Instituto Histórico e Geográfico de Santos — São Paulo — 1950.

As Aventuras de outubro e a invasão de São Paulo (3.º edição — Renato Jardim — Civilização Brasileira — Rio de Janeiro — 1933.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Abril de 1950

Tydschrift Voor Indische Taal — Land — En volken kunde — 1949 — deel LXXXIII — aflevering — 2-3 — Batávia.

Rodovia — Fevereiro de 1950 — Ano XII — N.º 120 — Rio de Janeiro.

- Bulletin for Libraries — Vol. IV — N.º I — January 1950 — Paris.
Britain To-Day — January — 1950 — N.º 165 — London.
Catalogue n.º 200 — Journals Periodicals and Serials-Collections, sets,
e Back Files — U. S. A.
Rubicon — 19 de março de 1950 — N.º 328 — Barbacena.
Saúde — Abril, 1950 — N.º 28 — Ano III — Rio de Janeiro.
Katalog — N.º 1 — 1949 — Periódica.
Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos — Abril de 1950 — N.º 82
— Ano VIII — Rio de Janeiro.
Ex-Combatente n.º 39 — Ano IV — Março de 1950 — Rio de Janeiro.
O Puritano — 25 de março de 1950 — Num. 1964 — Ano LI — Rio
de Janeiro.
Cadernos — Ns. 17 e 18 — 1946-48 — Rio de Janeiro.
Boletim Universitário — Novembro de 1949 — N.º 1 — Año I — Ca-
racas.
Revista do Serviço Público — Ano XIII — Vol. I — N.º 1 — Janeiro
de 1950 — Rio de Janeiro.
Revista do Clube de Engenharia — Fevereiro de 1950 — Vol. XXII —
N.º 162 — Rio de Janeiro.
Correio de Uberlândia — 22 e 23 de março de 1950 — Ns. 2.866 e 2.867
— Ano XII — Minas Gerais.
Rubicon — 26 de março de 1950 — N.º 329 — Barbacena.
Boletim Geográfico — Outubro e novembro de 1949 — Ns. 79 e 80 —
Ano VII — Rio de Janeiro.
Publicações — Relato de 1944-45-46 — Rio de Janeiro.
Bulletin of the New York Public Library — March 1950 — Volume 54
— Number 3 — New York.
Revista Casa de la Cultura Ecuatoriana — N.º 8 — Tomo III — Enero,
junio de 1949 — Quito — Ecuador.
Revista da Academia Maranhense de Letras — Janeiro-maio-novembro de
1948-49 — Vols. V, VI e VII — São Luís — Maranhão.
Boletim Bibliográfico Mexicano — Enero-febrero de 1950 — Ns. 121-122
— Año XI — Mexico.
Belgique Amerique Latine — Nouvelle serie n.º 54 — 20 mars 1950 —
Bruxelles.
Catalogue — Belgium n.º 695 — Holanda.
Catalogue n.º 218 — 1950 — Inglaterra.
Revista do Instituto Brasil-Estados Unidos vol. VII, n.º 16 — Julho,
dezembro de 1949 (número especial) — Rio.
Américas — Vol. 2, n.º 4 — Abril de 1950 — Rio de Janeiro.
Nação Brasileira — Ano XXVIII — N.º 319 — Março de 1950 — Rio
de Janeiro.
Engenharia — Ano VIII, vol. VIII — Março de 1950 — N.º 91 —
São Paulo.
Léa — N.º 9 — Noviembre 1949 — Washington, D.C.
Rodovia — Agosto, 1946 — N.º 79 — Ano IX — Rio de Janeiro.
Santa Catarina Filatélica — Março de 1950 — N.º 2 — Ano I — Santa
Catarina.
Bulletin for Libraries — Vol. IV — N., 3 — March 1950 — Paris.
Catalogue n.º 703, 1950 — Books on Arts and Crafts — London, W1,
England.
Inventário das edificações da colônia em 12 de junho de 1945 — Lourenço
Marques.

Boletim da Superintendência dos Serviços do Café — Outubro de 1949 — N.º 272, ano XXIV — São Paulo.

Boletín de la Academia Nacional de Historia — Diciembre de 1949 — N.º 74 — Vol. XXIX — Quito — Equador.

Revista Nacional — Tomo XLIII — Año XII — Agosto de 1949 — N.º 128 — Montevideo — Uruguay.

Geographical Review — April 1950, Number 2, vol. XL — New York.

Arquivos Brasileiros de Medicina Naval — Ano X — N.º 32 — Dezembro de 1949 — Rio de Janeiro.

Américas — Volume 2, n.º 5 — Maio de 1950 — Rio de Janeiro.

Boletín de la Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística — Tomos LXXVI-LXXVII ns. 1 e 3 — Noviembre-diciembre de 1948 e enero-febrero de 1949 — Mexico, D.F.

Revista del Instituto Etnológico Nacional — Volume III — Entrega 1.ª — 1947 — Bogotá.

Serviço de Educação Cívica e de Intercâmbio Escolar — Boletim de maio — 1950 — Rio de Janeiro.

Revista Nacional de Cultura — N.º 75 — Julio-agosto de 1949 — Caracas. Boletín de la Academia Nacional de Historia — Julio-diciembre de 1949 — N.º 74, vol. XXIX — Quito.

Endeavour — Volume IX — Número 33 — 1950 — Londres.

The United States Quarterly Book List — Ns. 3-4 — Vol. 5 — September-december 1949.

Britain To-Day — March, 1950 — N.º 167 — London, W1.

Guía quincenal de la actividad intelectual y artistica argentina ns. 5 a 60 e 61 — Año IV — 2.ª quincena de febrero e 1.ª e 2.ª de março de 1950 — Buenos Aires.

Boletim do Instituto Hans Staden — Abril de 1950 — N.º 1 — São Paulo.

The Library of Congress Quarterly Journal of current acquisitions — February, 1950 — N.º 2, vol. 7 — Washington.

Arquivos Brasileiros de Medicina Naval — Dezembro de 1949 — N.º 32 — Ano X — Rio de Janeiro.

Geographical Review — April 1950 — Number 2 — Vol. XL — New York.

Engenharia — Abril de 1950 — N.º 92 — Ano VIII — Vol. VIII — São Paulo.

Maio de 1950

Britain To-Day — February-march 1950 — Nums. 166-7 — London.

New Books — January-june — 1950 — New York (Catálogo).

Noticiário de las Naciones Unidas — 1, 8, 15 e 22 de abril de 1950 — Ns. 13, 14, 15 e 16, — Ano 5.º — Rio de Janeiro.

Documentos Coloniales relativos a San Miguel de Tucuman y a la Gobernacion de Tucuman — Série 1 — Vol. 6 — Siglo XVIII. (1701-1726) — Tucuman — 1949.

Documentos Históricos — Registo de cartas régias — 1697-1705 — Volume LXXXIV — Rio de Janeiro.

Correio de Uberlândia, de 4, 6 e 9 de abril de 1950, ns. 2.874, 2.876 e 2.878 — Ano XII — Minas Gerais.

Handbook of Latin American Studies — 1946 — N.º 12 — U.S.A.

Agronomia — Outubro — 1949 — Dezembro — Núm. 4 — Vol. 8 — Rio de Janeiro.

- Anuário da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército — N.º 1 — 1948 — Rio de Janeiro.
- América Indígena — Num. 2 — Abril 1950 — Vol. X — México D.F. Cultura Universitária — XVI — Noviembre-Diciembre de 1949 — N.º 16 — Caracas — Venezuela.
- Revista de História de América — Diciembre de 1949 — N.º 28 — México.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe — Vol. XIV — N.º 19-1945-1948 — Sergipe.
- Anais do Arquivo da Marinha — Ano VII — Dezembro de 1949 — N.º 13 — Rio de Janeiro.
- Anuário de Cruz Alta — 1949 — Rio Grande do Sul.
- Publications of the Department of State — January 1, 1948 — U.S.A.
- Catalogue of Francis Edwards Ltd. (The Seven Hundredth) — London — 1950.
- Nação Brasileira — Ano XXVII — N.º 320 — Abril de 1950 — Rio de Janeiro.
- The Hispanic American Historical Review — February — 1950 — Part I — Vol. XXX — U.S.A.
- The Hispanic American Historical Review — Vol. XXX — N.º 1 — February — 1950 — Parts 2 e 3 (index do vol. 29-1949) — U.S.A.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano — Vol. 11.º — 1948 — João Pessoa — Paraíba.
- Revista Cubana — Enero-junio — 1949 — Vol. XXIV — La Habana — Cuba.
- The Library of Congress Quarterly Journal of current acquisitions — February 1950 — N.º 2 — Vol. 7 — Washington.
- The United States Quarterly Book List — Vol. 6 — Number 1 — March — 1950 — Washington.
- Brasil Açucareiro — Fevereiro — 1950 — N.º 2 — Ano XVIII — Volume XXXV — Rio de Janeiro.
- Américas — Vol. 2 — N.º 6 — Junho de 1950 — Rio de Janeiro.
- Catalogo de los fondos del Consejo de Administración de la Isla de Cuba — Tomo segundo XXV — La Habana.
- Memória correspondiente al año de 1949 — La Habana.
- The Geographical Journal — Vol. CXV — Ns. 1-3 — March 1950 — London.
- Un pueblo en el Ejercicio de su Soberania — Los Estados Unidos de America.
- Cadernos — N.º 19-1949 — Rio de Janeiro.
- Rodovia — Ano XI — Março — 1950 — N.º 121 — Rio de Janeiro.
- Revista do Serviço Público — Ano XIII — Volume I — N.º 2 — Fevereiro de 1950 — Rio de Janeiro.
- Revista Nacional de Cultura — N.º 76 — Septiembre-octubre de 1949 — Ano X — Caracas.
- Revista de Direito Administrativo — Vol. 18 — Outubro, dezembro de 1949 — Rio de Janeiro.
- Revista Nacional — Tomo XLIII — Año XII — Setiembre de 1949 — N.º 129 — Montevideo.
- Relatório — 1948-49 — Apresentado pelo irmão provedor Dr. Jaime Leal Costa em sessão da Mesa Plena de 26 de novembro de 1949-1950 — Rio de Janeiro.
- Anais de Arquivo Público da Bahia — Volume XXXI — Bahia.

*Revista do Instituto Histórico de Goiana — Tomo primeiro — Segunda série — 1947-48.

A list of scientific periodicals from Japanese learned organizations — Tokio — 1949.

Belgique Amerique Latine — Nouvelle serie n.º 55 — 20 avril 1950 — Bruxelles.

Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense — Vol. IV — Fasc. 1 — 1950 — Paraná.

Correio de Uberlândia — 13 de maio, 22, 23, 26, 29 de abril de 1950 — Ns. 2.901 e 2.888, 2.890, 2.887, 2.892 — Ano XII — Minas Gerais.

Boletim A.E.C. — Ano VI — Janeiro a março de 1950 — Ns. 68 a 70 — Rio de Janeiro.

Rubicon — 30 de abril de 1950 — N.º 331 — Barbacena.

Revista Duperial do Brasil — Janeiro-fevereiro de 1950 — N.º 53 — São Paulo.

Boletin Bibliográfico Mexicano — Enero-febrero de 1950 — Ns. 121-122 — Año XI — Mexico, D.F.

Boletim Universitário — Año I — N.º 2 — Enero de 1950 — Caracas.

O Puritano — 10 e 25 de abril de 1950 — Ns. 1965-1966 — Ano LI — Rio de Janeiro.

Revista do Instituto Genealógico da Bahia — 1948 — N.º 4 — Ano 4 — Bahia.

Cronos — N.º 6 — Maio-junho de 1950 — Vol. I — Ano II — Rio.

Brasil Açucareiro — Março de 1950 — N.º 3 — Vol. XXXV — Ano XVIII — Rio de Janeiro.

Bulletin for Libraries — Vol. IV — N.º 4 — April — 1950 — Paris.

Britain To-Day — April — 1950 — N.º 168 — London.

Boletin Bibliografico Argentino — Enero — Diciembre de 1947 — Ns. 21-22 — Buenos Aires.

Saúde — Maio e junho de 1950 — Ns. 29 e 30 — Ano III. Rio de Janeiro.

Guia quincenal da la actividad intelectual y artistica argentina — N. 62 — Año IV — 1.ª quincena de abril de 1950 — Buenos Aires.

Sbornik Československé společnosti Zemepisnérocník 1949 — Svazek 54 — Cislo 3-4 — Praha II — Albertov 6.

Panorama Textil — Janeiro-março de 1950 — N.º 3 — Ano I — Rio de Janeiro.

Noticiário de las Naciones Unidas — 29 de abril, 6 e 13 de maio de 1950 — Ns. 17, 18 e 19 — Año 5. — U.S.A.

Junho de 1950

Revista do Clube de Engenharia — Março de 1950 — N.º 163 — Segunda fase — Vol. XXII — Rio de Janeiro.

Materiales para el estudio de la clase media en la America Latina I — 1950 — Washington, 6, D.C.

Notas e Informações — Ciências Sociais — Marzo, 1950 — Número 2 — Washington 6, D.C.

Publications of the American Jewish Historical Society — Number XXXIV — March, 1950 — Part. 3 — New York.

Boletín de Informaciones Científicas Nacionales — Diciembre de 1949 — N.º 25 — Vol. III — Quito.

- Bulletin of The New York Public Library — April 1950 — Volume 54 — Number 4 — New York.
- Vozes de Petrópolis — Março-abril de 1950 — Fascículo 2 — Volume 8 — Petrópolis.
- Lista Diplomática — Março, abril e maio de 1950 — Rio de Janeiro.
- Treasures in London — Oliver Warner — London.
- Education Under Eight by D.E.M. Gardener, M.A. — London.
- Engenharia — Maio, 1950 — Ano VIII — Vol. VIII — N.º 93 — São Paulo.
- The Catholic Historical Review — April 1950 — Volume XXXVI — N.º 1 — Washington.
- Boletín Informativo — Noviembre-diciembre, 1949 — N.º 25 — Año V — Chile.
- Revista del Instituto de Historia del Derecho n.º 1 — Buenos Aires — 1949.
- Guia de Instituciones y Sociedades en el Campo de las Ciencias Sociales — Primeira parte — Estados Unidos — 1950 — Washington, D.C.
- Boletim da Superintendência dos Serviços do Café — Novembro de 1949 — N.º 273 — Ano XXIV — São Paulo.
- O Puritano — 25 de maio de 1950 — N.º 1968 — Ano LI — Rio de Janeiro.
- Lea — N.º 10 — Diciembre de 1949 — Washington.
- La Cartographie (Les cartes de base dont le monde a besoin) — 1949 — New York.
- Boletim A.E.C. — Abril de 1950 — N.º 71 — Ano VI — Rio de Janeiro.
- Revista do Clube de Engenharia — Abril de 1950 — Vol. XXII — N.º 164 — Rio de Janeiro.
- Revista del Instituto de Historia del Derecho n.º 2 — Buenos Aires — 1949.
- Bulletin of The New York Public Library — May 1950 — Number 5 — Volume 54 — New York.
- Noticiário de las Naciones Unidas — 20 de mayo de 1950 — N.º 20 — Año 5.º — Buenos Aires.
- El Gabinete Numismático del Museo Historico Nacional — Serie 1 — N.º 2 — Buenos Aires.
- Revista de Historia — Ano I — N.º 2 — Abril-junho de 1950 — São Paulo.
- Annual Report of The Librarian of Congress for the fiscal year ending -- June 30 — 1949 — Washington.
- Papers of the Michigan Academy of Science Arts and Letters — Volume XXXIV — 1948 — Ann, Arbor.
- Correio de Uberlândia — de 16 e 25 de abril e 9 e 18 de maio de 1950 — Ns. 2.883 e 2.880, 2.898 e 2.905, ano XI. Minas Gerais.

ESTATÍSTICA

ESTATÍSTICA DO INSTITUTO HISTÓRICO

	1950			
<i>Trimestre</i>	<i>Abril</i>	<i>Maió</i>	<i>Junho</i>	<i>Total</i>
Obras oferecidas	10	10	13	33
Revistas nacionais, estrangeiras	144	58	60	262
Catálogos recebidos	5	10	2	17
Mapas recebidos	12	—	—	12
Jornais recebidos	7	17	28	52
Documentos oferecidos	2	—	2	4
<i>Arquivo</i>				
Documentos consultados	2.406	2.603	2.846	7.855
<i>Museu</i>				
Visitantes	28	38	42	108
<i>Sala pública de leitura</i>				
<i>Consultas :</i>				
Obras	3.703	3.940	4.358	12.001
Jornais	716	1.882	2.047	4.645
Revistas	1.598	1.612	2.598	5.808
Mapas	852	604	409	1.865
<i>Secretaria</i>				
Ofícios, cartas, telegramas recebidos ..	105	188	678	971
Ofícios, cartas, telegramas expedidos ..	590	536	282	1.408

ÍNDICE

ABRIL A JUNHO DE 1950

I — TRABALHOS ORIGINAIS

- | | |
|--|-----|
| 1 — <i>O gentio acreano</i> , por J. M. Castelo Branco | 3 |
| 2 — <i>Vários escritos</i> , Dezebargador Vieira Ferreira | 79 |
| 3 — <i>América Espanhola e América Portuguesa</i> , por Renato da Mendonça | 113 |

II — CONFERÊNCIAS NO INSTITUTO

- | | |
|---|-----|
| 4 — <i>Dia Panamericano e o generalíssimo Francisco de Miranda</i> , por Feijó Bittencourt | 128 |
| 5 — <i>Bernardo de Vasconcellos</i> , pelo Ministro Alfredo Valladão | 159 |
| 6 — <i>Centenário da morte do Tenente-Coronel Baena</i> , pelo Coronel João Batista Magalhães | 192 |
| 7 — <i>Vital Brasil</i> , pelo Ministro Alfredo Valladão | 207 |

III — BIO-BIBLIOGRAFIA

- | | |
|--|-----|
| <i>Os sócios do Instituto</i> , por Carolina Max Fleiuss | 225 |
| 8 — Virgílio Corrêa Filho | |

IV — NOTICIÁRIO

- | | |
|---|-----|
| 9 — <i>Sócios falecidos</i> , Cláudio Ganns | 229 |
| 10 — <i>Publicações recebidas</i> | 231 |
| 11 — <i>Estatística</i> | 238 |

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

COMISSÕES PERMANENTES EM 1950-1951

HISTÓRIA: { *Leão Teixeira Filho*
Basílio de Magalhães
Feijó Bittencourt
Canabarro Reichardt.
Valentim Benício da Silva

FUNDOS E ORÇAMENTOS: { *Carvalho Mourão*
.....
Oliveira Vianna
M. A. Teixeira de Freitas
Cláudio Ganns

GEOGRAFIA: { *Raul Tavares*
Radler de Aquino
Carlos da Silveira Carneiro
Virgílio Corrêa Filho
Lucas Boiteux.

ARQUEOLOGIA E ETNOGRAFIA: { *Rodrigo Melo Franco de Andrade*
Alcindo Sodré
Roquete Pinto
José Luís Batista
Gustavo Barroso.

BIBLIOGRAFIA: { *Helio Vianna*
Alfredo do Nascimento e Silva
Afonso Costa
Vieira Ferreira
Eugênio Vilhena de Moraes

ESTATUTOS: { *Levi Carneiro*
Estevão Leitão de Carvalho
Rodrigo Otávio Filho
Pedro Calmon
Edmundo da Luz Pinto.

ADMISSÃO DE SÓCIOS: { *João Baptista Magalhães*
Augusto Tavares de Lyra
Alfredo Valadão
Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa
Christovam Leite de Castro

